

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Brasília, 2014

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa-TCU nº 63, de 01 de setembro de 2010, alterada pela Instrução Normativa-TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, da Decisão Normativa-TCU nº 127, de 15 de maio de 2013 e da Portaria-TCU nº 175, de 09 de julho de 2013.

Brasília, 2014

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS	6
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SDH	15
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA SDH	15
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	15
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	17
1.3 ORGANOGrama FUNCIONAL	21
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	21
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	21
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	25
2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANçADOS.....	33
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	33
2.2 PROGRAMação ORçAMENTária E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANçADOS	34
2.2.1 Programa Temático	34
2.2.1.1 Análise situacional	37
Os programas acima listados, no que se refere à competência desta SDH, estão com sua execução conforme o planejamento.	37
2.2.2 Objetivo.....	37
2.2.2.1 Análise Situacional.....	49
Os objetivos sob responsabilidade desta SDH estão com sua execução conforme o planejamento.....	49
2.2.3 Ações.....	49
2.2.3.1 Ações - OFSS.....	49
2.2.3.2 Análise Situacional.....	60
2.3 INFORMAçõES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO	60
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANça E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	62
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANça	62
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	64
3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO.....	66
3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	66
3.5 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANça E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS	66
4 TóPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORçAMENTária E FINANCEIRA.....	73
4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	73
4.1.1 Programação.....	73
4.1.1.1 Análise Crítica.....	73
4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	73
4.1.3 Realização da Despesa	78
4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total.....	78
4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela SDH/PR	79
4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	79
4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ	81
4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	82
4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	83
4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa.....	84
4.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	85
4.2.1 Análise Crítica	85
4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	85
4.3.1 Análise Crítica	86
4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	86

4.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	86
4.4.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	86
4.4.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse	87
4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	89
4.4.5	Análise Crítica	91
4.5	SUPRIMENTO DE FUNDOS	93
4.5.1	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo	93
4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	94
4.5.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	94
4.5.4	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	94
4.5.5	Análise Crítica	95
4.6	RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA SDH	95
4.6.1	Renúncias Tributárias	95
4.6.1.1	Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ – Identificação	95
4.6.1.2	Valores Renunciados e Contrapartida	95
4.6.1.3	Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário	96
4.6.1.4	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia.....	96
4.6.1.5	Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária	99
4.6.1.6	Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	100
4.6.1.7	Comunicações à RFB	100
4.6.1.8	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas	100
4.6.1.9	Renúncia Tributária – Análise Crítica.....	100
5	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	101
5.1	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	101
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da SDH/PR	101
5.1.1.1	Lotação.....	101
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada	102
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	103
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e de Funções	103
5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da SDH/PR Segundo a Idade.....	103
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade.....	104
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada	104
5.1.4	Cadastramento no SISAC	104
5.1.4.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	104
5.1.4.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU	105
5.1.4.3	Regularidade do cadastro dos atos no SISAC	105
5.1.4.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	105
5.1.5	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	106
5.1.6	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	106
5.1.7	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	106
5.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	110
5.2.1	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada	110
5.2.2	Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão	110
5.2.3	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	112
5.2.4	Composição do Quadro de Estagiários	112
6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	113
6.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	113
	Frota de Veículos Automotores a Serviço da SDH/PR, mas contratada de terceiros:	117

6.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.....	117
7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	117
7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	117
7.1.1 Análise Crítica	119
8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	122
8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	123
8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	126
9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	126
9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU.....	126
9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	126
9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício	144
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI	146
9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício.....	146
9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício.....	148
10 ANEXO IV – Carta de Recomendações:	148
10.1 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	149
10.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93.....	149
10.1.2 Situação do Cumprimento das Obrigações.....	150
10.2 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	151
10.3 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV	152
11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	152
11.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA FINS DE SOLICITAÇÕES, RECLAMAÇÕES, DENÚNCIAS, SUGESTÕES, ETC., CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTATÍSTICAS SOBRE O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS.....	152
11.2 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE.....	153
11.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS COM CIDADÃOS EM GERAL, SEGMENTOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE OU USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE	158
12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	158
12.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	158
12.1.1 Declaração Plena	158
12.1.2 Declaração com Ressalva.....	158
13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO	159
13.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA SDH/PR	159
14 INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS.....	159
14.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”	159
14.2 ANÁLISE CRÍTICA.....	312
15 INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA, CONTEMPLANDO, ENTRE OUTROS, A FORMA DE ESCOLHA DO PARCEIRO, A EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E OS RESULTADOS DA PARCERIA.	312
15.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA SDH/PR.....	312
15.2 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCEIRA FIRMADOS	313
15.3 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS.....	314
15.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA	317

LISTA DE ABREVIATÖES E SIGLAS

ABC-MRE – Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores
ABMP – Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude
ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ADPLAN – Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimentos
Anatel – Agência Nacional de Telecomunicações
Ancine – Agência Nacional de Cinema
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CADIN – Cadastro Informativo de Débitos de Órgãos e Entidades Federais
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAMP – Centro de Assessoria Multiprofissional
CAT – Comitê de Ajudas Técnicas
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CDDPH – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos
CEAG/UnB – Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Universidade de Brasília
CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CEMDP – Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
CGAP's – Coordenadores-Gerais de Acompanhamento de Programas
CGC – Coordenação-Geral de Convênios
CGEDH – Coordenação-Geral de Educação em Direitos Humanos
CGLTI – Coordenação-Geral de Logística e Tecnologia da Informação
CGPD – Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência
CGPT – Coordenação-Geral de Proteção a Vitimas e Testemunhas Ameaçadas
CGRH/MJ – Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça
CGU – Controladoria-Geral da União
CIAPVI – Centro Integrado de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa
CID – Código Internacional de Doenças
CISSET – Secretaria de Controle Interno
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social
CNCD – Conselho Nacional de Combate à Discriminação
CNDI – Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CNEDH – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
Codevasf - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
CNPCT – Comitê Nacional para a Prevenção e Combate da Tortura no Brasil
COETRAE – Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo
CONADE - Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONATRAE – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
CORDE – Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CREAS – Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura

CSJ – Conselho Social da Juventude
 CT – Conselho Tutelar
 CTI – Comitê de Tecnologia da Informação
 DAS – Direção e Assessoramento Superiores
 DB – Documentação Básica
 DFD – Diagrama de Fluxo de Dados
 DN – Decisão Normativa
 DNV – Declaração de Nascidos Vivos
 DOU – Diário Oficial da União
 EAT – Estrutura Analítica de Trabalho
 ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
 ECINF – Pesquisa de Economia Informal Urbana
 EGTI – Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Governo Federal
 FAR – Fundo de Arrendamento Residencial
 FIA – Fundação para a Infância e Adolescência
 Finame – Agência Especial de Financiamento Industrial
 FNCA – Fundação Nacional para a Criança e o Adolescente
 FNI – Fundo Nacional do Idoso
 FONACRIAD – Fórum dos Gestores do Sistema Socioeducativo
 FONAUV – Fórum Nacional de Juizes
 GR – Gratificação de Representação
 GTA – Grupo de Trabalho Araguaia
 GT-DESC – Grupo de Trabalho de Indicadores de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
 GTEM – Grupo de Trabalho Executivo Multisetorial
 Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ICT – Instituições Federais de Pesquisa Científica e Tecnológica
 IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
 IDI – Índice de Desenvolvimento Infantil
 IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
 IFET – Instituições Federais de Educação Tecnológica
 IHA – Índice de Homicídios na Adolescência
 IN – Instrução Normativa
 Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
 INSS – Instituto Nacional de Seguro Social
 LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros
 MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
 MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 MEC – Ministério da Educação
 MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
 MF – Ministério da Fazenda
 MP – Medida Provisória
 MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 N/A – Não se aplica
 NASCE – Núcleo de Atenção Social à Cidadania e Educação
 OCI – Órgão de Controle Interno
 OEA – Organização dos Estados Americanos
 OEI – Organização dos Estados Iberoamericanos

OMPI – Organização Mundial da Propriedade Mundial
 ONG – Organização não Governamental
 ONU – Organização das Nações Unidas
 OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
 PAIR – Programa de Ações Integradas e Referenciais
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PL – Projeto de Lei
 PlanSeQ – Planos Setoriais de Qualificação
 PlanTeQ – Planos Territoriais de Qualificação
 PLC – Projeto de Lei da Câmara
 PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida
 PME – Pesquisa Mensal do Emprego
 PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
 PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
 PNCFC – Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária
 PNDH – Programa Nacional de Direitos Humanos
 PNEDH – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
 PNPCDH – Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
 PNQ – Plano Nacional de Qualificação
 PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
 POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares
 POSIC – Política de Segurança da Informação e Comunicações
 PPA – Plano Plurianual
 PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
 PR – Presidência da República
 PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar
 PRODOC – Programa de Apoio a Projetos Institucionais com a Participação de Recém-Doutores
 PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico
 PRVL – Programa de Redução da Violência Letal
 RAADH – Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados
 RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
 RCN – Registro Civil de Nascimento
 RIICOTEC – Rede Intergovernamental Iberoamericana de Cooperação Técnica
 SAJ/PR – Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República
 SCE – Seguro de Crédito à Exportação
 SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
 SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
 SECEX – Secretaria de Controle Externo
 SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública
 SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
 SEPROG – Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo
 SETEC/MEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
 SGDCA – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
 SGPDH – Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos
 SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
 SIAPE – Sistema de Administração de Recursos Humanos
 SIH – Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica
 SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses

SICORDE – Sistema Nacional de Informações sobre Deficiência
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIGSDH – Sistema Integrado de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos
SIMEC – Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação
SINASC – Sistema de Informações de Nascidos Vivos
SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPD – Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares
SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SIPIA – Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
SIRC – Sistema Nacional de Informações de Registro Civil
SISAC – Sistema de Controle de Ações de Comunicação
SISNAD – Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas
SNIDH – Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos
SNPDCA – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
SNPDDH – Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
SNPDPD – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência
SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
SRH – Secretaria de Recursos Humanos
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUS – Sistema Único de Saúde
TCE – Tomada de Contas Especial
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UMA – Unidade de Monitoramento e Avaliação
UnB – Universidade de Brasília
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNFPA – Fundo de Populações das Nações Unidas
UNHCHR – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos

LISTA DE QUADROS

Quadro I – Identificação da SDH – Relatório de Gestão Individual	15
Quadro II – Programa Temático	34
Quadro III – OBJETIVO.....	37
Quadro IV – AÇÕES – OFSS	49
Quadro V – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	64
Quadro VI – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	73
Quadro VII – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	73
Quadro VIII – Movimentação Orçamentária EXterna por Grupo de Despesa.....	74
Quadro IX – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	78
Quadro X – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela SDH/PR	79
Quadro XI – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	79
Quadro XII – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ	81
Quadro XIII – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação	82
Quadro XIV – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	83
Quadro XV – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	85
Quadro XVI – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores – Secretaria de Direitos humanos – UG 200016 – SDH.....	85
Quadro XVIII – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	86
Quadro XIX – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	88
Quadro XX – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.....	89
Quadro XXI – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	93
Quadro XXII – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”).....	94
Quadro XXIII - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	94
Quadro XXIV - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	94
Quadro XXV – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ – Renúncias Tributárias Estimadas e Quantificadas pela UJ	95
Quadro XXVI – Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida.....	95
Quadro XXVII – Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2013-2011	96
Quadro XXVIII – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas.....	96
Quadro XXIX – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas	97
Quadro XXX – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas.....	98
Quadro XXXI – Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas	98
Quadro XXXII – Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela SDH	99
Quadro XXXIII – Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela SDH.....	99
Quadro XXXIV – Prestações de Contas de Renúncia de Receitas	100
Quadro XXXV – Comunicações à RFB	100
Quadro XXXVI – Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	100
Quadro XXXVII – Força de Trabalho da SDH/PR – Situação apurada em 31/12.....	101
Quadro XXXVIII – Situações que reduzem a força de trabalho da SDH/PR	102
Quadro XXXIX – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da SDH/PR (Situação em 31 de dezembro).....	103
Quadro XL – Quantidade de servidores da SDH/PR por faixa etária	103
Situação apurada em 31/12	103
Quadro XLI – Quantidade de servidores da SDH/PR por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12	104
Quadro XLIII – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	104
Quadro XLIV – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	105
Quadro XLV – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	105
Quadro XLVI – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	105
Quadro XLVII – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	110
Quadro XLVIII – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	110
Quadro XLIX – Composição do Quadro de Estagiários	112
Quadro L – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	117
Quadro LI – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	117
Quadro LII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	123
Quadro LIII – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	126
Quadro LIV - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	126
Quadro LV - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	144

Quadro LVI – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	146
Quadro LVII – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	148
Quadro LVIII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da SDH/PR, da obrigação de entregar a DBR	149
Quadro LIX – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2013.....	151
Quadro LXIII – CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS	159
Quadro LXIV – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício	312
Quadro LXV – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria	313
Quadro LXVI – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência	313
Quadro LXVII – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99).....	314
Quadro LXVIII – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício	317
Quadro LXIX – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira	317

ANEXOS

Quadro XVII – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	321
Quadro XLII – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	327
Quadro LX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV.....	330
Quadro LXI – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	331
Quadro LXII – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	332

INTRODUÇÃO

O presente documento consolida informações referentes à gestão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, no ano 2013. Ele foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa-TCU nº 63, alterada pela Instrução Normativa-TCU nº 72, da Decisão Normativa-TCU nº 127 e da Portaria-TCU nº 175 e acresce informações consideradas relevantes pela Unidade Jurisdicionada, especialmente no tocante às prioridades e realizações das políticas públicas que coordena e ao processo de reestruturação administrativo-gerencial a que está submetida.

No que tange aos itens definidos no Anexo II da DN TCU nº 127/2013, não se aplicam à SDH/PR, no exercício, os seguintes: DN TCU Nº 127/2013 – **Parte A: item 1, subitem 1.1.2** – Relatório de Gestão Consolidado; **subitem 1.1.3** – Relatório de Gestão Agregado; **subitem 1.1.4** – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado; **item 2, subitem 2.2.3.2** – **Ações/Subtítulos - OFSS; subitem 2.2.3.3 - Ações não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar não Processados – OFSS; subitem 2.2.3.4** – Ações - Orçamento de Investimento - OI; **item 3, subitem 3.3** – Remuneração paga a Administradores; **item 4, subitem 4.6.1** – Benefícios Financeiros e Creditícios; **subitem 4.6.2.5** – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária; **subitem 4.6.2.7** – Prestações de Contas de Renúncia de Receitas; **subitem 4.6.2.8** – Comunicações à RFB; **subitem 4.6.2.10** – Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal; **subitem 4.6.2.11** – Fiscalizações Realizadas pela RFB; **subitem 4.7** – Gestão de Precatórios; **item 5, subitem 5.1.4** – Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas; **subitem 5.2.1** – Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão; **subitem 5.2.2** – **Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados; item 6, subitem 6.2** – Gestão do Patrimônio Imobiliário; **item 9, subitem 9.3** – Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna; **item 11, subitem 11.1** – Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público; **subitem 11.3** – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBCT 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008; **subitem 11.4** – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas exigidas pela Lei nº 6.404/1976; **subitem 11.5** – Composição acionária das empresas estatais; **subitem 11.6** – Relatório de Auditoria Independente; **Parte B: item 13** – Informações sobre a conformidade da distribuição dos recursos do Fundo Partidário como previsto nos art. 40 a 43 da Lei nº 9.096/95, bem como sobre a prestação de contas pelos partidos políticos; **item 14** – Informações sobre o Plano de Implantação do SIAFI nos postos diplomáticos; **item 16** – Evolução da situação financeira dos fundos constitucionais de financiamento; **item 17** – Operações honradas pelos fundos de aval ou garantidores de créditos, por linhas de crédito e agente financeiro; **item 18** – Desempenho operacional das instituições federais de ensino superior (IFES); **item 19** – Desempenho das instituições federais de educação tecnológica (IFET); **item 20** – Desempenho consolidado das instituições federais de pesquisa científica e tecnológica (ICT); **item 21** – Desempenho consolidado das instituições federais de ensino superior (IFES); **item 22** – Desempenho consolidado dos centros e institutos federais de educação, ciência e tecnologia; **item 23** – Desempenho econômico-financeiro da UJ (abrangência BNDES, BNDESpar e Finame); **item 24** – Desempenho operacional da UJ relacionado à concessão de licenças ambientais (Ibama); **item 25** – Informações sobre os termos aditivos firmados entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS); **item 26** – Tabela detalhada dos três últimos exercícios com os valores do ressarcimento pelos planos de saúde ao SUS; **item 28** – Informações sobre o cumprimento do cronograma proposto para substituição de trabalhadores terceirizados irregulares por servidores concursados (SRH/MPOG); **item 29** – Metodologia aplicada para a escolha de projetos fiscalizados pela Agência Nacional de Cinema (Ancine); **item 30** – Informações sobre o acompanhamento e avaliação relacionada à supervisão de

entidades públicas e privadas que tenham celebrado contrato de gestão; **item 31** – Informações consolidadas sobre a fiscalização e o controle dos planos de benefícios pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), do Ministério da Previdência Social; **item 32** – Informações complementares às contidas no Anexo II, Parte A – Conteúdo Geral, da Decisão Normativa 127/2013 como subsídio para análise mais ampla da gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); **item 33** – Informações complementares às contidas no Anexo II, Parte A – Conteúdo Geral, da Decisão Normativa 127/2013 como subsídio para análise mais ampla do Programa Desenvolvimento da Economia Cafeeira; **item 34** – Conciliação e eventuais ajustes dos valores do grupo “Patrimônio Líquido” relativo ao Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), constantes nos Balancetes Patrimoniais elaborados pelo BNDES e o Balanço Patrimonial do SIAFI; **item 35** – Informações complementares às contidas no Anexo II, Parte A – Conteúdo Geral, da Decisão Normativa 127/2013 como subsídio para análise mais ampla da gestão da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS); **item 36** – Informações a serem prestadas pela Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica (SIH) sobre as ações relativas ao Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional; **item 37** – Informações sobre as ações relativas ao Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); **item 38** – Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária, prestadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB); **item 39** – Evolução do Plano Nacional de Desmobilização do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS); **item 40** – Avaliação sobre o andamento dos projetos e programas financiados com recursos externos; **item 41** – Demonstrativo das obras atrasadas e as paralisadas ao longo do exercício, realizadas no âmbito de contrato de prestação de serviços firmado entre o Ministério do Esporte e a Caixa Econômica Federal; **item 42** – Demonstrativo das obras atrasadas e as paralisadas ao longo do exercício pela Secretaria-Executiva e Secretarias Nacionais do Ministério das Cidades; **item 43** – Informações sobre o acompanhamento das ações de responsabilidade da Caixa Econômica Federal previstas nos contratos para operacionalização de obras, prestadas pela Secretaria-Executiva do Ministério das Cidades; **item 44** – Informações acerca dos resultados da avaliação do impacto socioeconômico das operações dos fundos de investimentos; **item 45** – Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar; **item 46** – Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao contrato de gestão; **item 48** – Informações sobre a execução do Plano Diretor Nacional Estratégico de Pesagem (PNP); **item 49** – Informações complementares à análise da gestão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); **item 50** – Informações complementares à análise da gestão da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); **item 51** – Informações complementares à análise da gestão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); **item 52** – Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ); **item 53** – Informações sobre o acompanhamento das ações relacionadas ao Programa de Qualificação Profissional; **item 54** – Informações sobre as ações empreendidas pelo IRB-Brasil Re relacionadas à gestão da carteira em extinção (*run-off*) do Seguro de Crédito à Exportação (SCE); **item 55** – Relatório de acompanhamento do Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas); **item 56** – Informações complementares para a análise da gestão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa); **item 57** – Informações sobre a gestão das atividades relacionadas à arrecadação das multas aplicadas, bem como ao registro dos inadimplentes no Cadin e na dívida ativa; **item 58** – Informações complementares para a análise da gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e Superintendências do Patrimônio da União nos Estados; **item 59** – Informações acerca das descentralizações de recursos para atendimentos das ações preparatórias da Copa do Mundo FIFA de 2014 e das Olimpíadas de 2016 e ações de qualificação profissional, prestadas pela Secretaria-Executiva do Ministério do Turismo; **item 60** – Informações complementares à análise da gestão da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. (Trensurb).

Os demais itens são apresentados a seguir, numerados conforme a sequência estabelecida no bojo da Portaria TCU nº 175/2013.

Brasília, 31 de março de 2014.
Secretaria de Direitos Humanos

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA SDH

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA SDH

1.1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO I - IDENTIFICAÇÃO DA SDH – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da República			Código SIORG: 000026
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Secretaria de Direitos Humanos			
Denominação abreviada: SDH/PR			
Código SIORG: 001801	Código LOA: 64101		Código SIAFI: 200016
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 2025-3703	(061) 2025-3776	(061) 2025-9414
E-mail: direitoshumanos@sdh.gov.br			
Página na Internet: http://www.sdh.gov.br			
Endereço Postal: SCS – B, Qd. 09, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 9º Andar			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 10.683, de 28/05/2003 (DOU - 29/05/2003), Lei nº 11.958, de 26/06/2009 (DOU - 29/06/2009) e Lei nº 12.314, de 19/08/2010 (DOU – 20/08/2010)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 8.069/1990 – Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA			
Lei nº 12.461/2011 – Altera a Lei nº 10.741/2003, que estabelece a notificação compulsória dos atos de violência praticados contra o idoso atendidos em serviço de saúde;			
Lei nº 12.896/ 2013 – Acrescenta os § 5º e § 6º ao art. 15 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, vedando a exigência de comparecimento do idoso enfermo aos órgãos públicos e assegurando-lhe o atendimento domiciliar para obtenção de laudo de saúde;			
Lei nº. 12.899/2013 – Altera o art. 42 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro 2003, que institui o Estatuto do Idoso, para dispor sobre a prioridade e a segurança do idoso nos procedimentos de embarque e desembarque nos veículos de transporte coletivo;			
Lei nº 12.857/2013 – Pelo art. 14, são criados cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), destinados à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, sendo 12(doze) DAS-4 e 1(um) DAS-2 (Mecanismo de Combate à Tortura);			
Lei nº 12.847/2013 – Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências;			
Lei nº 12.213/2010 – Institui o Fundo Nacional do Idoso – FNI;			
Lei nº 11.520/2007 – Comissão Interministerial de Avaliação de casos de pessoas atingidas pela hanseníase;			
Lei nº 10.741/2003 – Institui o Estatuto do Idoso;			
Lei nº 9.140/1995 – Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos;			
Lei nº 8.842/1994 – Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências;			
Lei nº 8.242/1991 – Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA;			
Lei nº 4.319/1964 – Criação do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH;			
Decreto nº 8.154/2013 - Regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura;			
Decreto nº 8.114/2013 – Estabelece o Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo e institui ações em seu âmbito e promove articulação de órgãos e entidades públicas em sua implementação;			
Decreto nº 7.256/2010 – Aprova a Estrutura Regimental da SDH/PR;			
Decreto nº 7053/2009 – Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;			
Decreto nº 6.980/2009 e Decreto nº 6.998/2009 – Estrutura regimental e quadro demonstrativo de cargos em comissão;			
Decreto de 11/10/2007 – Comissão Nacional Intersetorial para Acompanhamento e Implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária –			

PNCFC Decreto de 11/10/2007 – Comissão Intersetorial de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes; Decreto de 13/7/2006 – Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo; Decreto de 26/6/2006 – Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil – CNPCT; Decreto de 03/5/2006 – Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia; Decreto nº 5.296/2004 – Comitê de Ajudas Técnicas; Decreto nº 5.109/2004 – Estruturação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI; Decreto de 31/7/2003 – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo; Decreto nº 3.952/2001 – Criação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD; Decreto nº 3.951/2001 – Conselho da Autoridade Central Administrativa Federal contra o Sequestro Internacional de Crianças; Decreto nº 3.518/2000 – Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas; Decreto nº 3.298/1999 – Regulamenta a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Decreto nº 3.174/1999 – Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras em matéria de Adoção Internacional de Crianças; Decreto nº 1.196/1994 – Gestão e Administração do FNCA; Decreto nº 7.388/2010 – Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD; Decreto nº 8.154/2013 – Regulamenta o funcionamento do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, a composição e o funcionamento do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e dispõe sobre o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Decreto nº 8162/2013 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da SDH/PR e remaneja cargos em comissão; Portaria SEDH nº 1.598/2009 – Gestão do PPA na SDH/PR; Portaria SEDH nº 22/2005 (DOU – 23/02/2005) – Regimento Interno; Portaria SEDH nº 98/2003 – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH; Portaria SDH nº 766/2013 – Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT; Portaria SDH nº 1.234/2013 – Dispõe sobre o cadastramento de Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente para encaminhamento à Secretaria da Receita Federal do Brasil; Resolução CDDPH nº 14/2004 – Coordenação Nacional dos Programas de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos; Resolução nº 07/2010 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI – Institui critérios para a utilização do FNI e dá outras providências; Resolução nº 03/2010 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI – Dispõe sobre a criação do Cadastro Nacional dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa; Resolução CNDI nº 14/2011 – Criação de um grupo de trabalho para elaboração de critérios para utilização do Fundo Nacional do Idoso; Resolução nº 18/2012 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI – Dispõe sobre aprovação do Regimento Interno do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI, consoante disposto no art. 2º, VIII do Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004; Resolução nº 19/2013 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI – Estabelece critérios para a utilização dos recursos do Fundo Nacional do Idoso e para o seu funcionamento.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada
Programa Nacional de Direitos Humanos (Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro 2009)
Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Pessoa Idosa (Publicação impressa de 2005)
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Publicação impressa de 10 de dezembro de 2006)
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Resolução CONANDA n.º 119, de 11 de dezembro de 2006)
Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – 2006 (Resolução Conjunta CNAS-CONANDA nº 1, de 13 de dezembro de 2006)
II Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Portaria SDH/PR nº 643/2008)
Programa Nacional de Acessibilidade (Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004)
Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver Sem Limite (Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011)
Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – 2006 (Resolução Conjunta CNAS-CONANDA nº 1, de 13 de dezembro de 2006)
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
110244	Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
207001	Fundo Nacional do Idoso
110198	Secretaria de Direitos Humanos – Rec.Ext.
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110244	00001
207001	00001
110198	00001

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR é um órgão essencial da Presidência da República que tem como missão garantir que políticas públicas para a defesa e a promoção dos direitos humanos sejam formuladas e implementadas na sociedade brasileira. Seu principal escopo de atuação é na articulação de políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal, buscando assegurar a transversalidade dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes. As principais competências da SDH/PR são: a) formular diretrizes que orientem as políticas públicas em direitos humanos para as crianças e adolescentes, as pessoas com deficiência, as lésbicas, os gays, bissexuais, transexuais e travestis, idosos e para outros grupos específicos em situação de vulnerabilidade; b) articular parcerias com órgãos governamentais dos três poderes, com estados e municípios, com a sociedade civil e com organizações internacionais para a formulação e o cumprimento de políticas públicas para promoção e defesa dos direitos humanos; c) receber e encaminhar informações; d) implementar serviços de proteção a pessoas ameaçadas; e coordenar o Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas. A SDH/PR atua como ouvidora-geral da cidadania.

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR foi criada pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Suas competências foram atualizadas com a edição da Lei nº 12.134/2010 e do Decreto nº 7.256/2010, apresentando atualmente a seguinte forma:

- 1) assessorar direta e imediatamente o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes voltadas:
 - a. à promoção dos direitos da cidadania, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias; e
 - b. à defesa dos direitos das pessoas com deficiência e promoção da sua integração à vida comunitária;
- 2) coordenar a política nacional de direitos humanos, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH,
- 3) articular iniciativas e apoiar projetos voltados para a proteção e promoção dos direitos humanos em âmbito nacional, tanto por organismos governamentais, incluindo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, quanto por organizações da sociedade;
- 4) exercer as funções de ouvidoria nacional de direitos humanos, da criança, do adolescente, do idoso e das minorias;
- 5) atuar em favor da ressocialização e da proteção dos dependentes químicos, sem prejuízo das atribuições dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD;

- 6) coordenar assuntos, ações governamentais e medidas referentes a pessoas com deficiência;
- 7) exercer as atribuições de Órgão Executor Federal do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas¹;
- 8) atuar como Autoridade Central Administrativa Federal, a que se refere o art. 6º da Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, de Haia²;
- 9) atuar como Autoridade Central Administrativa Federal, a que se refere o art. 6º da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, de Haia³;
- 10) atuar como a Autoridade Central a que se refere o art. 7º da Convenção Interamericana sobre Restituição Internacional de Menores, de Montevideu⁴;
- 11) encaminhar ao Presidente da República propostas de atos necessários para o cumprimento de decisões de organismos internacionais motivadas por violações dos direitos humanos, assim como realizar eventual pagamento de valores decorrentes;
- 12) proceder ao pagamento de indenizações decorrentes de decisões da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; e
- 13) coordenar o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua, nos termos do Decreto nº 7.053/2009.

E, ainda, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores e com a Advocacia Geral da União, faz a representação brasileira junto aos organismos internacionais de direitos humanos da Organização das Nações Unidas – ONU (Conselho de Direitos Humanos, Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos e Comitês ligados aos Pactos e Convenções Internacionais sobre direitos humanos) e da Organização dos Estados Americanos – OEA (Comissão e Corte Interamericanas de Direitos Humanos).

Por fim, registre-se que integra a estrutura da Secretaria uma série de Conselhos, Comissões e Comitês, além de outros espaços institucionais de interlocução que exemplificam os aspectos de articulação e mobilização que caracterizam a Pasta. São eles:

Conselhos Nacionais (Decreto nº 6.980/2009, Anexo I, Art. 2º, III):

- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CONADE
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD

Conselhos Específicos:

- Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras em matéria de Adoção Internacional de Crianças (Decreto nº 3.174/1999, Art. 5º)
- Conselho Deliberativo do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas (Decreto nº 3.518/2000, Art. 2º, I)

¹ Instituído pelo art. 12 da Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1.999.

² Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 14 de janeiro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999.

³ Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 79, de 15 de setembro de 1999, e promulgada pelo Decreto nº 3.413, de 14 de abril de 2000.

⁴ Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 3, de 7 de fevereiro de 1994, e promulgada pelo Decreto nº 1.212, de 3 de agosto de 1994

- Conselho da Autoridade Central Administrativa Federal contra o Seqüestro Internacional de Crianças (Decreto 3.951/2001, Art. 3º)

Comissões:

- Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº 9.140/1995, Art. 4º)
- Comissão Interministerial de Avaliação de casos de pessoas atingidas pela hanseníase (Lei nº 11.520/2007, Art. 2º; § 1º)
- Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Decreto de 31/7/2003)
- Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Decreto de 13/7/2006)
- Comissão Intersetorial de Enfrentamento a Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Decreto de 11/10/2007)
- Comissão Nacional Intersetorial para Acompanhamento e Implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária – PNCFC (Decreto de 11/10/2007)

Comitês:

- Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7053/2009, Art. 9º)
- Comitê Gestor Nacional do Plano Social Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica (Decreto nº 6.289/2007)
- Comitê Gestor de Políticas de Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente (Decreto nº 6.230/2007)
- Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD (Decreto nº 6.215/2007)
- Comitê de Ajudas Técnicas (Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004)
- Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura no Brasil – CNPCT (Decreto de 26/6/2006)
- Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH (Portaria SDH/PR nº 98/2003, Art. 1º)
- Comitê de Acompanhamento e Monitoramento do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH3 (Decreto nº 7037/2009)

Fórum:

- Fórum Nacional de Ouvidores de Policia (Decreto de 03/5/2006)

Coordenação colegiada:

- Coordenação Nacional dos Programas de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (Resolução CDDPH nº 14/2004)

No âmbito do PPA 2012-2015, ficaram sob a responsabilidade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República os seguintes Objetivos:

- 1) 0259 - Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.;
- 2) 0260 - Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade;
- 3) 0435 - Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos;

- 4) 0575 - Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação;
- 5) 0442 - Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência;
- 6) 0568 - Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência;
- 7) 0736 - Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia;
- 8) 0254 - Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica;
- 9) 0255 - Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos;
- 10) 0256 - Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa;
- 11) 0257 - Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais;
- 12) 0258 - Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos;
- 13) 0742 - Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua;
- 14) 0972 - Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro;
- 15) 0973 - Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição;
- 16) 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão;
- 17) 0975 - Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

O ORGANOGRAMA FUNCIONAL encontra-se em anexo, em observância à DECISÃO NORMATIVA – TCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013.

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos finalísticos sob responsabilidade da SDH/PR estão ligados à implementação de três programas constantes do Plano Plurianual 2012 – 2015:

- 2062 – Programa de Promoção de Direitos de Crianças e Adolescentes;
- 2063 – Programa de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência; e
- 2064 – Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos.

A situação desses programas em 2013 é apresentada no item 2.3 mais adiante.

1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO

A unidade da SDH/PR responsável pelos macroprocessos de apoio ao órgão é a Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos – SGPDH. Os macroprocessos de apoio são:

- Gestão de Convênios;
- Planejamento e Orçamento;
- Execução Orçamentária e Financeira;
- Licitações e Contratos;
- Tecnologia da Informação;
- Serviços Gerais; e
- Gestão de Pessoas.

Em 2003, mesmo ano da criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos como órgão vinculado à Presidência da República e detentor de status ministerial, foi publicado o Decreto n.º 4.939, que atribuiu ao Ministério da Justiça a responsabilidade pela execução das atividades de administração de pessoal, material, patrimônio, serviços gerais e de orçamento e finanças relativas à então SEDH até que o novo órgão estivesse devidamente estruturado para exercê-las.

No início de 2011, decorridos oito anos da edição do referido decreto, ainda persistia um elevado grau de dependência administrativa da Secretaria de Direitos Humanos em relação ao Ministério da Justiça, o que acarretava um duplo ônus aos dois órgãos: pelo lado do Ministério da Justiça, a manutenção, por tanto tempo, das atividades realizadas na SDH vinha comprometendo parcela significativa de sua própria estrutura de pessoal, dos recursos orçamentários disponíveis e dos recursos logísticos que ainda tinham de ser compartilhados por outros órgãos mantidos pelo MJ e pelas suas próprias unidades administrativas. Pelo da SDH, a ausência de uma linha de ação mais clara e contundente em prol de sua emancipação lhe impunha limites quase sempre muito estreitos à reorganização de seus processos administrativos.

Neste sentido, elegeu-se ainda em janeiro de 2011 a emancipação administrativa como uma das linhas de atuação prioritárias da SGPDH, com o intuito de dotar a SDH das estruturas necessárias à governança e à gestão de seus próprios meios, eliminando-se, tanto quanto possível, a realização de processos administrativos por outros órgãos ou unidades da Administração Pública Federal.

As tabelas a seguir apresentam, de forma resumida, a situação dos macroprocessos afetos a cada uma das áreas que integram a SGPDH, confrontando a situação de dezembro de 2010 com a de dezembro de 2013.

Área: Gestão de Convênios				
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2013
1	Elaboração e publicação de Edital de Seleção	SDH	SDH	SDH
2	Análise e seleção de projetos	SDH	SDH	SDH
3	Análise técnica e instrução processual	SDH	SDH	SDH
4	Análise jurídica do Termo de Convênio	SAJ / CC / PR	SAJ / CC / PR	SDH
5	Formalização, assinatura e publicação	SDH	SDH	SDH
6	Acompanhamento e Fiscalização	SDH	SDH	SDH
7	Análise de Prestação de Contas	SDH	SDH	SDH
% de internalização de macroprocessos		87,5%	87,5%	100,0%

Área: Planejamento e Orçamento				
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2013
1	Monitoramento e Gestão do PPA	SDH	SDH	SDH
2	Gestão do Orçamento	SDH	SDH	SDH
3	Gestão das arrecadações de fundos (FNCA, FNI)	SDH	SDH	SDH
4	Definição dos limites orçamentários da SDH	SG / PR	SG / PR	SG / PR
5	Elaboração da proposta orçamentária da SDH	SDH	SDH	SDH
6	Monitoramento da execução dos programas	SDH	SDH	SDH
7	Detalhamento da despesa	SDH	SDH	SDH
% de internalização de macroprocessos		90,0%	90,0%	90,0%

Área: Execução Orçamentária e Financeira				
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2013
1	Descentralização de créditos orçamentários	SDH	SDH	SDH
2	Programação Financeira	SDH	SDH	SDH
3	Detalhamento de recursos orçamentários	SDH	SDH	SDH
4	Realização de transferências voluntárias	SDH	SDH	SDH
5	Apropriação e liquidação de despesas	SDH	SDH	SDH
6	Realização de pagamentos diversos	SDH	SDH	SDH
7	Acompanhamento dos gastos com passagens	SDH	SDH	SDH
8	Conformidade de registro de gestão	SDH	SDH	SDH
% de internalização de macroprocessos		100,0%	100,0%	100,0%

Tabela 3.3 – Percentual de desvinculação da área de Execução Orçamentária e Financeira

Área: Licitações e Contratos				
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2013
1	Formalização da demanda	SDH	SDH	SDH
2	Elaboração do Termo de Referência	SDH	SDH	SDH
3	Realização das pesquisas de mercado	MJ	SDH	SDH
4	Elaboração da Minuta de Edital e de Contrato	MJ	SDH	SDH
5	Análise Jurídica	MJ	MJ	SDH
6	Procedimento Licitatório	MJ	SDH	SDH
7	Contratação	MJ	SDH	SDH
8	Gestão do Contrato	MJ	SDH	SDH
% de internalização de macroprocessos		25,0%	87,5%	100,0%

Área: Tecnologia da Informação				
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2013
1	Governança de TI	MJ	SDH	SDH
2	Gestão de serviços de TI	MJ	SDH	SDH
3	Gestão de segurança da informação	MJ	SDH	SDH
4	Gestão de infraestrutura de TI	MJ	SDH	SDH
5	Gestão de sistemas informatizados	MJ	SDH / MJ	SDH
6	Desenvolvimento de sistemas de informação	MJ	SDH	SDH
7	Aquisições de bens e serviços de TI	MJ	SDH	SDH
8	Gestão de contratos de TI	MJ	SDH	SDH
9	Gestão de ativos	MJ	SDH	SDH
10	Gestão da informação	MJ	SDH	SDH
% de internalização de macroprocessos		0%	95,0%	100,0%

Área: Serviços Gerais				
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2013
1	Gestão da frota de veículos oficiais	MJ	SDH	SDH
2	Arquivo central / almoxarifado	MJ	MJ	SDH
3	Telefonia Móvel / Telefonia Fixa	MJ	SDH / MJ	SDH / MJ
4	Brigada / Segurança Patrimonial	MJ	MJ	MJ
5	Serviços Gráficos / Carimbos / Chaveiro	MJ	SDH	SDH
6	Serviços Terceirizados (Recepção / Protocolo)	MJ	SDH	SDH
7	Serviços Terceirizados (Copa / Motoristas)	MJ	SDH	SDH
8	Limpeza / Manutenção Predial	MJ	MJ	MJ
9	Inventário / Patrimônio	MJ	MJ	MJ
10	Manutenção de redes elétrica e de dados	MJ	SDH	SDH
11	Serviços Postais	MJ	MJ	MJ
% de internalização de macroprocessos		0%	54,5%	59,0%

Área: Gestão de Pessoas				
MACROPROCESSO		ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2010	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2012	ÓRGÃO EXECUTOR EM DEZ/2013
1	Elaboração e execução de plano de capacitação	SDH / MJ	SDH	SDH
2	Processos de requisição de pessoal	SDH	SDH	SDH
3	Processos de nomeação, posse e exoneração	MJ	SDH / MJ	SDH / MJ
4	Benefícios (ajuda de custo, auxílio moradia, ...)	MJ	SDH	SDH
5	Gestão de folha de pagamento	MJ	MJ	MJ
6	Administração de cadastro e pastas funcionais	SDH / MJ	SDH	SDH
7	Orientações e normas relativas a pessoal	MJ	SDH	SDH
% de internalização de macroprocessos		15,0%	65,0%	65,0%

Os fatores de evolução entre 2010 e 2012 já foram comentados no Relatório do ano passado. O principal fator de evolução entre 2012 e 2013 deve-se à criação na estrutura da SDH, pelo Decreto n.º 8.162, de 18 de dezembro de 2013, da Assessoria Jurídica própria do órgão. Antes desse Decreto a SDH contava com o apoio a Assessoria Jurídica do Ministério da Justiça para análise de seus processos de licitações e contratos e com a Subchefia de Assuntos Jurídicos – SAJ da Presidência da República para análise de seus processos de convênios e termos de parceria, bem como para demais consultas jurídicas.

Atribuindo-se às sete áreas pesquisadas o mesmo peso no processo geral de desvinculação administrativa e considerando os percentuais aferidos em 2010 e em 2013 como medidas da internalização dos respectivos macroprocessos, obtemos um valor para quantificar o status atual de emancipação administrativa da Secretaria de Direitos Humanos. Os resultados estão dispostos no gráfico abaixo que evidenciam uma tendência constante de ampliação da autonomia do órgão.



1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS

No quadro abaixo, estão relacionados os principais parceiros que atuam na execução dos macroprocessos da SDH. Assim, objetivando melhor entendimento e clareza, o quadro esta dividido por Programas desta pasta, bem como os Estados partícipes e valores envolvidos. Cabe esclarecer que estão listados os programas tanto do PPA 2008-2011 quanto do PPA 2012-2015, tendo em vista que algumas parcerias firmadas, durante a vigência do PPA antigo, ainda estavam em curso ao longo de 2013.

Programa	Esfera Administrativa	Conveniente	UF
0073 - Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes	ESTADUAL	SECRETARIA DA JUSTICA E DOS DIREITOS HUMANOS	RS
		SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADANIA E TRABALHO	GO
		DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUI	PI
		MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO ACRE	AC
		GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARA	CE
		RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIARIO	RS
		ESTADO DO AMAPA	AP
		ESTADO DO MARANHAO - SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA - SEDIHC	MA
		SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MG	MG
		ESTADO DO ACRE	AC
		ESTADO DO MARANHAO - SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER/SEMU	MA
		ESTADO DE SERGIPE	SE
	MUNICIPAL	LAURO DE FREITAS PREFEITURA	BA
		FUNDACAO DA CRIANCA E DA FAMILIA CIDADA - FUNCÍ	CE
		PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GONGALO DO AMARANTE	CE
		MUNICIPIO DE JOINVILLE	SC
	PRIVADA	CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE DO DISTRITO FEDERAL	DF
		CENTRO DE REFERENCIA, ESTUDOS E ACOES SOBRE CRIANCAS E ADOLESCENTES - CECRIA	DF
		MOVIMENTO REPUBLICA DE EMAUS	PA
		COLETIVO MULHER VIDA	PE
		FUNDACAO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO DE MATO GRO	MS

		INSTITUTO BRASILEIRO DE INOVACOES PRO-SOCIEDADE SAUDAVEL CEN	MS
		ASSOCIACAO BRASILEIRA TERRA DOS HOMENS	RJ
		INSTITUTO ALIANCA COM O ADOLESCENTE	BA
		CENTRO DA MULHER 8 DE MARCO	PB
0152 - Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei - Pró-Sinase	ESTADUAL	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS	TO
		SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	RJ
		SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA	PI
		INSTITUTO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO ESPIRITO SANTO - IASES	ES
		SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS	MG
		MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO	MT
		SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	CE
		FUNDACAO ESTADUAL DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE - FUNDAC	RN
		SECRETARIA DE ESTADO DA FAMILIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL SEDS	PR
		SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTENCIA SOCIAL E CIDADANIA	AM
		FUND DESENV DA CRIANCA E DO ADOLESC A DE ALMEIDA FUNDAC	PB
		FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO DO RIO GRANDE DO SUL	RS
		SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E SEGURANCA PUBLICA - MS	MS
		FUNDACAO DA CRIANCA E ADOLESCENTE	BA
		ESTADO DE RORAIMA	RR
		FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIO-EDUCATIVO	PE
		SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA - SEJUS	RO
		SECRETARIA DE ESTADO DA PROMOCAO DA PAZ	AL
		FUNDACAO DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	MA
		SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E CIDADANIA	SC
		IAJ - INSTITUTO DE ACESSO A JUSTICA	RS
		SECRETARIA DE ESTADO DA CRIANCA DO DISTRITO FEDERAL	DF
	PRIVADA	CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE GLORIA DE IVONE	TO

		CEDECA- CENTRO DE DEFESA DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	CE
		INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRACAO MUNICIPAL IBAM	RJ
0153 - Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente - Convênio	ESTADUAL	FUNDACAO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO PARA - FASEPA	PA
		SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANCA PUBLICA	MT
		SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	MS
		FUNDACAO DE PROTECAO ESPECIAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS
	MUNICIPAL	FUNDACAO CRIANCA DE SAO BERNARDO DO CAMPO	SP
		MUNICIPIO DE LAJEADO	RS
	PRIVADA	INSTITUTO DA INFANCIA-IFAN	CE
		ACONCHEGO GRUPO DE APOIO A CONVIVENCIA FAMILIAR E COMUNITARIA	DF
		INSTITUTO CULTURAL SAO FRANCISCO DE ASSIS	RS
		CENTRO DE DIREITOS HUMANOS E ED.POPULAR DE CAMPO LIMPO	SP
		SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA	GO
		AUCUBA PESQUISA E DOCUMENTACAO	PE
		ANDI AGENCIA DE NOTICIAS DOS DIREITOS DA INFANCIA	DF
		ORGANIZACAO SOCIAL AMOR E VIDA - SAVI	AC
		SAFERNET BRASIL	BA
		INSTITUTO BRAS DE INOVACOES EM SAUDE SOCIAL	RJ
		FUNDACAO EDUCACIONAL ENCOSTA INFERIOR DO NORDESTE	RS
		INSTITUTO DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	DF
0154 - Garantia e Acesso a Direitos	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTNCIA SOCIAL - SEAS	RO
		SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER, DA CIDADANIA E DOS DIREITOS HUMANOS	AL
		AUTARQUIA UNIVERSIDADE DO SUDOESTE	BA
		GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO CE	CE
		SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - RJ	RJ
		SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEADES	AL
		SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	PB
		SECRETARIA DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	BA

		SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH	PA
		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	PE
	MUNICIPAL	MUNICIPIO DE TERESINA	PI
		MUNICIPIO DO RECIFE	PE
		MUNICIPIO DE NOVO HAMBURGO	RS
	PRIVADA	ASSOCIACAO DANIEL COMBONI	MA
		INSTITUTO EDUCACAO E CIDADANIA	MG
		CENTRO DEFESA DIR HUMANOS DE PRS GRUPO A JUSTICA E PAZ	RJ
		UNIAO PLANETARIA	DF
0670 - Proteção a Pessoas Ameaçadas	PRIVADA	CENTRO BRASILEIRO DE PROTAGONISMO JUVENIL - CPJ	GO
		AGENCIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - VALOR	DF
		CARITAS DIOCESANA DE NOVA IGUACU	RJ
		CENTRO POPULAR DE FORMACAO DA JUVENTUDE	DF
	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA E DA CIDADANIA	RN
		SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS	MA
		SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PUBLICA	SC
		PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DO ESTADO DO AMAZONAS	AM
		SECRETARIA DA JUSTICA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARA	CE
1078 - Programa Nacional de Acessibilidade	ESTADUAL	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	RN
		SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIENCIA	AM
		FUNDACAO DE ARTICULACAO E DES DE POLIT PUB P PES PORTADORAS DE DEFICIENCIA E DE ALTAS HABILIDADES NO RGS-FADERS	RS
		SECRETARIA ESTADUAL PARA INCLUSAO DA PESSOA COM DEFICIENCIA - SEID	PI
	MUNICIPAL	MUNICIPIO DE UBERLANDIA	MG
1086 - Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - AC	AC
	MUNICIPAL	MUNICIPIO DE CANOAS	RS
		MUNICIPIO DE SAO CARLOS	SP
		MUNICIPIO DE RIO CLARO	SP
		JOAO PESSOA PREFEITURA	PB
		MUNICIPIO DE SAO LUIS	MA
	PRIVADA	AMA ASSOCIACAO DE AMIGOS DO AUTISTA	SP

		INSTITUTO DE COMUNICACAO, ESTUDOS E CONSULTORIA - PRIMEIRO PLANO	SC
		ASSOCIACAO DE VOLTA PARA CASA	SP
		APARU ASSOCIACAO DOS PARAPLEGICOS DE UBERLANDIA	MG
		ASSOCIACAO DOS DEFICIENTES VISUAIS DO ESTADO DE GOIAS	GO
1402 - Educação em Direitos Humanos	ESTADUAL	SECRETARIA ESTADUAL DE POLITICAS PARA AS MULHERES	RS
		ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SECRETARIA DA SEGURANCA PUBLICA	RS
		PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DE MINAS GERAIS	MG
		UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL	RS
	PRIVADA	TERRA DE DIREITOS	PR
		REPORTER BRASIL - ORGANIZACAO DE COMUNICACAO E PROJETOS SOCIAIS	SP
		ASSOCIACAO NACIONAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	RS
		COMISSAO DOS DIREITOS HUMANOS DE PASSO FUNDO	RS
		CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E EDUCACAO POPULAR DO ACRE - CDDHEP/AC	AC
		INSTITUTO PALAVRACOES	RS
		ACAO EDUCATIVA ASSESSORIA PESQUISA E INFORMACAO	SP
		FABRICA DE IMAGENS ACOES EDUCATIVAS EM CIDADANIA E GENERO	CE
		CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL	RS
		CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL	MG
		ASSOCIACAO BRASILEIRA ORGANIZACOES NAO GOVERNAMENTAIS	SP
2062 - Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS - SEJUDH	AC
		ESTADO DO MARANHAO - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO MARANHAO	MA
		DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA	CE
		DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	MG
		SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A POBREZA-SEDES	BA
		DEFENSORIA PUBLICA -GERAL DO ESTADO DO ACRE	AC
		SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E	SC

		HABITACAO	
		SECRETARIA DA CRIANCA E DA JUVENTUDE - GOVERNO DE PERNAMBUCO	PE
		SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS - ES	ES
		FUNDACAO PARA A INFANCIA E ADOLESCENCIA FIA/RJ	RJ
		DEFENSORIA PUBLICA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL	MS
		FUNDACAO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS	TO
		SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL	TO
	PRIVADA	FUNDACAO APOLONIO SALES DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL	PE
		ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DE PESQUISA E APOIO A ADOCAO - AMPARA	MT
		INSTITUTO PAULINE REICHSTUL DE EDUCACAO TECNOLOGICA, DIREITOS HUMANOS, ASSISTENCIA TECNICA E DEFESA DO MEIO AMBIENTE	MG
		ASSOCIACAO DE APOIO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE - AMENCAR	RS
		CENTRO ARTISTICO CULTURAL BELEM AMAZONIA	PA
		ASSOCIACAO PARAENSE DE APOIO AS COMUNIDADES CARENTES	PA
		FUNDACAO DE APOIO A UNIVERSIDADE DE SAO PAULO	SP
		IMAGEM DA VIDA	SP
		INSTITUTO TRIBOS JOVENS	BA
		ASSOCIACAO BENEFICENTE O PEQUENO NAZARENO	CE
		CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE CEDEDICA	RS
		INSTITUTO VIDA SAO PAULO	SP
		INSTITUTO DE CAPACITACAO E INTERVENCAO PSICOSSOCIAL PELOS DIREITOS DA CRIANCA E ADOLESCENTE EM SITUACAO DE RISCO	DF
		AVANTE- EDUCACAO E MOBILIZACAO SOCIAL	BA
		CENTRAL DE OPORTUNIDADES	RJ
		CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	RJ
		OBSERVATORIO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO-OF/RJ	RJ
		ASSOCIACAO DE UMBANDA E CANDOMBLE DE CODO E REGIAO	MA
		FED DE INSTIT BENF DE INICIAT PART DO RJ	RJ

		SOCIEDADE DE ESTUDOS MULTIPLOS, ECOLOGICA E DE ARTES - SOCIEDADE SEMEAR	SE
		FUNDACAO DE APOIO CIENTIFICO E TECNOLÓGICO DO TOCANTINS	TO
2063 – Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL	PA
		FUNDACAO CENTRO INTEG DE APOIO AO PORT DE DEFICIENCIA	PB
	MUNICIPAL	SECRETARIA MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIENCIA E MOBILIDADE REDUZIDA	SP
		MUNICIPIO DE GARANHUNS	PE
		CUIABA PREFEITURA MUNICIPAL	MT
		MUNICIPIO DE JABOATAO DOS GUARARAPES	PE
		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	AL
		ITUPIRANGA PREFEITURA	PA
		SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DE FORTALEZA	CE
		PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS	SP
	PRIVADA	CENTRO DE VIDA INDEPENDENTE DO RIO DE JANEIRO	RJ
		FEDERACAO DAS FRATERNIDADES CRISTAS DE PESSOAS COM DEFICIENCIA DO BRASIL FCD/BR	CE
		ASSOCIACAO BRASILEIRA PARA A ACAO POR DIREITOS DAS PESSOAS COM AUTISMO (ABRACA)	CE
		ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE	AC
		CENTRO ESPEC NEURO PSICOLOGICO CENEUP UNID EDUC INTEGRA	PE
		FEDERACAO DAS ASSOCIACOES PESTALOZZI DO ESTADO DE GOIAS	GO
		ASSOCIACAO DOS AMIGOS E PAIS DE PESSOAS ESPECIAIS	AL
		FUNDACAO DORINA NOWILL PARA CEGOS	SP
2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	ESTADUAL	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA	PA
		ESTADO DA PARAIBA	PB
		SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DO DISTRITO FEDERAL	DF
		FUNDACAO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO	MT
		DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DA BAHIA	BA
		DISTRITO FEDERAL	DF
		SECRETARIA DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA	SP
		SECRETARIA DE POLITICAS PARA AS MULHERES- SPM	BA

		SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTICA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - SEJU	PR
		RIO GRANDE DO SUL DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO RS	RS
	MUNICIPAL	MUNICIPIO DE PINHAIS	PR
		MUNICIPIO DE SAO FELIX DO PIAUI	PI
		SAPUCAIA DO SUL PREFEITURA	RS
		MUNICIPIO DE DOURADOS	MS
		SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	SP
		PREFEITURA MUNICIPAL DE VERANOPOLIS	RS
	PRIVADA	ASSOCIACAO JESUITA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL	GO
		COMCAUSA	RJ
		INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICACAO SOCIAL	SP
		INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS -IDDH	SC
		ADEDH ASSOCIACAO EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS COM ENFOQUE NA SEXUALIDADE	SC
		ANIS - INSTITUTO DE BIOETICA, DIREITOS HUMANOS E GENERO	DF
		INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL - INDES	CE
		CENTRO PARANAENSE DA CIDADANIA - CIDADANIA E QUALIDADE DE VIDA	PR
		GRUPO DE APOIO A PREVENCAO A AIDS DA BAHIA	BA
		CENTRO DE DEFESA DA VIDA E DOS DIREITOS HUMANOS CARMEM BASCARAN	MA
		CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS	SP
		INSTITUTO DE EDUCACAO INTEGRADA GAROTOS SEM FRONTEIRAS - IEIG SF	DF
		CENTRO DE DIREITOS HUMANOS DE PALMAS	TO
		ABEP ASSOCIACAO BENEFICENTE ENSINE A PESCAR	RS
		ASSOCIACAO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS E AGRICULTORES FAMILIARES DE ANDRADAS, CALDAS E IBITIURA DE MINAS - APPRAF/MG	MG
		ASSOCIACAO DO VOLUNTARIADO E DA SOLIDARIEDADE	RS
		CARITAS BRASILEIRA	DF
		ASSOCIACAO S.O.S. IDOSOS	SP
		JUSPOPULI - ESCRITORIO DE DIREITOS HUMANOS	BA

2102 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos	ESTADUAL	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	RS

No quadro seguinte, estão relacionadas as Instituições da Esfera Administrativa Federal com as quais foram firmados Termos de Cooperação.

ESFERA ADMINISTRATIVA	INSTITUIÇÃO	UF
FEDERAL	FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADM. PUBLICA	DF
	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASILIA - FUB	DF
	INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL/CAMPUS PORTO ALEGRE	RS
	AGENCIA BRASILEIRA DE COOPERACAO - ABC	DF
	AO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	TO
	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA	PB
	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	PA
	UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	MG
	UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL	SC
	COORDENACAO-GERAL DE ORCAMENTO E FINANÇAS	DF
	FUNDACAO IBGE-ADMINISTRACAO CENTRAL/RJ	RJ

2 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE

Sob coordenação da Secretaria Executiva foram elaborados, para fins de consumo interno, planos de ação para cada uma das Secretarias Nacionais finalística e para a Secretaria de Gestão, tendo por base norteadora o PPA bem como o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH.

No que se refere ao seu Planejamento Estratégico Institucional – PEI, a SDH aderiu ao processo licitatório conduzido pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão que pretende contratar empresas especializadas na condução, por meio de metodologia *BSC – Balance Score Card*, o processo de construção do PEI de diversos órgãos da Administração Pública Federal. Também está prevista nesse processo licitatório a contratação de empresa especializada para a condução do processo de instalação dos escritórios de projetos e de processos. A previsão é de que essa licitação esteja concluída em 2014 com viabilidade de assinatura dos contratados com as empresas no final do primeiro semestre.

2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.2.1 Programa Temático

QUADRO II – PROGRAMA TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	0901				
Título	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera		a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS		N/A	82.446,00	458.000,00	N/A
Orçamento de Investimentos - OI		N/A	0,00	0,00	
Outras Fontes		N/A	0,00	0,00	
Total		N/A	82.446,00	458.000,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
72.000,00	66.000,00	66.000,00	0,00	6.000,00	N/A
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	424.034,00	Dotação OI	N/A	Outras Fontes	N/A

Fonte: Siai Gerencial

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2062			
Título	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)				
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	N/A	141.828.660,00	163.473.338,00	N/A
Orçamento de Investimentos - OI	N/A	0,00	0,00	
Outras Fontes	N/A	0,00	0,00	
Total	N/A	141.828.660,00	163.473.338,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013				(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2013				
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento

e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
121.732.618,00	6.536.521,00	5.503.848,00	1.032.673,64	115.196.096,43	N/A
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	8.968.472,33	34.333.072,64	34.278.131,90	5.022.324,24	14.067.475,46
Processados	0,00	0,00	130.000,00	77.245,97	3.765.890,30

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	163.473.338,00	Dotação OI	N/A	Outras Fontes	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2063				
Título	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	N/A	13.608.997,00	29.193.962,00	N/A	
Orçamento de Investimentos - OI	N/A	0,00	0,00		
Outras Fontes	N/A	0,00	0,00		
Total	N/A	13.608.997,00	29.193.962,00		
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
9.104.388,28	3.706.913,64	3.706.913,64	0,00	5.397.474,64	N/A
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	1.529.598,02	5.493.247,74	5.492.083,03	1.591.743,02	3.649.483,36
Processados	0,00	0,00	575.026,20	0,00	0,00

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	29.193.962,00	Dotação OI	N/A	Outras Fontes	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2064			
Título	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos			
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)				
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	N/A	118.994.637,00	104.750.880,00	N/A

Orçamento de Investimentos - OI		N/A	0,00	0,00	
Outras Fontes		N/A	0,00	0,00	
Total		N/A	118.994.637,00	104.750.880,00	
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
72.105.547,85	40.456.855,47	40.456.855,47	0,00	31.648.692,38	N/A
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	4.596.613,76	34.029.032,80	34.029.032,80	1.915.583,29	2.851.383,10
Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	160.848,42

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	104.750.880,00	Dotação OI	N/A	Outras Fontes	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação do Programa de Governo					
Código Programa	2102				
Título	Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos				
Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	a) Global PPA 2012-2015	b) Dotação Posição final - 2012	c) Dotação Posição final - 2013	d) Remanescente (a-b-c)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	N/A	72.922.415,00	68.745.308,00	N/A	
Orçamento de Investimentos - OI	N/A	0,00	0,00		
Outras Fontes	N/A	0,00	0,00		
Total	N/A	72.922.415,00	68.745.308,00		
Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI em 2013					(em R\$ 1,00)
Lei Orçamentária 2013					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social					Orçamento de Investimento
e)Despesa Empenhada	f)Despesa Liquidada	g)Despesa Paga	h)Restos a Pagar (inscrição 2013)		i)Despesa Realizada
			h.1)Processados	h.2) Não Processados	
59.017.937,11	50.233.574,30	49.909.727,37	323.846,93	8.784.362,81	N/A
Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores					
Tipo	j)Posição em 1/01/2013	k)Valor Liquidado	l)Valor Pago	m)Valor Cancelado	n)Valor a Pagar
Não processados	936.799,27	10.772.634,31	10.772.634,31	1.886.783,89	2.874.046,55
Processados	0,00	0,00	453.222,76	0,00	13.573,69

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2013					
Dotação OFSS	68.988.937,00	Dotação OI	N/A	Outras Fontes	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

2.2.1.1 Análise situacional

Os programas acima listados, no que se refere à competência desta SDH, estão com sua execução conforme o planejamento.

2.2.2 Objetivo

QUADRO III – OBJETIVO

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento.		
Código	0259	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Código	2062

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Construir condições para extinção das unidades de internação impróprias no sistema socioeducativo	UN	-	4	4	-
02	Expandir e monitorar a implementação do Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual (PAIR) contra crianças e adolescentes nos municípios acima de 300 mil habitantes considerados de maior incidência conforme a Matriz Intersetorial	UN	-	73	77	-
03	Implantar serviços integrados de atendimento inicial a adolescentes em conflito com a lei nas 27 capitais	UN	-	0	0	-
04	Reduzir a taxa de crescimento da internação de adolescentes em conflito com a lei	%	-	9,72	9,72	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
N/A	N/A

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
Descrição	Estruturar os conselhos tutelares, fomentando condições adequadas de funcionamento e infraestrutura, com foco em áreas de maior vulnerabilidade.					
Código	0260	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos			
Programa	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes			Código	2062	

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Aprovar marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares	UN	-	0	0	-
02	Equipar 100% dos Conselhos Tutelares dos 1.000 municípios com menos IDI e IDH, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, com sede, computador, telefone e meio de transporte	UN	-	181	376	-
03	Implantar Conselho Tutelar referencial em municípios com mais de 300 mil habitantes, com padrão arquitetônico e de atendimento, equipagem e integração ao SIPIA CT, aos canais de denúncia nacional e locais, bem como aos Centros de Referência em Direitos Humanos	UN	-	0	0	-
04	Implantar Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas, com modalidade presencial integrada aos programas de ensino à distância	UN	-	10	16	-
05	Parametrizar e aprovar no CONANDA fluxos de atendimento e monitoramento para os conselhos tutelares	UN		0	0	
06	Universalizar os Conselhos Tutelares, estendendo-os a todos os municípios	UN		31	5.933	

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
N/A	N/A

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Induzir o desenvolvimento de políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes, com ênfase no fortalecimento dos conselhos de direitos.		
Código	0435	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Código	2062

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Aprovar marco legal que agilize o repasse de recursos do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente - FNCA - para Estados e Municípios para implementação de políticas de proteção, defesa e promoção dos direitos da criança e do adolescente.	UN	1	0	0	-
02	Aprovar no CONANDA o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Letal de Crianças e Adolescentes	UN	1	0	0	-
03	Constituir fórum intergovernamental da Política dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes	UN	1	1	1	-
04	Implantar a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, conforme item 4 da Resolução nº 7/29 do Conselho de Direitos Humanos da ONU	UN	1	1	1	-
05	Implantar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência (SIPIA CT) em municípios com mais de 100 mil habitantes	UN	299	175	261	-
06	Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) em 100% das Unidades da Federação que operam o programa	UN	1	0	0	-
07	Implantar o Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) nos programas de privação de liberdade nas 27 unidades da federação e nos programas em meio aberto nos municípios com mais de 100 mil habitantes	UN	22	10	32	-
08	Realizar a Reforma Política do CONANDA	UN	1	0	0	-

09	Universalizar Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, estendendo-os a todos os municípios	UN	5.570	5.447	5.447	-
10	Reduzir o índice de reincidência de adolescentes atendidos por medidas sócio-educativas	UN	-	0	0	-
11	Aprovar marco legal sobre proibição de castigos corporais	UN	1	0	0	-
12	Aprovar marco legal do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados (PPCAAM)	UN	1	0	0	-
13	Aprovar marco legal para instituição do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE)	UN	1	0	1	-
14	Aprovar no CONANDA o Plano Nacional Decenal do Sistema Socioeducativo e as Normas Nacionais de Referência de Atendimento Socioeducativo	UN	1	0	0	-
15	Aprovar no CONANDA o seu Plano Nacional de Comunicação	UN	1	0	0	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
N/A	N/A

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Promover os direitos de crianças e adolescentes garantindo o seu desenvolvimento integral, de forma não discriminatória, assegurando o seu direito de opinião e participação.				
Código	0575	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos		
Programa	Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes	Código	2062		

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Aumentar o percentual de adoções nacionais de crianças e adolescentes afrodescendentes, soro positivos, com deficiência e/ou grupo de irmãos	UN	-	0	0	-
02	Estabelecer protocolos de navegação segura de crianças e adolescentes na Internet	UN	-	1	1	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Construir condições para ampliação do acesso de crianças de 0 a 3 anos a Programas de cuidados à Primeira Infância nos municípios com mais de 300 mil habitantes
02	Desenvolver 03 campanhas anuais em temáticas referentes aos direitos da infância e da adolescência

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover a efetiva aplicação da política de garantia dos direitos das pessoas com deficiência.		
Código	0442	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Código	2063

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Apoiar os conselhos de direitos das pessoas com deficiência	UN	-	13	18	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Acompanhar a implementação de iniciativas que assegurem que pessoas com deficiência, beneficiárias do BPC, de 0 a 18 anos, estejam na escola
02	Acompanhar o preenchimento das vagas criadas pela política de cotas para pessoas com deficiência no serviço público federal e nas empresas privadas
03	Coordenar o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver Sem Limite visando a implementação e ampliação de suas metas
04	Definir conteúdos básicos e realizar capacitações em acessibilidade e em promoção de direitos da pessoa com deficiência
05	Implantar Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências nas diversas políticas
06	Promover capacitação para multiplicadores sobre a técnica de Orientação e Mobilidade
07	Concluir a análise de todos os processos de requerimento de pensão especial pela Comissão Interministerial de Avaliação que viabiliza a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase
08	Aprimorar marco legal e referenciais que garantam a efetivação da Convenção sobre os Direitos das

	Pessoas com Deficiência
09	Promover a interface entre os temas da pessoa com deficiência e da saúde mental
10	Promover ações para transversalizar a temática das pessoas com deficiência nas políticas de gênero, de igualdade racial e de povos indígenas
11	Promover a adoção de metas de desenvolvimento sustentável que contemplem a inclusão da pessoa com deficiência e a acessibilidade na esfera nacional e internacional
12	Promover ações de difusão de conhecimento e disseminação de informações sobre a temática da pessoa com deficiência

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência.		
Código	0568	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Código	2063

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Implantar as Centrais de interpretação da Língua Brasileira de Sinais	UN	-	7	44	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Acompanhar a ampliação da rede de reabilitação dirigida ao fornecimento de órteses e próteses com vistas a atender à demanda identificada pelo Ministério da Saúde
02	Acompanhar a criação do Centro Nacional de Referência em Tecnologia Assistiva - CNRTA e o estabelecimento de uma rede de pesquisa em tecnologia assistiva
03	Implantar, em parceria com outros órgãos, os centros de formação de treinadores e instrutores de cães-guia e centros de treinamentos de cães-guia
04	Apoiar e orientar a padronização de Produtos de Tecnologia Assistiva, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO) e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO)
05	Acompanhar a criação e execução do serviço de acolhimento institucional e promoção da autonomia das pessoas com deficiência em situação de dependência
06	Fomentar ações relacionadas à prevenção de deficiências e à segurança das pessoas com deficiência em situação de risco

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para garantir a utilização dos ambientes com segurança e autonomia.		
Código	0736	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção dos Direitos de Pessoas com Deficiência	Código	2063

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Acompanhar ações para incluir o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular
02	Acompanhar a implementação da acessibilidade nas escolas públicas: salas de recursos multifuncionais, nas edificações e entornos
03	Acompanhar a implementação da acessibilidade nas habitações construídas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, nos projetos do PAC 2 e de mobilidade urbana previstos no PAC-Copa 2014
04	Acompanhar a implementação da acessibilidade no transporte público e coletivo e a regulamentação do transporte complementar acessível
05	Articular ações de acessibilidade nas comunicações
06	Articular ações para o incentivo da acessibilidade em prédios e serviços públicos
07	Articular ações para o incentivo da acessibilidade em grandes eventos esportivos
08	Apoiar e orientar a normalização da acessibilidade, envolvendo o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (SINMETRO), o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
09	Apoiar estudos e pesquisas relacionados à acessibilidade

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Implementar a política de promoção do registro civil de nascimento e documentação básica		
Código	0254	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Código	2064

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Implantar 1.053 unidades interligadas de registro de nascimento nos estabelecimentos de saúde que realizam acima de 300 partos por ano e conveniados ao SUS	UN	1.053	796	1.014	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)

N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
01	Identificar, em todas as faixas etárias, a população brasileira não registrada e não documentada					
02	Implementar o Sistema Nacional de Informações de Registro Civil em todo o território nacional					
03	Realizar campanhas de orientação e formação de cultura de inclusão, a partir do registro civil de nascimento					

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos.				
Código	0255	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos		
Programa	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos			Código	2064

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Implantar 100 comitês estaduais e municipais de Educação em Direitos Humanos	UN	100	14	17	-
02	Realizar 100 oficinas anuais para formação de lideranças comunitárias e educadores populares através da Rede de Educação Cidadã	UN	400	1.097	3.137	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS						
Sequencial	Descrição da Meta					
01	Aprovar e implementar diretrizes gerais de Educação em Direitos Humanos					
02	Criar e manter o Comitê de Diversidade Religiosa					
03	Publicar semestralmente a Revista Direitos Humanos					
04	Realizar anualmente a Mostra de Cinema e Direitos Humanos					
05	Realizar anualmente o Prêmio Direitos Humanos					

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO					
Descrição	Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa.				
Código	0256	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos		
Programa	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos			Código	2064

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Aprovar marco regulatório para definir padrão de funcionamento e custos das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILP) e dos Centros Dia para Idosos
02	Elaborar e padronizar os cursos de cuidadores de idosos
03	Implementar a Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.		
Código	0257	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Código	2064

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Aprovar marco legal contra a violência e a discriminação homofóbica
02	Aprovar marco legal que reconhece o nome social de travestis e transexuais
03	Implementar uma rede de combate à homofobia e promoção dos direitos de LGBT
04	Realizar campanha nacional para promoção dos direitos LGBT

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover, defender e articular as políticas de direitos humanos por meio da implementação dos Centros de Direitos Humanos e da realização de Caravanas dos Direitos Humanos.		
Código	0258	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Código	2064

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Implementar Centros de Direitos Humanos em todas as regiões metropolitanas
02	Implementar Centros de Direitos Humanos no campo em todos os estados brasileiros
03	Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas nos Centros de Direitos Humanos
04	Realizar Caravanas de Direitos Humanos em todos os estados brasileiros

Fonte: SIOF

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Promover os direitos e garantir proteção social das pessoas em situação de rua.		
Código	0742	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Código	2064

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Realizar o censo de população em situação de rua

Fonte: SIOF

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro.		
Código	0972	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Código	2064

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Instituir e implementar a Comissão Nacional da Verdade
02	Localizar e identificar os restos mortais dos desaparecidos políticos para a entrega aos seus familiares

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Erradicar todas as formas de trabalho análogo a de escravo, por meio da ampliação, qualificação e articulação de ações e serviços focados no seu enfrentamento e na promoção dos direitos dos trabalhadores submetidos a esta condição.		
Código	0973	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Código	2064

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Realizar 945 ações fiscais para erradicação do trabalho análogo a de escravo	UN	945	271	526	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Aprovar e implementar a PEC sobre a expropriação de propriedades flagradas com trabalhadores

	reduzidos à condição análoga a de escravo e disposições afins

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão.		
Código	0974	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Código	2064

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
01	Ampliar os serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte para mais 5 estados (MT, AM, RN, CE e AC)	UN	5	0	2	-

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Ampliar os serviços de proteção a testemunhas e defensores de direitos humanos ameaçados em todos os estados brasileiros
02	Integrar os serviços de proteção em 7 estados (CE, PE, PA, BA, ES, RJ e MG)
03	Reformular e aprovar marcos regulatórios do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas e dos serviços de proteção que os constituem

Fonte: SIOP

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
Descrição	Defender pessoas com direitos violados ou em situação de iminente violação, buscando a erradicação das suas causas e a garantia de direitos.		
Código	0975	Órgão	Secretaria de Direitos Humanos
Programa	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos	Código	2064

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUANTITATIVAS REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)

N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
	Regionalização da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

METAS QUALITATIVAS	
Sequencial	Descrição da Meta
01	Aprovar e implementar protocolo de direitos humanos e tratamento para usuários de drogas
02	Aprovar marco legal que institui o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) e garantia de seu pleno funcionamento
03	Aprovar o marco legal que implementa Protocolo Facultativo da Convenção Contra Tortura e garantir o seu pleno funcionamento (Mecanismo de Combate à Tortura)
04	Implementar o Núcleo Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos

Fonte: SIOP

2.2.2.1 Análise Situacional

Os objetivos sob responsabilidade desta SDH estão com sua execução conforme o planejamento.

2.2.3 Ações

2.2.3.1 Ações - OFSS

QUADRO IV – AÇÕES – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0716		Tipo: Operação Especial			
Título	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos					
Iniciativa	N/A					
Objetivo	N/A		Código: N/A			
Programa	Código: 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
108.000,00	74.034,00	72.000,00	66.000,00	66.000,00	0,00	6.000,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	0734		Tipo: Operação Especial			
Título	Pagamento de Indenização a Vítimas de Violação das Obrigações Contraídas pela União por Meio da Adesão a Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos					
Iniciativa	N/A					
Objetivo	N/A		Código: N/A			
Programa	Código: 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
350.000,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.646.600,20	1.744.946,40	0,00	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	14UF		Tipo: Projeto			
Título	Construção, Reforma, Equipagem e Ampliação de Unidades de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes					
Iniciativa	00TA – Apoio à construção, reforma e equipagem de unidades de atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com foco na implantação de núcleos de atenção a vítimas de violência e autores de ato infracional e dos Conselhos Tutelares					
Objetivo	Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento Código: 0259					
Programa	Código: 2062 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
98.054.347,00	98.054.347,00	88.245.980,32	139.577,00	139.577,00	0,00	88.106.403,32
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
4.874.187,50	16.289.202,07	3.238.484,00	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	210M		Tipo: Atividade			
Título	Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente					
Iniciativa	00TJ – Expansão e qualificação dos programas de promoção, defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes com direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa					
Objetivo	Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento Código: 0259					
Programa	Código: 2062 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
31.524.600,00	31.524.600,00	10.602.243,13	5.449.442,07	4.437.997,09	1.011.444,98	5.152.801,06
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	2.201.912,31	0,00	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código		210N		Tipo: Atividade		
Título		Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência				
Iniciativa		026V – Promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência contemplando apoio aos serviços de atendimento ao cidadão, fortalecimento da participação social e produção e disseminação de conhecimentos sobre pessoas com deficiência em temas relacionados visando o respeito pela autonomia, pela equiparação de oportunidades e pela inclusão com acessibilidade e desenho universal				
Objetivo		Promover ações destinadas a garantir autonomia, independência e segurança às pessoas com deficiência Código: 0568				
Programa		Código: 2063 – Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência				
Unidade Orçamentária		20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
29.193.962,00	29.193.962,00	9.104.388,28	3.706.913,64	3.706.913,64	0,00	5.397.474,64
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
1.450.000,00	5.493.247,74	1.512.145,00	N/A	N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	0083		Tipo: Operação Especial			
Título	Pagamento de Indenização a Familiares de Mortos e Desaparecidos em Razão da Participação em Atividades Políticas (Lei nº 9.140, de 1995)					
Iniciativa	0451 – Concessão de indenizações às famílias de mortos e desaparecidos políticos e de indenizações decorrentes de decisões ou negociações da Corte Interamericana de Direitos Humanos					
Objetivo	Assegurar o direito à memória e à verdade e a reparação por violação de direitos pelo Estado Brasileiro Código: 0972					
Programa	Código: 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	20ZN		Tipo: Atividade			
Título	Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Iniciativa	00S3 – Promoção e defesa dos direitos humanos contemplando disseminação da cultura de direitos humanos na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores e o apoio a serviços de atendimento direto ao cidadão					
Objetivo	Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos Código: 0255					
Programa	Código: 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
41.200.880,00	41.200.880,00	11.807.806,57	4.452.803,34	4.452.803,34	0,00	7.355.003,23
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	12.210.403,91	449.113,95	N/A	N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	210G		Tipo: Atividade			
Título	Proteção a Pessoas Ameaçadas					
Iniciativa	045G – Consolidação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas, com reformulação e aprovação de marcos regulatórios; expansão, manutenção e qualificação dos programas; formação e capacitação continuada dos profissionais; e fomento à produção, sistematização e disseminação de conhecimento e de experiências de boas práticas no enfrentamento à violência letal e à impunidade					
Objetivo	Proteger a vida de testemunhas, vítimas e defensores dos direitos humanos em situação de ameaça e de crianças e adolescentes ameaçados de morte, bem como seus familiares, garantindo seus direitos fundamentais e incidir nas causas das ameaças buscando sua supressão Código: 0974					
Programa	Código: 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
35.950.000,00	35.950.000,00	35.689.675,10	17.712.986,59	17.712.986,59	0,00	17.976.688,51
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
905.521,41	15.350.539,07	72.119,52	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	4906		Tipo: Atividade			
Título	Disque Direitos Humanos					
Iniciativa	00S5 – Implementação de canais de acesso ao Estado para exigibilidade de direitos e comunicação de denúncias relativas a violações de direitos humanos, especialmente contra grupos vulneráveis					
Objetivo	Promover cultura e educação em direitos humanos e garantir acesso a direitos		Código: 0255			
Programa	Código: 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.000.000,00	19.000.000,00	19.000.000,00	17.667.921,34	17.667.921,34	0,00	1.332.078,66

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A		N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
361.344,74	2.273.914,46	361.344,74	N/A	N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	8810		Tipo: Atividade			
Título	Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais					
Iniciativa	00SP – Disseminação da cultura de direitos humanos LGBT na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores					
Objetivo	Desenvolver e implementar políticas públicas para garantia de direitos e promoção de uma cultura de respeito à livre orientação sexual e identidade de gênero e o reconhecimento social de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais Código: 0257					
Programa	Código: 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.500.000,00	2.500.000,00	1.563.500,00	0,00	0,00	0,00	1.563.500,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
100.000,00	569.645,07	500.000,00	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	8819		Tipo: Atividade			
Título	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa					
Iniciativa	00SF – Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores					
Objetivo	Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa Código: 0256					
Programa	Código: 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.400.000,00	1.400.000,00	1.364.000,00	206.000,00	206.000,00	0,00	1.158.000,00

Execução Física					
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante	
				Previsto	Reprogramado
N/A			N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	700.000,00	149.875,56	N/A	N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	2000		Tipo: Atividade			
Título	Administração da Unidade					
Iniciativa	N/A					
Objetivo	N/A		Código: N/A			
Programa	Código: 2102 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
41.378.441,00	41.878.441,00	40.363.605,87	33.084.540,58	33.072.706,78	11.833,80	7.279.065,29
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.740.256,01	10.494.889,31	2.547.985,63	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	4641		Tipo: Atividade			
Título	Publicidade de Utilidade Pública					
Iniciativa	N/A					
Objetivo	N/A		Código: N/A			
Programa	Código: 2102 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.200.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo: Atividade			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Iniciativa	N/A					
Objetivo	N/A		Código: N/A			
Programa	Código: 2102 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.669.363,00	16.497.323,00	15.962.833,20	15.962.833,20	15.686.605,86	276.227,34	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: Operação Especial			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Iniciativa	N/A					
Objetivo	N/A		Código: N/A			
Programa	Código: 2102 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
399.999,00	410.768,00	393.274,63	393.274,63	359.005,90	34.268,73	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0.00	0.00	0.00	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Iniciativa	N/A					
Objetivo	N/A		Código: N/A			
Programa	Código: 2102 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
175.137,00	175.137,00	102.681,98	97.384,46	95.867,40	1.517,06	5.297,52
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: Atividade			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Iniciativa	N/A					
Objetivo	N/A		Código: N/A			
Programa	Código: 2102 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
18.000,00	27.900,00	21.376,74	21.376,74	21.376,74	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0.00	0.00	0.00	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Iniciativa	N/A					
Objetivo	N/A		Código: N/A			
Programa	Código: 2102 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
28.368,00	28.368,00	17.355,66	17.355,66	17.355,66	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: Atividade			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Iniciativa	N/A					
Objetivo	N/A		Código: N/A			
Programa	Código: 2102 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20121 e 64101 – Secretaria de Direitos Humanos					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
576.000,00	671.000,00	656.809,03	656.809,03	656.809,03	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
0.00	0.00	0.00	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação	
Código	210M Tipo: Atividade
Título	Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos da Criança e do Adolescente
Iniciativa	00TJ – Expansão e qualificação dos programas de promoção, defesa e proteção dos direitos de crianças e adolescentes, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes com

	direitos ameaçados, violados ou restritos, com ênfase na atenção a vítimas de violência sexual, discriminação racial, tráfico, com deficiência, desaparecidos, em situação de rua, ameaçados de morte, em acolhimento por medida protetiva e adolescentes com diversidade sexual ou em cumprimento de medida socioeducativa					
Objetivo	Coordenar a organização de serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, formulando parâmetros de qualidade dos programas e co-financiando sua infraestrutura e funcionamento Código: 0259					
Programa	Código: 2062 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes					
Unidade Orçamentária	20928 e 64901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
33.894.391,00	33.894.391,00	22.884.394,41	947.502,36	926.273,70	21.228,66	21.936.892,05
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
3.842.189,52	10.763.731,69	1.158.256,93	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	4641		Tipo: Atividade			
Título	Publicidade de Utilidade Pública					
Iniciativa	N/A					
Objetivo	N/A		Código: N/A			
Programa	Código: 2102 – Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20928 e 64901 – Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.300.000,00	4.300.000,00	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
81.235,70	56.262,89	24.972,81	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

Identificação da Ação						
Código	8819		Tipo: Atividade			
Título	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa					
Iniciativa	00SF – Consolidação e Qualificação de Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da pessoa Idosa (RENADI), disseminando uma cultura de direitos humanos da pessoa Idosa na sociedade, estimulando a formação e a participação social e a produção de informações e novos valores					
Objetivo	Promover os direitos e garantir proteção social para a pessoa idosa Código: 0256					
Programa	Código: 2064 – Promoção e Defesa dos Direitos Humanos					
Unidade Orçamentária	20929 e 64902 – Fundo Nacional do Idoso					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.400.000,00	4.400.000,00	2.680.566,18	417.144,20	417.144,20	0,00	2.263.421,98
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
N/A			N/A	N/A	N/A	N/A
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
30.148,30	1.399.566,00	30.148,30	N/A		N/A	N/A

Fonte: Siafi Gerencial

2.2.3.2 Análise Situacional

As ações sob responsabilidade desta SDH estão com sua execução conforme o planejamento.

2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO

CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

A Secretaria de Direitos Humanos, no ano de 2013, teve objetivo de valorizar e de estimular o aperfeiçoamento de seus servidores. Para isso, investiu-se na formação continuada, tendo em vista que houve um incremento na parcela orçamentária destinada à capacitação para o citado ano, totalizando 1,25 milhão para a ação de capacitação.

Para isso, criou-se um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria nº 1.294, de 4 de outubro de 2012, para elaborar, juntamente com os outros setores da Secretaria, o levantamento de cursos por unidade, especificados por área de conhecimento, da seguinte forma: tecnologia da informação, ferramentas de gestão, desenvolvimento gerencial, relações humanas no trabalho, direitos humanos, desenvolvimento profissional e específicas da unidade. Com base nisso, elaborou-se o Plano de Capacitação e Desenvolvimento 2013, coordenado pela área de Gestão de Pessoas da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da SDH.

Esses recursos viabilizaram, em 2013, a oferta dos cursos de português, inglês, PDGO (Programa de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais), informática básica e avançada, além da participação em congressos, seminários, cursos individuais e, principalmente, na Especialização em

Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos, iniciada no mês de agosto. A busca pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento das habilidades dos servidores da SDH norteou os investimentos dos recursos destinados ao fim de capacitação. O significativo aumento dos recursos naquele ano permitiu a ampliação desse investimento.

Avalia-se que os profissionais atuantes nas políticas de direitos humanos devem ter como habilidade a capacidade de atuar como articulador, de trabalhar com política de curto e longo prazo, de realizar diagnóstico e avaliação das ações, construir indicadores e medir mudanças de comportamento, além de ser criativo e proativo.

O curso de especialização em gestão de políticas públicas de direitos humanos foi elaborado a partir do Acordo de Cooperação nº 01/2012 – SDH/PR, celebrado entre a ENAP e a SDH. O referido acordo teve como objeto a formatação e a execução de programa de educação continuada, culminando com a oferta pela ENAP de um programa de especialização em gestão de políticas públicas de direitos humanos.

A formatação do curso foi realizada por meio das atividades estabelecidas no Plano de Trabalho integrante do Termo de Cooperação nº 004/2012 SDH-PR, o qual teve por objeto o desenho e a constituição do curso, até a fase de seu processo seletivo. A fase de formatação do curso contou com o Apoio da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), na contratação de consultoria técnica especializada para a realização de parte de uma ampla pesquisa coordenada pela ENAP no período de análise da demanda de capacitação, com vistas a subsidiar o desenho da estrutura programática do curso.

Houve processo seletivo para participar da pós-graduação, que abrangeu prova discursiva, entrevistas e análise curricular. Após a seleção, ao início do curso, havia 32 alunos, tanto da SDH quanto de outros Ministérios, sendo 25 servidores da SDH. A carga horária prevista foi de 408 horas, com aproximadamente 12 meses de aulas presenciais, acrescidos de 60 dias para a elaboração do trabalho final. A aula inaugural ocorreu em 21 de agosto de 2013.

O curso de inglês também se iniciou em agosto do mesmo ano, pelo contrato com a Casa Thomas Jefferson, para servidores da SDH. Foi realizada uma triagem, antes do início das aulas, para que houvesse o nivelamento dos alunos em cada módulo. Dessa forma, professores da CTJ vieram à Secretaria para aplicar testes nos servidores interessados em ingressar ao curso. Até o momento há, em média, 40 (quarenta) servidores realizando o curso de inglês nas unidades da escola.

Foram realizados cursos individuais de alguns servidores da Casa no ano de 2013, de acordo com a demanda de trabalho de cada um, para aprimoramento e atualização em assuntos cotidianos de cada setor. Os cursos custeados pela SDH foram: 8º Congresso Brasileiro de Pregoeiros, Gestão por Competências, Elaboração de Plano de Capacitação, Contratação Direta sem Licitação, XXXI Curso sobre retenção na fonte de tributos e contribuições sociais na contratação de bens e serviços (IRRF/PIS/COFINS/CSLL/INSS/ISS), Contratação de Soluções e Serviços de TI de Acordo com a IN 4/2010 e a jurisprudência do TCU, Aceite de Software: Garantindo a Qualidade dos Projetos de Software, 8ª Edição do Global Risk Meeting - Tema: A gestão global de riscos e o setor público no Brasil, Capacitação em Análise de Pontos de Função: Medições e Estimativas de Software, Fórum Nacional de Governança de TI no setor público, Formação de Pregoeiro – Pregão Eletrônico, Presencial e o Sistema de Registro de Preços com enfoque na Lei Complementar 123/06, voltado às aquisições públicas, III Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos.

No ano de 2013 foi realizado, também, o Fórum Mundial de Direitos Humanos no mês de dezembro, que necessitou de diversas forças de trabalho, desde o planejamento até a realização do

evento, o que prejudicou as inscrições em capacitações oferecidas pela SDH e acarretou em diversas desistências na participação dos cursos coletivos.

3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Relativamente às ações finalísticas da Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, para discussão, formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas o órgão se vale de seus órgãos colegiados abaixo especificados:

- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, criado pela Lei no 4.319, de 16 de março de 1964;
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, criado pela Lei no 8.242, de 12 de outubro de 1991;
- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CONADE, que exerce as competências estabelecidas no Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999;
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI, que exerce as competências estabelecidas no Decreto no 5.109, de 17 de junho de 2004;
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD, que exerce as competências estabelecidas no Decreto no 5.397, de 22 de março de 2005;
- Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, que exerce as competências estabelecidas no Decreto de 31 de julho de 2003;
- Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP, criada pela Lei no 9.140, de 4 de dezembro de 1995.

Relativamente às ações de atividade-meio que dão suporte à execução das políticas públicas e a outras ações da atividade-finalística, o órgão conta com comitês e grupos de trabalho, que atuam de forma colegiada na discussão de propostas que tenham impacto orçamentário, financeiro e administrativo, buscando atingir o melhor grau de eficiência administrativa. Alguns desses grupos estão em fase de normatização, embora já atuem como suporte à decisão dos dirigentes da cúpula de governança. São eles:

Comitê de Tecnologia da Informação

O Comitê de Tecnologia da Informação – CTI foi instituído pela Portaria n.º 1.517, de 4 de agosto de 2011. O CTI tem por objetivo a promoção do alinhamento da área de TI às atribuições institucionais da SDH/PR, em consonância com o Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação do Governo Federal – EGTI e com o que determinam os Acórdãos n.º 1.603/2008 e 2.308/2010, do Tribunal de Contas da União. O CTI reúne-se regularmente desde sua instituição. Por sua atuação decisiva na elaboração, execução, monitoramento e aperfeiçoamento do Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI, vem se consolidando na organização como foro institucional por excelência de gestão e governança de Tecnologia da Informação.

Composto por 26 servidores designados pelas Secretarias Nacionais, bem como pela Secretaria de Gestão, Secretaria-Executiva e Gabinete da Ministra, o CTI teve como principais resultados a aprovação dos seguintes projetos: Política de Segurança da Informação e Comunicações – POSIC, Plano de Renovação do Parque Tecnológico, Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, Plano de Sistemas e do Plano de Aquisições.

Comitê de avaliação de viagens institucionais

O Comitê de Diárias e Passagens é formado pelo Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos, por um representante da Coordenação-Geral de Execução Orçamentária e Financeira e por um representante de cada uma das Unidades da SDH/PR. O comitê se reúne semanalmente, em horário e local definidos por ocasião da convocatória, para deliberarem sobre as prioridades das viagens a serviço da SDH/PR, com vistas a obter o melhor aproveitamento dos limites orçamentários disponíveis para a respectiva rubrica. Preliminarmente à reunião do comitê, cada chefe de gabinete disponibiliza a relação de viagens previstas para as próximas semanas, para aprovação do comitê. Uma vez aprovado, o pedido é inserido no sistema SCDP para aquisição do bilhete de passagem, o que tem permitido à SDH/PR perceber uma significativa redução nos gastos com passagens com a compra antecipada de bilhetes a preços menores.

Comitê Editorial

O Comitê Editorial - Comedi é a instância responsável por definir a política editorial da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), estabelecendo suas prioridades temáticas e garantindo a qualidade de suas produções. Dentre outras atribuições, o comitê também é responsável por definir critérios de tiragem e o número de exemplares da reserva técnica de publicações, além de avaliar e emitir parecer sobre materiais impressos e audiovisuais editados ou apoiados pela Secretaria. Todas as publicações e audiovisuais da SDH/PR devem ser submetidas ao Comedi. Exceto certificados, cartazes, banners, folhetos, folders, panfletos, livretos e cadernos com até 16 páginas, “spots” de rádio e filmetes (anúncios promocionais até um minuto). Nesses casos, a submissão é opcional, sendo obrigatória a aprovação pelo Departamento de Divulgação e Promoção da Temática dos Direitos Humanos.

Comitê de Eventos

O Comitê de Eventos foi criado no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) para garantir a uniformidade e a padronização de produtos, serviços e procedimentos. Também tem a atribuição de zelar pela qualidade na execução das atividades e pela adequação dos custos na realização de eventos. O Comitê foi instituído pela Portaria nº 624, de 22 de maio de 2012. As principais funções desse setor são: definir a política de realização de eventos de interesse da SDH/PR, deliberar sobre os eventos propostos e estabelecer padrões para divulgação, utilização de equipamentos, recursos tecnológicos e serviços especializados. As normas e procedimentos administrativos para a organização e planejamento dos eventos realizados na SDH/PR foram definidos por meio da Portaria nº 1.404, de 13 de novembro de 2012. O Comitê de Eventos da SDH/PR tem a seguinte composição: i) titular da Secretaria Executiva da Secretaria de Direitos Humanos, que o presidirá; ii) um membro titular representante de cada uma das seguintes unidades, com respectivos suplentes: a) Gabinete da Ministra; b) Secretaria Executiva; c) Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência; d) Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos; e) Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente; f) Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos; iii) dois membros, titular e suplente, um da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos e um do Departamento de Promoção e Divulgação da Temática dos Direitos Humanos, que atuarão como secretários do comitê. Poderão participar dos trabalhos do Comitê outros profissionais, servidores ou não da SDH/PR, de seus órgãos de assistência direta, dos órgãos específicos singulares e dos Conselhos Nacionais convidados pelo Presidente ou por ele autorizados, a pedido de membros do Comitê.

Junta Financeira

A Junta Financeira é composta pela Secretaria Executiva, na pessoa da titular da pasta, pela Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos, representada pelo titular da pasta, pelo

Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento, e pelos Coordenadores-Gerais de Acompanhamento de Políticas (CGAP) e tem por finalidade avaliar a “performance” da execução orçamentária e financeira das áreas. Constitui também colégio decisório relativamente à aderência ao Plano Plurianual (PPA), à avaliação de riscos e resultados e à solução de crises. O grupo se reúne mensalmente, em cronograma ordinário, e em convocações extraordinárias motivadas por fatores não existentes na pauta das reuniões mensais.

3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

QUADRO V – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.			X		

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica: A Secretaria de Direitos Humanos não dispõe em sua estrutura organizacional de Unidade de Auditoria Interna. Os procedimentos formais de controle interno são elaborados e propostos pela Secretaria de Controle Interno – Ciset, da Secretaria Geral da Presidência da República. Todavia, no âmbito da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos são criados procedimentos de controle internos que têm por objetivo assegurar a boa execução dos contratos administrativos, as atividades e procedimentos administrativos e as rotinas de expediente do órgão. Para ao preenchimento deste questionário foram consultados os principais dirigentes e servidores que atuam nas cúpulas estratégicas do órgão. Relativamente ao <u>ambiente de controle</u>, verificou-se uma estabilidade nos parâmetros avaliados em relação ao exercício anterior. Em relação à <u>avaliação de risco</u>, ainda que os valores sejam os mesmos do exercício anterior, é mister informar que está em fase de criação no órgão um Grupo de Trabalho para discutir o assunto e propor a instalação de um mecanismo formal de gerenciamento de risco. Essa ação está inserida no Plano de Ação 2014 da Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos, unidade da SDH/PR. Em relação à <u>Informação e Comunicação</u> houve significativa melhora no desempenho das divulgações de informações institucionais relevantes em função da inauguração da intranet da SDH/PR, que possibilita a manutenção de um repositório online de notícias e comunicados.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

Compete à Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República proceder às atividades de correição no âmbito das unidades subordinadas à Presidência da República, nos termos do Decreto nº 5.480, de 30/6/2077, art. 2º, §3º, c/c Decreto nº 7.688, de 02/03/2012, art. 21, inc. XII, Anexo I, e Portaria nº 13/CISSET, art. 1º de 24/12/2012.

3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Não obstante as competências estabelecidas à Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República (CISSET, de proceder às atividades de correição no âmbito das unidades subordinadas à Presidência da República, nos termos do Decreto nº 5.480, de 30/6/2077, art. 2º, §3º, c/c Decreto nº 7.688, de 02/03/2012, art. 21, inc. XII, Anexo I, e Portaria nº 13/CISSET, art. 1º de 24/12/2012, a Secretaria de Direitos Humanos, tendo em vista as orientações recebidas da CISSET em reunião realizada no dia 27/3/2014, está providenciando a adesão ao sistema CGU-PAD, da Controladoria Geral da União.

3.5 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

A Secretaria de Direitos Humanos desenvolveu indicadores de desempenho de gestão a fim de medir a efetividade dos processos, permitindo a avaliação dos resultados alcançados durante o exercício.

Nesse sentido, foi elaborada a relação a seguir com os indicadores foco de monitoramento por parte da autoridade competente.

Grupo	Nome do Indicador	Forma de cálculo	Utilidade	Mensurabilidade	Periodicidade de coleta	Unidade de medida
Passagens e Diárias	Passagens emitidas por Secretaria	Quantidade de passagens emitidas por Secretaria no período definido	Permite a tomada de decisão em relação à liberação ou contingenciamento na emissão	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo, pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	semanal	unid.

	Total de passagens emitidas - SDH	Quantidade Total de passagens emitidas no período definido	Permite a tomada de decisão em relação à liberação ou contingenciamento na emissão	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	mensal	unid.
	Total de passagens emitidas em caráter de urgência - SDH	Somatório da quantidade de passagens emitidas em caráter de urgência no período definido	Permite a tomada de decisão em relação à liberação ou contingenciamento na emissão de passagens em caráter de urgência	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	mensal	unid.
	Despesas com passagens aéreas - SDH	Somatório das despesas com passagens aéreas	Permite a tomada de decisão em relação à liberação ou contingenciamento na emissão	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	mensal	R\$
	Despesas com diárias - SDH	Somatório das despesas com diárias no período definido	Permite a tomada de decisão em relação à liberação ou contingenciamento de autorização para diárias	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico	mensal	R\$

				e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.		
	Despesas com passagens e diárias por Secretaria	Somatório das despesas com passagens e diárias por Secretaria no período definido	Permite a tomada de decisão em relação à liberação ou contingenciamento de autorização para diárias por Secretaria	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	mensal	R\$
Frota de veículos oficiais	Despesas com combustíveis - SDH	Somatório de despesas com combustíveis no período informado	Permite a avaliação da prestação do serviço por motorista; Relação consumo x necessidade de manutenção veicular;	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$
	Despesas com combustíveis por Secretaria	Somatório de despesas com combustíveis por Secretaria no período informado	Permite o acompanhamento do gasto por Secretaria e avaliação do uso do recurso	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$
	Despesas com manutenção de veículos - SDH	Somatório de Despesas com manutenção de veículos no período informado	Permite a avaliação da qualidade frota em relação ao gasto, indicando possíveis problemas de mecânica	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação	mensal	R\$

				já alimentada em arquivo de dados.		
Energia Elétrica	Despesas com energia elétrica - SDH	Somatório de despesas com energia elétrica no período informado	Permite a gestão do uso da energia elétrica com vistas à economia dos recursos e possibilidades de atuar em campanhas de utilização racional dos bens da SDH	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$
Telefonia	Despesas com telefonia móvel por Secretaria	Somatório de despesas com telefonia móvel por Secretaria no período informado	Permite a gestão do uso com vistas à economia dos recursos e possibilidades de atuar em campanhas de utilização consciente da telefonia móvel por Secretaria	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$
	Despesas com telefonia móvel - SDH	Somatório de despesas com telefonia móvel no período informado	Permite a gestão do uso com vistas à economia dos recursos e possibilidades de atuar em campanhas de utilização consciente da telefonia móvel da SDH	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$
	Despesas com telefonia fixa por Secretaria	Somatório de despesas com telefonia fixa por Secretaria no período informado	Permite a gestão do uso com vistas à economia dos recursos e possibilidades de atuar em campanhas de utilização consciente da telefonia fixa por Secretaria	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$

	Despesas com telefonia fixa - SDH	Somatório de despesas com telefonia fixa no período informado	Permite a gestão do uso com vistas à economia dos recursos e possibilidades de atuar em campanhas de utilização consciente da telefonia fixa da SDH	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	R\$
Orçamento	Evolução do orçamento da Secretaria - por natureza de gasto	Total do orçamento da Secretaria - por natureza de gasto no período informado	Permite o acompanhamento da evolução do orçamento por natureza de gasto subsidiando a tomada de decisão do ordenador de despesas	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	anual	%
	Evolução do orçamento da Secretaria - por área temática	Total do orçamento da Secretaria - por área temática no período informado	Permite o acompanhamento da evolução do orçamento por natureza de gasto subsidiando a tomada de decisão do ordenador de despesas e das áreas finalísticas	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	anual	R\$
	Execução orçamentária anual - por Secretaria	Total de execução orçamentária anual - por Secretaria no período informado	Permite o monitoramento das ações das Secretaria em relação ao orçamento destinado	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.	mensal	%
	Execução orçamentária direta x execução orçamentária indireta	1.Total do orçamento executado diretamente / Total do orçamento (no período informado) 2.Total do	Permite o monitoramento do comportamento da execução do orçamento da SDH em relação ao orçamento destinado	Complexidade baixa, pois se baseia em controle interno da área. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de gestão da SDH. Custo de	anual	%

		orçamento executado indiretamente / Total do orçamento (no período informado)		produção baixo , pois trata-se de informação já alimentada em arquivo de dados.		
Convênios	Instrumentos celebrados por tipo	Quantidade de instrumentos celebrados por tipo no período informado	Permite o monitoramento das ações das Secretaria em relação aos Convênios firmados	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	anual	unid.
	Instrumentos vigentes por tipo	Quantidade de instrumentos vigentes por tipo no período informado	Permite o monitoramento das ações das Secretaria em relação aos tipos de convênios firmados	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	mensal	unid.
	Conta A comprovar - saldo em 31 de dezembro	Quantidade da Conta A comprovar - saldo em 31 de dezembro	Permite o monitoramento de convênios encerrados com prestações de contas por receber	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	anual	unid.

	Conta A <i>analisar</i> - saldo em 31 de dezembro	Quantidade da Conta A <i>analisar</i> - saldo em 31 de dezembro	Permite o monitoramento das prestações de contas de convênios já recebidas e ainda não analisadas	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	anual	unid.
	Instrumentos aprovados - SDH	Quantidade de Instrumentos aprovados - SDH no período informado	Permite o monitoramento dos convênios já aprovados ou encaminhados para TCE	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	anual	unid.
	TCEs instauradas - SDH	Quantidade de TCEs instauradas no período informado	Permite o monitoramento das prestações de contas dos convênios não aprovados e enviados para TCE	Complexidade baixa, pois se baseia em sistema de informação gerencial. É auditável por terceiros , pois os dados são mensalmente publicados em ferramentas de transparência da gestão da SDH (sítio eletrônico e portal da transparência). Custo de produção baixo , pois trata-se de informação já disponível em banco de dados corporativo.	anual	unid.

Vale ressaltar que no ano de 2012, foi implementado o módulo Painel do Sistema Integrado de Gestão da Secretaria de Direitos Humanos, denominado SIG-SDH. Esse sistema tem como finalidade a captação, armazenamento e gestão dos dados dos indicadores de gestão e da política de Direitos Humanos. Nele é possível extrair uma ficha completa de todos os indicadores adotados no âmbito da SDH, bem como visualizar séries históricas, carregar dados, criar novos indicadores, publicar indicadores para visualização dos usuários, criar gráficos de medição, dentre outras possibilidades.

4 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1.1 Programação

QUADRO VI – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária: Secretaria de Direitos Humanos			Código UO: 64101, 64901 e 64902		UGO: 200016, 110244 e 207001	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			16.069.362		227.891.063,00	
CRÉDITOS	Suplementares		838.729		2.161.078,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
Créditos Cancelados				2.251.000,00		
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			16.908.091		225.640.063,00	
Dotação final 2012(B)			16.672.862	0,00	226.637.569	
Variação (B/A-1)*100						
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			122.661.063			
CRÉDITOS	Suplementares		1.015.000			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos	24.188.278			
		Reabertos				
Créditos Cancelados		25.742.422				
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			125.121.919			
Dotação final 2012(B)			107.626.724	0	0	0
Variação (A/B-1)*100						

4.1.1.1 Análise Crítica

Não há comentários relevantes a serem feitos nesse tópico.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO VII – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200016	110001	14122210220000001			1.063,07
	200016	110001	14122210220000001			2.243,52
	200016	110001	14122210220000001			4.628,28
	200016	110001	14122210220000001			1.402,44
Recebidos	110352	200016	04422206420ZN0001			7.970.069,01

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Análise Crítica

Em dezembro de 2012, foi celebrado o Termo de Convênio 778677/2012 entre a Secretaria de Direitos Humanos e o Centro de Assessoria Multiprofissional-CAMP, tendo como objeto a capacitação em Direitos Humanos através de redes de entidades e movimentos sociais visando ampliar o exercício de cidadania, conforme Plano de Trabalho aprovado.

Para fazer face aos compromissos assumidos, a Secretaria Geral da Presidência da República – SG/PR, no decorrer do exercício de 2013, procedeu a descentralização de crédito a esta Secretaria no montante de R\$ 7.970.069,01, conforme Termo de Cooperação firmado, visando a execução do projeto Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Pública no Brasil.

Além da Secretaria Geral da Presidência da República, foi repassado para a Secretaria de Administração da Presidência da República, o montante de R\$ 8.274,24 visando pagamentos de despesas com transporte de mobiliário dos servidores da Secretaria de Direitos Humanos, conforme estabelecido pelo inciso II do Art. 1º do Decreto nº 4.004 de 08/11/2001, que dispõe sobre a concessão de transporte ao servidor público civil regido pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que, no interesse da administração, for mandado servir em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, conceder-se-á transporte de mobiliário e bagagem, inclusive de seus dependentes.

QUADRO VIII – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200016	200005	14122210220000001			30.000,00
	200016	240005	14122210220000001			5.661,08
	200016	200006	14122210220TP0001	1.590.500,00		
	200016	200006	14365210220100001			2.000,00
	200016	200006	14122210220000001			25.000,00
	200016	200006	14306210220120001			50.000,00
	200016	200006	14331210220110001			3.000,00
	200016	200006	14122210209HB0001	40.000,00		
	200016	200006	14301210220040001			10.000,00
	200016	200006	14122210220000001			7.372,22
	200016	200005	14122210220000001			1.565,16
	200016	200005	14122210220000001			1.000,00
	200016	200005	14122210220000001			30.000,00
	200016	200006	14122210220TP0001	162.600,00		
	200016	200006	14122210220000001			25.000,00
	200016	200006	14306210220120001			15.000,00
	200016	200006	14331210220110001			3.000,00
	200016	200006	14301210220040001			2.000,00
	200016	200006	14122210209HB0001	40.000,00		
	200016	200006	14122210220TP0001			250.000,00
	200016	114702	14122210220000001			173.867,82
	200016	200005	14122210220000001			28.342,82
	200016	114702	14122210220000001			17.280,00
	200016	200006	14122210220000001			4.247,06
	200016	200005	14122210220000001			528,22

	200016	200005	14122210220000001			16.170,00
	200016	200006	14122210220TP0001	5.082.276,00		
	200016	200006	14365210220100001			8.000,00
	200016	200006	14122210220000001			90.000,00
	200016	200006	14306210220120001			10.000,00
	200016	200006	14331210220110001			12.000,00
	200016	200006	14301210220040001			40.000,00
	200016	200006	14122210209HB0001	160.000,00		
	200016	200006	14122210220000001			7.372,22
	200016	200006	14306210220120001			90.000,00
	200016	200005	14122210220000001			30.000,00
	200016	200006	14122210220TP0001			93.760,54
	200016	200005	14122210220000001			4.000,00
	200016	200005	14122210220000001			13.000,00
	200016	200005	14122210220000001			6.580,00
	200016	200006	14122210220000001			6.580,00
	200016	114702	14122210220000001			20.800,00
	200016	200005	14122210220000001			60.000,00
	200016	200006	14122210220000001			3.837,96
	200016	200005	14122210220000001			40.000,00
	200016	200005	14122210220000001			70.000,00
	200016	154040	14422206420ZN0001			129.764,27
	200016	153103	14422206420ZN0001			243.845,00
	200016	200006	14122210220TP0001	104.678,07		
	200016	200006	14122210220TP0001	16.500,00		
	200016	200006	14306210220120001			1.000,00
	200016	200005	14122210220000001			39.975,00
	200016	200006	14122210220000001			23.238,56
	200016	200005	14122210220000001			16.170,00
	200016	200006	14122210220000001			11.619,26
	200016	200005	14122210220000001			23.000,00
	200016	200005	14122210220000001			130.000,00
	200016	200005	14122210220000001			3.000,00
	200016	200005	14122210220000001			60.000,00
	200016	114702	14122210220000001			18.580,80
	200016	200005	14122210220000001			162.000,00
	200016	158148	142432062210M0001			127.670,57
	200016	200006	14122210220TP0001	23.777,72		
	200016	200006	14306210220120001			55.052,58
	200016	200006	14122210220TP0001	276.377,65		
	200016	200006	14122210220TP0001	23.777,72		
	200016	200006	14306210220120001			55.052,58
	200016	153063	142432062210M0001			124.879,20
	200016	200005	14122210220000001			50.000,00
	200016	200005	14122210220000001			60.000,00
	200016	200005	14122210220000001			80.000,00
	200016	158135	14422206420ZN0001			249.197,00
	200016	200006	14122210220TP0001	20.000,00		
	200016	154042	14422206420ZN0001			218.048,00
	200016	240005	14122210220000001			526,58
	200016	158148	142432062210M0001			13.553,69
	200016	200006	14122210220000001			7.372,22
	200016	153103	14422206420ZN0001			237.845,00
	200016	240005	14122210220000001			3.396,30
	200016	114702	142422063210N0001			17.280,00
	200016	200006	14122210220TP0001	50.000,00		
	200016	200006	14365210220100001			4.000,00
	200016	200006	14306210220120001			120.000,00
	200016	200006	14122210220000001			20.000,00
	200016	200006	14122210220TP0001	1.300.000,00		
	200016	200005	14122210220000001			80.000,00
	200016	200006	14122210220TP0001	134.000,00		

	200016	200005	14122210220000001			132.000,00
	200016	158261	142422063210N0001			899.491,40
	200016	240005	14122210220000001			236,04
	200016	200006	14122210220TP0001	39.146,82		
	200016	200006	14122210220000001			13.079,96
	200016	200006	14122210220TP0001	650.000,00		
	200016	200006	14365210220100001			2.000,00
	200016	200006	14122210220000001			20.000,00
	200016	200006	14301210220040001			10.000,00
	200016	200006	14122210220TP0001	1.000.000,00		
	200016	153065	14422206420ZN0001			119.803,00
	200016	200005	14122210220000001			56.624,82
	200016	200006	14122210220TP0001	56.228,00		
	200016	200005	14122210220000001			30.000,00
	200016	200006	14122210220TP0001	253.410,72		
	200016	200006	14122210220TP0001	165.000,00		70.000,00
	200016	200006	14122210220TP0001	20.000,00		1.000,00
	200016	158261	142422063210N0001			899.491,40
	200016	200006	14122210220000001			8.000,00
	200016	200005	14122210220000001			80.000,00
	200016	240005	14122210220000001			7.954,70
	200016	200006	14122210220TP0001	176.890,75		6.643,22
	200016	200006	14122210220000001			2.113,72
	200016	240005	14122210220000001			126.000,00
	200016	154119	14241206488190001			200.000,00
	200016	200005	14122210220000001			14.000,00
	200016	158153	142432062210M0001			810.865,00
	200016	200006	14122210220TP0001	607.955,00		70.873,00
	200016	200006	14122210220TP0001	106.000,00		500,00
	200016	200006	14122210220TP0001	600,00		
	200016	200006	14122210220TP0001	156,00		
	200016	200006	14122210220TP0001	5.000,00		
	200016	200006	14122210209HB0001	29.005,00		
	200016	200006	14122210220TP0001	765.198,48		22.109,54
	200016	200006	14122210220000001			7.372,22
	200016	154040	142432062210M0001			216.500,00
	200016	200005	14122210220000001			60.000,00
	200016	200006	14122210220000001			536,00
	200016	114702	14122210220000001			24.060,00
	200016	153065	14422206420ZN0001			119.803,00
	200016	200005	14122210220000001			15.000,00
	200016	153065	14422206420ZN0001			5.184,00
	200016	200005	14122210220000001			375,00
	200016	200005	14122210220000001			2.120,00
	200016	200005	14122210220000001			10.245,00
	200016	200006	14122210220TP0001	134.900,00		
	200016	200006	14122210220TP0001	203.500,00		74.000,00
	200016	114702	142422063210N0001			2.880,00
	200016	200006	14122210220TP0001	842.863,71		
	200016	200006	14301210220040001			21.752,21
	200016	200005	14122210220000001			12.935,41
	200016	153063	142432062210M0001			400.000,00
	200016	200005	14122210220000001			80.000,00
	200016	158460	142422063210N0001			542.123,92
	200016	158460	142422063210N0001			60.265,83
	200016	200005	14122210220000001			30.000,00
	200016	153061	142422063210N0001			94.118,28
	200016	200006	14122210220TP0001	125.000,00		
	200016	153103	14422206420ZN0001			4.330,14
	200016	200006	14122210220000001			2.741,50
	200016	200006	14122210220TP0001	1.063.000,00		
	200016	200006	14122210209HB0001	65.000,00		

	200016	200006	14365210220100001			2.000,00
	200016	200006	14122210220000001			25.000,00
	200016	200006	14306210220120001			55.000,00
	200016	240025	14241206488190001			60.520,00
	200016	200005	14122210220000001			2.024,42
	200016	240005	14241206488190001			60.520,00
	200016	200006	14122210220TP0001	478.726,82		
	200016	200006	14301210220040001			10.083,40
	200016	200006	14122210209HB0001	46.763,00		
	200016	200006	14122210220000001			10.000,00
	200016	200005	14122210220000001			165.000,00
	200016	200005	14122210220000001			10.000,00
	200016	200005	14122210220000001			5.880,60
	200016	154419	14241206488190001			49.500,00
	200016	200005	14122210220000001			16.500,00
	200016	200005	14122210220000001			44.380,03
	200016	240005	14241206488190001			65.480,00
	200016	240005	14241206488190001			103.270,00
	200016	200006	14122210220000001			30.000,00
	200016	200006	14122210220000001			10.000,00
	200016	156261	142422063210N0001			19.400,00
	200016	240005	142422063210N0001			686.851,00
	200016	240005	14241206488190001			80.000,00
	200016	200006	14301210220040001			7.263,00
	200016	200006	14301210220040001			5.297,52
	200016	153061	142422063210N0001			6.363,28
	200016	200006	14122210220TP0001	160.000,00		
	200016	200006	14122210220TP0001	545.500,00		
	200016	200006	14365210220100001			6.027,00
	200016	200006	14306210220120001			67.285,20
	200016	200006	14122210220000001			5.000,00
	200016	200005	14122210220000001			118.807,80
	110244	154054	142432062210M0001			104.416,53
	110244	154039	142432062210M0001			115.260,00
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	200016	158135	14422206420ZN0001	800,00		
	200016	154042	14422206420ZN0001	11.952,00		
	200016	153103	14422206420ZN0001	9.200,00		
	200016	153061	142422063210N0001	62.464,52		
	200016	158517	14422206420ZN0001	60.688,49		
Recebidos						

Análise Crítica

Movimentação Externa – Créditos Concedidos:

A Secretaria de Direitos Humanos procedeu à descentralização de créditos orçamentários, bem como à transferência de recursos financeiros no decorrer do exercício de 2013, para duas Unidades Gestoras do Ministério da Justiça (UG 200005 - Coordenação-Geral de Logística e UG 200006 - Coordenação-Geral de Recursos Humanos). Tais descentralizações objetivaram a manutenção das atividades de administração relativas a pessoal, material, patrimônio e serviços gerais desta Secretaria, de acordo com as disposições contidas no Decreto nº 4.939/2003.

Além das movimentações externas descentralizadas ao Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos, por meio de suas Unidades Gestoras 200016 e 110244, celebrou 14 (catorze)

Termos de Cooperação com os diversos Entes Federais, que culminaram na descentralização de créditos orçamentários, na forma especificada no quadro acima (despesas de custeio e capital).

Para o Ministério das Relações Exteriores, foram efetuadas descentralizações de créditos, visando o suporte logístico às viagens internacionais realizadas pelos servidores desta Secretaria durante o exercício de 2013.

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO IX – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Secretaria de Direitos Humanos		Código UO: 64101		UGO: 200016
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	102.785,71	56.190,60	99.736,89	11.467,36
d) Pregão	31.993.874,38	29.813.275,32	31.993.874,38	28.823.496,93
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa	14.097.160,27	10.741.885,75	14.064.126,81	10.702.070,93
i) Inexigibilidade	2.781.900,02	1.377.958,85	2.781.871,02	1.377.905,09
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos	6.069,32	972,94	6.069,32	972,94
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha (*)	16.356.107,83	15.021.880,50	16.045.611,76	14.882.161,70
l) Diárias	1.849.301,42	883.123,25	1.848.700,71	883.123,25
5. Outros	50.168.773,72	27.083.373,98	48.848.965,14	27.074.224,70
6. Total (1+2+3+4+5)				

(*) O pagamento da folha dos servidores em exercício na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR é efetuado pela Coordenação Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, unidade responsável pela execução de tal despesa, em face do contido no Decreto nº 4.939/2003 e suas alterações.

Análise Crítica

Em comparação ao ano de 2012, a Secretaria de Direitos Humanos, teve um ganho de autonomia na realização de seus procedimentos licitatórios, na medida em que as adesões às atas de registros de preços tiveram uma significativa redução, ao passo que os pregões eletrônicos obtiveram uma nítida predominância em relação às demais modalidade de licitações, respondendo por 78,8% dos procedimentos de contratação.

(*) O pagamento da folha dos servidores em exercício na Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR é efetuado pela Coordenação Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, unidade responsável pela execução de tal despesa, em face do contido no Decreto nº 4.939/2003 e suas alterações.

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela SDH/PR

QUADRO X – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA SDH/PR

Unidade Orçamentária: Secretaria de Direitos Humanos		Código UO: 64101		UGO: 200016
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)				
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	102.785,71	56.190,60	99.736,89	11.467,36
d) Pregão	31.993.874,38	29.813.275,32	31.993.874,38	28.823.496,93
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)				
h) Dispensa	14.097.160,27	10.741.885,75	14.064.126,81	10.702.070,93
i) Inexigibilidade	2.781.900,02	1.377.958,85	2.781.871,02	1.377.905,09
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos	6.069,32	972,94	6.069,32	972,94
4. Pagamento de Pessoal (k+l)				
k) Pagamento em Folha (*)	16.356.107,83	15.021.880,50	16.045.611,76	14.882.161,70
l) Diárias	1.849.301,42	883.123,25	1.848.700,71	883.123,25
5. Outros	50.168.773,72	27.083.373,98	48.848.965,14	27.074.224,70
6. Total (1+2+3+4+5)				

Análise Crítica

Com relação ao quadro A.4.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total, esta Secretaria entende que o Quadro A.4.1.3.2 - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – valores executados diretamente pela UJ compartilham das mesmas informações, tendo em vista que as Unidades Orçamentárias da Secretaria de Direitos Humanos (UO 64101/SDH – UO 64901/FNCA – UO 64902/FNI) são responsáveis pela totalidade de sua execução direta, cujos valores são executados diretamente por tais unidades.

4.1.3.3 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

QUADRO XI – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS - TOTAL

Unidade Orçamentária: Secretaria de Direitos Humanos					Código UO: 64101, 64901 e 64902		UGO: 200016, 110244 e 207001	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º ED 319011	12.542.678	12.340.306	12.542.678	12.340.306			12.415.791	12.337.068
2º ED 339113	2.041.649	2.116.388	2.041.649	2.116.388			1.878.445	1.948.583
3º ED 319096	1.383.429	670.948	1.383.429	670.948			1.363.024	670.948

Demais ED do grupo	388.349	293.301	388.349	293.601			388.349	290.601
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º ED								
2º ED								
3º ED								
Demais ED do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º 33 (30-40-50) 41	78.396.896	74.063.255	28.306.050	22.326.291	50.080.846	51.736.963	27.308.254	22.326.291
2º 339039	51.887.368	50.968.707	36.922.644	34.044.587	14.964.724	16.924.119	36.907.761	33.079.950
3º 339037 (2013) e 33 (2012)	7.682.960	4.066.389	6.496.074	3.555.130	1.186.885	511.259	6.496.074	3.555.097
Demais ED do grupo	12.621.185	11.473.489	11.110.329	9.111.716	1.510.845	2.361.773	11.086.983	8.928.478
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º 449052	68.913.867	32.298.867	58.987	841.695	68.854.879	31.457.171	58.987	757.606
2º 44 (30-40-50) 41	23.991.994	5.796.022	827.257	303.467	23.164.736	5.492.555	827.257	303.467
3º 449039 (2013) e 37 (2012)	2.182.120	22.513	912.412	22.513	1.269.707		912.412	
Demais ED do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais ED do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais ED do grupo								

Análise Crítica

A Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, celebrou, em 2013, 44 Contratos, na modalidade Pregão, compreendendo os 19 certamos licitatórios oriundos da própria Secretaria.

Em relação às adesões as Atas de Registros de Preços com diversos parceiros no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Governo Federal, foram efetuadas 05 adesões. Foram realizadas 27 dispensas de licitações visando a contratações de serviços de pequeno porte para atender a demanda da SDH e 07 inexigibilidades de licitação.

Quanto às transferências voluntárias, a Secretaria de Direitos Humanos – SDH/PR, celebrou 97 novos convênios gerados pelo Portal de Convênios – SICONV com os diversos entes das esferas estadual, municipal e entidades privadas sem fins lucrativos, sendo 24 Termos Aditivos de Convênios anteriormente celebrados no Portal, tendo como objeto prorrogação do prazo de vigência, indicação de crédito e/ou suplementação de recursos. Além de 05 Convênios novos celebrados, conforme a Instrução Normativa STN nº 01 de 15/01/1997, por se tratarem de Convênios decorrentes dos Programas de Proteção de Vítimas e Testemunhas Ameaçadas de Morte, Programas de Proteção aos Defensores ameaçados de Morte e Programas de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte, gerados pelo SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais, sendo 21 Termos Aditivos celebrados de acordo com os Convênios já existentes, visando à manutenção e a continuidades de tais programas, considerando que tais programas fazem parte do Plano Nacional de Segurança Pública e está entre as prioridades do Governo para o combate à violência.

Por fim, foram celebrados 14 Termos de Cooperação novos com os diferentes parceiros federais, sendo 10 Termos Aditivos a Termos de Cooperações celebrados anteriormente que utilizaram dotações orçamentárias e recursos financeiros consignados no exercício de 2013.

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados Diretamente pela UJ

QUADRO XII – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ

Unidade Orçamentária: Secretaria de Direitos Humanos				Código UO: 20121		UGO: 200016		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa (335041)	7.970.069	8.737.404	4.400.000	5.937.404	3.570.069	2.800.000	4.400.000	5.937.404
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								

1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Análise Crítica

O montante de R\$ 7.970.069,01 se refere à descentralização de crédito repassada pela Secretaria Geral da Presidência da República à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da Pública, conforme Termo de Cooperação firmado, visando à execução do projeto Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Pública no Brasil, tal descentralização ensejou na celebração do Convênio 778677/2012 gerado no Portal de Convênios – SICONV, firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos e o Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP, entidade privada sem fins lucrativos.

Do montante descentralizado em 2013, foram pagos R\$ 4.400.000,00, sendo R\$ 3.570.069,01 inscritos em restos a pagar para posterior liquidação em 2014.

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO XIII – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)		0,00		
a) Convite		0,00		
b) Tomada de Preços		0,00		
c) Concorrência		0,00		
d) Pregão		0,00		
e) Concurso		0,00		
f) Consulta		0,00		
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		0,00		
2. Contratações Diretas (h+i)		0,00		
h) Dispensa		0,00		
i) Inexigibilidade		0,00		
3. Regime de Execução Especial		0,00		
j) Suprimento de Fundos		0,00		
4. Pagamento de Pessoal (k+l)		0,00		
k) Pagamento em Folha		0,00		
l) Diárias		0,00		
5. Outros	4.400.000,00	5.937.404,62	4.400.000,00	5.939.404,62
6. Total (1+2+3+4+5)				

Análise Crítica

O montante de R\$ 4.400.000,00 se refere à despesa liquidada do Convênio 778677/2012 gerado no Portal de Convênios – SICONV, firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos e o Centro de Assessoria Multiprofissional - CAMP, tendo como objeto a capacitação em Direitos Humanos através de redes de entidades e movimentos sociais visando ampliar o exercício de cidadania, conforme Plano de Trabalho aprovado.

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO XIV – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
2º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
3º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
Demais elementos do grupo		0,00		0,00		0,00		0,00
2. Juros e Encargos da Dívida		0,00		0,00		0,00		0,00
1º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
2º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
3º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
Demais elementos do grupo		0,00		0,00		0,00		0,00
3. Outras Despesas Correntes								
335041 Contribuições	7.970,069	8.737.404	4.400.000	5.937.404	3.570.069	2.800.000	4.400.000	5.937.404
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
2º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
3º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
Demais elementos do grupo		0,00		0,00		0,00		0,00
5. Inversões Financeiras		0,00		0,00		0,00		0,00
1º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
2º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
3º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
Demais elementos		0,00		0,00		0,00		0,00

do grupo								
6. Amortização da Dívida		0,00		0,00		0,00		0,00
1º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
2º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
3º elemento de despesa		0,00		0,00		0,00		0,00
Demais elementos do grupo		0,00		0,00		0,00		0,00

Análise Crítica

O montante de R\$ 7.970.069,01 se refere à descentralização de crédito em despesas correntes (custeio) repassada pela Secretaria Geral da Presidência da República – SG/PR, conforme Termo de Cooperação firmado, visando a execução do projeto Educação Popular, Direitos Humanos e Políticas Pública no Brasil.

Tal descentralização ensejou na celebração do Convênio 778677/2012 firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos e o Centro de Assessoria Multiprofissional - CAMP, tendo como objeto a capacitação em Direitos Humanos através de redes de entidades e movimentos sociais visando ampliar o exercício de cidadania, conforme Plano de Trabalho aprovado.

O Centro de Assessoria Multiprofissional – CAMP, é uma entidade privada sem fins lucrativos, tendo como Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE Primária Atividades de associações de defesa de direitos sociais.

Do montante descentralizado em 2013, foram pagos R\$ 4.400.000,00, sendo R\$ 3.570.069,01 inscritos em restos a pagar para posterior liquidação em 2014.

4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

As análises críticas pertinentes ao item 4.1.3 foram feitas separadamente em cada subitem (4.1.3.1 a 4.1.3.6).

4.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

QUADRO XV - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013
NÃO HOUVE SALDO					
Fonte:					

4.2.1 Análise Crítica

Não aplicável

4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO XVI – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES – SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS – UG 200016 – SDH

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	12.215.641,56	64.577.116,22	2.432.742,50	79.225.500,28
2011	2.929.164,55	2.750.419,41	6.398.325,90	12.077.909,86 (reinscrito)
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	1.698,69	1.034.248,96		1.035.947,65
2011	3.925.973,42			3.925.973,42

FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE – UG 110244/FNCA

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	7.841.210,15	13.305.130,56	627.814,58	21.774.155,29
2011	208.251,43	2.539.649,85	927.403,16	3.675.304,44 (reinscrito)
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	2.556,81	0,00	0,00	2.556,81
2011	520,00			520,00

FUNDO NACIONAL DO IDOSO – UG 207001/FNI

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012		1.399.566,00		1.399.566,00
2011			30.143,30	30.143,30
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012				
2011				

4.3.1 Análise Crítica

O montante inscrito em restos a pagar correspondente aos exercícios de 2011 e 2012 consignados nas Unidades Gestoras: Secretaria de Direitos Humanos - SDH, Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente – FNCA e Fundo Nacional do Idoso - FNI, conforme demonstrativo acima, abrangem os diversos instrumentos firmados pela SDH, dentre eles: Convênios, Termos de Parceria, Termos de Cooperação e Acordos de Cooperação Técnica, celebrados com as esferas federal, estadual, municipal, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais e Contratos Administrativos.

Ressalta-se que a Secretaria de Direitos Humanos mantém empenho emitido no exercício de 2011 inscrito em restos a pagar, considerando o caráter obrigatório desta Secretaria em proceder aos pagamentos de decisões relativas a indenizações a vítimas de violações de direitos humanos, em conformidade com as sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

O QUADRO XVII – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA encontra-se em anexo, em observância à DECISÃO NORMATIVA – TCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013.

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

O Quadro A.4.4.2 abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2013, 2012 e 2011, sendo que os valores devem se referir à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

QUADRO XVIII – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS					
CNPJ:	05.478.625/0001-87					
UG/GESTÃO:	200016/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011

Convênio	64	49	115	34.618.048,87	60.798.249,20	55.262.192,48
Contrato de Repasse	-	-	-		0,00	0,00
Termo de Cooperação	12	7	13	5.509.653,46	1.408.826,44	2.805.699,88
Termo de Compromisso	-	-	-	-	0,00	0,00
Totais	76	56	128	40.127.702,33	62.207.075,64	58.067.892,36

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	FUNDO NACIONAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE					
CNPJ:	05.478.625/0002-68					
UG/GESTÃO:	110244/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	15	30	32	25.094.944,00	15.435.062,31	12.126.646,38
Contrato de Repasse	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	1	8	236.683,56	10.811,68	2.366.138,12
Termo de Compromisso	-	-	-	0,00	0,00	0,00
Totais	15	31	40	25.331.627,56	15.445.873,99	14.492.784,50

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV.

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	FUNDO NACIONAL DO IDOSO					
CNPJ:	05.478.625/0003-49					
UG/GESTÃO:	207001/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio	4	4	0	1.433.006,20	0,00	0,00
Contrato de Repasse	-	-	0	-	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	-	0,00	0,00
Termo de Compromisso	-	-	0	-	0,00	0,00
Totais	4	4	0	1.433.006,20	0,00	0,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV.

4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

O **Quadro A.4.4.3** abaixo visa a demonstrar a quantidade de instrumentos de convênio, de termo de cooperação e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, segmentados por ano em que deveriam ser prestadas as contas, de forma a evidenciar o perfil da prestação de contas das transferências sob essas modalidades. Dessa forma, a UJ deve identificar, por ano da prestação de contas, a quantidade de instrumentos “Convênios”, “Termos de Cooperação” e “Contratos de Repasse”, assim como os respectivos montantes, segmentando-os entre instrumentos que tiveram suas contas prestadas e instrumentos que não tiveram contas prestadas.

A data que deve ser considerada para identificar a prestação ou não das contas é 31/12. Assim, o Quadro evidenciará a quantidade e o montante repassado dos instrumentos até o final de cada exercício de referência do relatório de acordo com a situação da prestação de contas: prestadas ou não prestadas.

Para fins dos quadros sobre a prestação e análise de contas, devem-se levar em consideração apenas as **prestações de contas finais**. Na análise crítica o gestor poderá incluir informações sobre as prestações de contas parciais, se necessário.

**QUADRO XIX – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE
CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE
REPASSE.**

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS					
CNPJ: 05.478.625/0001-87		UG/GESTÃO: 200016/0001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	54	-	N/A
		Montante Repassado	39.503.548,40	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	11	-	
		Montante Repassado	14.073.748,87	-	
2012	Contas Prestadas	Quantidade	91	-	N/A
		Montante Repassado	41.449.958,11	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	
		Montante Repassado	-	-	
2011	Contas Prestadas	Quantidade	86	-	N/A
		Montante Repassado	50.276.913,54	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	
		Montante Repassado	-	-	
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	N/A
		Montante Repassado	180.000,00	-	
Fonte: Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV.					

Unidade Concedente					
Nome: FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE					
CNPJ: 05.478.625/0002-68 UG/GESTÃO: 10244/0001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	11	-	N/A
		Montante Repassado	9.150.229,89	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	-	
		Montante Repassado	214.420,00	-	
2012	Contas	Quantidade	44	-	N/A

	Prestadas	Montante Repassado	23.910.530,91	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0		
		Montante Repassado	0,00	-	
2011	Contas Prestadas	Quantidade	44	-	N/A
		Montante Repassado	26.391.678,68	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2	-	
		Montante Repassado	722.899,38	-	
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	N/A
		Montante Repassado	0,00	-	
Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV.					

Unidade Concedente					
Nome: FUNDO NACIONAL PARA O IDOSO					
CNPJ: 05.478.625/0003-49		UG/GESTÃO: 207001/0001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	0	-	N/A
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	
		Montante Repassado	-	-	
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	-	N/A
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	
		Montante Repassado	-	-	
2011	Contas Prestadas	Quantidade	0	-	N/A
		Montante Repassado	-	-	
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	
		Montante Repassado	-	-	
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	-	N/A
		Montante Repassado	-	-	
Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV.					

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

O QUADRO XIX contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo da concedente e do contratante. Com base nos exercícios em que as contas foram apresentadas, a UJ deve apresentar informações de quantidade e montante envolvendo contas analisadas e não analisadas, de forma a evidenciar a qualidade do gerenciamento empreendido pela UJ. A data de referência a ser considerada em cada exercício é 31 de dezembro.

QUADRO XX – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE.

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS					
CNPJ: 05.478.625/0001-87		UG/GESTÃO: 200016/0001			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de contas prestadas			54	N/A
	Com prazo de	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	1	

	Análise ainda não vencido		Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	0	
			Montante repassado (R\$)	341.000,00	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	5	
			Montante repassado (R\$)	863.089,45	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	6	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	5	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	42	
Montante repassado (R\$)			35.542.356,01		
2012	Quantidade de contas prestadas			85	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		19	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		2	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		
	Montante repassado (R\$)		33.722.708,41		
2011	Quantidade de contas prestadas			86	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		20	
		Quantidade Reprovada		1	
		Quantidade de TCE		8	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		
	Montante repassado		42.868.660,43		
Exercícios anteriores a 2011	Contas NÃO analisadas	Quantidade		31	N/A
		Montante repassado		14.912.682,03	
Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV.					

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE						
CNPJ: 05.478.625/0002-68			UG/GESTÃO: 110244/0001			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados				Instrumentos	
					Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de contas prestadas				54	N/A
	Com prazo de Análise ainda não vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0		
			Quantidade Reprovada	0		
			Quantidade de TCE	0		
			Montante repassado (R\$)	0		
		Contas NÃO	Quantidade	2		

		analisadas	Montante repassado (R\$)	351.000,00	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	1	
			Quantidade Reprovada	0	
			Quantidade de TCE	1	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	10	
			Montante repassado (R\$)	8.699.229,89	
2012	Quantidade de contas prestadas			44	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		6	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		1	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		37	
		Montante repassado (R\$)		21.317.332,54	
2011	Quantidade de contas prestadas			44	N/A
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		7	
		Quantidade Reprovada		0	
		Quantidade de TCE		5	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		34	
		Montante repassado		19.943.194,57	
Exercícios anteriores a 2011	Contas NÃO analisadas	Quantidade		17	N/A
		Montante repassado		24.625.847,67	
Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV.					

4.4.5 Análise Crítica

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, como órgão integrante da Administração Pública Federal, vem exercendo suas atividades em observância aos fundamentos e normas insculpidas na Constituição Federal, na Lei nº 8.666/1993, nos Decretos nºs 93.872/1986 e 6.170/2007, na Instrução Normativa 01/1997 e na Portaria Interministerial nº 507/2011 e suas alterações, assim como em cumprimento aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência, norteadores do processo administrativo.

Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Convênios, unidade integrante da estrutura organizacional da SDH na consecução e implementação dos seus trabalhos permeia pela continuidade dos projetos desenvolvidos em 2012, como o prosseguimento do Edital Único de Chamamento Público para a celebração de convênios, termos de cooperação e instrumentos congêneres visando à transferência voluntária de recursos.

Assim, objetivando ao aprimoramento do plano de trabalho e à comprovação da regularidade dos partícipes, a Coordenação de Formalização empenhou-se em conscientizar as áreas técnicas sobre as práticas comuns que produzem vulnerabilidades inerentes à análise de projetos que venham a ser celebrados.

A maneira escolhida para auxiliar as áreas técnicas foi a confecção e a distribuição do manual de orientações referentes aos procedimentos de formalização de convênios e afins, o qual enumerava os 3 (três) mais recorrentes desacertos cometidos no âmbito da SDH, a saber: 1) Concentração de envio de instrumentos a serem formalizados para esta coordenação nos três últimos meses do ano; 2) Abstração por parte dos técnicos quanto ao julgamento do nível de detalhamento dos planos de trabalho; e 3) Desatenção ou desconhecimento do rol de documentos necessários à comprovação da regularidade dos partícipes.

Ressalta-se que a aceitação do manual pelas áreas técnica foi ampla e facilitada pela intensificação dos canais de comunicação entre os representantes das áreas e da formalização.

Visando a um melhor entendimento sobre assunto foi instituído na SDH por meio da Portaria nº 1.347 de 13 de novembro de 2013, o Comitê de Convênios e Instrumentos Congêneres, com a finalidade de aprimorar os processos de transferências voluntárias de recursos a órgão ou entidade da administração pública direta e indireta, de qualquer esfera de governo, bem como entidade privada sem fins lucrativos.

Registra-se que os trabalhos desenvolvidos pelo referido comitê permitirá o aperfeiçoamento dos procedimentos de análise de projetos, formalização, fiscalização e prestação de contas, sendo de grande valia na organização administrativa interna da SDH, visto que estreitam os caminhos entre diversas áreas desta Secretaria, com tomada de decisões coerentes e objetivas para o alcance das ações previstas no Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3.

Com relação aos aspectos administrativos, financeiros e contábeis referentes à análise e ao trâmite de prestação de contas de convênios, a SDH nos três últimos exercícios realizou a celebração de 343 instrumentos, totalizando R\$ 195.867.484,80 (cento e noventa e cinco milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos), sendo que no ano de 2011 foram firmados 168 instrumentos, com repasse de R\$ 72.560.676,86 (setenta e dois milhões, quinhentos e sessenta mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos), em 2012 firmados 91 instrumentos, com repasse de R\$ 78.212.515,63 (setenta e oito milhões, duzentos e doze mil, quinhentos e quinze reais e sessenta e três centavos), já em 2013 houve a celebração de 84 processos, no montante de R\$ 45.094.292,31 (quarenta e cinco milhões, noventa e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos).

Contudo, cabe ressaltar quanto à redução do quantitativo de instrumentos celebrados no ano de 2013, que essa queda decorre em razão de que no exercício foram realizadas atividades diferenciadas, como a destinação dos recursos oriundos de emendas parlamentares para a equipagem de Conselhos Tutelares com a distribuição de kit contendo: 1 automóvel, 5 computadores, 1 impressora multifuncional, 1 bebedouro e 1 refrigerador, com vista a atender as novas composições dos conselhos.

No que concerne ao estoque de prestação de contas, no exercício de 2013 foram recebidas 83 novas prestações de contas, todavia foram concluídos 75 processos. Relativo ao período dos três últimos exercícios, o estoque em 2011 era de 232 processos na conta A Aprovar, sendo que no período de 2011 a 2013 foram recebidas 302 prestações de conta, o que totaliza 534 processos a serem analisados.

Não obstante, registra-se que nos últimos exercícios foram analisadas 365 prestações de contas (Aprovadas, Inadimplências e, respectivamente, TCE e CADIN), o que representa uma média de 121 processos anuais e uma redução no estoque de 67%. Isso significa que, em 31/12/2013,

restaram pendentes de análise 169 prestações de contas na conta A Aprovar, já considerados os convênios SICONV.

Quanto à composição de Acordo Administrativo de Parcelamento de Débito regulamentado pela Portaria SDH/PR nº 1.480, de 20/07/2011, alterada pela Portaria SDH/PR, no exercício houve 4 parcelamentos administrativos.

Insta frisar que para exercer as atividades afetas à sua competência, a Coordenação de Prestação de Contas conta com um quadro de 5 (cinco) servidores, onde 2 (dois) são ocupantes de cargos efetivos e 3 (três) são ocupantes de cargos comissionados, fato distante ao ocorrido no ano de 2011 cuja equipe era composta de 11 (onze) servidores, e apesar do quadro reduzido, associada ainda a sua rotatividade elevada, visto que a SDH não possui quadro efetivo de servidores, verifica-se que houve um reflexo no aumento da produtividade da coordenação.

Além disso, é importante ressaltar que as atividades de prestação de contas e fiscalização são exercida cumulativamente, por uma equipe única composta por 6 (seis) servidores. E ao contrário do ano de 2012 cujo objetivo era baixar o estoque de instrumentos na conta A Aprovar, no exercício de 2013 priorizou-se a fiscalização in loco dos convênios.

Assim, no decorrer do ano os trabalhos foram intensificados, sendo realizadas vistorias em 119 instrumentos, nos Estados da BA, MA e PI AC, AM, BA, CE, DF, MG, PE, PI, PA, PB, RS, RJ, SP e SC, representando aproximadamente R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) em volume de recursos liberados pela SDH.

Impende consignar que sem prejuízo das atividades típicas de formalização, fiscalização e prestação de contas, a Coordenação-Geral de Convênios, em tempo hábil, buscou atender as demandas formuladas por órgãos de Controle Interno e Externo, Ministério Público, Polícia Federal, e demais órgãos demandados, inclusive, as solicitadas por intermédio do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, em observância a Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 18/11/2011.

Conforme podemos verificar, as atividades desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Convênio no exercício de 2013 foram satisfatórias, com uma considerável melhora dos resultados operacionais na análise de prestação de contas e fiscalização in loco, ato este que tem envidado esforços para cumprimento das normas e dos procedimentos legais atinentes à transferência de recursos públicos.

4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS

4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

QUADRO XXI – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0	0,00	0	0,00	2	128,32	128,32
2012	0	0,00	0	0,00	2	972,94	972,94
2011	0	0,00	1	500,00	4	1065,80	1.565,80

4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

QUADRO XXII – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS POR UG E POR SUPRIDO (CONTA TIPO “B”)

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1					Nome da UG			
Suprido	CPF	Empenho			Finalidade	Valor	Justificativa para a Não Utilização do CPGF	Nº Processo Prestação de Contas
		Nº	Data	ND				
NÃO HOUVE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B”)								
					Total Utilizado pela UG			
Código da UG 2					Nome da UG			
					Total Utilizado pela UG			
					Total Utilizado pela UJ			

4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO XXIII - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$
1,00

Código da UG 1	200016 - SDH	Limite de Utilização da UG	6.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Celson Carlos Martins Junior	420.066.003-20	6.000,00	0,00	59,00	59,00
			0,00	70,00	70,00
Total Utilizado pela UG			0,00	129,00	128,32

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Obs: O suprido Celson Carlos Martins Junior efetuou uma devolução de valores no montante de R\$ 0,68 por meio de GRU, conforme documento Recolhimento de Arrecadação (2013RA001649) gerado em 08/11/2013. Tal devolução se refere a encargos no valor de R\$ 0,09 e multa no valor de R\$ 0,59 totalizando R\$ 0,68.

4.5.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO XXIV - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas			0	0,00	0	0,00			0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise			0	0,00	0	0,00			0	0,00	0	0,00
PC em Análise			0	0,00	0	0,00			0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas			0	0,00	0	0,00			0	0,00	0	0,00
PC Aprovadas			0	0,00	0	0,00	2	128,32	2	12.000,00	2	8.000,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

4.5.5 Análise Crítica

O suprido desta Secretaria cumpriu com todas as exigências decorrentes do suprimento de fundos, correspondentes aos prazos estabelecidos, bem como os encaminhamentos de todas as documentações comprobatórias relativas às prestações de contas do cartão corporativo do Governo Federal, estando todas aprovadas pela Secretaria de Direitos Humanos e os processos físicos à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

4.6 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA SDH

4.6.1 Renúncias Tributárias

4.6.1.1 Renúncias Tributárias sob Gestão ou Estimadas e Quantificadas pela UJ – Identificação

QUADRO – XXV – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS ESTIMADAS E QUANTIFICADAS PELA UJ

Tributo/Contribuição Gasto Tributário	Legislação	Natureza da Renúncia (LRF, art. 14, § 1º)	Objetivos Socioeconômicos	Contrapartida Exigida	Prazo de Vigência	Medidas de Compensação
IRPF	Lei nº 8.069/1990	Outros Benefícios	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Doações	Indeterminado	N/A
IRPJ	Lei nº 8.069/1990	Outros Benefícios	Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente	Doações	Indeterminado	N/A
IRPF	Lei nº 12.213/2010	Outros Benefícios	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Doações	Indeterminado	N/A
IRPJ	Lei nº 12.213/2010	Outros Benefícios	Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa	Doações	Indeterminado	N/A

4.6.1.2 Valores Renunciados e Contrapartida

QUADRO XXVI - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA FNCA

Gasto Tributário:						
Valores	2013		2012		2011	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renúncia	24.332.555,00	9.318.885,72	31.926.060,00	10.496.187,86	25.049.085,00	20.123.290,91
Contrapartida	24.332.555,00	9.318.885,72	31.926.060,00	10.496.187,86	25.049.085,00	20.123.290,91
Medidas de Compensação	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

FNI

Gasto Tributário:						
Valores	2013		2012		2011	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
Renúncia	3.000.000,00	5.856.350,00	1.500.000,00	191.146,40	3.000.000,00	100,00
Contrapartida	3.000.000,00	5.856.350,00	1.500.000,00	191.146,40	3.000.000,00	100,00
Medidas de Compensação	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIAFI

Obs: Considera-se que os valores doados correspondem em sua totalidade aos valores renunciados.

4.6.1.3 Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário

QUADRO XXVII - VALORES RENUNCIADOS POR TRIBUTOS E GASTO TRIBUTÁRIO – 2013-2011

Tributo Contribuição Gasto Tributário	2013			2012			2011		
	Renúncia		Medidas de Compensação	Renúncia		Medidas de Compensação	Renúncia		Medidas de Compensação
	Projetado	Estimado		Projetado	Estimado		Projetado	Estimado	
IRPF - FNCA	41.144,93	N / A	N / A	57.529,15	N / A	N / A	22.944,53	N / A	N / A
IRPJ - FNCA	9.277.740,79	N / A	N / A	10.438.658,71	N / A	N / A	20.100.346,38	N / A	N / A
IRPF - FNI	6.350,00	N / A	N / A	8.279,45	N / A	N / A	100,00	N / A	N / A
IRPJ - FNI	5.850.000,00	N / A	N / A	180.012,42	N / A	N / A	0,00	N / A	N / A

Fonte: SIAFI

4.6.1.4 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia

QUADRO XXVIII - CONTRIBUÍNTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS FNCA

Gasto Tributário: Imposto de Renda – Pessoa Física						
UF	2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
A M	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	3	2.287,84	1	1.000,00
CE	0	0,00	1	790,24	0	0,00
DF	7	22.214,53	19	18.000,95	11	8.731,12
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	1	307,86	2	3.068,27	0	0,00
M A	1	500,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	1	1.500,00	1	20,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
M G	0	0,00	3	1.533,29	0	0,00
PA	0	0,00	1	760,00	0	0,00
PB	0	0,00	3	1.720,00	0	0,00

PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	0	0,00	2	1.270,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	5	3.930,00	10	10.965,26	10	7.360,00
RN	3	6.800,00	2	3.100,00	1	200,00
RS	1	2.000,00	1	500,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	1	200,00
RR	1	300,00	0	0,00	0	0,00
SC	5	3.025,14	8	2.695,87	3	2.578,41
SP	5	2.067,40	17	9.337,43	37	2.855,00
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Σ	29	41.144,93	73	57.529,15	65	22.944,53

Fonte: SIAFI

Obs: Considera-se que os valores doados correspondem em sua totalidade aos valores renunciados.

QUADRO XXIX - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS FNCA

Gasto Tributário: Imposto de Renda – Pessoa Jurídica						
UF	2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DF	1	10.000,00	4	5.636.723,72	5	2.128.686,55
ES	0	0,00	1	3.000,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	0	0,00	1	9.837,50
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PB	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	6	9.237.634,38	3	4.736.737,35	3	17.861.517,56
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	9	18.206,41	2	717,21	0	0,00
SP	1	11.900,00	2	61.480,43	3	100.304,77
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Σ	17	9.277.740,79	12	10.438.658,71	12	20.100.346,38

Fonte: SIAFI

Obs: Considera-se que os valores doados correspondem em sua totalidade aos valores renunciados.

QUADRO XXX - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS FNI

Gasto Tributário: Imposto de Renda – Pessoa Física						
UF	2013		2012		2011	
	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
DF	5	2.150,00	3	1.779,45	1	100,00
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	1	500,00	0	0,00	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PB	0	0,00	2	2.000,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	0	0,00	1	2.000,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	1	2.500,00	2	1.500,00	0	0,00
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	1	300,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	2	1.200,00	1	700,00	0	0,00
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Σ	9	6.350,00	10	8.279,45	1	100,00

Fonte: SIAFI

Obs: Considera-se que os valores doados correspondem em sua totalidade aos valores renunciados.

QUADRO XXXI - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS FNI

Gasto Tributário: Imposto de Renda – Pessoa Jurídica						
UF	2013		2012		2011	
	Quantidade e	Valor Renunciado	Quantidade e	Valor Renunciado	Quantidade	Valor Renunciado
AC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AL	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	1	800.000,00	0	0,00	0	0,00
DF	2	270.000,00	1	134.896,42	0	0,00
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00

MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PB	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	3	4.780.000,00	0	0,00	0	0,00
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	0	0,00	1	45.116,00	0	0,00
SE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Σ	6	5.850.000,00	2	180.012,42	0	0,00

Fonte: SIAFI

Obs: Considera-se que os valores doados correspondem em sua totalidade aos valores renunciados.

4.6.1.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

QUADRO XXXII - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA SDH FNCA

Gasto tributário	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2013	2012	2011	2013	2012	2011
IRPF / IRPJ	0073	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
IRPF / IRPJ	0152	0,00	0,00	3.744.443,68		0,00	400.000,00
IRPF / IRPJ	0153	0,00	0,00	4.912.160,86		0,00	1.700.000,00
IRPF / IRPJ	0155	0,00	0,00	3.400.000,00		0,00	3.400.000,00
IRPF / IRPJ	2062	14.871.499,56	6.426.916,62	0,00	859.585,74	211.580,00	0,00
IRPF / IRPJ	2102	1.500.000,00	150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, SIAFI GERENCIAL

QUADRO XXXIII - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA SDH FNI

Gasto tributário	Programas	Recursos Renunciados Aplicados			Recursos Orçamentários Liquidados		
		2013	2012	2011	2013	2012	2011
IRPF / IRPJ	2064	1.280.566,18	0,00	0,00	103.270,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, SIAFI GERENCIAL

4.6.1.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

QUADRO XXXIV - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

Gasto Tributário: N/A						
Situação	2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	N/A – As renúncias decorrem de doações voluntárias.					
PC Aguardando Análise						
PC em Análise						
PC não Aprovadas						
PC Aprovadas						

4.6.1.7 Comunicações à RFB

QUADRO XXXV - COMUNICAÇÕES À RFB

Gasto Tributário: N/A													
Renúncia	2013				2012				2011				
	Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		Comunicações		Valores Indevidamente Renunciados		
	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	Susp.	Canc.	
	N/A – As renúncias decorrem de doações voluntárias.												

4.6.1.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

QUADRO XXXVI - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Gasto Tributário: Imposto de Renda – Pessoa Física e Pessoa Jurídica							
Ano	Metas				Renúncia/PIB (%)	Geração de empregos	
	Descrição	Indicador	Prev.	Real.	Nac.	Diretos	Indiretos
2013	SEM INFORMAÇÕES				0,0003	SEM INFORMAÇÕES	
2012					0,0002		
2011					0,0005		

4.6.1.9 Renúncia Tributária – Análise Crítica

Pela análise dos Quadros XXVII, XXXII e XXXIII, facilmente percebe-se que houve um crescimento, de 2012 para 2013, na aplicação de recursos renunciados tanto pelo Fundo Nacional para a Criança (FNCA) e o Adolescente quanto pelo Fundo Nacional do Idoso (FNI), não obstante tenha ocorrido, neste período, uma pequena queda no valor global das doações de pessoas físicas e jurídicas.

A exceção foram as doações de empresas para o FNI, que cresceram de R\$ 180.012,42, em 2012, para R\$ 5.850.000,00, em 2013. Este aumento deu-se, principalmente, por conta do Plano de Ação que o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI vem desenvolvendo, com o intuito de

sensibilizar possíveis novos doadores, ao utilizar-se tanto da estratégia de divulgação em diversos meios de comunicação (campanhas), como do contato com grandes empresas públicas e privadas.

Desde 2013, a Coordenação-Geral do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso está em tratativas com o Banco do Brasil a fim de formar uma parceria. Foram feitos também contatos com outras instituições, como: Caixa Econômica Federal, CVC e Banco SOFISA.

Neste sentido, para 2014, a idéia é ampliar o ingresso de receitas a partir de novas parcerias, permitindo-se, assim, que se continue aumentando a aplicação de recursos oriundos de renúncias tributárias.

5 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

Conforme o Art. 1º do Decreto nº 4.939, de 29 de dezembro de 2003, fica atribuída ao Ministério da Justiça a responsabilidade pela execução das atividades de administração de pessoal, dentre outras, relativas à manutenção da SDH/PR, até que estejam eles devidamente estruturados para exercê-las.

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da SDH/PR

5.1.1.1 Lotação

QUADRO XXXVII – FORÇA DE TRABALHO DA SDH/PR – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	11	137	36	25
1.1. Membros de poder e agentes políticos	1	1	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	10	136	36	25
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	10	10	10	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	15	3	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	111	23	24
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Não há	99	58	64
4. Total de Servidores (1+2+3)	11	236	94	89

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que:

1) Lotação Autorizada:

a) Servidores de carreira vinculada ao órgão (item 1.2.1): no exercício de 2013, a Secretaria de Direito Humanos passou a contar com vagas de cargo efetivo de Analista Técnico de Políticas Social, cujo concurso público foi promovido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

b) Demais situações: o exercício descentralizado, o exercício provisório, a requisição e a nomeação de pessoas não ocupantes de cargos efetivos são efetivados de acordo com a legislação pertinente, não havendo definição de um número específico de pessoas para cada tipologia.

2) Lotação Efetiva:

a) Servidores de carreira vinculada ao órgão (item 1.2.1): Foi computado 1 (um) servidor de cargo efetivo no exercício de GR.

b) Servidores de carreira em exercício descentralizado (item 1.2.2): neste item foram computados 8 (oito) servidores no exercício de DAS e 6 (seis) no exercício de GR.

c) Servidores requisitados de outros órgãos e esferas (item 1.2.4): foram contabilizados 46 (quarenta e seis) no exercício de DAS e 41 (quarenta e um) no exercício de GR, bem como 1 (um) anistiado no exercício de GR.

d) Servidores sem vínculo com a Administração Pública (item 3): foram computados 4 (quatro) servidores aposentados da Administração Pública que exercem DAS.

5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO XXXVIII – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA SDH/PR

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	0
Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE	

5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

5.1.2.1 Estrutura de Cargos e de Funções

QUADRO XXXIX – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA SDH/PR (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada (*)	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	160	154	91	89
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	159	153	91	89
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	8	2	2
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	46	31	23
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	95	57	63
1.2.5. Aposentados	Não há	4	1	1
2. Funções Gratificadas (**)	68	49	24	27
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	1	1	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há	6	2	1
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	42	21	26
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	228	203	115	116

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

* Número de cargos em comissão e funções aprovado na Estrutura Regimental da SDH.

** Foram considerados os ocupantes da Gratificação de Representação da Presidência da República – GR.

Com relação ao quadro acima, cabe esclarecer que a nomeação e designação de servidores para o exercício de cargo em comissão ou gratificação de representação, respectivamente, são realizadas de acordo com o interesse da Administração, na forma da legislação pertinente, observando o quantitativo aprovado de funções na Estrutura Regimental da SDH, não havendo um número pré-estabelecido (lotação autorizada) para cada tipologia.

5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da SDH/PR Segundo a Idade

QUADRO XL – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SDH/PR POR FAIXA ETÁRIA SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	11	9	4	8	1
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	1	0	0
1.2. Servidores de Carreira (*)	11	9	3	8	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	47	85	39	27	5
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	1	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	38	61	29	21	4
2.3. Funções Gratificadas (**)	9	23	10	6	1
3. Totais (1+2)	58	94	43	35	6

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

(*) Os servidores de Carreira que exercem DAS ou GR não foram computados na tipologia 1.2, pois são computados nas tipologias 2.2 ou 2.3.

(**) Foram considerados os servidores que exercem GR.

De acordo com o perfil etário dos servidores em exercício na SDH, observa-se que a distribuição de pessoal dá-se da seguinte forma: 24,58%, 39,83%, 18,22%, 14,83% e 2,54% nas faixas “até 30”, “de 31 a 40”, “de 41 a 50”, “de 51 a 60” e “acima de 60” anos, respectivamente.

5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO XLI – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA SDH/PR POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	0	8	21	1	3	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	1	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (*)	0	0	0	0	8	20	1	3	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	38	140	14	10	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	1	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	32	105	7	8	1
2.3. Funções Gratificadas (**)	0	0	0	0	6	34	7	2	0
3. Totais (1+2)	0	0	0	0	46	161	15	13	1
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE

(*) Os servidores de Carreira que exercem DAS ou GR não foram computados na tipologia 1.2, pois são computados nas tipologias 2.2 ou 2.3.

(**) Foram considerados os servidores que exercem GR.

De acordo com o quadro acima, 19,49%, 68,22%, 6,36%, 5,51% e 0,42% dos servidores da SDH possuem, respectivamente, “Segundo grau ou técnico”, “Ensino superior”, “Aperfeiçoamento, Especialização ou Pós-graduação”, “Mestrado” e “Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência”.

5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

O QUADRO XLII - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES encontra-se em anexo, em observância à DECISÃO NORMATIVA – TCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013.

5.1.4 Cadastramento no SISAC

5.1.4.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO XLIII – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	10	0	10	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0

Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	10	0	10	0

Por força do Decreto nº 4.939/2003, e suas alterações, os atos de admissão dos servidores da SDH foram cadastrados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos/MJ.

5.1.4.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

QUADRO XLIV – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

5.1.4.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

QUADRO XLV – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	3	6	1	0
Concessão de aposentadoria	0	0	0	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	3	6	1	0
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	0	0	0	0

5.1.4.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

QUADRO XLVI – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0

Outros atos fora do SISAC (especificar)	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0

5.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No âmbito do Poder Executivo Federal, o controle de possíveis acumulações vedadas de cargos, funções e empregos públicos é realizado pelo órgão central do SIPEC – Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por dois meios:

a) Parametrização no Sistema de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, no qual é bloqueado a operação de cadastramento de um novo vínculo funcional, quando detectada a ocorrência de ocupação de um cargo público não acumulável no âmbito da Administração Pública Federal, direta e autárquica.

b) Cruzamento das bases de dados do SIAPE com os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, que se detectado algum possível caso, é encaminhado ao órgão de exercício do respectivo servidor para verificação.

Em ambas situações, a possível ocorrência deve ser apurada por meio de processo administrativo, no qual é assegurado o contraditório e a ampla defesa ao servidor.

Destaca-se, ainda, que no âmbito interno, o servidor no momento da posse em cargo público apresenta declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, respeitando as situações previstas na Constituição Federal, que no caso de declaração inverídica pode agravar a situação do servidor, bem como se compromete a comunicar à CGRH/MJ, qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional e de que está ciente de que declarar falsamente é crime previsto na Lei Penal.

No exercício de 2013, não foi detectada nenhuma ocorrência de possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos.

Considera-se que o controle adotado tem sido útil e eficiente, pois não houve, até o momento, constatação de acumulação indevida.

5.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Nenhuma providência foi adotada, no exercício de 2013, uma vez que não detectada ocorrência de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos.

5.1.7 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

As atividades de administração, pagamento e desenvolvimento dos servidores da SDH/PR são executadas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça. Sendo assim, foram utilizados os mesmos índices das unidades integrantes do MJ.

- Absenteísmo

O indicador gerencial “absenteísmo”, utilizado no Núcleo Central do Ministério da Justiça, busca medir as ausências dos servidores, no qual são computados todos os tipos de afastamentos, inclusive aqueles considerados por lei como de efetivo exercício, tais como: licença para tratamento da própria saúde, licença à gestante, licença casamento, licença falecimento, dentre outras.

Para se obter esse índice é utilizada a fórmula:

$$\text{ABS: } \frac{\text{nº de dias de ausências}}{\text{nº de servidores x nº de trabalho}}, \text{ em que:}$$

nº de dias de ausências = quantidade de dias de ausências dos servidores no exercício de 2013.

nº de servidores = quantidade de servidores da Unidade.

nº de dias de trabalho = quantidade de dias no ano

Ressalte-se, que no item “nº de dias de trabalho” será considerado o número de 365 dias correspondente ao um ano civil (sem excluir os dias não úteis), uma vez que vários afastamentos dos servidores embora tenham incidência em finais de semana ou feriados, são computados como “efetivo exercício”.

Olhando a realidade do Ministério da Justiça, como parâmetro, entendemos que um índice de absenteísmo aceitável seria em torno de 5%, pelos seguintes aspectos:

a) Antes do exercício de 2010, os últimos provimentos para os cargos efetivos se deram da seguinte forma: em 1988, mediante concurso público (processo seletivo para todo o Poder Executivo Federal) promovido pelo extinto Departamento de Administração de Serviço Público - DASP; em 1994, por meio de aproveitamento dos candidatos habilitados nos concursos públicos efetuados pelos Ministérios da Marinha (hoje Comando da Marinha) e do Ministério da Educação; e ano de 1998, para as vagas remanescentes de Técnico de Contabilidade e Técnico em Assuntos Educacionais, o que contribuiu para uma concentração de 1/3 (um terço) dos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do MJ na faixa etária acima de 51 anos. Naturalmente, essa concentração contribui para estipular um índice diferenciado, pois é comum que à medida que as idades avancem, alguns problemas de saúde também sobressaiam.

b) Com a nomeação e posse de novos servidores em cargos efetivos, em virtude de habilitação em concurso público promovido pelo MJ, houve também uma concentração de 50% do efetivo nas faixas etárias abaixo de 40 anos. Parte desse grupo são mulheres que estão em fase reprodutiva, podendo se afastar por licença à gestante por até 180 dias (concessão inicial e prorrogação), o que também contribui para estipulação aceitável de 5%.

Considerando a meta fixada, foi calculado o índice de absenteísmo da SDH, por meio da fórmula acima mencionada, no qual chegou-se ao seguinte resultado: $\text{ABS: } [1.568 / (236 \times 365)] \times 100 = 1,82\%$, o qual conclui-se que está dentro do padrão aceitável.

- Acidentes de trabalho

No Núcleo Central do Ministério da Justiça, o número de acidentes de trabalho é pequeno, levando em consideração os últimos 3 (três) exercícios, sendo que no ano de 2013 foram apenas 2 (dois) casos no total.

Para as unidades do Ministério da Justiça, em que ocorreram os eventos, a CGRH/MJ formulou a seguinte fórmula:

$$AT = \frac{(n^{\circ} \text{ de casos} \times 100)}{n^{\circ} \text{ de servidores}}, \text{ em que:}$$

n° de casos = quantidade de acidentes de trabalho.

n° de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

Considerando a natureza dos cargos efetivos que compõem o Quadro de Pessoal do MJ, bem como as atividades desenvolvidas, podemos dizer que o nível de risco no trabalho é pequeno, se tomarmos por referência outros cargos da Administração Pública, como os de carreira policial. Entretanto, como há fatores que não estão ao alcance da governabilidade da Pasta, como, por exemplo: acidente no percurso residência-trabalho e vice-versa, considera-se aceitável um índice de até 2%, sendo que o ideal seria que não ocorressem casos de acidente de trabalho.

No exercício de 2013, na SDH, não houve caso de acidente de trabalho.

- Doenças Ocupacionais

Observando-se o Código Internacional de Doenças – CID, foram levantados os afastamentos que podem ter sido provocados por fatores relacionados com o ambiente de trabalho. Considerando a complexidade do tema, foi estipulado para o exercício de 2013, que o índice aceitável seria de até 5%,

Destaca-se que, no âmbito do Núcleo Central do MJ, a principal causa de afastamento tem relação com doença do aparelho locomotor. Há também ocorrências de transtornos mentais e comportamentais. Todavia, por ser uma questão sigilosa tratada apenas no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor – SIASS, não é possível identificar os CID por Unidades, tão somente classificar como doença ocupacional ou não.

Para se obter o índice de Doenças Ocupacionais é utilizada a seguinte fórmula:

$$DO: \frac{(n^{\circ} \text{ de servidores com doenças ocupacionais} \times 100)}{n^{\circ} \text{ de servidores}}, \text{ em que:}$$

n° de servidores com doenças ocupacionais = quantidade de servidores que tiveram doenças classificadas pelo CID como doenças ocupacionais

n° de servidores = quantidade de servidores da Unidade.

No exercício de 2013, na SDH, não houve caso de doença ocupacional.

- Rotatividade

Para mensurar o índice de rotatividade, a CGRH/MJ utiliza a seguinte fórmula:

$$ROT: \frac{(\text{entrada} + \text{saída})/2 \times 100}{n^{\circ} \text{ de servidores}}, \text{ em que:}$$

entrada = quantidade ingressos na Unidade.

saída = quantidade de egressos na Unidade.
nº de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

A rotatividade é um assunto que sempre desperta preocupação na organização, pois quando o índice é alto, possivelmente há reflexo na produtividade do trabalho. Todavia, caso isso ocorra, a instituição deve detectar as possíveis causas determinantes que impactam na mensuração deste indicador.

No caso do Ministério da Justiça, na mensuração do índice de rotatividade, são considerados os seguintes aspectos:

a) Os cargos de Direção e Assessoramento Superior - DAS, são de livre provimento, podendo haver, sempre que houver interesse público, a nomeação e exoneração dos seus ocupantes, a qualquer tempo, o que contribui para elevação do índice; e

b) Os cargos efetivos do MJ estão inseridos no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, que é um dos Planos de Cargos com os menores salários na Administração Pública. Com isso, os servidores buscam constantemente outros cargos públicos, com melhores remunerações, inclusive no próprio Poder Executivo.

Assim, embora o ideal seja um índice de rotatividade de 10%, uma vez que o ingresso de pessoas também traz benefícios para a organização, oxigenando o ambiente de trabalho, com a introdução de novos conhecimentos e habilidades, há aspectos que fogem à governabilidade da instituição.

Utilizando-se a fórmula acima mencionada, em que: $ROT = \{[(94+89)/2]/236 \times 100\}$, obtém-se um índice de rotatividade de 38,77%.

- Disciplina

De acordo com as normas legais, para aqueles servidores que não cumprem seus deveres funcionais, poderão ser aplicadas penalidades disciplinares de advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras.

A questão envolve conduta do profissional e o ideal é que não haja nenhum caso.

Para medir esse índice, a CGRH/MJ utiliza a seguinte fórmula:

DISC: $\frac{\text{nº de penalidades}}{\text{nº de servidores}}$, sendo:

nº de penalidades = quantidade de penalidades (advertência, suspensão, demissão, destituição de cargo em comissão, dentre outras).

nº de servidores = quantidade de servidores na Unidade.

No exercício de 2013, não houve nenhuma ocorrência de penalidade envolvendo servidor da SDH.

- Aposentadoria versus reposição do quadro

No momento, este indicador não se aplica a SDH, uma vez que os únicos provimentos efetivados naquela Secretaria foram do cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais, cujo concurso público foi promovido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

5.2.1 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO XLVII - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA														
Unidade Contratante														
Nome: RDJ Assessoria e Gestão Empresarial Ltda														
UG/Gestão:										CNPJ:				
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	F	C	F	C		
2012	L	O	46/2012 Processo Nº 08008.006125/2010-65	06.350.074/0001-34	07/12/2013	06/12/2014	09	08						A
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

5.2.2 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO XLVIII - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO													
UG/Gestão:					CNPJ:								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2012	12	O	08/2012	06.090.065/0001-51	02/04/2013	03/04/2014	14	6	141	127	1	1	A
Observações:													
LEGENDA Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Área: Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M)													

1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras	Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.									

Unidade Contratante													
Nome: PLANTÃO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA													
UG/Gestão:					CNPJ:								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	2	O	14/2011	11.786.359/0001-52	22/11/2011	21/08/2013			21	21			A
Observações:													
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Unidade Contratante														
Nome: LIMA E SILVA SERVIÇOS E TRANSPORTES – LTDA-ME														
UG/Gestão:					CNPJ:									
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2011	4	O	17/2012	20.204.491/0001-08	06/08/2013	05/08/2014	21	17						A
Observações:														

LEGENDA		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:		Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Segurança;		Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Transportes;		Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Informática;		
4. Copeiragem;		
5. Recepção;		
6. Reprografia;		
7. Telecomunicações;		
8. Manutenção de bens móveis		
9. Manutenção de bens imóveis		
10. Brigadistas		
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes		
12. Outras		

5.2.3 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

A única dificuldade enfrentada foi na condução do contrato de choferagem, (motoristas), celebrado com a empresa PLANTÃO SERVIÇOS.

Durante a vigência contratual, a empresa começou a descumprir cláusulas contratuais, quanto ao fornecimento de uniformes, pagamento de alimentação, refeição e salários nas datas previstas em contrato.

Diante das ocorrências, a SDH notificou e advertiu a empresa varias vezes para que tomasse uma posição e cumprisse com suas obrigações, entretanto as infrações continuaram.

Ante o exposto, a SDH realizou processo licitatório para a contratação de uma nova empresa prestadora de serviços de motoristas, que assumiu o serviço ainda em 2013.

Até o momento, a empresa que teve o contrato reincidido não fez o pagamento das rescisões trabalhistas aos funcionários, no entanto a SDH reteve alguns pagamentos devidos à empresa em questão para serem utilizados na quitação das referidas rescisões.

5.2.4 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO XLIX - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	28	31	29	36	253.749,80
1.1 Área Fim	28	30	28	35	250.855,80
1.2 Área Meio	00	01	01	01	2.894,00
2. Nível Médio	08	08	08	12	49.424,76
2.1 Área Fim	00	00	00	00	0,00
2.2 Área Meio	08	08	08	12	49.424,76
3. Total (1+2)	36	39	37	48	303.174,56
Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE					

Os estagiários alocados na SDH, em face do contido no Decreto nº 4.939/2003, são administrados pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da SDH/PR

a) a quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização;

Lista de veículos em uso na Classificação:

VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL

Marca	Modelo	Placa
Ford	Focus	JDX-9444
Ford	Focus	JDX-9274
Ford	Focus	JDX-9004
Ford	Focus	JJL-1758
Ford	Focus	JJL-1748
Ford	Focus	JJL-1738

Lista de veículos em uso na Classificação:

VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS

Marca	Modelo	Placa
Chevrolet	Ômega	JFO-4950
Fiat	Palio Weekend	LOV - 4283
Fiat	Doblô Adventure	NFH-6931
Fiat	Palio Weekend	LOV - 4287
Fiat	Palio Weekend	LOV - 4273
Fiat	Palio Weekend Adv.	KEK - 7710
Fiat	Palio Weekend	AMY - 1574
Fiat	Palio Weekend	MCY - 4195
Fiat	Palio Weekend	MDO-6118
Fiat	Palio Weekend	INQ - 4206
Fiat	Marea	JKH - 7661
Fiat	Marea	JKH-7591
Fiat	Marea	MCM-6831
Fiat	Marea	MCN - 7961
Fiat	Marea	LOT - 5386
Fiat	Marea	MCO-0361
Fiat	Marea	MFB-5562
Fiat	Marea	INQ-4317
Peugeot	307	JJQ-4373

Peugeot	307	JJE-5981
Peugeot	307	JJQ-4463
Volkswagen	Santana	JFP-4705
Volkswagen	Santana	JFP-4715
Volkswagen	Polo	JKH-7771
Veículo Adaptado para Pessoa com Deficiência		
Iveco	Daily	JGC - 5881
Resumo		
Tipo de Veículo	Quantidade	Total Geral
Veículos de Transporte Institucional	06	31
Veículos de Serviços Comuns	26	

b) contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da unidade e a consecução dos objetivos estratégicos;

A importância da utilização de veículos oficiais se dá pela necessidade de deslocamento, a serviço, de autoridades e funcionários a outros órgãos da Administração Pública, bem como atender a demanda de serviços administrativos regulares como o transporte de documentos, pequenas encomendas e serviços eventuais (eventos fora das dependências da SDH). Sobretudo, veículo adaptado para atendimento específico no deslocamento de cadeirantes em seus compromissos.

Cabe ressaltar que o serviço de transporte na SDH era prestado pelo Ministério da Justiça - MJ, que disponibilizava apenas 4 (quatro) veículos populares para o atendimento de todas as demandas. Entretanto, em razão da desvinculação administrativa em relação aquele órgão, o serviço de transporte foi suspenso em agosto de 2011.

Nesse mesmo ano, o Decreto n.º 7.446, de 1º/03/11 foi publicado, impondo, aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, limites para a realização de despesas destinadas, entre outras finalidades, à aquisição ou locação de veículos. Essa medida impactou diretamente na prestação do serviço de transporte institucional da SDH, uma vez que não havia contrato vigente para o atendimento de demandas de transporte. A única exceção foi à existência de um veículo adaptado, do tipo van, para transporte de pessoas com deficiência e com necessidade de utilização de cadeira de rodas. Entretanto, mesmo com a Van era necessário um motorista habilitado para os atendimentos de transporte de servidores com essas necessidades.

Como medida alternativa, a Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos promoveu diversos contatos com órgãos que, em passado recente, promoveram a recomposição de suas respectivas frotas, com intuito de identificar e viabilizar o recebimento, mediante doação de veículos classificados como ociosos em seus órgãos de origem.

Como resultado da iniciativa adotada, a SDH logrou receber em doação mais de 24 (vinte) veículos, em boas condições de uso, provenientes predominantemente do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho.

A partir daí, a SDH compôs sua frota própria de veículos, juntamente com a Van adaptada já existente, o que tornou a prestação do serviço de transporte dos servidores e colaboradores

muito mais eficiente e de qualidade, tendo em vista o crescimento significativo no quadro de servidores desta Secretaria.

c) as normas que regulamentam a gestão e o uso da frota;

A constituição da frota de veículos oficiais da Secretaria é baseada no Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008. A frota é constituída por veículos de transporte institucional e de serviços comuns.

d) os critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação;

Como já informado, o Decreto n.º 7.446, publicado em 1º/03/2011, impôs aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal limites para a realização de despesas destinadas, entre outras finalidades, à aquisição ou locação de veículos.

Dessa forma, a frota de veículos da SDH foi composta essencialmente de veículos doados. Após a aprovação do plano de aquisição anual de veículos, processo 00005.008.222/2012-72, foi realizada a primeira aquisição de veículos em substituição aos 06 (seis) que apresentaram gastos excessivos com manutenção.

e) os custos envolvidos;

Como resultado da iniciativa adotada, a SDH logrou receber em doação mais de 24 (vinte) veículos, em boas condições de uso, provenientes predominantemente do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Trabalho.

f) média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Veículos de Transporte Institucional – Média Anual de Quilômetros Rodados
4.899 (Quatro mil oitocentos e noventa e nove)

Veículos de Serviços Comuns – Média Anual de Quilômetros Rodados
13.725 (Treze mil setecentos e vinte cinco)

g) idade média da frota, por grupo de veículos;

Veículos de Transporte Institucional – Idade Média da Frota
1 Ano
Veículos de Serviços Comuns – Idade Média da Frota
8 Anos

h) custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Manutenção
R\$ 25,545,32 (Vinte cinco mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e trinta e dois centavos)

Abastecimento
R\$ 75.768,76 (Setenta e cinco mil setecentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos)

i) plano de substituição da frota;

No ano de 2013, não houve plano para substituição de frota.

j) estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte;

A gestão de utilização da frota foi definida com base de controles internos de uso dos veículos. Foram feitas análises de utilização por cada Secretaria da SDH e restou constatado que a forma de uso mais eficiente do serviço de transporte, com vistas à celeridade e também do ponto de vista do controle, foi a distribuição por unidade conforme demonstrado na tabela abaixo. É importante salientar que cada veículo possui controle de rodagem individual preenchido pelo motorista, conferido pelo Supervisor responsável da área, bem como validado pelo Coordenador de Serviços Gerais.

Veículos Oficiais Divididos por Secretarias para utilização			
Unidade	Uso exclusivo (NE / DAS-6)	Uso compartilhado (DAS-5 e DAS-4)	Uso compartilhado – (demais servidores)
GM	FOCUS JDX 9444	Peugeot 307 JJQ-4373 Marea INQ-4317	Palio Weekend MDO-6118
SE	FOCUS JDL 1738	Peugeot 307 JJQ-4463 Polo JKH-7771	Palio Weekend LOV-4283
SGPDH	FOCUS JDX 9274	Peugeot 307 JJE-5981 Marea MFB-5562	Palio Weekend LOV-4273
SNPDDH	FOCUS JDX 9004	Marea MCO-0361 Marea MCN-7961	Palio Weekend INQ-4206
SNPDCA	FOCUS JDL 1748	Marea MCM-6831 Marea SX LOT-5386	Palio Weekend MCY-4195
SNPDPD	FOCUS JDL 1758	Marea JKH-7661 Marea JKH-7591	Palio Weekend AMY-1574

Veículos Reservas	
Fiat Doblô SD	NFH-6931
Iveco Daily - VAN	JGC-5881
Ômega	JFO-4950
Palio Weekend	LOV-4287
Palio Weekend. ADV.	KEK-7710
Santana	JFP-4705
Santana	JFP-4715

Frota de Veículos Automotores a Serviço da SDH/PR, mas contratada de terceiros:

A SDH/PR não dispõe de veículos contratados de terceiros.

6.2 DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO L – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros pela SDH	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	BRASÍLIA - DF	2	1
	SQS “B”, Quadra 9, Lt “C”, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre “A”, 8º, 9º e 10º andar, 1º e 2º subsolos.	2	1
Subtotal Brasil		2	1
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	1
Fonte: SDH/PR			

7 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO LI – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.

X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: www.sdh.gov.br/pdti.pdf
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
X	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não	

contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.
Item 6 – A SDH formalizou Comitê de Segurança da Informação e Comunicações responsável pela definição, aprovação e formalização das atividades relacionadas à governança em segurança da informação.
Item 7 – A SDH contratou serviço de desenvolvimento de sistemas em regime de contrato de fábrica de softwares em março de 2013.

7.1.1 Análise Crítica

Até 2011, por força do Decreto n.º 4.939, de 29 de dezembro de 2003, os serviços de Tecnologia da Informação da Secretaria de Direitos Humanos eram prestados pelo Ministério da Justiça. Esse quadro acarretava evidente sobrecarga ao Ministério da Justiça, e à despeito dos esforços daquele Ministério, a Secretaria de Direitos Humanos não tinha governabilidade quanto ao tempo de atendimento de suas demandas, gerando recorrentes e indesejáveis atrasos.

Visando à gradual autonomia de seus serviços de Tecnologia da Informação, a Secretaria de Direitos Humanos estruturou uma unidade interna de TI. Essa estruturação abrangeu a alocação de pessoas e a modernização da infraestrutura de TI, mediante a contratação de bens e serviços de Tecnologia da Informação, e de modo a assegurar as entregas mínimas que uma área de Tecnologia da Informação deve oferecer aos objetivos pretendidos pelo órgão. Após o estabelecimento da infraestrutura tecnológica básica, investimentos foram efetivados em melhoria da gestão e aprimoramento de serviços. A conclusão das atividades de estruturação possibilitou a internalização de sistemas de informação relacionados à temática de Direitos Humanos, os quais se encontravam hospedados externamente em uma variedade de arranjos.

Dada a importância que a atual gestão da Secretaria tem dispensado à governança de TI, bem como em função das respostas que a unidade de TI tem dado para o atendimento de necessidades do negócio, a Coordenação de Internet e Tecnologia da Informação, que integrava a estrutura organizacional da Coordenação-Geral de Logística (CGL), foi reposicionada na estrutura do órgão. Por força do decreto nº 8.162, de 18 de dezembro de 2013, uma nova Estrutura Regimental foi aprovada, ajustando o foco de atuação da área de TI, e mudando sua denominação para Coordenação-Geral de Logística e Tecnologia da Informação. Com isso, a nova estrutura reflete bem o apoio direto que a área de TI da Secretaria dá à Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos em sua competência de planejar e coordenar o desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações relacionados com as tecnologias de informação.

É importante destacar que a força de trabalho de TI é exígua, sendo composta por 03 (três) Analistas em Tecnologia da Informação, servidores públicos de cargos e carreiras em situação de exercício descentralizado, vinculados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os Analistas em Tecnologia da Informação em exercício na unidade de TI do órgão realizam exclusivamente atividades relacionadas às atribuições do cargo, incluindo aquelas pertinentes à GSISP, conforme definido pelo art. 1º, parágrafo único, inciso “IV” da Lei nº 11.357/2006 e pelo art. 291 da Lei nº 11.907/2009.

O quadro abaixo discrimina a distribuição dos analistas e servidores na unidade de TI:

Ano	2010	2011	2012	2013
Gestão de TI	-	2	2	2
Coordenador	1	1	1	1
Terceirizados	1	11	10	15*
TOTAL	2	14	13	18

*quantitativo variável (fábrica de softwares) – número atualizado em nov/2013

Além dos Analistas em Tecnologia da Informação, para suprir as demandas de bens e serviços de TI requeridas, a unidade de TI recorre a contratações externas, conforme retratado no quadro acima.

A realidade enfrentada pela unidade de TI é de crescente ampliação da quantidade e do escopo de demandas, necessidade de reorientação dos processos de trabalho e implantação de processos de Gestão de Segurança da Informação.

Atualmente, os 2 (dois) Analistas em Tecnologia da Informação, responsáveis pela gestão de TI, fiscalizam ou gerenciam 15 (quinze) contratos vigentes, sendo 7 (sete) de serviços contínuos, cujos acompanhamento e controle exigem o comprometimento integral do tempo dos referidos servidores.

Outra atividade que exige comprometimento de grande parcela de tempo é a gestão da disponibilidade dos bens e serviços de TI. Por exemplo, nessa atividade é renovada a garantia dos equipamentos adquiridos, conforme demonstrativo da tabela abaixo:

Equipamentos	Qtd	Adquirido em	Garantia termina em
Servidores HP DL380	4	Out/2011	Out/2014
Servidor HP DL980	1	Dez/2011	Dez/2014
Storage Netapp	1	Dez/2011	Dez/2016
Switches Core e borda	2	Out/2011	Out/2012
Solução de segurança	1	Out/2011	Out/2012
Solução de backup	1	Nov/2012	Nov/2015

Outros aspectos que denotam o aumento significativo do quantitativo de bens e serviços ofertados pela unidade de TI são apresentados no quadro abaixo:

Item	2010	2013	Aumento
Parque de microcomputadores	480	548	12%
Parque de servidores de rede	1	8	800%
Parque de Sistemas	1	12	1100%
Bases de dados	7GB*	14GB	100%

A inadequação do quantitativo de pessoal de TI tem prejudicado as atividades de gestão e as tarefas de planejamento, fundamentais para o alcance das metas e objetivos de TI do órgão. Exemplificando isso, apenas 12% das metas previstas do PDTI para o ano de 2013 foram alcançadas.

Uma das novas demandas estratégicas do órgão é o programa de equipagem de Conselhos Tutelares. Esta ação tem por objetivos apoiar as prefeituras municipais nos processos de qualificação da rede local, fortalecer os Conselhos Tutelares enquanto órgãos estratégicos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e fomentar o acesso e o uso do Sistema de Informações para Infância e Adolescência (Sipia Web) junto aos conselheiros tutelares.

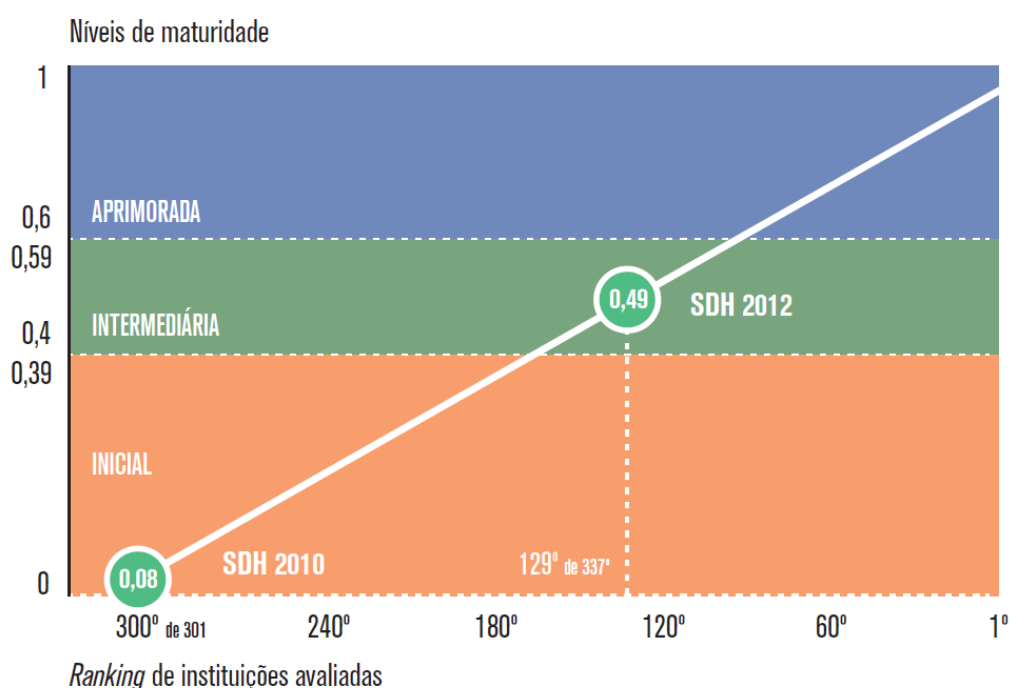
O apoio de TI a essa demanda trouxe a necessidade de investimento no Sistema Integrado de Gestão da SDH, além de demandas por expansão e readequação da infraestrutura de TI. Essa ação demanda recursos humanos para exercer as atividades de planejamento e gestão dessas soluções.

Além do programa de equipagem de Conselhos Tutelares, os atuais sistemas estratégicos do órgão (SIPIA CT, SIPIA Sinase, SIGSDH e Monitoramento do PNDH-3) atingiram fases de seu ciclo de vida que requerem, constantes e inevitáveis, evoluções e manutenções.

Embora o evidente quadro escasso de profissionais na área de gestão e as dificuldades apresentadas, o esforço de aprimoramento da governança de TI no órgão vem produzindo avanços.

A Secretaria de Direitos Humanos não participou do primeiro levantamento de Governança de TI, realizado em 2007, pelo Tribunal de Contas da União (TCU). No segundo levantamento, realizado em 2010, o índice de Governança de TI, iGovTI, obtido foi de 8% (iGovTI = 0,08), o que conferiu ao órgão o segundo resultado mais baixo entre todos os 301 órgãos e entidades avaliados.

No ano de 2012, o órgão atingiu seu melhor resultado no Índice de Governança de TI – iGovTI, 49% (iGovTI = 0,49), atingindo o nível intermediário de maturidade e alcançando um novo posicionamento entre os órgãos avaliados, conforme gráfico abaixo:



A evolução em Segurança da Informação é uma das preocupações atuais no órgão. A melhoria nessa temática pode beneficiar a instituição, propiciando maior confiança nos serviços prestados por intermédio de sistemas de informações, inclusive permitindo maior disponibilidade e integridade de serviços.

O Tribunal de Contas da União (TCU) e o Gabinete de Segurança Institucional vêm reiteradamente exigindo dos órgãos sob sua jurisdição o cumprimento das normas de segurança da informação. Para dar cumprimento a essas determinações, foi elaborada Política de Segurança da Informação e constituiu-se o Comitê de Segurança da Informação e Comunicações. A elaboração da Política de Segurança da Informação e instituição desse Comitê são obrigações estabelecidas na Instrução

Normativa nº 1 do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Além das atividades já citadas, a atividade de gestão da Segurança da Informação exige o desempenho de outras funções. O quadro atual de Analistas em Tecnologia da Informação tem se mostrado insuficiente para o desempenho dessas atividades. O acúmulo dessas funções com o desempenho de outras atividades estratégicas do órgão resultará na necessidade de reorientar prioridades de trabalho, e acarretará retrocesso em aspectos nos quais avanços foram consolidados.

8 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- a) Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos;

De acordo o **DECRETO Nº 5.940, DE 25 DE OUTUBRO DE 2006**, esta Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, adquiriu containers e coletores para retenção de material reciclável seco.

Para conclusão do pleito relativo à coleta de material reciclável, a Comissão para a Coleta Seletiva Solidária da SDH, instruiu processo por meio de chamada pública, para credenciamento de associações de catadores de materiais recicláveis.

Hoje, a SDH possui 4 associações credenciadas que recolhem mensalmente o material reciclável separado, se revezando de 6 em 6 meses, em até 2 anos.

- b) Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP);

A Portaria nº 184, de 31 de Janeiro de 2013, instituiu, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Comissão Gestora Ambiental e o programa da Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P, com o objetivo de:

- Combater a todas as formas de desperdício dos bens públicos e recursos naturais;
- Inclusão de critérios socioambientais nos investimentos, compras e contratações públicas;
- Gestão ambiental dos resíduos, incluindo a parceria com cooperativas de catadores de lixo para geração de trabalho e renda;
- Formação continuada dos servidores públicos em relação aos aspectos socioambientais e de melhoria da qualidade do ambiente de trabalho e;

Reascender a ética e a autoestima dos servidores públicos, principalmente em relação ao atendimento de interesses coletivos.

- c) Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.

CONTROLE DE GASTOS COM ÁGUA – CAESB 2013												
SALA	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOST	SET	OUT	NOV	DEZ
801/802/805-A	R\$ 95,80	R\$ 95,80	R\$ 100,15	R\$ 105,00	R\$ 110,91	R\$ 106,67	R\$ 107,13	R\$ 106,36	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00
803-A	R\$ 95,80	R\$ 97,71	R\$ 101,04	R\$ 105,00	R\$ 107,10	R\$ 106,67	R\$ 107,13	R\$ 106,36	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00
901/902-A	R\$ 95,80	R\$ 95,80	R\$ 100,15	R\$ 105,00	R\$ 107,10	R\$ 106,67	R\$ 107,13	R\$ 106,36	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00

903-A	R\$ 95,80	R\$ 95,80	R\$ 100,15	R\$ 105,00	R\$ 107,10	R\$ 106,67	R\$ 107,13	R\$ 106,36	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00
904-A	R\$ 111,64	R\$ 254,20	R\$ 198,71	R\$ 243,72	R\$ 317,95	R\$ 299,62	R\$ 267,05	R\$ 195,54	R\$ 313,08	R\$ 347,76	R\$ 261,06	R\$ 243,72
905-A	R\$ 95,80	R\$ 97,71	R\$ 101,04	R\$ 105,00	R\$ 107,10	R\$ 106,67	R\$ 107,13	R\$ 106,36	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00
1001/1002/1003-A	R\$ 127,48	R\$ 190,84	R\$ 231,67	R\$ 174,36	R\$ 229,86	R\$ 211,81	R\$ 230,61	R\$ 159,73	R\$ 261,06	R\$ 278,40	R\$ 191,70	R\$ 226,38
1004-A	R\$ 95,80	R\$ 97,71	R\$ 101,04	R\$ 105,00	R\$ 107,10	R\$ 106,67	R\$ 107,13	R\$ 106,36	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00
1005-A	R\$ 95,80	R\$ 97,71	R\$ 101,04	R\$ 105,00	R\$ 107,10	R\$ 106,67	R\$ 107,13	R\$ 106,36	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00	R\$ 105,00
804-A	R\$ 95,80	R\$ 95,80	R\$ 100,15	R\$ 157,02	R\$ 142,82	R\$ 142,17	R\$ 142,52	R\$ 106,82	R\$ 122,34	R\$ 157,02	R\$ 105,00	R\$ 105,00
TOTAL	R\$ 1.005,52	R\$ 1.219,08	R\$ 1.235,14	R\$ 1.310,10	R\$ 1.444,14	R\$ 1.400,29	R\$ 1.390,09	R\$ 1.206,61	R\$ 1.431,48	R\$ 1.518,18	R\$ 1.292,76	R\$ 1.310,10

CONTROLE DE GASTOS COM ENERGIA ELÉTRICA - 2013																
Sala	801	802	803	804	805	901	902	903	904	905	1001	1002	1003	1004	1005	VALOR MENSAL
Mês	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	
Jan	R\$ 2.769,16	R\$ 872,23	R\$ 922,21	R\$ 760,95	R\$ 737,43	R\$ 622,78	R\$ 4.884,45	R\$ 930,19	R\$ 1.377,86	R\$ 1.201,90	R\$ 1.417,33	R\$ 742,47	R\$ 1.121,69	R\$ 383,83	R\$ 2.554,14	R\$ 21.298,62
Fev	R\$ 2.907,38	R\$ 909,04	R\$ 1.024,81	R\$ 829,40	R\$ 733,83	R\$ 716,35	R\$ 4.869,21	R\$ 988,68	R\$ 1.634,33	R\$ 1.372,11	R\$ 1.597,43	R\$ 836,39	R\$ 1.208,56	R\$ 426,16	R\$ 2.528,22	R\$ 22.581,90
Mar	R\$ 2.452,38	R\$ 752,44	R\$ 853,91	R\$ 678,39	R\$ 567,33	R\$ 542,65	R\$ 4.113,23	R\$ 811,40	R\$ 1.322,17	R\$ 1.108,95	R\$ 1.319,08	R\$ 687,99	R\$ 809,00	R\$ 365,76	R\$ 2.239,84	R\$ 18.624,52
Abr	R\$ 2.364,11	R\$ 718,49	R\$ 809,10	R\$ 585,09	R\$ 676,36	R\$ 581,41	R\$ 3.992,68	R\$ 810,10	R\$ 1.317,96	R\$ 1.130,06	R\$ 1.274,83	R\$ 636,24	R\$ 749,92	R\$ 342,36	R\$ 2.220,68	R\$ 18.209,39
Mai	R\$ 2.640,05	R\$ 809,10	R\$ 874,84	R\$ 613,57	R\$ 1.046,78	R\$ 590,64	R\$ 4.427,16	R\$ 814,16	R\$ 1.432,45	R\$ 1.193,43	R\$ 1.347,16	R\$ 687,74	R\$ 849,89	R\$ 383,98	R\$ 2.477,55	R\$ 20.188,50
Jun	R\$ 2.573,90	R\$ 815,68	R\$ 856,85	R\$ 607,83	R\$ 993,41	R\$ 661,04	R\$ 3.902,03	R\$ 826,73	R\$ 1.393,05	R\$ 1.131,98	R\$ 1.288,29	R\$ 676,11	R\$ 818,69	R\$ 357,13	R\$ 2.273,00	R\$ 19.175,72
Jul	R\$ 2.328,67	R\$ 712,48	R\$ 785,12	R\$ 572,28	R\$ 957,75	R\$ 649,98	R\$ 3.533,05	R\$ 802,35	R\$ 1.305,72	R\$ 1.133,09	R\$ 1.215,52	R\$ 642,89	R\$ 726,33	R\$ 333,77	R\$ 2.344,55	R\$ 18.043,55
Ago	R\$ 2.615,52	R\$ 790,55	R\$ 881,50	R\$ 635,64	R\$ 1.101,37	R\$ 710,93	R\$ 3.911,46	R\$ 891,49	R\$ 1.497,48	R\$ 1.257,29	R\$ 1.305,26	R\$ 718,92	R\$ 898,15	R\$ 376,12	R\$ 1.899,26	R\$ 19.490,94
Set	R\$ 1.919,65	R\$ 800,05	R\$ 936,95	R\$ 641,16	R\$ 1.053,93	R\$ 640,46	R\$ 4.771,36	R\$ 867,80	R\$ 1.538,65	R\$ 1.254,73	R\$ 1.386,04	R\$ 716,59	R\$ 884,21	R\$ 388,67	R\$ 1.778,91	R\$ 19.579,16
Out	R\$ 2.409,18	R\$ 995,83	R\$ 1.107,57	R\$ 789,49	R\$ 1.443,86	R\$ 776,01	R\$ 5.461,24	R\$ 1.096,93	R\$ 2.007,34	R\$ 1.558,72	R\$ 1.602,71	R\$ 819,64	R\$ 1.094,45	R\$ 496,84	R\$ 2.374,06	R\$ 24.033,87
Nov	R\$ 2.247,57	R\$ 987,96	R\$ 1.144,78	R\$ 789,90	R\$ 1.390,62	R\$ 911,28	R\$ 5.948,59	R\$ 1.098,16	R\$ 1.950,49	R\$ 1.478,86	R\$ 1.686,93	R\$ 850,01	R\$ 1.063,87	R\$ 471,24	R\$ 2.290,73	R\$ 24.310,99
Dez	R\$ 1.973,37	R\$ 1.017,99	R\$ 1.004,60	R\$ 709,30	R\$ 1.221,37	R\$ 865,27	R\$ 5.444,24	R\$ 994,82	R\$ 1.719,32	R\$ 1.480,12	R\$ 1.402,31	R\$ 743,31	R\$ 1.031,01	R\$ 421,96	R\$ 1.936,82	R\$ 21.965,81
TOT	R\$ 29.200,94	R\$ 10.181,84	R\$ 11.202,24	R\$ 8.213,00	R\$ 11.924,04	R\$ 8.268,80	R\$ 55.258,70	R\$ 10.932,81	R\$ 18.496,82	R\$ 15.301,24	R\$ 16.842,89	R\$ 8.758,30	R\$ 11.255,77	R\$ 4.747,82	R\$ 26.917,76	R\$ 247.502,97

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO LII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
1.	I – bens constituídos no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; II – obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;				

	III – bens preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e IV – bens que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
	A utilização de torneiras automáticas e lâmpadas econômicas ocorre desde o início da ocupação da atual sede da SDH/PR, o que se deu em meados de 2010. Portanto, não há base anterior de comparação para aferir o impacto no exercício ora analisado.				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				

7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
	Por intermédio de especificações de produtos que tenham por matéria-prima materiais recicláveis				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).				X	
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.	X				
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO LIII – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
NÃO HOUVE ADESÃO						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	2.250 resmas	3.594 resmas		18.120,70	30.405,24	
Água	1.395m³	N/D *		15.763,49	N/D *	
Energia Elétrica	684.080Kwh	753.519 Kwh		247.502,97	316.478,24	
			Total	281.387,16		

Fonte: SDH/PR

*Em 2012, a SDH não possuía contrato vigente com a Caesb.

9 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO LIV - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	020.023/2010-3	7120/2012 - TCU – 1ª Câmara	9.4	Notificação	OFÍCIO N.º 1394/2012-TCU/SECEX-6 Ofício 0177/2013-TCU/SecexAdmin
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Descrição da Deliberação					
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17; 18 e 23, incisos I e II, da Lei 8.443/1992 c/c art. 39 § 2º, da Resolução TCU 191/2006, em: <i>“9.4. com fundamento no art. 8º, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 38, inciso III, da IN STN 1/1997, determinar à SDH/PR, se ainda não o fez, que instaure e conclua, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o devido processo de tomada de contas especial para apurar possível dano ao erário e apontar a respectiva responsabilidade, no âmbito do convênio 51/2002 (SIAFI 469181), firmado entre a SDH/PR e a Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Amapá – Fcra, no valor de R\$ 3.577.844,44, apresentando, nos autos daquele processo, as informações relativas ao processo judicial que determinou a suspensão da inadimplência, no SIAFI, do referido convênio.”</i>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Síntese da Providência Adotada	
Em 15/04/2013, mediante Ofício nº 683/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, esta SDH/PR solicitou àquela Corte de Contas dilação de prazo por 30 dias para o fiel cumprimento da determinação constante do item 9.4 do citado Acórdão, o que prontamente autorizado, conforme Ofício 0177/2013-TCU/SecexAdmin, de 21/05/2013. Em 15/05/2013, por intermédio do Ofício nº 792/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, o Tribunal foi comunicado acerca da instauração do processo de tomada de contas especial relativa ao Convênio nº 51/2002 (SIAFI 469181). Naquela oportunidade, o processo de TCE recebeu a numeração - 00005.000968/2013-19, sendo submetido à apreciação da Setorial Contábil da Secretaria de Controle Interno – Ciset/PR, para que nos termos do art. 6º da Portaria STN nº 728, de 04/12/2009, procedesse à análise de auditoria de sua competência, bem como aos registros na Conta “Diversos Responsáveis”. Durante os trâmites internos para o envio do processo de TC à Corte de Contas, mediante Ofício nº 796/2013 GAB/CPEDASE/FCRIA, de 13/09/2013, a Conveniente solicitou a emissão de Guia de Recolhimento da União – GRU para recolhimento do valor impugnado, razão pela qual foi solicitada a suspensão dos prosseguimentos junto ao órgão de Controle Interno – Ciset/PR. Em 13/09/2013, por meio do Ofício nº 1224/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, esta SDH comunicou ao TCU sobre o arquivamento do processo de TC, em razão da restituição aos cofres públicos do montante de R\$ 2.557.663,28 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e oito centavos).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Conforme determinado, os procedimentos para a instauração da TCE foram adotados no âmbito desta Secretaria, porém, em razão de seu arquivamento, e emissão do Parecer Financeiro nº 075/2013, de 02/09/2013, foi proposta a aprovação da prestação de contas do citado convênio. Atualmente o convênio se encontra na situação “aprovado e concluído”, conforme registros da conta contábil do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não se aplica, em razão do arquivamento da TCE e consequente perda do objeto.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	020.976/2011-9	4080/2012-TCU – 2ª Câmara	1.6.1	Comunicação	OFÍCIO 1715/2012-TCU/SECEX-BA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Descrição da Deliberação:					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V; e 250, incisos I e II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos: “1.6.1. à Secretaria de Gestão da Política de Direitos Humanos da Presidência da República a emissão, no prazo de 60 (sessenta) dias, de parecer conclusivo sobre a aprovação ou não das contas do Convênio nº 137/2006 (Siafi nº 576356), firmado com a União e o Grupo Palavra de Mulher – GPM/BA, cujo objeto era a estruturação do Centro de Referência em Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais – GLBT, em Salvador/BA, informando imediatamente a este TCU”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Síntese da providência adotada:					
Da análise dos documentos disponibilizados em mídia (CD), pelo Tribunal, esta Secretaria verificou tratar-se de documentos idênticos aos relacionados no processo original de prestação de contas, razão pela qual diligenciou a Conveniente, por meio do Ofício nº 1.431/2012 - CGC/SGPDH/SDH/PR, de 11/10/2012, elencando as providências a serem adotadas a fim de sanar as pendências identificadas na prestação de contas. Em 21/10/2012, a Conveniente solicitou dilação de prazo para o atendimento, o que foi prontamente concedido, conforme Ofício nº 1.525/2012 -					

CGC/SGPDH/SDH/PR, de 07/11/2012.

Síntese dos resultados obtidos

Tendo em vista o decurso de prazo sem manifestação por parte da Conveniente, mediante Ofício n.º 134/2013-CGC/SGPDH/SDH/PR, de 24/01/2013, esta SDH disponibilizou a Nota Técnica s/nº ao TCU, informando os fatos ocorridos, bem como concluindo pelo prosseguimento do Processo de Tomada de Contas Especial para apuração do fato, identificação do responsável e quantificação do dano.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Impossibilidade de prosseguimento da análise de prestação de contas, haja vista a não apresentação dos documentos complementares necessários à comprovação da boa e regular aplicação dos recursos públicos.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	007.590/2013-0	243/2013 - TCU – Plenário	9.1	Solicitação de informações	Ofício 0052/2013-TCU/Seaud
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Descrição da Deliberação:					
A Secretaria de Métodos Aplicados e Suporte à Auditoria – SEAUD do Tribunal de Contas da União – TCU, por meio do Ofício 0052/2013-TCU/Seaud, de 05/04/2013, solicitou a esta SDH/PR o encaminhamento da relação dos servidores ocupantes dos cargos comissionados de todas as unidades responsáveis pelas atividades finalísticas deste órgão, devendo estar de acordo com o modelo ilustrado naquele expediente, em formato excel, visando coletar informações e caracterizar o perfil de maturidade dos sistemas de avaliação que tenham por finalidade acompanhar o desempenho e os resultados de programas e políticas setoriais finalísticas, relativo ao Processo TC 030.688/2011-6, em cumprimento ao item 9.1 do Acórdão 243/2013-TCU-Plenário.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Síntese da providência adotada:					
Em 16/04/2013, as informações foram prestadas, em formato Excel, por intermédio de mensagem eletrônica encaminhada aos endereços eletrônicos de: gloriamm@tcu.gov.br, selmacs@tcu.gov.br e seaud@tcu.gov.br informados no Ofício supracitado.					
Síntese dos resultados obtidos					
Mediante mensagem eletrônica da Senhora Glória Merola da Costa Bastos (gloriamm@tcu.gov.br), em 23/04/2013, o TCU confirma o atendimento da diligência por parte desta SDH.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
04	-	-	-	Perfilgovpessoal	Aviso nº 619-GP/TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Descrição da Deliberação:	
A Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip), com o objetivo de avaliar a situação da governança de gestão de pessoal na Administração Pública Federal, solicita, no prazo de 5 (cinco) dias, preencher o formulário “Dados de Apoio”, disponível no endereço http://www.tcu.gov.br/perfilgov.pessoal , e enviá-lo ao TCU, apenas por meio eletrônico, conforme as orientações constantes do respectivo documento.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Síntese da providência adotada:	
Em 17/04/2013, por meio eletrônico, o formulário devidamente preenchido foi disponibilizado ao TCU.	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendimento da diligência e contribuição desta Secretaria para o aperfeiçoamento da governança pública brasileira.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
05	010.133/2013-5	-	-	Diligência	Ofício 0326/2013-TCU/SecexAdmin
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Descrição da Deliberação:					
Com fundamento no artigo 11 da Lei nº 8.443/92 e para subsidiar a instrução do processo TC 010.133/2013 -5, que trata do monitoramento do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses do Governo Federal (SICONV), o TCU solicita a esta Secretaria a apresentação de justificativas pelo não cadastramento no SICONV das transferência(s) voluntária(s) dos instrumentos citados na tabela anexa ao citado ofício, respondendo, para cada uma delas, necessariamente, as seguintes questões: a) Qual a descrição completa do objeto da transferência voluntária? b) A transferência voluntária deixou de ser cadastrada no SICONV em razão de seu objeto se enquadrar em uma das excepcionalidades previstas no artigo 2º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011? c) Caso a resposta anterior tenha sido afirmativa, em qual dispositivo do artigo 2º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011 (inciso e alínea) o objeto da transferência voluntária se enquadra? d) Caso a resposta da questão “b” não tenha sido afirmativa, favor apresentar as justificativas pelo descumprimento do disposto no artigo 3º da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 507/2011.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Síntese da providência adotada:					
Esta Secretaria informou ao TCU que, em cumprimento ao art. 2º, inciso II, alínea “a”, do Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, instituído pela Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, e regulamentado pelos Decretos nº 3.518, de 20 de junho de 2000, nº 6.044, de 12 de fevereiro de 2007, e nº 6.231, de 11 de outubro de 2007, as transferências voluntárias elencadas no documento se enquadram na excepcionalidade do art. 2º da Portaria Interministerial nº 507/2011.					
Síntese dos resultados obtidos					
De acordo com as considerações solicitadas pela Corte de Contas, por intermédio do Ofício n.º 1045/2013/CGC/SGPDH/SDH/PR, de 29/07/2013, houve o atendimento da diligência por parte desta Secretaria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo					

gestor
Não se aplica.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
06	010.372/2012-1	-	-	Notificação	Ofício 0802/2013-TCU/SECEX-PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Descrição da Deliberação:					
A Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, por intermédio do Ofício 0802/2013-TCU/SECEX-PE, de 08.07.2013, notifica esta Secretaria de Direitos Humanos do Despacho do Ministro Relator Weder de Oliveira, por meio do qual o Tribunal apreciou o processo de REPRESENTAÇÃO, TC 010.372/2012-1, que trata de documentação encaminhada pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, noticiando possíveis irregularidades cometidas pela conveniente, na aplicação de recursos federais. Assim sendo, o citado Despacho dispõe em seu item 5 o seguinte: <i>“5. Dessa forma, propõe seja a representação conhecida, ante o atendimento dos requisitos aplicados à espécie, e o arquivamento dos autos, após o encaminhamento de cópia à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), para subsidiar a análise de prestação de contas do convênio 15/2007, e ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Fundo Nacional de Assistência Social, vinculado àquele ministério, em razão das ocorrências relacionadas ao Programa PETI Jornada e ao Programa Social Especial de Alta Complexidade à Juventude, respectivamente.”</i>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Síntese da providência adotada:					
Em atendimento ao exposto, esta Secretaria enviou ao TCU o Ofício nº 1067/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, de 31/07/2013, informando que de acordo com os pareceres emitidos nos autos do processo do convênio em epígrafe, sob a ótica técnica e financeira, a prestação de contas foi aprovada. O instrumento encontra-se concluído na conta contábil do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, conforme extratos disponibilizados àquela Corte de Contas.					
Síntese dos resultados obtidos					
As medidas pertinentes foram adotadas a fim de informar ao Tribunal acerca do resultado final da análise de prestação de contas do instrumento supramencionado.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
07	016.527/2007-0	3454/2012 - TCU – Plenário	9.4; 9.5	TC	Ofício 1440/2012-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Descrição da Deliberação:					

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.4 dar ciência à Secretaria de Direitos Humanos a respeito das seguintes impropriedades:

9.4.1 pendência de apresentação tempestiva de canhotos dos cartões de embarque verificada no demonstrativo de controle de diárias apresentado por ocasião da auditoria que deu origem ao Relatório de Auditoria de Gestão 8/2007, contrariando o art. 3º da Portaria MP 98/2003 em vigor à época, hoje o art. 4º da Portaria MP 205, de 22 de abril de 2010;

9.4.2 não realização de pesquisa de mercado para fins de comprovar a vantagem da administração, antes de aderir a atas de registro de preços, como constatado na adesão à ata de registro de preços homologado pelo Ministério da Saúde, referente ao Pregão 16/2005, o que contrariou o art. 8º do Decreto 3931/2001;

9.4.3 inexistência, nos processos relativos aos convênios assinados pelo órgão, de análise acerca da viabilidade do projeto, da capacidade da entidade conveniente para realização do objeto, da pertinência das metas, da compatibilidade dos custos cobrados em relação aos preços praticados no mercado e da comprovação da regularidade fiscal e previdenciária, fatos verificados por ocasião da auditoria que deu origem ao Relatório de Auditoria de Gestão 8/2007, contrariando o disposto nos arts. 21 e 22 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 127/2008, em vigor à época, hoje arts. 25 e 26 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507;

9.4.4 liberação de recursos financeiros de convênio em desacordo com as etapas de execução da avença e com o cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, constatada no convênio 176/2006 (SIAFI 577852), contrariando o art. 18 da IN/STN 1/97 ou o art. 42 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 127/2008, em vigor à época, hoje art. 54 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507;

9.4.5 despesas de convênios executadas fora da vigência, constatadas no convênio CORDE 31/2006 (Siafi 563266), contrariando o art. 8º, inciso V, da IN/STN 1/97 ou o art. 39, incisos V e VI, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 127/2008, em vigor à época, hoje art. 68 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507;

9.4.6 atraso na entrega das prestações de contas, sem gestão junto à conveniente de modo a regularizar a situação, bem como não instauração da devida tomada de contas especial, quando necessário, contrariando o art. 1º, § 3º da IN/TCU 56/2007;

9.4.7 intempestividade no prazo de análise das prestações de contas dos convênios, bem como na adoção de medidas para corrigir as impropriedades porventura verificadas, contrariando o art. 31 da IN/STN 1/97 ou o art. 60 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU 127/2008, em vigor à época, hoje o art. 72, inciso I, da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507;

9.4.8 convênios na situação de inadimplência, após esgotadas as providências administrativas internas, sem instauração da devida tomada de contas especiais, como constatado nos Convênios Siafi 416952 (50 meses transcorridos), Siafi 416968 (49 meses transcorridos) e Siafi 466649 (40 meses transcorridos), o que contrariou a IN 56/2007;

9.4.9 arquivar, se ainda não o fez, nos termos do art. 93 da Lei 8443/1992, c/c o art. 5º, § 1º, inciso III, da IN TCU 56/2007, a tomada de contas especial simplificada referente ao convênio Siafi 465624, com a consequente inscrição do débito no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadim, nos termos do art. 5º, § 2º, da citada instrução normativa, a cujo pagamento continuará obrigado o aludido responsável para que lhe possa ser dada quitação;

9.5 dar ciência à Secretaria de Direitos Humanos de que a não adoção das providências acerca de irregularidades relativas a convênios, no prazo de 180 dias contados conforme o § 1º do art. 1º da IN TCU 56/2007 c/c o art. 8º da Lei 8443/92, caracteriza grave infração à norma legal e sujeita a autoridade administrativa omissa à responsabilização solidária e às sanções cabíveis;

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801

Síntese da providência adotada:

Em observância à deliberação contida no item 9.4 do referido Acórdão, dando ciência a esta SDH a respeito das impropriedades elencadas nos subitens 9.4.1 ao 9.4.9, e no intuito de sanar as constatações abordadas, seguem as informações das medidas adotadas:

No que se refere ao item 9.4.1 versando sobre a intempestividade na apresentação de canhotos dos cartões de embarque, mencionada no Relatório de Auditoria de Gestão 8/2007, esclarecemos que as pendências apontadas no citado Relatório foram sanadas, eis que desde o exercício de 2009 esta Secretaria utiliza o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCDP, instituído pelo Decreto nº 5.992, de 19/12/2006.

Quanto ao item 9.4.2, registramos que antes de se proceder à adesão à Ata de Registro de Preços a SDH efetivamente vem realizando a pesquisa de preços exigida pela legislação aplicável à matéria. Visando à adequação dos procedimentos às conformidades preceituadas pelos órgãos de controle, esta Secretaria tem observado nos processos

licitatórios em andamento a execução das seguintes etapas, assim ordenadas:

- a) Identificação da necessidade, com elaboração dos elementos de referência pela área demandante (Termo de Referência), em momento prévio à contratação, com a caracterização do objeto a ser adquirido, no qual restam indicados o diagnóstico da necessidade e as justificativas da contratação, a demonstração de adequação do objeto em vista do interesse da Administração;
- b) Priorização;
- c) Pesquisa de Mercado;
- d) Verificação da situação de dispensa ou de inexigibilidade de licitação.
- e) Avaliação da possibilidade de adesão a uma ARP vigente ou da necessidade de realização de pregão específico.

Verificada a necessidade de aquisição/contratação de bens e serviços, proceder-se-á elaboração do Termo de Referência específico, pela área demandante, cabendo à área de compras analisar o seu conteúdo e opinar pela realização da licitação ou, em se verificando a existência de ARP que contenha o(s) item(ns) requeridos, consultar aquela área a respeito da adequabilidade dessa ata ao objeto, objetivos e resultados esperados.

No que concerne ao item 9.4.3, relativo à realização das transferências voluntárias e seleção de projetos que coadunem com os programas e ações desta Secretaria, houve a implementação do Edital Unificado de Chamada Pública, apresentando de forma detalhada os critérios de concessão, composição do plano de trabalho, termo de referência e custos, entre outros, exigidos para o recebimento de propostas. Mediante critérios de **adequação** (grau de consonância da proposta com a política de direitos humanos), **relevância** (importância estratégica da realização do projeto para a promoção, proteção e defesa dos direitos humanos) e **consistência** (demonstração da capacidade e viabilidade da consecução dos objetivos propostos), todas as propostas foram apreciadas a partir das mesmas dimensões, pesos e escalas de pontuação, conforme as diretrizes do programa e suas respectivas ações.

Visando à adequação ao princípio da economicidade os parceiros são orientados a instruir os novos projetos com no mínimo 03 (três) cotações de preços, de forma a subsidiar a avaliação dos custos de aquisição ou realização de qualquer bem ou serviço, de modo a demonstrar que os custos são condizentes com os praticados no mercado.

Após o exame das propostas, com base nos critérios elencados no Edital, selecionam-se os projetos aptos a receberem apoio financeiro. Nesta fase, os analistas técnicos das áreas responsáveis pela execução dos programas emitem Parecer Técnico de análise pormenorizada e fundamentada da viabilidade técnica e econômica do objeto proposto, manifestando-se, ainda, quanto à capacidade técnica e operacional da proponente.

Para situação identificada no item 9.4.4, a fim de assegurar a execução, em consonância com o entendimento desse Tribunal de Contas da União e com os dispositivos legais cabíveis, o repasse dos recursos em parcelas já está em execução nesta SDH, em especial nos convênios de capacitação, implantação de centros de referência e de obras do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

Relativo ao item 9.4.5 que trata do convênio 031/2006 (SIAFI 563266), abordando a execução de despesas fora da vigência do convênio, esclarecemos que nos termos do PARECER Nº 108/2007 esta Secretaria questionou a Conveniente acerca dessas despesas e, em resposta, a mesma apresentou justificativa para tal ocorrência. A justificativa foi aceita com base no Acórdão nº 675/2004 desse Tribunal, bem como diante da comprovação da boa execução do objeto pactuado, de modo que não se constatou nenhum prejuízo ao erário. Ressalta-se que, em regra, despesas realizadas fora da vigência do convênio são impugnadas por esta SDH e os valores são restituídos aos cofres públicos em conformidade com o artigo 8º, inciso V, da IN/STN 1/97.

Com o objetivo de evitar novas ocorrências das situações descritas nos itens 9.4.6 e 9.4.7, esta SDH tem adotado todas as medidas necessárias para que, no menor espaço de tempo possível, ocorra a entrega da Prestação de Contas Final. Por intermédio da Coordenação-Geral de Convênios, houve a revisão das rotinas de monitoramento do envio das prestações de contas por parte dos convenientes e, em particular, houve a intensificação da cobrança pelo envio daquelas que estavam com prazos vencidos. As definições de novos fluxos e a adoção de estratégias de monitoramento permanente dos resultados contribuíram para que o ano de 2012 apresentasse o mais elevado contingente de processos com análise concluída.

No tocante ao item 9.4.8, a SDH tem se atentado ao prazo legal para instauração da Tomada de Contas Especial - TCE. Em referência aos três convênios citados no Acórdão nº 3454/2012, que estavam em situação de inadimplência à época da Auditoria de Gestão no exercício de 2006, informamos que as análises de prestação de contas foram finalizadas e que os instrumentos encontram-se atualmente aprovados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Conforme orientação do item 9.4.9, as providências relativas ao convênio 115/202 (SIAFI 465624) foram adotadas, estando no aguardo do decurso do prazo procedimental imposto nos §§ 2º e 3º, do art. 2º da Lei nº 10.522/2002, para a

efetivação da inscrição do responsável no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.
Síntese dos resultados obtidos
Esta Secretaria tem envidado esforços no sentido de cumprir todas as determinações impostas pela Corte de Contas. E, nos termos dos Ofícios 720 e 722/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, de 23/04/2013 e 24/04/2013, respectivamente, no intuito de sanar as constatações elencadas no citado acórdão, apresentou àquele Tribunal as medidas adotadas.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não se aplica.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
08	015.283/2009-4	3900/2013- TCU – 2ª Câmara	-	Notificação	Ofício 0346/2013-TCU/SecexAdmin
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Descrição da Deliberação:					
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em: (...) <i>“determinar ao órgão que, em seu relatório de gestão referente às contas do exercício de 2013, inclua informações acerca do estado e das providências adotadas para regularização dos 149 convênios em situação "a comprovar" com prazo de prestação de contas expirado e dos 289 convênios em situação "a aprovar", com prazo superior a 60 dias do registro de recebimento da respectiva prestação de contas”</i> .					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Síntese da providência adotada:					
A busca pela redução do passivo de prestação de contas tem sido ações constantes implementadas nesta Secretaria. Com vistas a compatibilizar as orientações dos Órgãos de Controles Interno e Externo, nos últimos exercícios tem buscado alternativas para a redução do estoque de processos nas contas contábeis <i>A Comprovar</i> e <i>A Aprovar</i> , como, por exemplo, a constituição de forças-tarefa e a parceria em 2010 e 2011 com o DAEX/MPOG, auxiliando na análise de alguns processos, em especial os regidos, ainda, pela IN nº 01/97-STN/MF. Salienta-se que as definições de novos fluxos e as adoções de estratégias de monitoramento permanente dos resultados, por meio de meta a ser cumprida para o servidor alocado nas funções de análise técnica e análise financeira, contribuíram significativamente para um elevado contingente de processos com análise concluída. Relativa à análise financeira dos demais convênios, semanalmente realiza-se o acompanhamento dos prazos de diligências e parcelamentos de débitos concedidos. Para as situações pendentes de atendimento, são adotados os procedimentos de inscrição na conta de inadimplência do SIAFI, permanecendo até a regularização da situação, ficando as convenientes sujeitas à instauração da Tomada de Contas Especial – TCE.					
Síntese dos resultados obtidos					
Importa registrar que em 2009 a SDH apresentava um estoque de 354 processos na conta <i>A Aprovar</i> , contudo, no período de 2009 a 2013, foram recebidas 575 novas prestações de contas, o que totaliza 929 processos a serem analisadas nos últimos exercícios. No entanto, no mesmo período foram analisadas 760 prestações de contas, o que representa uma média de 152 processos anuais e uma redução no estoque de 75,66%. Isso significa que, em 31/12/2013, a SDH possuía um saldo de 169 processos na conta <i>A Aprovar</i> . Faz-se necessário consignar que o esforço é contínuo, e em 2014, encontra-se em implementação um plano de ação com a finalidade de estabelecer os procedimentos para conclusão do estoque de prestação de contas, em especial dos instrumentos formalizados sob a égide da IN-STN 01/97, cujas vigências estão encerradas.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

A SDH tem se comprometido com a eficiência em sua gestão, demonstrando que as ações com vistas a reduzir os estoques de processos tem sido contínuas, eis que desde 2009 temos buscado alternativas para a redução do estoque de processos nas contas contábeis “A Comprovar” e “A Aprovar”, fato já reconhecido pela Secretaria de Controle Interno – Ciset/PR, no Relatório de Auditoria de Gestão nº 3/2011 e 5/2013.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
09	-	-	-	Questionário Perfil GovPessoal 2013	e-mail
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Descrição da Deliberação:					
Em razão da relevância do tema, o TCU decidiu promover amplo levantamento de informações em instituições da Administração Pública Federal (APF) relativamente às práticas de governança com o objetivo de conhecê-las e avaliá-las em relação à situação da governança e gestão de pessoas. Sendo assim, o questionário deve ser respondido no <u>prazo de 15 (quinze) dias corridos</u> , contados a partir da ciência da solicitação (por e-mail), pelo <u>dirigente máximo da instituição</u> , com suporte em informações providas pelas áreas de Planejamento, Gestão de pessoas e Auditorias Internas. Ressaltando a obrigatoriedade de preenchimento do questionário.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Síntese da providência adotada:					
Em 29/05/2013, o questionário, devidamente preenchido, foi encaminhado ao endereço eletrônico <i>PefilGovPessoal2013@tcu.gov.br</i> , conforme orientações contidas no documento disponibilizado pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal da Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União. Mediante Aviso nº 89/SDH/PR, de 04/06/2013, o questionário também disponibilizado ao Tribunal por meio físico.					
Síntese dos resultados obtidos					
Contribuição por parte desta Secretaria para melhoria da governança de gestão e desempenho da Administração Pública Federal.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	031.495/2010-9	5187/2013-TCU – 2ª Câmara	9.1	Notificação	Ofício 2152/2013-TCU/SECEX-SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Descrição da Deliberação:					
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento no art. 116, § 1º do Regimento Interno, em: “9.1. determinar à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República que se manifeste, em 60 dias, com o rigor que o caso requer, acerca do nexos causal de toda a documentação probatória carreada ao TC 031.495/2010-9,					

assim como a respeito do grau de cumprimento do objeto do convênio 291/2007, de 27/12/2007 (SIAFI 601506), celebrado com o Jardim Miriam Arte Clube – Jamac.”

Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Síntese da providência adotada:	
Em atendimento a essa determinação, esta Secretaria encaminhou ao Tribunal de Contas da União o Ofício nº 1428/2013 – CGC/SGPDH-SDH/PR, de 25/10/2013, e cópia do Despacho nº 20/2013, de 23/09/2013, contendo manifestação a respeito do nexo causal de toda documentação comprobatória carreada nos autos e do grau de cumprimento do objeto.	
Síntese dos resultados obtidos	
Esta Secretaria manteve o pronunciamento quanto à reprovação de cunho técnico.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Conforme exposto no Despacho nº 20/2013, quanto ao cumprimento do objeto, não foram trazidos elementos novos que alterassem o entendimento já exposto no Parecer Técnico 01/2010-SNPDDH/PR.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	011.494/2006-6	6623/2013 - TCU – 1ª Câmara	1.7.2	TC	Aviso nº 1614-GP/TCU
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Descrição da Deliberação:					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, e de e acordo com os pareceres emitidos nos autos, em: a) com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/92 e nos arts. 143, inciso V, “a”, e 213 do Regimento Interno /TCU, e nos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN TCU 71/2012, em determinar, a título de racionalização administrativa e economia processual, o arquivamento da tomada de contas especial simplificada de responsabilidade do Sr. José Severo dos Santos (CPF 021.065.825-87), sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja concedida a quitação, dando-lhe ciência desta deliberação ao responsável; b) com fundamento nos arts. 143, inciso V, “b”, e 217 do Regimento Interno/TCU em autorizar o parcelamento da dívida imputada ao Sr. José Carlos do Nascimento Silva Brasileiro, no valor de R\$ 11.353,56 (onze mil, trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta e seis reais), em trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, atualizadas monetariamente a partir de 26/12/2002, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar desta, para realizar o pagamento das demais, alertando-o que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU; c) e em fazer a determinação constante do subitem 1.7. 1.7. Determinar a SecexAdmimin que: 1.7.1. fazendo referência ao Aviso 16/2013-GM/SDH/PR (peça 4), de 22/2/2013, encaminhe cópia desta deliberação à Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e 1.7.2. informe, oportunamente, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República acerca da comprovação do pagamento da primeira parcela da dívida do Sr. José Carlos do Nascimento Silva Brasileiro, para efeito do disposto no art. 5º inciso III, da Decisão Normativa TCU nº 126, de 10/4/2013, sobrestando os presentes autos para acompanhamento dos pagamentos das demais parcelas.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801

Síntese da providência adotada:
Mediante Ofício nº 1390/2013 – CGC/SGPDH/SDH/PR, de 21/10/2013, esta Secretaria comunicou ao Sr. José Carlos do Nascimento Silva Brasileiro acerca da nova deliberação do Tribunal, ressaltando para observância das informações contidas na alínea “b”. Em cumprimento ao item 1.7.2, bem como para comprovação do pagamento da primeira parcela da dívida, esta Secretaria recebeu o Ofício 0575/2013 – TCU/SecexAdmin, de 6/11/2013.
Síntese dos resultados obtidos
Sobrestamento dos autos do processo de TC e suspensão do registro de inadimplência junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, por parte desta Secretaria, até a comprovação de pagamentos das demais parcelas perante o TCU.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não se aplica.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	042.420/2012-1	990/2013 - TCU – Plenário	-	Notificação	Ofício 0702/2013-TCU/SECEX - RJ
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Descrição da Deliberação:					
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, considerando que o valor atualizado do débito apurado nos autos é inferior ao limite fixado por este Tribunal para a instauração de tomada de contas especial, bem como a ausência de citação válida do responsável pelo dano verificado; ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 93 da Lei 8.443/92; 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II; e 213 do Regimento Interno; e nos artigos 6º, inciso I, e 19 da IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja concedida a quitação, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Síntese da providência adotada:					
Em 22/05/2013, esta SDH expediu comunicação aos responsáveis dando conhecimento quanto à decisão supramencionada, bem como alertando que a efetivação do registro no CADIN deveria ocorrer após o decurso do prazo de 75 (setenta e cinco) dias imposto pela Lei 10.522/2002, salvo se houvesse o ressarcimento ao Erário dos valores atualizados. Considerando que as notificações enviadas não lograram êxito, as providências administrativas internas foram adotadas no âmbito desta Secretaria.					
Síntese dos resultados obtidos					
Indicação de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN do Senhor Guilherme de Azambuja Lira e Senhora Marisa Helena Borges Estevão Pereira.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH	1801
Deliberações do TCU	
Deliberações expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	004.024/2013-3	5364/2013 - TCU – 1ª Câmara	-	Notificação	Ofício 1057/2013-TCU/SECEX - RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Descrição da Deliberação:					
Os ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea “a”; 169, inciso II; e 212, do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento do mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, devendo ser dada ciência desta deliberação à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica (peça 19), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Síntese da providência adotada:					
Para aprovação das contas e exclusão o registro de inadimplência no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI da Fundação Luterana de Diaconia, esta Secretaria emitiu o Parecer Financeiro nº 080/2013, de 13/09/2013. Em 18/12/2013, por intermédio do Ofício nº 1561/2013-CGC/SGPDH/SDH/PR, foi solicitado ao órgão de Controle Interno a exclusão do registro da responsabilidade, do Senhor Carlos Gilberto Bock, na Conta “Diversos Responsáveis”, o que foi realizado, conforme informações contidas no Ofício nº 1311/2013/COAVA-CISET-SG-PR, de 26/12/2013.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aprovação da prestação de contas do Convênio nº 029/2008- SIAFI nº 626563, com fundamentação no Acórdão supracitado.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	005.696/2013-5	5045/2013 - TCU – 1ª Câmara	-	Notificação	Ofício 0962/2013-TCU/SECEX - RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Descrição da Deliberação:					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992 e nos arts. 143, inciso V, letra "a" e 213 do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 6º, inciso I, 7º, III, da IN TCU 71/2012, em determinar, a título de racionalização administrativa e economia processual, arquivamento do processo a seguir relacionado, dando-se ciência desta deliberação aos responsáveis e à Secretaria de Direitos Humanos/PR, acompanhada de cópia da instrução constante da peça 7.					
Providências Adotadas					
Sector responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Síntese da providência adotada:					
Diante do arquivamento do processo pelo Tribunal, foi solicitada a exclusão o registro de inadimplência no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI da Associação de Transgêneros de Tramandaí - RS. Em 18/12/2013, por intermédio do Ofício nº 1561/2013-CGC/SGPDH/SDH/PR, de 18/12/2013, foi solicitado ao órgão de Controle Interno a exclusão do registro da responsabilidade, do Senhor Belvan Alex Strick, na Conta “Diversos Responsáveis”, o que foi realizado, conforme informações contidas no Ofício nº 1311/2013/COAVA-CISET-SG-PR, de 26/12/2013.					

Síntese dos resultados obtidos
Aprovação da prestação de contas do Convênio nº 700741/2008, com fundamentação no Acórdão supracitado.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Amparado no Parecer Técnico Final nº 27/2012/CGLGBT/SNPDDH/SDH/PR, que reprovou a prestação de contas de índole técnica, os procedimentos para instauração de TCE foram adotados. A reprovação das contas se deu em razão da omissão no atendimento das diligências, cujo questionamento versava unicamente acerca do número de participantes no evento. Corroborando com os entendimentos proferidos na instrução do referido acórdão, itens 15 e 21, quanto à efetiva realização do evento, não houve qualquer questionamento por parte desta SDH, razão pela qual exigir a restituição integral dos recursos com esta motivação não seria razoável. Sendo assim, com fundamento na deliberação da Corte de Contas, observado que o valor do débito remanescente perfaz o montante de R\$ 2.560,21, esta Secretaria entendeu apropriada a aprovação da prestação de contas do Convênio em epígrafe.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	016.215/2011-7	3414/2013 - TCU – 1ª Câmara	-	Notificação	Ofício 0908/2013-TCU/SECEX - PB
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Descrição da Deliberação:					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso V, letra "a" e 213 do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN TCU 71/2012, em determinar, a título de racionalização administrativa e economia processual, arquivamento do processo a seguir relacionado, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja concedida a quitação, dando-se ciência desta deliberação ao responsável, Sr. Luiz José Mamede de Lima (436.757.434-20) e à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República - SEDH/PR, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Síntese da providência adotada:					
Em 01/11/2013, esta SDH expediu comunicação ao responsável dando conhecimento quanto à decisão supramencionada, bem como alertando que a efetivação do registro no CADIN deveria ocorrer após o decurso do prazo de 75 (setenta e cinco) dias imposto pela Lei 10.522/2002, salvo se houvesse o ressarcimento ao Erário dos valores atualizados. Considerando que as notificações enviadas não lograram êxito, as providências administrativas internas foram adotadas no âmbito desta Secretaria.					
Síntese dos resultados obtidos					
Indicação de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN do Senhor Luiz José Mamede de Lima.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação completa:	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH	1801
Deliberações do TCU	
Deliberações expedidas pelo TCU	

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	007.651/2013-9	4903/2013 - TCU – 1ª Câmara	-	Notificação	Ofício 0951/2013-TCU/SECEX - RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Descrição da Deliberação:					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, letra "a", e 213 do Regimento Interno/TCU e 19 da INTCU 71/2012, ACORDAM em determinar, em razão de o valor do dano, atualizado monetariamente, ser inferior ao limite fixado pelo Tribunal (R\$ 75.000,00), o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento do mérito e sem o cancelamento do débito, a cujo pagamento continuarão obrigados os responsáveis indicados no item 1.1 para que lhes possa ser dada quitação, dando-lhes ciência desta decisão, bem como à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para que adote as providências previstas no art. 15 da INTCU 71/2012.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Síntese da providência adotada:					
Em 28/10/2013, esta SDH expediu comunicação aos responsáveis dando conhecimento quanto à decisão supramencionada, bem como alertando que a efetivação do registro no CADIN deveria ocorrer após o decurso do prazo de 75 (setenta e cinco) dias imposto pela Lei 10.522/2002, salvo se houvesse o ressarcimento ao Erário dos valores atualizados. Considerando que as notificações enviadas não lograram êxito, as providências administrativas internas foram adotadas no âmbito desta Secretaria.					
Síntese dos resultados obtidos					
Indicação de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN do Senhor Célio Golin e da ONG Nuances – Grupo pela Livre Expressão Sexual.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	025.921/2012-6	4914/2013 - TCU – 1ª Câmara	-	Notificação	Ofício 0945/2013-TCU/SECEX - PE
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Descrição da Deliberação:					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara com fundamento nos arts. 143, V, 'a', e 199, § 2º do RI/TCU, art. 7º, III, c/c art. 19, ambos da IN/TCU 71/2012 e na forma do artigo 93 da Lei nº 8.443/1992, ACORDAM por unanimidade, em determinar o arquivamento do presente processo e inclusão do nome dos responsáveis no cadastro informativo dos débitos não quitados de órgãos e entidades federais (Cadin) e em outros cadastros afins, na forma da legislação em vigor, bem como dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da TCE e aos responsáveis.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Síntese da providência adotada:					
Em 28/10/2013, esta SDH expediu comunicação aos responsáveis dando conhecimento quanto à decisão supramencionada, bem como alertando que a efetivação do registro no CADIN deveria ocorrer após o decurso do prazo de 75 (setenta e cinco) dias imposto pela Lei 10.522/2002, salvo se houvesse o ressarcimento ao Erário dos					

valores atualizados. Considerando que as notificações enviadas não lograram êxito, as providências administrativas internas foram adotadas no âmbito desta Secretaria.
Síntese dos resultados obtidos
Indicação de registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN do Senhor Wellington Silva de Medeiros e Senhor Rildo Vêras Martins.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Não se aplica.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	041.974/2012-3	6027/2013 - TCU – 1ª Câmara	-	Notificação	Ofício 0678/2013-TCU/SECEX - MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Descrição da Deliberação:					
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM por unanimidade, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, e 10, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 169, inciso II, e 212 do Regimento Interno/TCU, em determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Síntese da providência adotada:					
Para aprovação das contas e exclusão o registro de inadimplência no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI da Associação de Gays, Lésbicas e Transgêneros de Dourados, esta Secretaria emitiu o Parecer Financeiro nº 104/2013, de 19/12/2013. Em 31/01/2014, por intermédio do Ofício nº 195/2014-CGC/SGPDH/SDH/PR, foi solicitado ao órgão de Controle Interno a exclusão do registro da responsabilidade, do Senhor Hudson Rosa de Assunção, na Conta “Diversos Responsáveis”, sendo a baixa realizada conforme Ofício nº 38/2014/COAVA-CISET-SG-PR, de 5/02/2014.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aprovação da prestação de contas do Convênio nº 248/2007- SIAFI nº 601526, com fundamentação no Acórdão supracitado.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não se aplica.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	003.072/2012-6	4697/2013 - TCU – 2ª Câmara	-	-	-
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH	1801
Descrição da Deliberação:	
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Sra. Maria Luzia Pereira de Sousa e do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social, dando-se-lhes quitação, e dar ciência desta deliberação aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.	
Providências Adotadas	
Sector responsável pela implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH	1801
Síntese da providência adotada:	
Para aprovação das contas e exclusão o registro de inadimplência no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social - Cades, esta Secretaria emitiu o Parecer Financeiro nº 101/2013, de 09/12/2013. Em 31/01/2014, por intermédio do Ofício nº 195/2014-CGC/SGPDH/SDH/PR, foi solicitado ao órgão de Controle Interno a exclusão do registro da responsabilidade, da Senhora Maria Luiza Pereira de Sousa, na Conta “Diversos Responsáveis”, sendo a baixa realizada conforme Ofício nº 38/2014/COAVA-CISET-SG-PR, de 5/02/2014.	
Síntese dos resultados obtidos	
Aprovação da prestação de contas do Convênio nº 037/2005- SIAFI nº 540625, com fundamentação no Acórdão supracitado.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Não se aplica.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	007.691/2013-0	Acórdão nº 7132/2013- TCU – 2ª Câmara	1	Notificação	Ofício nº 3723/2013-TCU/ SecexMA
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Descrição da Deliberação					
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 93 da Lei 8.443/92; nos arts. 169, inciso VI, e 213 do Regimento Interno; bem como nos arts. 19 e 6º, inciso I, da IN/TCU 71/2012, em arquivar as contas de Francisco Geraldo de Freitas e da Fundação Souza Freitas/MA, sem julgamento do mérito, sem baixa da responsabilidade e sem cancelamento do débito de R\$ 63.185,00 (valor original de 11/1/2011), a cujo pagamento continuarão obrigados, para que lhes possam ser dada quitação; em dar ciência desta deliberação à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; a Francisco Geraldo de Freitas e à Fundação Souza Freitas/MA; em dar ciência à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, para que informe, no relatório de gestão a ser encaminhado no próximo exercício, as providências adotadas, no presente processo de tomada de contas especial, conforme art. 18, inciso II, da IN TCU 71/2012.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801

Síntese da providência adotada:
Considerando as deliberações de arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, até então, esta Secretaria vinha adotando as providências previstas no art. 15, inciso I, II e III da INTCU 71/2012. Ou seja, notificando os responsáveis acerca do possível registro no CADIN, salvo se comprovado o ressarcimento ao Erário dos valores impugnados, devidamente atualizados.
Porém, em 28/11/2013, por intermédio do Ofício 0604/2013- TCU/SecexAdmin, esta Secretaria foi comunicada acerca do <u>Despacho proferido pelo Ministro Aroldo Cedraz, em 22/11/2013, informando que o Acórdão 2233/2013 – TCU -2ª Câmara encerra a decisão de caráter terminativo e sem julgamento do mérito, não servindo, portanto, de fundamento para inclusão dos responsáveis no Cadastro Informativo de Crédito não Quitados do Setor Público Federal - CADIN.</u>
Diante da dúvida suscitada quanto à interpretação e aplicação do art. 15, inciso I, II e III da INTCU 71/2012, porquanto se constatou no Despacho proferido pelo Ministro Aroldo Cedraz, em 22/11/2013, que a decisão exarada no Acórdão 2233/2013 – TCU 2ª Câmara não servia de fundamento para inclusão dos responsáveis no CADIN, mediante Ofício nº 123/2014/CGC/SGPDH/SDH/PR, de 27/01/2014, esta Secretaria formulou consulta ao órgão de Controle Interno, objetivando orientação quanto ao melhor procedimento a ser adotado.
Com vistas ao atendimento da consulta, em 19/02/2014, mediante Ofício nº 79/2014/COREG-CISET-SG-PR, esta Secretaria acusou o recebimento da Nota Técnica nº 006/2014- COREG/CISET/PR, esclarecendo que a deliberação exarada não serve de amparo para a SDH/PR fundamentar a inclusão dos responsáveis no CADIN, contudo, as providências de sua alçada com vistas à recomposição do dano ao erário deveriam ser adotadas.
Síntese dos resultados obtidos:
Observados os esclarecimentos apresentados na Nota Técnica nº 006/2014- COREG/CISET/PR pela CISET/PR, nos termos da Lei 10.522/2002, os procedimentos para notificação do responsável foram adotados, estando no aguardo do decurso do prazo procedimental de 75 (setenta e cinco dias) para as demais providências cabíveis.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
Inicialmente esta Secretaria interpretou de forma equivocada a deliberação de caráter terminativo e sem julgamento de mérito, haja vista deliberação em Acórdão semelhante que mencionava que a deliberação não servia de fundamento para inscrição no CADIN, contudo, o equívoco foi sanado e as mediadas administrativas foram adotadas com vistas à recomposição do dano.

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	042.015/2012-0	Acórdão nº 2233/2013- TCU – 2ª Câmara	1	Notificação	Ofício 0153/2013- TCU/SecexAdmin. Ofício 0604/2013 - TCU/SecexAdmin
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Descrição da Deliberação					
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 93 da Lei 8.443/92; 143, inciso V, alínea "a"; 199, § 2º; e 213 do Regimento Interno; c/c os artigos 6º, inciso I; e 19 da IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuarão obrigados os devedores para que lhes seja concedida a quitação; e dar ciência da presente de liberação aos responsáveis e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da					

República, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.	
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Síntese da providência adotada:	
Esta Secretaria notificou a Conveniente informando que por determinação do Tribunal de Contas da União, contida no Acórdão nº 2233/2013 – TCU – 2ª Câmara, os valores glosados na análise da prestação de contas final do Convênio nº 33/2008 deveriam ser devolvidos ao Erário, devidamente atualizados, sob pena de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, CADIN. Em 10/06/2013, mediante Doc s/nº esta Secretaria foi comunicada da interposição de Recursos de Reconsideração perante o Tribunal de Contas da União contra as decisões que embasaram a determinação de quitação de débito expostas nos Ofícios 825 e 829/2013-CGC/SGPDH/SDH/PR. A Conveniente apresenta requerimento de efeito suspensivo da decisão e que sejam sustados os efeitos das cobranças dos débitos decorrentes dos citados Acórdãos, até que sobrevenha nova decisão pelo TCU. Dentre os requerimentos, solicita declaração de nulidade dos Acórdãos, uma vez que a decisão viola frontalmente o art. 15, inciso IV da Instrução TCU nº 71/2012. Alega, também, não ter havido a reunião de todas as tomadas de contas envolvendo a mesma parte, quais sejam: TC 018.586/2012-0, TC 016.692/2011-0 e TC 011.389/2011-7. Assim, requer seja determinada a unificação das mesmas, por tratarem de situações análogas, envolvendo a mesma parte, e, ao final, caso não julgadas conjuntamente, haja a possibilidade concreta de que decisões contraditórias sejam proferidas, em flagrante prejuízo à segurança jurídica. Requer ainda, seja reaberta a fase instrutória do processo, para que os recorrentes tenham a oportunidade de se manifestar nos autos. Nesse sentido, observado o teor do recurso de reconsideração interposto por Ágere – Cooperação em Advocacy, Guitty Masrour Milani e Iradj Roberto Eghrari, em 6/08/2013, o TCU proferiu o Acórdão nº 4584/2013 – TCU – 2ª Câmara, com a seguinte deliberação: “ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, em: 9.1. não conhecer do expediente apresentado como recurso de reconsideração; 9.2. declarar, de ofício, a insubsistência dos acórdãos 2.230/2013-2ª Câmara e 2.233/2013-2ª Câmara, uma vez que não foi observado, no arquivamento das respectivas tomadas de contas especiais, o disposto no art. 15, inciso IV, da IN TCU 71/2012; 9.3. restituir os autos ao relator original, para adoção das medidas pertinentes à citação de todos os responsáveis arrolados nos processos e consequente instrução dos feitos; 9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR”. Em 28/11/2013, por intermédio do Ofício 0604/2013- TCU/SecexAdmin, esta Secretaria foi comunicada acerca do Despacho proferido pelo Ministro Aroldo Cedraz, em 22/11/2013, informando que o Acórdão 2233/2013 – TCU -2ª Câmara encerra a decisão de caráter terminativo e sem julgamento do mérito, não servindo, portanto, de fundamento para inclusão dos responsáveis no Cadastro Informativo de Crédito não Quitados do Setor Público Federal - CADIN. Considerando as deliberações de arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, até então, esta Secretaria vinha adotando as providências previstas no art. 15, inciso I, II e III da INTCU 71/2012. Ou seja, notificando os responsáveis acerca do possível registro no CADIN, salvo se comprovado o ressarcimento ao Erário dos valores impugnados, devidamente atualizados. Diante da dúvida suscitada quanto à interpretação e aplicação do art. 15, inciso I, II e III da INTCU 71/2012, porquanto se constatou no Despacho proferido pelo Ministro Aroldo Cedraz, em 22/11/2013, que a decisão exarada no Acórdão 2233/2013 – TCU 2ª Câmara não servia de fundamento para inclusão dos responsáveis no CADIN, mediante Ofício nº 123/2014/CGC/SGPDH/SDH/PR, de 27/01/2014, esta Secretaria formulou consulta ao órgão de Controle Interno, objetivando orientação quanto ao melhor procedimento a ser adotado. Com vistas ao atendimento da consulta, em 19/02/2014, mediante Ofício nº 79/2014/COREG-CISET-SG-PR, esta	

Secretaria acusou o recebimento da Nota Técnica nº 006/2014- COREG/CISSET/PR, esclarecendo que a deliberação exarada não serve de amparo para a SDH/PR fundamentar a inclusão dos responsáveis no CADIN, contudo, as providências de sua alçada com vistas à recomposição do dano ao erário deveriam ser adotadas.

Síntese dos resultados obtidos:

Observados os esclarecimentos apresentados na Nota Técnica nº 006/2014- COREG/CISSET/PR pela CISSET/PR, nos termos da Lei 10.522/2002, os procedimentos para notificação do responsável foram adotados, estando no aguardo do decurso do prazo procedimental de 75 (setenta e cinco dias) para as demais providências cabíveis.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Inicialmente esta Secretaria interpretou de forma equivocada a deliberação de caráter terminativo e sem julgamento de mérito, haja vista deliberação em Acórdão semelhante que mencionava que a deliberação não servia de fundamento para inscrição no CADIN, contudo, o equívoco foi sanado e as mediadas administrativas foram adotadas com vistas à recomposição do dano.

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO LV - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	007.214/2013-8	-	1	Diligência	Ofício 1816/2013-TCU/SECEX-RJ
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Descrição da Deliberação					
Com vista ao saneamento do processo de Tomada de Contas Especial, TC 007.214/2013-8, que trata da não apresentação da prestação e contas do Convênio SICONV (nº 00005.007801/2012-06) foi solicitado a Secretaria, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da presente comunicação, com fundamento no art. 11 da Lei 8.443/1992, c/c o art.157 do Regimento Interno do TCU, o seguinte: a) a conclusão da apreciação da prestação de contas do convênio 708567/2009, visto que, não obstante ter sido encaminhada para o TCU, em fevereiro de 2013, tomada de contas especial (n. original 00005.007801/2012-06 em razão da omissão de prestação de contas referente a tal convênio, o conveniente vinha enviando documentos, à guisa de prestação de contas dessa avença, ao site do Siconv pelo menos desde 23/7/2012; b) eventuais aditamentos aos pareceres financeiros e técnicos, demonstrativos de débito e relatório do tomador de contas constantes do processo original de TCE, acaso se emenda merecedores de ajustes ou complementações, e; c) demais informações pertinentes para o esclarecimento do assunto em apreço.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR					1801
Justificativa para o seu não Cumprimento:					

Mediante Ofício nº 1243/2013/CGC/SGPDH/SDH/PR, de 19/09/2013, esta Secretaria esclareceu ao Tribunal que, embora, desde 23/07/2012, a Conveniente viesse procedendo aos registros de execução no SICONV, o envio da prestação de contas para análise da Concedente ocorreu somente em 07/12/2012, conforme histórico extraído do sistema. Esclareceu ainda que, a Conveniente manteve-se silente quanto ao envio da prestação de contas no sistema e, até aquele momento, as medidas administrativas adotadas não haviam logrado êxito, razão pela qual houve a instauração do processo de Tomada de Contas Especial - TCE para apuração dos fatos, quantificação de dano e identificação dos responsáveis.

Contudo, em razão do envio da prestação de contas, nos termos do art. 84, da Portaria Interministerial nº 507/2011/CGU/MF/MP, esta Secretaria comunicou o fato ao órgão de Controle Interno para as providências decorrentes, sendo procedida à exclusão da Conveniente do registro de inadimplência do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI. A prestação de contas do convênio supramencionado encontra-se em análise ainda não finalizada.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Em razão da ausência de emissão de pareceres pelas áreas Técnica e Financeira desta Secretaria, restou prejudicado pronunciamento relativo à conclusão da apreciação da prestação de contas do Convênio, e tão logo seja finalizada, cópia dos referidos documentos serão encaminhados para ciência dessa Corte de Contas.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801

Deliberações do TCU

Deliberações Expedidas pelo TCU

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	018.586/2012-0	Acórdão nº 2230 - TCU – 2ª Câmara	1	Notificação	Ofícios 0597/2013 - TCU/SecexAdmin. Ofício 0604/2013 - TCU/SecexAdmin

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801

Descrição da Deliberação

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 93 da Lei 8.443/92; 143, inciso V, alínea "a"; 199, § 2º; e 213 do Regimento Interno; c/c os artigos 6º, inciso I; e 19 da IN/TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do processo a seguir relacionado, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuarão obrigados os devedores para que lhes seja concedida a quitação; e dar ciência da presente de liberação aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801

Justificativa para o seu não Cumprimento:

Esta Secretaria notificou a Conveniente informando que por determinação do Tribunal de Contas da União, contida no Acórdão nº 2230 – TCU – 2ª Câmara, os valores glosados na análise da prestação de contas final do Convênios nº 124/2006 deveriam ser devolvidos ao Erário, devidamente atualizados, sob pena de inscrição no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, CADIN.

Em 10/06/2013, mediante Doc s/nº esta Secretaria foi comunicada da interposição de Recursos de Reconsideração perante o Tribunal de Contas da União contra as decisões que embasaram a determinação de quitação de débito expostas nos Ofícios 825 e 829/2013-CGC/SGPDH/SDH/PR.

A Conveniente apresenta requerimento de efeito suspensivo da decisão e que sejam suspensos os efeitos das cobranças dos débitos decorrentes dos citados Acórdãos, até que sobrevenha nova decisão pelo TCU. Dentre os requerimentos,

solicita declaração de nulidade dos Acórdãos, uma vez que a decisão viola frontalmente o art. 15, inciso IV da Instrução TCU nº 71/2012.

Alega, também, não ter havido a reunião de todas as tomadas de contas envolvendo a mesma parte, quais sejam: TC 018.586/2012-0, TC 016.692/2011-0 e TC 011.389/2011-7. Assim, requer seja determinada a unificação das mesmas, por tratarem de situações análogas, envolvendo a mesma parte, e, ao final, caso não julgadas conjuntamente, haja a possibilidade concreta de que decisões contraditórias sejam proferidas, em flagrante prejuízo à segurança jurídica. Requer ainda, seja reaberta a fase instrutória do processo, para que os recorrentes tenham a oportunidade de se manifestar nos autos.

Nesse sentido, observado o teor do recurso de reconsideração interposto por Ágere – Cooperação em Advocacy, Guitty Masrour Milani e Iradj Roberto Eghrari, em 6/08/2013, o TCU proferiu o Acórdão nº 4584/2013 – TCU – 2ª Câmara, com a seguinte deliberação:

“ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pela relatora, em:

9.1. não conhecer do expediente apresentado como recurso de reconsideração;

9.2. declarar, de ofício, a insubsistência dos acórdãos 2.230/2013-2ª Câmara e 2.233/2013-2ª Câmara, uma vez que não foi observado, no arquivamento das respectivas tomadas de contas especiais, o disposto no art. 15, inciso IV, da IN TCU 71/2012;

9.3. restituir os autos ao relator original, para adoção das medidas pertinentes à citação de todos os responsáveis arrolados nos processos e consequente instrução dos feitos;

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR”.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Considerando que, até a presente data, esta Secretaria não foi notificada acerca de nova deliberação relativa ao Acórdão nº 2230/2013- TCU 2ª Câmara – Convênio nº 124/2006 – SIAFI 575669, as medidas administrativas para recomposição do dano encontram-se suspensas haja vista a razão exposta no item 9.2 do Acórdão nº 4584/2013 – TCU – 2ª Câmara.

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO LVI - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão 2012 nº 5/2013 - (OS nº 115/2013)	76	Ofício nº 835/2013/COAUD-CISET-SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
76. Diante das análises realizadas e situações descritas, verificamos as seguintes constatações, cujas justificativas oferecidas estão evidenciadas, e merecem atenção prioritária da SDH/PR com vistas ao seu saneamento:			
Constatações Relevantes (Anexo I):			
CONSTATAÇÃO 2: Divergência entre o quantitativo de pessoal constante no Sistema SIAPE e o informado pela SDH/PR			
ANEXO IV – CARTA DE RECOMENDAÇÕES:			
d) Identificar a origem das divergências entre o quantitativo de pessoal constante no Sistema SIAPE e o registrado			

nos controles da SDH/PR, com vistas a saná-las (<i>Item III.6 do Relatório de Auditoria e Constatação 2 do Anexo I</i>).	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR	1801
Síntese da Providência Adotada	
O Ministério da Justiça foi informado da divergência e manteve a informação prestada. Na ocasião convidou o auditor Cláudio para em conjunto verificarem o que poderia ter ocorrido, porém este disse não pode comparecer e solicitou as telas de onde tiraram os dados. As telas solicitadas foram enviadas a este.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Não se aplica.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não se aplica.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão 2012 nº 5/2013 - (OS Nº 115/2013)	76	Ofício nº 835/2013/COAUD-CISET-SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
77. Diante das análises realizadas e situações descritas, verificamos as seguintes constatações, cujas justificativas oferecidas estão evidenciadas, e merecem atenção prioritária da SDH/PR com vistas ao seu saneamento:			
Constatações de Caráter Formal (Anexo II):			
CONSTATAÇÃO 1: Inconsistência na prestação de contas do contrato nº 02/2011 referente a eventos.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Síntese das Providências Adotadas:			
Fatura 00002510 - A Secretaria de Direitos Humanos notificou a Empresa, por meio do Ofício nº 5/2013 – CAOC/CGEOF/SGPDH/SDH/PR, para providências quanto o ressarcimento aos cofres públicos no valor de R\$ 2.736,00 (dois mil setecentos e trinta e seis reais).			
Fatura 0002527 - A Secretaria de Direitos Humanos solicitou à contabilidade da entidade Salesianos, que à época era a Administradora do Instituto Israel Pinheiro, uma cópia da relação dos participantes hospedados juntamente com a nota fiscal que comprove a quantidade de apartamentos locados.			
Fatura 0002539 – A Secretaria de Direitos Humanos solicitou ao Centro de Eventos e Treinamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio – CNTC a cópia da listagem individual dos participantes hospedados para a Reunião Técnica Nacional de Conselheiros Tutelares.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Fatura 00002510 - A Empresa Boeing Eventos providenciou o pagamento por meio do Guia de Recolhimento da União.			
Fatura 0002527 – A contabilidade da Rede Salesianos encaminhou cópia da nota fiscal que foi emitida à Empresa Boeing Eventos, bem como listagem dos hóspedes, por apartamento. Nesse sentido, cumpre esclarecer que na fatura nº 007/2012 do Centro de Convenções Israel Pinheiro – CCIP consta a cobrança de 219 (duzentas e dezenove) diárias e na lista de distribuição por apartamentos constam 233 (duzentas e trinta e três) diárias. Assim, foi realizada conferência dos nomes presente na lista de distribuição de apartamentos com a lista de assinatura dos participantes e planilha de vôo, a fim de se verificar se todos os hospedados estavam presentes no Encontro. Infere-se, portanto, que a não cobrança de 14 (quatorze) diárias por parte da CCIP à empresa BOEING EVENTOS decorre da concessão de cortesia daquela, quantitativo equivalente a 4 (quatro) apartamentos. Em face da imprevisão no contrato de			

transferência de concessões de cortesia recebidas pela CONTRATADA à CONTRATANTE e visando resguardar a relação comercial entre a CONTRATADA e seus fornecedores, não se vislumbrou à época providência a ser adotada em relação à diferença apurada no quantitativo de diárias faturadas.

Fatura 0002539 – O Centro de Eventos e Treinamento - CNTC encaminhou cópia de parte dos extratos individuais dos hóspedes, bem como a listagem geral, por apartamento. Assim, tanto os extratos dos apartamentos, como a lista de presença, se complementam para comprovar os apartamentos custeados pela SDH.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Fatura 00002510 - Salienta-se que após o recebimento da notificação a Empresa identificou o pagamento equivocado e procedeu a restituição por meio do código de recolhimento 18806-9.

Fatura 0002527 – O fato da Rede Salesianos não mais administrar o Instituto Israel Pinheiro que dificultou a localização da nota fiscal emitida à Empresa Boeing. Além disso, o encerramento das atividades da empresa BOEING EVENTOS inviabilizou outros contatos que pudessem vir a esclarecer melhor o fato.

Fatura 0002539 – O CNTC modificou o sistema financeiro o que acarretou dificuldades em localizar os documentos atinentes ao evento em tela.

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO LVII - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria de Avaliação da Gestão 2012 nº 5/2013 - (OS Nº 115/2013)	76	Ofício nº 835/2013/COAUD-CISET-SG-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Descrição da Recomendação:			
78. Diante das análises realizadas e situações descritas, verificamos as seguintes constatações, cujas justificativas oferecidas estão evidenciadas, e merecem atenção prioritária da SDH/PR com vistas ao seu saneamento: Constatações de Caráter Relevante (Anexo I): Constatação 1: Estoque de convênios com situações pendentes.			
10 ANEXO IV – Carta de Recomendações: e) Continuar investindo na redução e controle do estoque de termos de transferências celebrados no âmbito da SDH/PR (Item III.7 do Relatório de Auditoria e Constatação 1 do Anexo I)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação:			Código SIORG
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR			1801
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No tocante aos investimentos para redução e controle de prestação de contas a cargo desta Secretaria, convém registrar a continuidade no monitoramento das contas contábeis “A Comprovar” e “A Aprovar”. Destacamos que o gerenciamento dos processos enviados às áreas temáticas para emissão de parecer técnico e o controle semanal do quantitativo analisado por técnico financeiro, tem permitido maior celeridade na finalização dos processos. Além disso, a expedição de ofícios alertando os parceiros para o envio da prestação de contas a vencer, bem como a cobrança das intempestivas, tem contribuído para a antecipação das providências a serem adotadas no âmbito desta Secretaria.			
Importa registrar que, as alterações nos procedimentos para a instauração de Tomada de Contas Especial - TCE, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 71/2012, cujos motivos de dispensada encontram-se elencados do art. 6º da citada norma, tem ocasionado aumento nos prazos de trâmites internos, uma vez que para a finalização dos processos,			

esgotadas as medidas administrativas cabíveis, deverá ainda ser observado o decurso do prazo procedimental de 75 (setenta e cinco dias) para inclusão de registro no Cadastro Informativo dos Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais – CADIN.

Visando maior celeridade na finalização dos processos, bem como a recomposição ao Erário de eventuais prejuízos apurados da análise de prestação de contas, e no intuito de se evitar a instauração da Tomada de Contas, esta SDH já tem permitido o parcelamento de débito, mediante Acordo Administrativo em até 24 vezes, conforme Portaria/SDH/PR nº 3.312, de 21/12/2011.

Em que pese os entraves para finalização da prestação de contas dentro do prazo legal, observado o baixo quantitativo de recursos humanos envolvidos no processo para a redução dos saldos das contas contábeis, lembramos que os esforços têm sido constantes. Por fim, ressaltamos que objetivando uniformizar conhecimentos e ampliar a qualidade dos serviços realizados internamente, esta Secretaria tem investido cada vez mais na capacitação de seus servidores e colaboradores.

Nesta esteira, em 2013, foi instituído no âmbito desta Secretaria o Comitê de Convênios e Instrumentos Congêneres, composto por representantes de várias áreas envolvidas nos processos de transferências voluntárias, objetivando o aperfeiçoamento dos procedimentos de análise de projetos, formalização, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos firmados.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Com vistas a compatibilizar as orientações dos Órgãos de Controles Interno e Externo, nos últimos exercícios tem buscado alternativas para a redução do estoque de processos nas contas contábeis *A Comprovar* e *A Aprovar*, como, por exemplo, a constituição de forças-tarefa e a parceria em 2010 e 2011 com o DAEX/MPOG, auxiliando na análise de alguns processos, em especial os regidos, ainda, pela IN nº 01/97-STN/MF.

Salienta-se que as definições de novos fluxos e as adoções de estratégias de monitoramento permanente dos resultados, por meio de meta a ser cumprida para o servidor alocado nas funções de análise técnica e análise financeira, contribuíram significativamente para um elevado contingente de processos com análise concluída.

Faz-se necessário consignar que o esforço é contínuo, e em 2014, encontra-se em implementação um plano de ação com a finalidade de estabelecer os procedimentos para conclusão do estoque de prestação de contas, em especial os instrumentos formalizados ainda sob a égide da IN-STN 01/97, cujas vigências estão encerradas.

Neste contexto, esta SDH tem-se comprometido com a eficiência de sua gestão, demonstrando que as ações com vistas a reduzir os estoques de processos tem sido contínuas, fato já reconhecido pela Secretaria de Controle Interno – Ciset/PR, no Relatório de Auditoria de Gestão nº 3/2011 e 5/2013.

10.1 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

10.1.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO LVIII – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA SDH/PR, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	1
	Entregaram a DBR	0	0	1
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	115	116	203
	Entregaram a DBR	115	116	203
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Controle da CARH/CGRH do Ministério da Justiça.

10.1.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

- Providências adotadas pela SDH/PR em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR.

No primeiro momento, ou seja, no início do exercício do cargo em comissão ou função, o empossado é informado acerca da necessidade de preenchimento do formulário de Declaração de Bens e Rendias, sendo permitido fornecer o termo de autorização de acesso, por meio eletrônico ou cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda.

Caso o empossado se recuse a uma das alternativas apresentadas supra é informado da impossibilidade de ser investido no cargo ou função, em face do contido nas Leis nº 8.112/90 e 8.730/93.

Já no segundo momento, ou seja, no final do exercício do cargo ou função, em razão dos atos (exoneração ou dispensa) publicados em Diário Oficial da União, não impulsionados especificamente pela CGRH/MJ, em que algumas situações se operam com retroatividade, o ex-ocupante é notificado para que proceda à regularidade exigida por lei e normativos decorrentes.

- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR.

No âmbito da Sede do Ministério da Justiça, a Unidade responsável pelo recebimento das Declarações de Bens e Rendias, por força da competência regimental, é a Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva.

Por força do Decreto nº 4.939/2003, e suas alterações, coube também à CGRH/MJ o recebimento das DBR (ou Termo de Autorização de Acesso) dos servidores da SDH.

- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento.

Não há sistema informatizado específico para esse fim. Todavia, a Unidade mantém controle de quem está quite, ou não, com a obrigação de apresentar a Declaração de Bens e Rendias, bem como o tipo de documento apresentado (Declaração em papel ou Autorização de Acesso, por meio eletrônico, às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil, privativo aos órgãos de controle interno e externo).

- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil e como esse acesso se dá.

No Governo Federal, considerando a política de modernização dos processos de trabalho na área de gestão de pessoas, com a eliminação do excesso de papéis constantes dos arquivos funcionais dos órgãos e entidades e aumento da segurança da informação, foi editada a Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, pelos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Controle e da Transparência, resolvendo que todo agente público, como forma de atender o disposto nas Leis nº 8.429/92 e 8.730/93, deverá autorizar o acesso, por meio eletrônico, às cópias de suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física, com as respectivas retificações, apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil ou apresentar anualmente, em papel, Declarações de Bens e Rendias que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no Serviço de Pessoal competente.

No caso da SDH, a grande maioria dos servidores entregou o formulário de acesso que, na forma do normativo supracitado, não há necessidade de renovação anual da autorização, o que contribuiu muito para a desburocratização do processo de apresentação da Declaração de Bens e Rendias.

- Realização ou não de algum tipo de análise, pela SDH/PR, das DBR com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça não realiza acesso à base da Secretaria da Receita Federal do Brasil - SRF, nem analisa as Declarações de Bens e Rendias, em papel, recebidas, em obediência ao disposto no art. 5º da Portaria Interministerial MP/CGU nº 298/2007, considerando que as informações apresentadas ou constantes na base da SRF serão acessadas somente pelos servidores dos órgãos de controle interno e externo para fins de análise da evolução patrimonial do agente público.

- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações.

Visando preservar o sigilo fiscal das informações recebidas, as Declarações de Bens e Rendias, em papel, são colocadas, individualmente, em envelope e posteriormente lacradas e guardados em local com acesso restrito. Já os formulários de autorizações de acesso são guardados em pastas, que também são arquivadas nesse local.

10.2 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO

QUADRO LIX – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas		Outros Casos*	Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos		Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
16	5	0	Formalização de 3 Acordos Adm. de Parcelamento de Débito	0	0	0	3	8

10.3 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

O QUADRO LX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV encontra-se em anexo, em observância à DECISÃO NORMATIVA – TCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013.

11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

11.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA FINS DE SOLICITAÇÕES, RECLAMAÇÕES, DENÚNCIAS, SUGESTÕES, ETC., CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTATÍSTICAS SOBRE O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS.

O advento da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) impôs às entidades públicas brasileiras a necessidade de implementar novos procedimentos para assegurar o direito fundamental de acesso à informação.

Para garantir o atendimento ao cidadão, conforme o disposto na Lei, a Secretaria de Direitos Humanos instituiu em 16 de fevereiro de 2012, por meio da Portaria SDH nº 86/2012, Grupo de Trabalho - GT responsável pela implementação da Lei de Acesso à Informação (LAI) no âmbito da SDH. O GT foi responsável por ajustar o sítio da Secretaria na Internet de acordo com o exigido pela LAI, realizar a classificação dos documentos sigilosos, além de promover a sensibilização dos servidores do órgão para a entrada em vigor da lei.

Canais de atendimento ao cidadão

O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) da Secretaria de Direitos Humanos está disponível para atendimento ao público desde o dia 16 de maio de 2012.

Localização:

Setor Comercial Sul - B, Quadra 9, Lote C, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "A", 8º andar.
CEP: 70308-200.

Brasília, Distrito Federal, Brasil

Horário de atendimento:

Segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, sem interrupção para almoço, a partir de 16 de maio de 2012.

Telefone: (61) 2025-7900

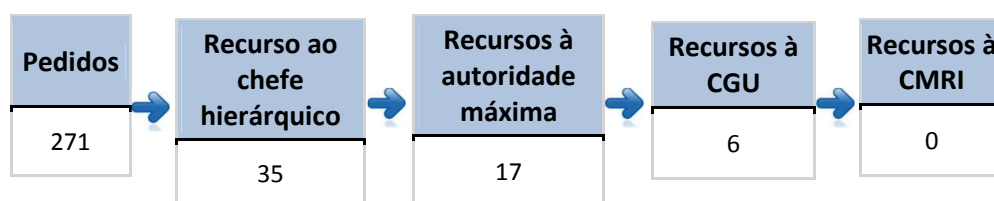
E-mail: sic@sdh.gov.br

Os pedidos devem ser feitos pessoalmente no SIC físico da SDH ou de forma eletrônica, por meio do e-SIC (Sistema Eletrônico do SIC), disponível no endereço www.acessoainformacao.gov.br/sistema.

11.2 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE.

A Secretaria de Direitos Humanos recebe e encaminha sugestões, reclamações, denúncias, pedidos de informação e elogios da sociedade em geral através do Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, bem como através do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC. Como forma de controle e organização, o SIC produz relatórios semestrais sobre os resultados alcançados. A seguir, apresenta-se a quantidade de manifestações registradas pelo setor entre janeiro e dezembro de 2013, além de diversas informações que são utilizadas para a aferição da satisfação dos cidadãos-usuários.

Quadro geral dos recursos



Observações:

(1) Os dados referentes a recursos à CGU que foram registrados antes da inclusão da funcionalidade de interposição desse tipo de recurso no e-SIC (ocorrida em 22 de Agosto de 2012) estarão, provisoriamente, disponíveis em relatório estático à parte, acessível a partir do item de menu "Relatórios Estatísticos".

(2) Os dados referentes a recursos à CMRI que foram registrados antes da inclusão da funcionalidade de interposição desse tipo de recurso no e-SIC (ocorrida em 31 de janeiro de 2014) estarão, provisoriamente, disponíveis em relatório estático à parte, acessível a partir do item de menu "Relatórios Estatísticos".

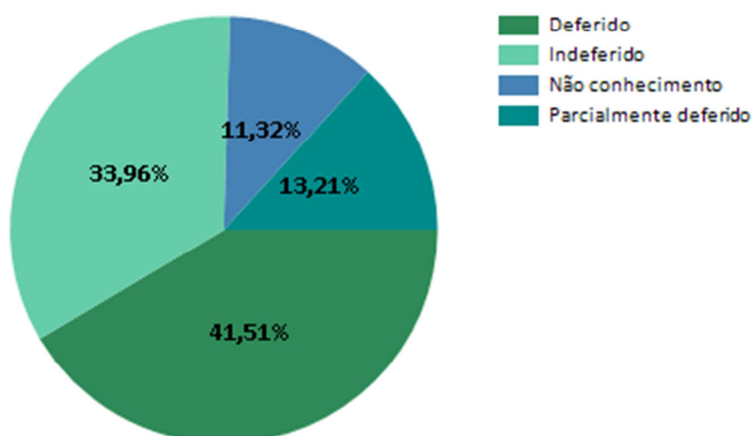
Recursos ao chefe hierárquico

% de pedidos respondidos que geraram recursos ao chefe hierárquico: 13,01%

Recursos recebidos no período: 35

Recursos ao chefe hierárquico respondidos		
Total de recursos respondidos	34	97,14%
Deferido	20	58,82%
Indeferido	11	32,35%
Não conhecimento	1	2,94%
Parcialmente deferido	2	5,88%

Recursos ao chefe hierárquico respondidos



Motivos para interposição de recursos		
Motivo	Quantidade	%
Informação recebida não corresponde à solicitada	14	40%
Informação incompleta	10	28,57%
Outros	6	17,14%
Informação recebida por meio diferente do solicitado	3	8,57%
Informação classificada por autoridade sem competência	2	5,71%
TOTAL	35	

Visão geral por mês							
Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Em tramitação/Não respondido	Deferido	Indeferido	Não conhecimento	Parcialmente deferido
Janeiro/2013	22	1	0(0%)	1(100%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)
Fevereiro/2013	10	2	0(0%)	0(0%)	2(100%)	0(0%)	0(0%)
Março/2013	22	3	0(0%)	1(33,33%)	2(66,67%)	0(0%)	0(0%)
Abril/2013	18	1	1(100%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)
Maió/2013	19	2	0(0%)	1(50%)	1(50%)	0(0%)	0(0%)
Junho/2013	28	4	0(0%)	0(0%)	4(100%)	0(0%)	0(0%)
Julho/2013	14	2	0(0%)	2(100%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)
Setembro/2013	40	3	0(0%)	3(100%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)
Outubro/2013	42	11	0(0%)	7(63,64%)	1(9,09%)	1(9,09%)	2(18,18%)
Novembro/2013	14	4	0(0%)	3(75%)	1(25%)	0(0%)	0(0%)

Dezembro/2013	21	2	0(0%)	2(100%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)
TOTAL		35	1	20	11	1	2

Recursos à autoridade máxima

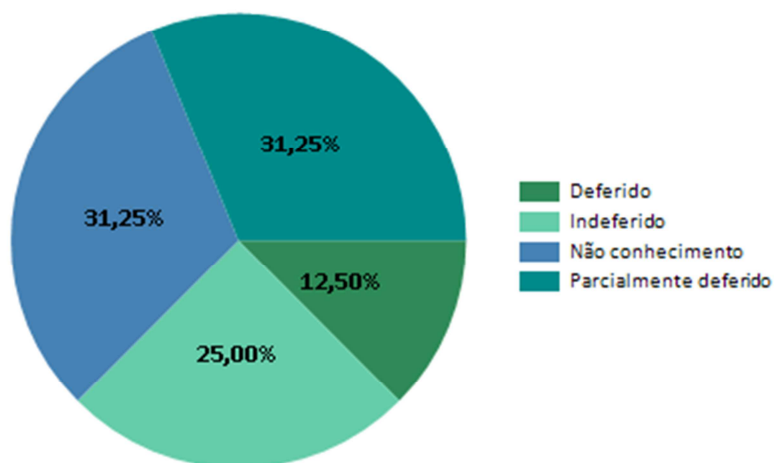
% de pedidos respondidos que geraram recursos à autoridade máxima: 6,32%

% de recursos ao chefe superior que geraram recursos à autoridade máxima 48,57%

Recursos recebidos no período: 17

Recursos à autoridade máxima respondidos		
Total Respondidas:	16	94,12%
Deferido	2	12,5%
Indeferido	4	25%
Não conhecimento	5	31,25%
Parcialmente deferido	5	31,25%

Recursos à autoridade máxima respondidos



Motivos para interposição de recursos à autoridade máxima		
Motivo	Quantidade	%
Informação incompleta	10	58,82%
Informação recebida não corresponde à solicitada	5	29,41%
Outros	1	5,88%
Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	1	5,88%
TOTAL	17	

Visão geral por mês							
Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Em tramitação/Não respondido	Deferido	Indeferido	Não conhecimento	Parcialmente deferido
Fevereiro/2013	10	1	0(0%)	0(0%)	1(100%)	0(0%)	0(0%)
Marco/2013	22	1	1(100%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)
Junho/2013	28	3	0(0%)	0(0%)	1(33,33%)	0(0%)	2(66,67%)
Julho/2013	14	2	0(0%)	0(0%)	1(50%)	0(0%)	1(50%)
Outubro/2013	42	7	0(0%)	0(0%)	0(0%)	5(71,43%)	2(28,57%)
Novembro/2013	14	1	0(0%)	1(100%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)
Dezembro/2013	21	2	0(0%)	1(50%)	1(50%)	0(0%)	0(0%)
TOTAL		17	1	2	4	5	5

Recursos à CGU

Recursos recebidos no período: 6

% de pedidos respondidos que geraram recursos à CGU: 2,23%

% de recursos ao chefe hierárquico que geraram recursos à CGU: 17,14%

% de recursos à autoridade máxima que geraram recursos à CGU: 35,29%

Recursos à CGU respondidos		
Total Respondidas:	3	50%
Indeferido	3	100%



Motivos para interposições de recursos à CGU		
Motivo	Quantidade	%
Informação incompleta	3	50%
Informação recebida não corresponde à solicitada	2	33,33%
Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	1	16,67%
TOTAL	6	

Visão geral por mês				
Mês	Pedidos	Recursos Relativos aos Pedidos	Em tramitação/Não respondido	Indeferido
Junho/2013	28	1	0(0%)	1(100%)
Julho/2013	14	2	0(0%)	2(100%)
Outubro/2013	42	3	3(100%)	0(0%)
TOTAL		6	3	3

Recursos à Comissão Mista de Reavaliação de Informações

Recursos recebidos no período:	0
% de pedidos respondidos que geraram recursos à CMRI:	0%
% de recursos ao chefe hierárquico que geraram recursos à CMRI:	0%
% de recursos à autoridade máxima que geraram recursos à CMRI:	0%
% de recursos à CGU que geraram recursos à CMRI:	0%

6. Reclamações

Reclamações no período:	1
% de pedidos que geraram reclamações:	0,37%
% de reclamações respondidas:	100%
% de reclamações não respondidas ou em tramitação:	0%
% de reclamações que geraram recursos:	0%

Visão geral por mês			
Mês	Pedidos	Reclamações relativas aos pedidos	% respondidas
Julho/2013	14	1	100% (1)
TOTAL		1	1

11.3 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS COM CIDADÃOS EM GERAL, SEGMENTOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE OU USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

Não foram feitas pesquisa de opinião. Os dados são avaliados por meio dos relatórios apresentados no item anterior.

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12.1.1 Declaração Plena

O QUADRO LXI - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA encontra-se em anexo, em observância à DECISÃO NORMATIVA – TCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013.

12.1.2 Declaração com Ressalva

O QUADRO LXII - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA. encontra-se em anexo, em observância à DECISÃO NORMATIVA – TCU nº 134, de 04 de dezembro de 2013.

13 OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

13.1 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA SDH/PR

Não aplicável

14 INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

14.1 CONTRATAÇÃO DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO”

QUADRO LXIII - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

PROJETOS OEI

BRA-08/006

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 01659274109					
Objetivo da Consultoria: Recebimento do material (cartilhas, livros, arquivos) enviado pelos parceiros da Conatrae, análise, sistematização e revisão textual das sugestões de temas, legislações e planos de atuações (rotinas) essenciais e normas aplicáveis para elaboração do Manual de Recomendações de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Estrangeiros da CONATRAE, recebidos sob a égide dos Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/03/2013	31/07/2013	14.000,00	14.000,00	14.000,00	14.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo a estrutura de organização metodológica do Manual de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Estrangeiros, com proposta dos itens e subitens e síntese dos conteúdos correspondentes para discussão e validação pela equipe da CONATRAE/SDH/PR.			12/04/2013	5.000,00	
Produto 2: Documento final constituindo o Manual de Rotinas de Prevenção e Combate ao Trabalho Escravo de Estrangeiros, com a incorporação de todas as observações feitas pela equipe da CONATRAE/SDH/PR, para aprovação da mesma e apresentação aos membros da CONATRAE e convidados			17/05/2013	9.000,00	
Consultor Contratado					

Nome do Consultor: ALINE DE ALMEIDA COSTA RIBEIRO	CPF: 016.592.741-09
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado em 2013, todos os produtos foram pagos.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 22110423846					
Objetivo da Consultoria: Levantamento da rede de serviços disponibilizados por prefeituras municipais e estados no entorno do principal ponto de concentração de pessoas em situação de rua, para realizar articulação entre estes equipamentos, colher subsídios para a feitura de uma cartilha de serviços disponíveis e propor um formato de seminário sobre a Política Nacional da População em Situação de Rua com os servidores dos equipamentos identificados. A produção das cartilhas – que serão feitas para cada uma das capitais, referenciadas apenas por um ponto de concentração de pessoas em situação de rua, a partir de coleta e tratamento de dados e produção de conteúdo e respectiva apresentação gráfica (cartilha) em formato acessível (.doc, .txt e PDF).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/03/2013	20/12/2013	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo o mapeamento dos serviços prestados por equipamentos da administração pública das cidades indicadas; Relatório descritivo sobre como se dá a articulação de serviços de atendimento de pessoas em situação de rua e Elaborar relatório descritivo com o levantamento das redes de atenção aos moradores de rua usuários de álcool e drogas.			24/04/2013	13.000,00	
Produto 2: Documento técnico contendo questionário para compor levantamento da percepção dos usuários e servidores sobre os serviços disponíveis nas localidades.			24/05/2013	12.000,00	
Produto 3: Documento técnico contendo proposta para Guia de Cidadania da População de Rua, apresentado em formato didático e pronto para impressão.			13/07/2013	11.000,00	
Produto 4: Documento técnico contendo proposta de capacitação em formato de seminário entre servidores e usuários dos serviços e elaboração de relatório final.			17/08/2013	9.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ana Tereza Coutinho Penteado				CPF: 221.104.238-46	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado em 2013, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	BRA 08/006
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 32952402809	

Objetivo da Consultoria: Elaboração de pesquisa fotográfica e produção de banco de imagens, alusivo ao tema combate ao Trabalho Escravo, para composição do conteúdo que resultará no Livro 10 anos da CONATRAE/SDH/PR.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/11/2012	20/12/2013	20.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Roteiro da pesquisa fotográfica executada, com a íntegra da pesquisa para aprovação da equipe da Conatrae/SDH/PR				02/12/2012	8.000,00
Produto 2: Documento final constituindo o banco de imagens que comporá o Livro de 10 anos da CONATRAE, com a incorporação de todas as observações feitas pela equipe da Conatrae/SDH/PR.				11/01/2013	12.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANDRÉ GALEGO BOSELLI				CPF: 329.524.028-09	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Houve um atraso na entrega do primeiro produto em razão de uma melhor adequação do referido produto ao que foi pedido no edital. Um aditivo de prazo está sendo elaborado para garantia da execução do contrato em sua totalidade.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 61104434172					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de texto introdutório ao Relatório do Brasil sobre a Implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança e a adequação, em conformidade com as orientações do Comitê dos Direitos da Criança, do relatório brasileiro sobre a implementação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Pornografia e Prostituição Infantil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/08/2012	30/03/2013	18.000,00	00.000,00	10.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Texto introdutório síntese sobre a política recente de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, a ser anexado ao relatório brasileiro sobre a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança.				05/09/2012	8.000,00
Produto 2. Relatório sobre a implementação do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à Venda de Crianças, à Pornografia e Prostituição Infantil adequado às normativas e diretrizes internacionais.				05/11/2012	10.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANINHO MUCUNDRAMO IRACHANDE				CPF: 611.044.341-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Houve um atraso na entrega do segundo produto e o valor previsto para ser pago em 2012 foi pago em 17/04/2013.					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					

Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 04822048853					
Objetivo da Consultoria: Desenvolver metodologia e análise dos projetos apresentados no Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos. O Prêmio tem como objetivo contribuir para a formação de uma cultura que defenda valores, atitudes e práticas sociais que respeitem os direitos dos cidadãos em todos os espaços da sociedade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
27/09/2012	15/02/2013	14.000,00	5.500,00	5.500,00	5.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento com critérios de seleção e estrutura dos relatórios individuais(ficha técnica, resumo, pontos fortes e fracos, avaliação geral) das categorias 3 – A formação, a pesquisa e a extensão universitária em Educação em Direitos humanos e 4- A sociedade na Educação em Direitos Humanos.			22/10/2012	4.500,00	
Produto 2: Relatório individual de cada trabalho inscrito nas categorias 3 e 4, que deverá conter informações que possibilitem avaliação do trabalho. Seleção de dez trabalhos por categoria, com o sumário executivo das ações desenvolvidas.			11/11/2012	4.000,00	
Produto 3: Relatório geral do processo de seleção, incluindo relatório do total de inscrições(inscritos por região, por categoria, por tema) e recomendações para melhorar o processo relativos a categoria 3 e 4.			15/01/2013	5.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANTONIO CARLOS RIBEIRO FESTER				CPF: 048.220.488-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado em 2013, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 25784666886					
Objetivo da Consultoria: Levantamento da rede de serviços disponibilizados por prefeituras municipais e estados no entorno do principal ponto de concentração de pessoas em situação de rua, para realizar articulação entre estes equipamentos, colher subsídios para a feitura de uma cartilha de serviços disponíveis e propor um formato de seminário sobre a Política Nacional da População em Situação de Rua com os servidores dos equipamentos identificados. A produção das cartilhas – que serão feitas para cada uma das capitais, referenciadas apenas por um ponto de concentração de pessoas em situação de rua, a partir de coleta e tratamento de dados e produção de conteúdo e respectiva apresentação gráfica (cartilha) em formato acessível (.doc, .txt e PDF).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/03/2013	20/12/2013	45.000,00	45.000,00	25.000,00	25.000,00

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1. Documento técnico contendo o mapeamento dos serviços prestados por equipamentos da administração pública das cidades indicadas; Relatório descritivo sobre como se dá a articulação de serviços de atendimento de pessoas em situação de rua e Elaborar relatório descritivo com o levantamento das redes de atenção aos moradores de rua usuários de álcool e drogas.	24/04/2013	13.000,00
Produto 2. Documento técnico contendo questionário para compor levantamento da percepção dos usuários e servidores sobre os serviços disponíveis nas localidades.	24/05/2013	12.000,00
Produto 3. Documento técnico contendo proposta para Guia de Cidadania da População de Rua, apresentado em formato didático e pronto para impressão.	13/07/2013	11.000,00
Produto 4. Documento técnico contendo proposta de capacitação em formato de seminário entre servidores e usuários dos serviços e elaboração de relatório final.	17/08/2013	9.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Aparecida Rodrigues dos Santos		CPF: 257.846.668-86
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Produtos 3 e 4 sofreram atrasos em sua produção. Um aditivo de prazo está sendo elaborado para garantia da execução do contrato em sua totalidade.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 95315764672					
Objetivo da Consultoria: Sistematização das atividades previstas pela Secretaria de Direitos Humanos objetivando atender a implantação do PNEDH com as coordenações das áreas da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. Produzir análise técnica e subsídios objetivando a construção de Diretrizes Nacionais para formação/capacitação nos centros em Educação e Direitos Humanos estaduais a partir de materiais sistematizados, contribuindo para a qualificação do processo de assessoramento e acompanhamento realizados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, junto aos entes federados.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/10/2012	13/12/2013	112.000,00	99.000,00	33.000,00	46.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo propostas de ações a serem realizadas pelas coordenações da Diretoria de Defesa Promoção dos Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para a implementação do PNEDH			02/12/2012	13.000,00	
Produto 2: Levantamento das práticas educativas e formativas realizadas pelos Centros de Referencia em Direitos Humanos, com enfoque sobre a intencionalidade pedagógica das referidas capacitações.			16/01/2013	17.000,00	
Produto 3: Documento técnico contendo relatório analítico sobre a implantação dos Centros de Referência em Direitos Humanos, apontando aspectos de gestão e organização do			02/03/2013	16.000,00	

Centro de Referência; composição das equipes; articulação em rede; condições de funcionamento das unidades.		
Produto 4: Documento técnico contendo propostas de diretrizes nacionais para a capacitação dos profissionais dos Centros de Referência em Direitos Humanos, observando as diversidades regionais do Brasil.	17/03/2013	15.000,00
Produto 5: Documento técnico contendo levantamento das publicações da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos passíveis de reedição e revisão, assim como levantamento das demandas por novas publicações.	01/05/2013	9.000,00
Produto 6: Documento técnico contendo levantamento e sistematização das propostas das coordenações da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos 6. Documento técnico contendo levantamento e sistematização das propostas das coordenações da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos	23/09/2013	11.000,00
Produto 7: Documento técnico contendo mapeamento e análise sobre os Planos Estaduais e Municipais de Educação em Direitos Humanos e seus respectivos processos de elaboração e implantação.	07/11/2013	17.000,00
Produto 8: Documento técnico contendo mapeamento e análise sobre iniciativas de pesquisa e extensão em educação em direitos humanos realizadas pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e pelas universidades públicas brasileiras.	12/12/2013	14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: CARLOS ALBERTO RICARDO JUNIOR		CPF: 953.157.646-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido, em 15/03/2013, a pedido do consulto, devido a sua nomeação a Coordenador-Geral na Secretaria de Direitos Humanos. Tendo em vista, a rescisão do referido contrato, os produtos com data posterior (4, 5, 6, 7 e 8) não foram entregues pelo consultor.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 05008426630					
Objetivo da Consultoria: Elaboração do Relatório do Brasil sobre a Implementação da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/09/2012	12/09/2013	55.000,00	33.000,00	34.000,00	45.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Documento síntese contendo as respostas às questões de número 1 a 15, na formatação documental exigida pelo Comitê.11.				08/11/2012	11.000,00
Produto 2: Documento síntese contendo as respostas às questões de número 16 a 30, na formatação documental exigida pelo Comitê.				24/12/2012	11.000,00
Produto 3: Documento síntese contendo as respostas às questões de número 31 a 45, na formatação documental exigida pelo Comitê.				09/02/2013	11.000,00

Produto 4: Relatório sobre a implementação da Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, contendo todas as respostas às perguntas demandadas conforme modelo da ONU	13/03/2013	12.000,00
Produto 5: Relatório revisado contendo as informações fornecidas pela sociedade civil no ato da consulta e da audiência pública.	12/05/2013	10.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: CAROLINA COSTA FERREIRA		CPF: 050.084.266-30
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Houve um atraso na entrega do último produto e um aditivo de prazo está sendo elaborado para garantia da execução do contrato em sua totalidade.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 29971879824					
Objetivo da Consultoria: Elaboração do sumário executivo; recebimento de material enviado pelos parceiros da Conatrae; análise e sistematização do referido material; recebimento do banco de imagens produzido por consultoria específica para esse fim; pesquisa jornalística; entrevista de atores envolvidos no tema; com a finalidade de produzir conteúdo que resultará no livro 10 anos da Conatrae, incluindo revisão textual.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/03/2013	20/12/2013	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Apresentação do sumário executivo contendo a estrutura de organização metodológica do Livro 10 anos da Conatrae, com proposta dos itens e subitens e síntese dos conteúdos correspondentes para discussão e validação pela equipe da Conatrae/SDH/PR			12/04/2013	14.000,00	
Produto 2: Roteiro de pesquisa jornalística, de entrevista e indicação de atores a serem entrevistados. Relatório analítico das entrevistas.			07/05/2013	12.000,00	
Produto 3: Documento final constituindo a redação do Livro de 10 anos da CONATRAE, com a incorporação de todas as observações feitas pela equipe da Conatrae/SDH/PR.			16/07/2013	19.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: CAROLINA FALCÃO MOTOKI				CPF: 299.718.798-24	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	BRA 08/006
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 64117421387	

Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR em ações de integração nacional de iniciativas para capacitação de conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente com enfoque na educação em direitos humanos.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
03/07/2012	21/11/2013	132.000,00	90.000,00	31.500,00	50.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Proposta técnica de articulação institucional nacional com as equipes estaduais das Escolas de Conselhos, para construção da agenda anual de relacionamento e ações colaborativas de integração de experiências institucionais e metodológicas de projeto.				18/07/2012	6.000,00
Produto 2: Sistematização de diagnóstico situacional das experiências e ações das Escolas de Conselhos instaladas no Brasil				01/09/2012	5.000,00
Produto 3: Análise de cenário e diretório de instituições de ensino superior e organizações de todas as UF do país com perfil estratégico para composição dos grupos gestores estaduais de execução das Escolas de Conselhos.				01/09/2012	8.000,00
Produto 4: Documento contendo análise de 02 (duas) reuniões nacionais de articulação federativa para integração das experiências estaduais das Escolas de Conselhos.				01/10/2012	16.000,00
Produto 5: Documento técnico contendo análise de impacto de mudança e proposta de adaptação das iniciativas estaduais das Escolas de Conselhos ao projeto nacional integrado de capacitação de conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente.				31/10/2013	10.000,00
Produto 6: Sistematização do Projeto Político-pedagógico Nacional das Escolas de Conselhos				30/12/2012	5.500,00
Produto 7: Sistematização da Matriz Programática Nacional das Escolas de Conselhos.				30/12/2012	5.500,00
Produto 8: Documento técnico contendo KIT Pedagógico Individual de capacitação, contendo protótipos de Cadernos de Estudos e Guia do Participante para apoio a conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente durante as ações de capacitação previstas na agenda nacional das Escolas de Conselhos.				28/02/2013	12.000,00
Produto 9: Relatório de 02 (dois) workshops de treinamento das UF da região norte para implantação do Projeto Político-pedagógico e da Matriz Programática Nacional das Escolas de Conselhos				28/06/2013	8.000,00
Produto 10: Relatório de 02 (dois) workshops de treinamento das UF da região nordeste para implantação do Projeto Político-pedagógico e da Matriz Programática Nacional das Escolas de Conselhos.				28/06/2013	8.000,00
Produto 11: Relatório de 02 (dois) workshops de treinamento das UF da região centro-oeste para implantação do Projeto Político-pedagógico e da Matriz Programática Nacional das Escolas de Conselhos				28/06/2013	8.000,00
Produto 12: Documento contendo análise de 02 (dois) workshops de treinamento das UF das regiões sudeste e sul para implantação do Projeto Político-pedagógico e da Matriz Programática Nacional das Escolas de Conselhos.				28/06/2013	8.000,00
Produto 13: Relatório de monitoramento da adaptação das iniciativas estaduais das Escolas de Conselhos ao Projeto Político-pedagógico e à Matriz Programática Nacional da iniciativa, bem como de universalização da cobertura do projeto na região norte.				07/08/2013	6.000,00
Produto 14: Monitoramento da adaptação das iniciativas estaduais das Escolas de Conselhos ao Projeto Político-				07/08/2013	8.000,00

pedagógico e à Matriz Programática Nacional da iniciativa, bem como de universalização da cobertura do projeto na região nordeste.		
Produto 15: Monitoramento da adaptação das iniciativas estaduais das Escolas de Conselhos ao Projeto Político-pedagógico e à Matriz Programática Nacional da iniciativa, bem como de universalização da cobertura do projeto na região centro-oeste.	16/10/2013	5.000,00
Produto 16: Monitoramento da adaptação das iniciativas estaduais das Escolas de Conselhos ao Projeto Político-pedagógico e à Matriz Programática Nacional da iniciativa, bem como de universalização da cobertura do projeto nas regiões sudeste e sul.	16/10/2013	9.000,00
Produto 17: Avaliação nacional da implantação do Projeto Político-pedagógico e da Matriz Programática Nacional das Escolas de Conselhos no Brasil.	15/11/2013	4.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: CAROLINE SOARES SANTOS		CPF: 641.174.213-87
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido, em 09/04/2013, a pedido da consultora, devido a sua nomeação a cargo público na Administração Federal. Tendo em vista, a rescisão do referido contrato, os produtos (1, 2 e 3) foram entregues/pagos em 2012, os produtos (4, 5 e 7) foram entregues/pagos em 2013, e os demais produtos (6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17) não foram entregues pela consultora.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 25769427841					
Objetivo da Consultoria: Levantamento, sistematização e avaliação dos macros processos envolvidos no Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e na sua interação com os demais Programas Estaduais visando à construção do Manual de Procedimentos para as equipes técnicas e demais atores envolvidos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/03/2013	28/03/2014	58.000,00	58.000,00	11.000,00	11.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo diagnóstico dos procedimentos adotados pelas equipes técnicas do Programa. O documento deve conter as ações realizadas, desde a solicitação de inclusão até o acompanhamento pós-desligamento, abrangendo todas as etapas da proteção.			01/05/2013	11.000,00	
Produto 2: Documento técnico contendo proposta de aperfeiçoamento, de padronização e fluxograma dos procedimentos adotados pelas equipes técnicas do Programa, com base no diagnóstico apresentado no produto 1.			31/05/2013	12.000,00	
Produto 3: Guia orientador para as equipes técnicas com orientações de proteção para os defensores de direitos humanos e demais atores envolvidos, levando em consideração as identidades de gênero. O Guia deve conter itens como: a abrangência dos fatores de risco e das ameaças, das vulnerabilidades, das capacidades de auto proteção, das ações e das estratégias de proteção e segurança.			30/07/2013	13.000,00	

Produto 4: Documento contendo proposta de instrumentais para as equipes técnicas como: termo de inclusão provisória, termo de inclusão, termo de desligamento, formulário de pré-avaliação dos casos, parecer técnico, relatório de análise e acompanhamento, questionário de entrevista e plano individual de ação.	29/08/2013	10.000,00
Produto 5: Manual de Procedimentos do Programa com base nos produtos apresentados anteriormente, contendo todos os procedimentos a serem adotados desde a solicitação de inclusão até o acompanhamento pós-desligamento, bem como as fases da proteção, as funções dos técnicos e das coordenações.	28/10/2013	12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Cássia Maria Rosato	CPF: 257.694.278-41	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Houve atraso na entrega dos produtos (2, 3, 4 e 5), sendo assim, foi feito um aditivo de prazo, em 24/10/2013, para garantir a execução do contrato em sua totalidade.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 06528330638					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de proposta de estruturação do Concurso Nacional do Sistema Interamericano de Direitos Humanos 2013.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/03/2013	27/01/2014	55.000,00	55.000,00	33.000,00	33.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento contendo proposta de Concurso Nacional do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, que inclua, inter alia: (i) data e local de realização; (ii) estratégia de divulgação; (iii) parcerias institucionais constituídas; (iv) expectativa de participação; (v) estratégia para elaboração do caso hipotético; (vi) lista de possíveis juízes; (vii) organização logística e material necessário; (viii) estratégia de incentivo à participação de estudantes com maior vulnerabilidade			28/04/2013	12.000,00	
Produto 2: Documento contendo proposta de Guia de Estudos a ser distribuído aos participantes do Concurso Nacional, com vistas a orientá-los nos seguintes quesitos, inter alia: (i) o funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos; (ii) o formato do Concurso Nacional; (iii) análise do Caso Hipotético; (iv) a preparação de memoriais; (v) Bibliografia de Referência e Fontes de Consulta			27/06/2013	11.000,00	
Produto 3: Documento contendo o conjunto de regras a serem aplicadas durante o Concurso Nacional.			21/08/2013	10.000,00	
Produto 4: Documento contendo a estrutura final do Concurso Nacional, que inclua, inter alia: (i) programação completa; (ii) entidades e estudantes participantes; (iii) lista de juízes; (iv) cronograma de embates; (v) lista de juízes; (vi) autoridades presentes nas cerimônias de abertura e encerramento; (vii) modelo de certificado de participação			25/09/2013	12.000,00	

Produto 5: Relatório Final de Avaliação do Concurso Nacional, contendo registros, resultados e perspectivas.	25/10/2013	10.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Diego Valadares Vasconcelos Neto	CPF: 065.283.306-38	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Houve atraso na entrega dos produtos (4 e 5), desta forma, foi feito um aditivo de prazo, em 31/10/2013, para garantir a execução do contrato em sua totalidade.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 68816057491					
Objetivo da Consultoria: Mapeamento, sistematização e documentação das atividades de pactuação, implantação e gestão de ações que favoreçam o envolvimento dos diversos atores e coletivos no aprofundamento da percepção das dificuldades locais, bem como a definição de estratégias para superação dos entraves, com vistas à implantação e implementação dos Comitês e do Plano de Educação em Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/02/2013	08/12/2013	72.500,00	72.500,00	72.500,00	72.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo metodologia, plano de ação e formulário para avaliação dos Planos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação em Direitos Humanos.			03/03/2013	10.000,00	
Produto 2: Documento técnico contendo mapeamento dos Comitês de Educação em Direitos Humanos e dificuldades de implantação e implementação dos Comitês e do Plano de Educação em Direitos Humanos na Região Nordeste.			12/04/2013	11.000,00	
Produto 3: Documento técnico contendo mapeamento dos Comitês de Educação em Direitos Humanos e dificuldades de implantação e implementação dos Comitês e do Plano de Educação em Direitos Humanos nas Regiões Norte e Centro-Oeste.			01/06/2013	13.000,00	
Produto 4: Documento técnico contendo mapeamento dos Comitês de Educação em Direitos Humanos e dificuldades de implantação e implementação dos Comitês e do Plano de Educação em Direitos Humanos nas Regiões Sul e Sudeste.			31/07/2013	13.000,00	
Produto 5: Documento técnico orientador contendo propostas indicativas de estratégias que resultem no aprimoramento da efetivação da Implantação e Implementação dos Planos e Comitês de Educação em Direitos Humanos no Distrito Federal, nos Estados e Municípios, desenvolvido de forma didática para publicação.			29/09/2013	14.000,00	
Produto 6: Documento técnico contendo proposta de capacitação para estados e municípios de acordo com documento orientador para aprimoramento da efetivação da Implantação e Implementação dos Planos e Comitês de Educação em Direitos Humanos.			08/12/2013	11.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Edvaldo José de Souza				CPF: 688.160.574-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 06063995935					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR no desenvolvimento de estratégias nacionais de mapeamento e mobilização de redes de participação cidadã de adolescentes com enfoque na educação em direitos humanos					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/05/2013	15/12/2013	72.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento contendo proposta técnica para mobilização dos Núcleos de Participação Cidadã dos Adolescentes/Observatórios dos Adolescentes, organizados em torno do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, acerca de ações de prevenção à violência e promoção do autocuidado entre pares.			19/06/2013	8.000,00	
Produto 02: Documento contendo proposta técnica de mapeamento nacional e caracterização de redes e grupos de participação de adolescentes do Brasil, contendo conteúdo para caderno metodológico, conteúdo para caderno de instruções de levantamento, bem como modelos de instrumentos de coleta e sistematização de dados.			14/07/2013	8.000,00	
Produto 03: Relatório de reunião técnica de articulação interinstitucional com representantes de organizações e redes de participação cidadã de adolescentes e jovens, contendo registros de convocação, metodologia, cadastro de participantes, relatório de experiências apresentadas, lista de presença, fotos e pauta de encaminhamentos oriundas do encontro			28/08/2013	4.000,00	
Produto 04: Relatório de 14 oficinas locais de mobilização dos núcleos de participação cidadã dos adolescentes, em torno dos temas prioritários impulsionados pelo Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.			02/10/2013	20.000,00	
Produto 05: Relatório nacional de mobilização da rede de Núcleos de Participação Cidadã dos Adolescentes/Observatórios dos Adolescentes, organizados em torno do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, referente ao período de Junho a Dezembro de 2013, contendo histórico das ações realizadas, análise dos resultados e recomendações de encaminhamentos a serem realizados pela SDH/PR.			27/10/2013	5.000,00	
Produto 06: Relatório de resultados de mapeamento de redes e grupos de participação de adolescentes e jovens do Brasil, contendo banco de dados das redes, grupos e experiências identificadas, bem como suas respectivas características de atuação.			16/11/2013	22.000,00	
Produto 07: Relatório nacional de mobilização da rede de Núcleos de Participação Cidadã dos Adolescentes/Observatórios dos Adolescentes, organizados em torno do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, contendo histórico das ações realizadas, análise dos resultados e recomendações de encaminhamentos a serem realizados pela SDH/PR.			06/12/2013	5.000,00	

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Emanuel Barbiero Antonio	CPF: 060.639.959-35
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato rescindido, em 08/10/2013, pois o Consultor apresentou dificuldades na execução do cronograma da consultoria. Desta forma, o produto (1) foi entregue/pago em 2013 e, os demais produtos (2, 3, 4, 5, 6 e 7) não foram entregues pelo consultor.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 14679081856					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de textos narrativos para colaboração na implementação do Projeto - “Atualização de Processos Políticos e Institucionais para a Implantação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”, para organizar uma publicação com a memória dos 15 anos do Programa de Proteção, com enfoque no relato das histórias mais marcantes de defesa dos Direitos Humanos e enfrentamento à violência e à impunidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/09/2013	23/06/2014	72.000,00	22.000,00	22.000,00	22.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1. Documento contendo metodologia da pesquisa que será desenvolvida para registro dos casos dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.			23/10/2013	12.000,00	
Produto 2: Documento contendo levantamento à distância virtual de relatos dos casos com potencial para serem publicados; documento dos casos selecionados para pesquisa de campo; e roteiro de visitas aos Programas de Proteção			02/12/2013	10.000,00	
Produto 3: Documento contendo relatório das visitas aos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas para pesquisa de campo sobre casos selecionados para publicação.			15/02/2014	14.000,00	
Produto 4: Documento contendo versão preliminar dos relatos dos casos mais relevantes dos 15 anos de existência do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.			21/04/2014	16.000,00	
Produto 5: Documento contendo versão final – revisada – dos relatos dos casos mais relevantes dos 15 anos de existência do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.			10/06/2014	20.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Evanize Martins Sydow				CPF: 146.790.818-56	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato em execução dentro do cronograma previsto.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	BRA 08/006
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	

Código do Contrato: 27888996884					
Objetivo da Consultoria: Levantamento e avaliação das ações realizadas, em âmbito nacional, estadual e distrital da Política Nacional do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/02/2013	15/12/2013	80.000,00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Documento técnico contendo diagnóstico da atual conjuntura dos Programas Estaduais de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. O documento deve conter as ações realizadas, a estrutura física, capacidade de atuação, instituições e atores estratégicos para articulação, equipes que compõem o Programa.				26/05/2013	11.000,00
Produto 2 – Documento contendo avaliação da conjuntura política dos estados que não possuem Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da região Norte.				26/05/2013	11.000,00
Produto 3 - Documento contendo avaliação da conjuntura política dos estados que não possuem Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da região Nordeste.				10/07/2013	10.000,00
Produto 4 - Documento contendo avaliação da conjuntura política dos estados que não possuem Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos da região Centro Oeste, Sul e Sudeste.				24/08/2013	10.500,00
Produto 5 – Documento contendo levantamento das principais dificuldades, potencialidades e necessidades de no mínimo 6 comunidades em que há defensores dos direitos humanos incluídos no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos.				13/10/2013	11.000,00
Produto 6 – Elaborar um plano de ação estratégico do PPDDH para contribuir na execução da Política Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, tendo como subsídios os produtos acima descritos.				17/11/2013	18.000,00
Produto 7 – Documento contendo instrumento de monitoramento/acompanhamento das ações executadas pelo Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos, com base no produto acima.				12/12/2013	7.500,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fernanda Calderaro da Silva				CPF: 278.889.968-84	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 22246896835					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de escopo do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

18/10/2012	15/05/2013	45.500,00	25.500,00	34.000,00	45.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto I: Roteiro de entrevista e indicação de atores a serem entrevistados dentre especialistas em Direitos Humanos, incluindo ex-Ministros, conselheiros e outros atores da sociedade civil.			17/11/2012	11.500,00	
Produto II: Relatório analítico das entrevistas e áudio com a íntegra de cada entrevista.			15/12/2012	8.500,00	
Produto III: Mapeamento dos arranjos institucionais e modelo de gestão envolvidos no programa Centros de Referência em DH, da Secretaria de Direitos Humanos.			12/01/2013	8.500,00	
Produto IV: Mapeamento dos arranjos institucionais e modelo de gestão envolvidos no programa de proteção aos defensores de direitos humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.			25/03/2013	8.500,00	
Produto V: Mapeamento dos arranjos institucionais e modelo de gestão envolvidos no programa Combate à Tortura, da Secretaria de Direitos Humanos			15/04/2013	8.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: FERNANDA RIBEIRO ROSA				CPF: 222.468.968-35	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 68242247900					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR em ações de mobilização nacional de redes e iniciativas de participação cidadã de crianças e adolescentes com enfoque na educação em direitos humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/07/2012	20/02/2014	92.000,00	37.000,00	54.000,00	63.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Matriz de referência sobre os principais marcos normativos e institucionais, nacionais e internacionais, relacionados à promoção e ao direito à participação cidadã de crianças e adolescentes, constituída e disponibilizada como base de dados sistemática no portal eletrônico do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.				13/08/2012	9.000,00
Produto 02: Relatório de diagnóstico da atuação das universidades representadas na rede do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, contendo propostas metodológicas de animação e gestão de redes com foco na disseminação de boas práticas e projetos inovadores em direitos da criança e do adolescente por meio do portal eletrônico do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.				21/09/2012	12.000,00

Produto 03: Relatório de diagnóstico da situação dos Núcleos de Participação Cidadã dos Adolescentes/Observatórios de Adolescentes instalados no Brasil, identificados na rede do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, contendo análise de cenário e considerações acerca das oportunidades de aprimoramento do projeto.	21/09/2012	12.000,00
Produto 04: Documento técnico com proposta metodológica de fomento, articulação e gestão de redes de participação cidadã de adolescentes para promoção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Educação em Direitos Humanos, via portal eletrônico do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e apoio a gestores implicados em projetos nesse segmento.	08/11/2012	14.000,00
Produto 05: Relatório de sistematização de experiência de mobilização de adolescentes em atividades programadas no marco das Caravanas de Direitos Humanos promovidas pela SDH/PR nos estados do Mato Grosso, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.	24/12/2012	8.000,00
Produto 06: Documento técnico de referência contendo orientações para construção de interfaces de cooperação internacional às ações do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em especial no marco da cooperação sul-sul, acompanhado de diretório de organizações governamentais, internacionais e da sociedade civil mapeadas para participação nas plataformas de ação conjunta.	16/02/2013	16.000,00
Produto 07: Relatório de 03 (três) reuniões de articulação intersetorial com gestores de direitos da criança e do adolescente e de projetos de educação em direitos humanos, para mapeamento e intercâmbio de experiências de participação cidadã dos adolescentes em ações relacionadas a educação em direitos humanos, promoção da igualdade de gênero ou enfrentamento da violência.	16/02/2013	8.500,00
Produto 08: Relatório de 05 (cinco) oficinas de formação de adolescentes multiplicadores em metodologias de promoção da participação cidadã, envolvendo gestores de direitos da infância e adolescência, com formato e conteúdo contextualizado nas diretrizes da educação em direitos humanos, a serem realizadas em uma UF de cada região brasileira.	05/05/2013	12.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: GILBERT SCHARNIK	CPF: 682.422.479-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato sofreu alterações quanto ao cronograma de sua execução, acarretando atrasos na entrega dos produtos. Foi elaborado um aditivo para garantir a execução do contrato em sua totalidade.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 27779989810					
Objetivo da Consultoria: Levantamento, sistematização e avaliação dos macros processos envolvidos no Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos e na sua interação com os demais Programas Estaduais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/02/2013	28/11/2013	54.000,00	54.000,00	54.000,00	54.000,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Documento técnico contendo diagnóstico das demandas no âmbito do Sistema de Justiça relativas aos defensores de direitos humanos incluídos no Programa de Proteção das regiões norte e nordeste. O documento deve conter relação detalhada de todos os processos e procedimentos em andamento e/ou concluídos	23/04/2013	14.000,00
Produto 2 - Documento técnico contendo diagnóstico das demandas no âmbito do Sistema de Justiça relativas aos defensores de direitos humanos incluídos no Programa de Proteção das regiões sul, sudeste e centro-oeste. O documento deve conter relação detalhada de todos os processos e procedimentos em andamento e/ou concluídos.	07/07/2013	13.000,00
Produto 3 - Elaborar instrumento de monitoramento/acompanhamento dos processos e procedimentos existentes, contendo orientação de monitoramento/acompanhamento, levando em consideração as especificidades de cada caso e a temática de atuação.	06/08/2013	12.000,00
Produto 4 - Documento técnico contendo análise e propostas de ação do Programa sobre a posição do Sistema de Justiça (entendido como Poder Judiciário, Ministério Público, Delegacias de Polícia e Defensoria Pública) quanto às demandas relacionadas aos defensores protegidos pelo programa, sejam elas relacionadas às violações e ameaças ou relacionadas à temática de atuação.	05/10/2013	15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Guilherme Eidt Gonçalves de Almeida		CPF: 277.799.898-10
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 28630545895					
Objetivo da Consultoria: Revisar a primeira edição do livro “CDDPH Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, uma história de resistência e luta pelos direitos humanos no Brasil” que conta a história do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, e propor alterações para nova edição, mostrando a importância do Conselho para a formação da consciência sobre Direitos Humanos da sociedade brasileira, de forma a assegurar o registro fidedigno e coerente de sua história, preservando a memória dos fatos em um produto editorial acessível.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/02/2013	30/08/2013	60.000,00	60.000,00	60.000,00	60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Revisão de 6 (seis) capítulos: Introdução; Como nasceu o CDDPH; O difícil momento inicial; Impacto do AI-5; Anos de chumbo; Resistindo à impotência.			28/03/2013	15.000,00	
Produto 2: Revisão de 5 (cinco) capítulos: Lento retorno à democracia; A caminho da Constituição; O CDDPH no país redemocratizado; A conquista do reconhecimento;			08/05/2013	10.000,00	

Violência contra os povos indígenas.		
Produto 3: Revisão de 5 (cinco) capítulos: Grupos de Extermínio; Sistema Prisional; Conflitos Fundiários; Violência e poder público e Violência contra crianças e adolescentes.	28/05/2013	10.000,00
Produto 4: Revisão de 5 (cinco) capítulos: Defensores dos Direitos Humanos, Crime e política; Criminalização de movimentos sociais; Combate ao trabalho escravo e à tortura e Prestando contas ao futuro.	18/06/2013	10.000,00
Produto 5: Elaboração de novos capítulos e entrevistas.	21/08/2013	15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: HELOIZA DE ALMEIDA PRADO BOTELHO EGAS		CPF: 286.305.458-95
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 82722056020					
Objetivo da Consultoria: Contratação de Profissional com nível superior e pós-graduação, na área de Ciências Sociais Aplicadas e/ou Ciências Humanas. Experiência em tecnologias de coleta, tratamento e armazenamento de dados e informações. Experiência com conselhos gestores de políticas públicas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/08/2012	05/08/2013	84.000,00	58.000,00	58.000,00	84.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Instrumental de coleta de dados sobre os Conselhos Deliberativos.				09/09/2012	14.000,00
Produto 2: Documento contendo a metodologia de aplicação do instrumental de coleta de dados.				08/11/2012	12.000,00
Produto 3: Documento contendo análise dos dados coletados sobre os Conselhos Deliberativos				07/01/2013	11.000,00
Produto 4: Documento contendo proposta metodológica de capacitação dos conselheiros dos Conselhos Deliberativos e proposta de calendário de execução da ação de capacitação				08/03/2013	14.000,00
Produto 5: Documento prévio contendo relatoria das ações de capacitações dos conselheiros dos dezenove CONDELS				07/05/2013	10.000,00
Produto 6: Relatório final de avaliação sobre as ações de capacitação dos CONDELS				06/07/2013	11.000,00
Produto 7: Documento contendo a sistematização da ação de capacitação dos CONDELS				05/08/2013	12.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: JAMES BATISTA VIEIRA				CPF: 827.220.560-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 36873580899					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de escopo do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas de Direitos Humanos para a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/09/2012	0306/2013	46.000,00	13.000,00	29.000,00	46.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto I: Relatório síntese relacionando experiências nacionais relevantes na capacitação em Direitos Humanos, sobretudo aquelas voltadas à gestão de políticas e programas.				04/10/2012	9.000,00
Produto II: Relatório síntese relacionando experiências estrangeiras e internacionais relevantes na capacitação em Direitos Humanos, sobretudo aquelas voltadas à gestão de políticas e programas.				01/11/2012	8.000,00
Produto III: Relatório descritivo de casos de sucesso nacionais na gestão de políticas e programas de direitos humanos.				29/11/2012	8.000,00
Produto IV: Relatório descritivo de casos de sucesso estrangeiros e internacionais na gestão de políticas e programas de direitos humanos				31/12/2012	8.000,00
Produto V: Relatório global analítico das experiências nacionais, internacionais e estrangeiras relevantes na capacitação em Direitos Humanos e dos casos de sucesso nacionais, estrangeiros e internacionais na gestão de políticas e programas de direitos humanos.				03/03/2013	13.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: JOARA MARCHEZINI				CPF: 368.735.808-99	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 175.767.438-16					
Objetivo da Consultoria: Adaptar e atualizar o manual “Monitoramento de Locais de Detenção”, bem como, acrescentar informações sobre a criação do Mecanismo Nacional Preventivo e sobre os esforços do Governo Federal em construir um relatório de inspeção unificado, além de preparar material para capacitações.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/04/2013	15/12/2013	48.000,00	48.000,00	20.000,00	20.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Capítulo sobre os procedimentos de inspeção carcerária no Brasil, (como eram até 2012) e qual é a proposta para as próximas inspeções – a partir do relatório unificado de inspeções.	05/05/2013	11.000,00
Produto 2: Capítulo sobre o projeto de mecanismo nacional no Brasil: como ele se insere na política de prevenção e de combate à tortura e como ele se insere no contexto internacional, na perspectiva da ONU e de outros países.	04/06/2013	9.000,00
Produto 3: Introdução, ressaltando os novos instrumentos internacionais sobre privação de liberdade, Incluir na introdução referência à proposta de mecanismo de prevenção nacional e proposta de relatório de inspeções unificado. Revisão dos instrumentos indicados como anexo no livro, bem inclusão do Plano de Ações Integradas de Prevenção e Combate à Tortura;	24/06/2013	5.000,00
Produto 4: Material multimídia com a versão final do livro, os vídeos legendados em português e uma lista dos principais instrumentos nacionais e internacionais sobre a temática. Versão digital de todos os decretos estaduais que criam comitês estaduais e mecanismos estaduais de prevenção e combate à tortura.	14/07/2013	13.000,00
Produto 5: Proposta de curso para as capacitações a serem realizadas para aplicação do manual.	13/08/2013	10.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: JOSÉ DE JESUS FILHO		CPF: 17576743816
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato sofreu alterações quanto ao cronograma de sua execução, acarretando atrasos na entrega dos produtos (3, 4 e 5). Foi elaborado um aditivo para garantir a execução do contrato em sua totalidade.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 09723056372					
Objetivo da Consultoria: Elaborar proposta de publicação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, contendo histórico do processo de construção e relação com o PNEDH3. Elaboração de proposta de divulgação, apresentação e implantação das Diretrizes.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/02/2013	08/12/2013	75.000,00	75.000,00	75.000,00	75.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Documento técnico contendo a estrutura de organização metodológica da proposta de publicação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, com proposta dos itens e subitens e síntese dos conteúdos correspondentes para discussão e validação pela equipe da CGEDH/SDH/PR.				03/03/2013	9.000,00
Produto 2 – Documento técnico contendo o histórico de construção das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos.				02/05/2013	12.500,00
Produto 3 – Documento técnico analítico relacionando as				16/06/2013	13.500,00

Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos com o PNEDH		
Produto 4 – Documento técnico constituindo a proposta final de publicação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, com a incorporação de todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático	21/07/2013	14.000,00
Produto 5 – Documento técnico contendo proposta de apresentação, divulgação e implantação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos nos estados	09/09/2013	11.000,00
Produto 6 – Documento técnico contendo sistematização das reuniões técnicas e encontros de trabalho para apresentação e divulgação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos nos estados indicados pela CGEDH.	08/12/2013	15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: JOSÉ PEREIRA DE SOUSA		CPF: 097.230.563-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 16663998846					
Objetivo da Consultoria: Desenvolver metodologia e análise dos projetos apresentados no Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos. O prêmio tem como objetivo contribuir para a formação de uma cultura que defenda valores, atitudes e práticas sociais que respeitem os direitos dos cidadãos em todos os espaços da sociedade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
27/09/2012	15/02/2013	14.000,00	5.500,00	9.500,00	14.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1: Documento com critérios de seleção e estrutura dos relatórios individuais(ficha técnica, resumo, pontos fortes e fracos, avaliação geral) das categorias 1 – Secretarias de Educação na construção da Educação em Direitos Humanos e 2 – A Educação em Direitos Humanos na Escola.				22/10/2012	4.500,00
Produto 2: Relatório individual de cada trabalho inscrito nas categorias 1 e 2, que deverá conter informações que possibilitem avaliação do trabalho. Seleção de dez trabalhos por categoria, com o sumário executivo das ações desenvolvidas. R\$				11/11/2012	4.000,00
Produto 3: Relatório geral do processo de seleção, incluindo relatório do total de inscrições(inscritos por região, por categoria, por tema) e recomendações para melhorar o processo relativos a categoria 1 e 2.				15/01/2013	5.500,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: KÁTIA REGINA GONÇALVES MORI				CPF: 166.639.988-46	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 16663998846					
Objetivo da Consultoria: Análise, adaptação e produção da versão nacional do material sobre o tema educação em valores e esporte e elaboração de material adicional sobre temas específicos da realidade brasileira.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/05/2013	30/10/2013	56.000,00	56.000,00	56.000,00	56.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento contendo análise do material existente em espanhol com sugestões de modificações e acréscimo de temas.			14/06/2013	11.000,00	
Produto 2 - Construir proposta de material educativo para a realidade específica brasileira.			27/07/2013	15.000,00	
Produto 3 – Documento contendo a revisão e versão brasileira dos materiais educativos.			29/08/2013	20.000,00	
Produto 4 – Documento contendo sugestões de atividades educativas para a utilização do material.			22/09/2013	10.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: KÁTIA REGINA GONÇALVES MORI				CPF: 166.639.988-46	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 30967697883					
Objetivo da Consultoria: Mapeamento e sistematização do processo de implantação e implementação da Política Nacional e dos Comitês Municipais e Estaduais de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua; e das estratégias e dificuldades encontradas nas localidades para a integração entre organizações públicas e não-governamentais no desenvolvimento interativo de ações relacionadas à capacitação de profissionais das áreas de Direitos Humanos, visando à promoção da cidadania da população em situação de rua.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/05/2013	30/01/2014	68.000,00	68.000,00	43.000,00	43.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Documento técnico contendo mapeamento dos Comitês Municipais e Estaduais de Acompanhamento e			19/06/2013	14.000,00	

Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua e dificuldades de implantação e implementação dos Comitês e da Política Nacional.		
Produto 2 – Documento técnico orientador contendo propostas indicativas de estratégias que resultem no aprimoramento da efetivação da Implantação e Implementação dos Comitês Municipais e Estaduais de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua e da Política Nacional.	08/08/2013	15.500,00
Produto 3 – Documento técnico contendo proposta de capacitação sobre população em situação de rua para gestores públicos das pastas de Direitos Humanos nos estados e municípios prioritários de acordo com documento orientador para aprimoramento da efetivação da Implantação e Implementação dos Comitês locais e da Política Nacional.	07/10/2013	13.500,00
Produto 4 – Documento técnico contendo sistematização da metodologia de trabalho e processo de elaboração dos Guias de Serviços para a População em Situação de Rua nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Fortaleza e Maceió.	21/11/2013	12.000,00
Produto 5 – Documento técnico contendo proposta de metodologia para ampliação do trabalho de elaboração dos Guias de Serviços para a População em Situação de Rua nas cidades diagnosticadas no mapeamento das dificuldades de implantação e implementação dos Comitês locais e da Política Nacional.	01/12/2013	13.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Lara Regitz Montenegro		CPF: 309.676.978-83
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato sofreu alterações quanto ao cronograma de sua execução, acarretando atrasos na entrega dos produtos (4 e 5). Foi elaborado um aditivo para garantir a execução do contrato em sua totalidade.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 54084440078					
Objetivo da Consultoria: Mapear iniciativas de educação não-formal em Direitos Humanos a partir do desenvolvimento de coleta, tratamento e armazenamento de dados e informações, com vistas a aprimorar e modernizar o atual modelo de promoção dos Direitos Humanos e cidadania no Brasil, além de projetar estratégias e mecanismos de avaliação dos produtos existentes na área de educação não formal em Direitos Humanos, de forma a uniformizar a orientação político-pedagógica para o desenvolvimento dessas ações.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/03/2012	31/03/2013	30.000,00	00.000,00	20.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Catalogação e classificação das iniciativas de educação não-formal em Direitos Humanos, incluindo os objetivos propostos em cada uma delas, realizadas nas regiões Sul e Nordeste.				03/06/2012	10.000,00
Produto 2 – Relatório de análise qualitativa sobre o levantamento das iniciativas catalogadas e classificadas.				18/07/2012	9.000,00
Produto 3 – Proposta de orientação político-pedagógica para				01/09/2012	11.000,00

o desenvolvimento de ações voltadas à educação não-formal em Direitos Humanos, e de estratégias e mecanismos de avaliação dos produtos existentes nessa área.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: LISÂNIA DE GIACOMETTI	CPF: 540.844.400-78	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 80064442772					
Objetivo da Consultoria: Desenvolver estruturação de planos de ensino e de formação para a implementação de ações educativas em Direitos Humanos subsidiando com aspectos do planejamento estratégico e situacional, estruturação de projetos institucionais e também projetos pedagógicos, fontes para sua viabilização a fim de incidir na atuação sistemática em Educação em Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
27/09/2012	31/03/2014	114.000,00	100.000,00	31.000,00	37.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento técnico contendo especificações objetivos, justificativa, metodologia, estratégia de monitoramento, cronograma e produtos para identificar as concepções, ações, metodologias e materiais de formação de profissionais utilizados na Secretaria de Direitos Humanos, assim como definir a proposta de ação da consultoria ao longo de 12 meses.			22/10/2012	6.000,00	
Produto 2 – Documento técnico contendo a Matriz de Referência para a formação de educadores sociais e lideranças populares, subsídio para a atuação e monitoramento cidadão, no âmbito do Plano CracK			26/11/2012	8.000,00	
Produto 3 – Documento técnico contendo Proposta de Formação em Direitos Humanos segundo o referencial teórico-metodológico da SDH/PR, contemplando diferentes modalidades (curta duração – 40h e longa duração 120h) e diferentes públicos (profissionais e comunidades).			05/01/2013	8.000,00	
Produto 4 – Documento técnico contendo a Matriz de Referência, correspondente à proposta de Formação em Direitos Humanos.			09/02/2013	8.000,00	
Produto 5 – Documento Técnico contendo o conteúdo de (1), Cadernos de Formação, referentes a 1 temática a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos.			21/03/2013	8.000,00	
Produto 6 - Documento Técnico contendo o conteúdo de (2), Cadernos de Formação, referentes a 2 temáticas a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos			30/10/2013	14.000,00	
Produto 7 - Documento Técnico contendo o conteúdo de (2), Cadernos de Formação, referentes a 2 temáticas a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos.			29/11/2013	14.000,00	
Produto 8 - Documento Técnico contendo o conteúdo de			20/12/2013	14.000,00	

(2), Cadernos de Formação, referentes a 2 temáticas a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos.		
Produto 9 - Documento Técnico contendo o conteúdo de (2), Cadernos de Formação, referentes a 2 temáticas a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos.	31/01/2014	14.000,00
Produto 10 – Documento Técnico contendo o conteúdo de (2), Cadernos de Formação, referentes a 2 temáticas a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos.	28/02/2014	14.000,00
Produto 11 - Documento Técnico contendo o conteúdo de (1), Cadernos de Formação, referentes a 1 temática a serem contempladas pela Proposta de Formação em Direitos Humanos.	25/03/2014	7.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARCIA CRISTINA DE OLIVEIRA		CPF: 800.644.427-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato sofreu alterações quanto ao cronograma de sua execução, acarretando atrasos na entrega dos produtos (6, 7, 8, 9, 10 e 11). Foi elaborado um aditivo para garantir a execução do contrato em sua totalidade.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 68818920120					
Objetivo da Consultoria: Mapear iniciativas de educação não-formal em Direitos Humanos a partir do desenvolvimento de coleta, tratamento e armazenamento de dados e informações, com vistas a aprimorar e modernizar o atual modelo de promoção dos Direitos Humanos e cidadania no Brasil, além de projetar estratégias e mecanismos de avaliação dos produtos existentes na área de educação não formal em Direitos Humanos, de forma a uniformizar a orientação político-pedagógica para o desenvolvimento dessas ações.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/04/2012	31/03/2013	30.000,00	00.000,00	20.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Catalogação e classificação das iniciativas de educação não-formal em Direitos Humanos, incluindo os objetivos propostos em cada uma delas, realizadas nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sudeste.			17/07/2012	10.000,00	
Produto 2 – Relatório de análise qualitativa sobre o levantamento das iniciativas catalogadas e classificadas.			31/08/2012	9.000,00	
Produto 3 – Proposta de orientação político-pedagógica para o desenvolvimento de ações voltadas à educação não-formal em Direitos Humanos, e de estratégias e mecanismos de avaliação dos produtos existentes nessa área.			15/10/2012	11.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARIA ALEJANDRA SCHULMEYER				CPF: 688.189.201-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 07899319315					
Objetivo da Consultoria: Alinhamento conceitual, formal e de linguagem de texto para a publicação de caderno de Educação em Direitos Humanos centrado nas Diretrizes Nacionais de Educação em Diretos Humanos. A consultoria também fará a elaboração de proposta final do material para publicação a qual visa contribuir o fomento da cultura de educação em direitos humanos por todo o país e disseminação de orientações aos gestores, educadores e sistemas educacionais de ensino sobre as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/10/2013	28/01/2014	30.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento técnico contendo a estrutura de organização metodológica da proposta de publicação das Educação em Direitos Humanos : Diretrizes Nacionais, com proposta dos itens e subitens para discussão e validação pela equipe da CGEDH/SDH/PR.			11/11/2013	15.000,00	
Produto 2 – Documento técnico com a proposta final de publicação das “Educação em direitos Humanos: Diretrizes Nacionais”, com a incorporação de todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático, revisado e organizado para publicação.			05/01/2014	15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria de Lourdes Rocha Lima Nunes				CPF: 078.993.193-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato sofreu alterações quanto ao cronograma de sua execução, acarretando atrasos na entrega do produto 1. Foi elaborado um aditivo para garantir a execução do contrato em sua totalidade.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 29857119832					
Objetivo da Consultoria: Realizar levantamento da rede de serviços disponibilizados por prefeituras municipais e estados no entorno do principal ponto de concentração de pessoas em situação de rua, para realizar articulação entre estes equipamentos, colher subsídios para a feitura de uma cartilha de serviços disponíveis e propor um formato de seminário sobre a Política Nacional da População em Situação de Rua com os servidores dos equipamentos identificados. A produção das cartilhas – que serão feitas para cada uma das capitais, referenciadas apenas por um ponto de concentração de pessoas em situação de rua, a partir de coleta e tratamento de dados e produção de conteúdo e respectiva apresentação gráfica (cartilha) em formato acessível (.doc, .txt e PDF).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/03/2013	20/12/2013	45.000,00	45.000,00	45.000,00	45.000,00

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento técnico contendo o mapeamento dos serviços prestados por equipamentos da administração pública das cidades indicadas; Relatório descritivo sobre como se dá a articulação de serviços de atendimento de pessoas em situação de rua e Elaborar relatório descritivo com o levantamento das redes de atenção aos moradores de rua usuários de álcool e drogas.	24/04/2013	13.000,00
Produto 2 – Documento técnico contendo questionário para compor levantamento da percepção dos usuários e servidores sobre os serviços disponíveis nas localidades.	24/05/2013	12.000,00
Produto 3 – Documento técnico contendo proposta para Guia de Cidadania da População de Rua, apresentado em formato didático e pronto para impressão.	13/07/2013	11.000,00
Produto 4: Documento técnico contendo proposta de capacitação em formato de seminário entre servidores e usuários dos serviços e elaboração de relatório final.	17/08/2013	9.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARINA MORETO		CPF: 298.571.198-32
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 26680343704					
Objetivo da Consultoria: Colaborar na implementação do Projeto “Atualização de Processos Políticos e Institucionais para a Implantação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos”, através da ação de capacitação dos Profissionais integrantes das Equipes Técnicas dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/04/2013	24/03/2014	84.000,00	44.000,00	30.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento contendo proposta metodológica de capacitação dos profissionais das Equipes Técnicas dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas(Técnicos em fase de experiência), conforme especificado no item 1.			03/06/2013	14.000,00	
Produto 2 – Documento contendo relatório (descritivo e avaliativo) de cada ação de capacitação dos profissionais das Equipes Técnicas dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.			13/02/2014	14.000,00	
Produto 3 – Documento contendo proposta metodológica de capacitação dos profissionais das Equipes Técnicas dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas(Técnicos com experiência), conforme especificado no item 1.E cronograma de realização da ação.			01/09/2013	14.000,00	

Produto 4: Material didático básico, introdutório das temáticas da atividade de capacitação com indicação de leituras para subsidiar os profissionais das equipes técnicas dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (técnicos com e sem experiência)	11/10/2013	16.000,00
Produto 5: Documento contendo a sistematização das ações de capacitação profissional das Equipes Técnicas dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, para publicação.	28/02/2014	14.000,00
Produto 6: Material didático básico para capacitação continuada dos profissionais das Equipes Técnicas dos Programas de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Técnicos com experiência), conforme especificado no item 1, resultado da construção coletiva realizada durante o processo de capacitação, para publicação.	24/03/2014	16.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: NADIR ESPERANÇA AZIBEIRO		CPF: 266.803.437-04
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato sofreu alterações quanto ao cronograma de sua execução, acarretando atrasos na entrega dos produtos (1, 2, 5 e 6). Foi elaborado um aditivo para garantir a execução do contrato em sua totalidade.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 80504485334					
Objetivo da Consultoria: mapeamento, sistematização e avaliação dos processos de implantação e implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em DH e elaboração de proposta de aprimoramento dos processos de trabalho da CGEDH em relação ao PNEDH.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/02/2013	28/01/2014	75.000,00	75.000,00	64.000,00	64.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Documento técnico contendo a sistematização de informações processos sobre execução de projetos de cooperação.			17/03/2013	10.000,00	
Produto 2 – Documento técnico contendo plano de trabalho com linhas conceituais e metodológicas voltadas para o levantamento, mapeamento e análise das produções identificadas no Produto 1, bem como para a identificação das linhas temáticas de atuação no PNEDH e PNDH3.			11/05/2013	12.000,00	
Produto 3 – Documento técnico consolidando os conteúdos discutidos com a equipe da CGEDH, sobre os processos de trabalho sugeridos, os primeiros resultados apresentados e propostas de aprimoramento para melhoria dos trabalhos discutidos.			10/07/2013	14.000,00	
Produto 4 – Documento com proposta de orientação às coordenações da SNPDDH para aperfeiçoamento dos trabalhos e alcance dos resultados esperados			29/08/2013	13.000,00	
Produto 5 – Documento técnico contendo identificação e sistematização das boas práticas relacionadas ao PNEDH, PNDH3.			18/10/2014	11.000,00	

Produto 6 – Documento técnico contendo avaliação de todo o trabalho até o momento e proposta de melhor aproveitamento no cotidiano da CGEDH.	02/12/2014	15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: NÚBIA ROCHA VIEIRA	CPF: 805.044.853-34	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos. O produto 05 foi pago em 2014.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 70685398153					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de proposta de metodologia para capacitação da Rede do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselheiros Tutelares.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/06/2013	14/03/2014	72.000,00	72.000,00	42.000,00	42.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento técnico contendo metodologia de capacitação da Rede do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselheiros Tutelares, contendo caderno metodológico e proposta de agenda.			31/07/2013	16.000,00	
Produto 02: Relatório técnico com conteúdo, programação e relato de aplicação de 02 oficinas de capacitação regionais da Rede do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselheiros Tutelares, das regiões Sul e Centro Oeste.			10/08/2013	15.000,00	
Produto 03: Relatório técnico com conteúdo, programação e relato de aplicação de 02 oficinas de capacitação regionais da Rede do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselheiros Tutelares, das regiões Norte e Nordeste.			24/09/2013	15.000,00	
Produto 04: Relatório técnico com conteúdo, programação e relato de aplicação de 01 oficina de capacitação Nacional da Rede do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselheiros Tutelares.			24/10/2014	13.000,00	
Produto 05: Relatório técnico com conteúdo, programação e relato de aplicação de 01 oficina de capacitação da Rede do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselheiros Tutelares, da Região Sudeste.			28/11/2013	13.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Rodrigo José Manente				CPF: 706.853.981-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato sofreu alterações quanto ao cronograma de sua execução, acarretando atrasos na entrega dos produtos (2 e 3). Foi elaborado um aditivo para garantir a execução do contrato em sua totalidade.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	

Título do Projeto				Código	
Atualização de Processos Políticos e Institucionais Para Implementação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos				BRA 08/006	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 27509588812					
Objetivo da Consultoria: Levantamento da rede de serviços disponibilizados por prefeituras municipais e estados no entorno do principal ponto de concentração de pessoas em situação de rua, para realizar articulação entre estes equipamentos, colher subsídios para a feitura de uma cartilha de serviços disponíveis e propor um formato de seminário sobre a Política Nacional da População em Situação de Rua com os servidores dos equipamentos identificados. A produção das cartilhas – que serão feitas para cada uma das capitais, referenciadas apenas por um ponto de concentração de pessoas em situação de rua, a partir de coleta e tratamento de dados e produção de conteúdo e respectiva apresentação gráfica (cartilha) em formato acessível (.doc, .txt e PDF).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/03/2013	20/03/2014	45.000,00	45.000,00	13.000,00	13.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento técnico contendo o mapeamento dos serviços prestados por equipamentos da administração pública das cidades indicadas; Relatório descritivo sobre como se dá a articulação de serviços de atendimento de pessoas em situação de rua e Elaborar relatório descritivo com o levantamento das redes de atenção aos moradores de rua usuários de álcool e drogas			24/04/2013	13.000,00	
Produto 02: Documento técnico contendo questionário para compor levantamento da percepção dos usuários e servidores sobre os serviços disponíveis nas localidades.			24/05/2013	12.000,00	
Produto 03: Documento técnico contendo proposta para Guia de Cidadania da População de Rua, apresentado em formato didático e pronto para impressão.			13/07/2013	11.000,00	
Produto 04: Documento técnico contendo proposta de capacitação em formato de seminário entre servidores e usuários dos serviços e elaboração de relatório final.			17/08/2013	9.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Rosimeire Barboza da Silva				CPF: 275.095.888-12	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato sofreu alterações quanto ao cronograma de sua execução, acarretando atrasos na entrega dos produtos (2 e 3). Foi elaborado um aditivo para garantir a execução do contrato em sua totalidade.					

BRA-08/001

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil	BRA 08/001
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 59394137068	
Objetivo da Consultoria: Elaboração de trabalhos artísticos para produção da “Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência” com texto em Literatura de Cordel, acompanhado de 02 (dois) CDs gravados, sendo 1 (um) CD cantado e 1 (um) CD com o conteúdo do material impresso (Convenção em Cordel) nos formatos .doc, opendoc, pdf texto e txt..	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/11/2011	25/02/2013	121.425,00	6.425,00	31.425,00	121.425,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento contendo os desenhos do projeto museográfico da exposição com suas devidas especificações técnicas.				21/11/2011	40.000,00
Produto 2 – Projeto elétrico para iluminação do espaço museográfico.				11/12/2011	15.000,00
Produto 3 – Maquete eletrônica da exposição.				21/12/2011	35.000,00
Produto 4 – Avaliação dos espaços que receberam a montagem da exposição, considerando os condicionantes físicos, espaciais, técnicos e de segurança.				31/12/2011	10.000,00
Produto 5 – Anotação de responsabilidade técnica – ART – projeto arquitetônico da museografia.				29/02/2012	5.000,00
Produto 6 – Anotação de responsabilidade técnica – ART – de análise arquitetônica da quinta, sexta, sétima e oitava montagem da exposição.				07/08/2012	5.000,00
Produto 7 – Relatório de supervisão e avaliação dos elementos arquitetônicos da quinta, sexta, sétima e oitava montagens.				16/09/2012	5.000,00
Produto 8 – Relatório Final de supervisão e avaliação dos elementos arquitetônicos da museografia.				23/02/2013	6.425,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LUCIANO DE TOPIN RIBEIRO				CPF: 593.941.370-68	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BRA 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 59394137068					
Objetivo da Consultoria: Análise e proposição de ajustes ao projeto arquitetônico da exposição “PARA TODOS – História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência”, considerando necessidade de estrutura expositiva resistente a montagens e desmontagens, e para realizar desenhos de adequação da cenografia nos locais definidos, a partir de necessidades identificadas nas edições anteriores.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/06/2013	20/06/2014	35.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Projeto do módulo expositivo reformulado com base nos relatórios produzidos pela SDH/PR relativos à edição 2012				03/08/2013	25.000,00
Produto 2 – Avaliação final de desempenho do módulo expositivo produzido para a edição 2013 da mostra PARA TODOS				19/06/2014	10.000,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: LUCIANO DE TOPIN RIBEIRO	CPF: 593.941.370-68
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato esta sendo executado no prazo estabelecido.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BRA 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 43503160000					
Objetivo da Consultoria: Trabalhar como coordenador da equipe de monitoria nas exposições sobre a “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência”. A exposição sobre a “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência” é fruto da publicação produzida no segundo semestre de 2010 e teve um primeiro itinerário realizado ao longo do ano de 2012. A finalidade desta contratação é permitir a realização de visitas guiadas do público à exposição, favorecendo, assim, a apreensão das informações apresentadas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/08/2013	14/04/2014	55.000,00	33.000,00	33.000,00	33.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 – Documento técnico contendo metodologia de trabalho para apresentação do conteúdo da exposição ao público, considerando os tipos de deficiência			11/09/2013	12.000,00	
Produto 2 - Manual de Formação e Orientação dos Monitores Voluntários da Exposição			11/10/2014	11.000,00	
Produto 3 – Documento técnico contendo análise do feedback do público à apresentação do conteúdo na primeira e na segunda exposições realizadas			10/11/2013	4.500,00	
Produto 4 – Documento técnico contendo análise do feedback do público à apresentação do conteúdo na terceira e na quarta exposições realizadas			10/12/2013	4.500,00	
Produto 5 - Documento técnico contendo relatório intermediário sobre o trabalho de coordenação das equipes de monitoria contendo avaliação do processo e proposta de eventuais ajustes			09/01/2014	13.000,00	
Produto 6 – Documento técnico contendo análise do feedback do público à apresentação do conteúdo na quinta e na sexta exposições realizadas			10/03/2014	4.500,00	
Produto 7 – Documento técnico contendo análise do trabalho de monitoria realizado ao longo do itinerário das exposições e propostas de ajustes para melhor divulgação do conteúdo junto ao público.			09/04/2014	4.500,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Marco Antonio Prola Salinas				CPF: 435.031.600-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato esta sendo executado no prazo estabelecido.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização dos Estados Ibero Americanos	OEI
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BRA 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 44765401987					
Objetivo da Consultoria: Realização da exposição “História do Movimento das Pessoas com Deficiência”, com total acessibilidade, onde o espaço, conteúdo, ação educativa e informação estejam ao alcance de todos os indivíduos. A exposição sobre a “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência” é fruto da publicação produzida no segundo semestre de 2010. O objetivo da exposição é dar continuidade ao trabalho desenvolvido, promover visibilidade à recuperação da história e conscientizar o público dos direitos das pessoas com deficiência e o respeito pela equiparação de oportunidades.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/10/2011	20/02/2013	155.000,00	2.500,00	7.500,00	155.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Levantamento das necessidades de recursos de acessibilidade na área de comunicação para o ambiente da exposição				04/12/2011	40.000,00
Produto 2 – Projeto de comunicação visual da exposição com recursos de acessibilidade				28/01/2012	60.000,00
Produto 3 – Pesquisa e tratamento de imagens para utilização na exposição				08/03/2012	20.000,00
Produto 4 – Projeto gráfico e diagramação do catálogo e peças da exposição com recursos de acessibilidade				07/05/2012	25.000,00
Produto 5 – Elaboração de materiais específicos para alimentação de site da SDH/PR sobre a primeira e a segunda exposições realizadas				26/07/2012	2.500,00
Produto 6 – Elaboração de materiais específicos para alimentação de site da SDH/PR sobre a terceira e a quarta exposições realizadas				24/09/2012	2.500,00
Produto 7 – Elaboração de materiais específicos para alimentação de site da SDH/PR sobre a quinta e a sexta exposições realizadas				23/11/2012	2.500,00
Produto 8 – Elaboração de materiais específicos para alimentação de site da SDH/PR sobre a sétima e a oitava exposições realizadas				22/01/2013	2.500,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARIA JOSÉ HESSEINE COELHO				CPF: 447.654.019-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BRA 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 44765401987					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de projetos gráficos, pesquisa e estudo, a fim de conferir acessibilidade no meio físico, de comunicação, produtos e serviços nas exposições sobre a “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência” e garantir que os novos conteúdos trabalhados sejam ampliados e revistos, a fim de melhorar a apreensão por parte do público e viabilizar o acesso às informações.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no	Total Previsto no	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

		Contrato	Exercício		
24/06/2013	24/08/2014	172.325,00	99.225,00	119.225,00	119.225,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1–Proposta de projeto gráfico da exposição com levantamento dos recursos de acessibilidade na área de comunicação, com base nos documentos apresentados pela SDH/PR referentes ao primeiro itinerário da mostra PARA TODOS (edição 2012)			23/08/2013	53.250,00	
Produto 2–Adequação do projeto gráfico e diagramação do catálogo e peças gráficas com levantamento dos recursos de acessibilidade, com base nos documentos apresentados pela SDH/PR referentes ao primeiro itinerário da mostra PARA TODOS (edição 2012)			02/10/2013	35.975,00	
Produto 3–Relatório técnico contendo registro e avaliação quanto à acessibilidade da primeira exposição realizada			11/11/2013	10.000,00	
Produto 4 – Relatório técnico contendo registro e avaliação quanto à acessibilidade da segunda exposição realizada			10/01/2014	10.000,00	
Produto 5 – Relatório técnico contendo registro e avaliação quanto à acessibilidade da terceira exposição realizada			19/02/2014	10.000,00	
Produto 6 – Relatório técnico contendo registro e avaliação quanto à acessibilidade da quarta exposição realizada			31/03/2014	10.000,00	
Produto 7 – Relatório técnico contendo registro e avaliação quanto à acessibilidade da quinta exposição realizada			10/05/2014	10.000,00	
Produto 8 – Relatório técnico contendo registro e avaliação quanto à acessibilidade da sexta exposição realizada			19/06/2014	10.000,00	
Produto 9 – Relatório técnico contendo registro e avaliação consolidados quanto à acessibilidade das exposições no itinerário 2013 e proposta de melhorias			18/08/2014	23.100,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARIA JOSÉ HESSEINE COELHO				CPF: 447.654.019-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato esta sendo executado no prazo estabelecido.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BRA 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 96744146068					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissional especializado em Arquitetura e Urbanismo para a realização da exposição “História do Movimento das Pessoas com Deficiência”, com total acessibilidade, onde o espaço, conteúdo, ação educativa e informação estejam ao alcance de todos os indivíduos. A exposição sobre a “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência” é fruto da publicação produzida no segundo semestre de 2010. O objetivo da exposição é dar continuidade ao trabalho desenvolvido, promover visibilidade à recuperação da história e conscientizar o público dos direitos das pessoas com deficiência e o respeito pela equiparação de oportunidades.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/11/2011	22/05/2014	185.000,00	5.000,00	20.000,00	170.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Documento contendo o conceito arquitetônico da exposição	21/11/2011	70.000,00
Produto 2 – Projeto expográfico da exposição definindo o espaço onde ela será realizada, com painéis, bases e outros tipos de suportes para apresentação de materiais	11/12/2011	60.000,00
Produto 3 – Memorial descritivo do espaço a ser utilizado pela exposição com especificações de materiais a serem utilizados	21/12/2011	20.000,00
Produto 4 – Maquete física da exposição	31/12/2011	15.000,00
Produto 5 – Anotação de responsabilidade técnica – ART – de análise arquitetônica da primeira e da segunda exposições, com vistas à realização de eventuais ajustes	29/02/2012	5.000,00
Produto 6 – Anotação de responsabilidade técnica – ART – de análise arquitetônica da terceira e da quarta exposições, com vistas à realização de eventuais ajustes	31/03/2012	5.000,00
Produto 7 – Anotação de responsabilidade técnica – ART – de análise arquitetônica da quinta e da sexta exposições, com vistas à realização de eventuais ajustes	16/09/2012	5.000,00
Produto 8 – Anotação de responsabilidade técnica – ART – final com avaliação das oito exposições	23/02/2013	5.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: TIAGO BALEM		CPF: 967.441.460-68
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato sofreu alterações quanto ao cronograma de sua execução, acarretando atrasos na entrega dos produtos (6, 7 e 8). Foi elaborado um aditivo para garantir a execução do contrato em sua totalidade.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BRA 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 07751957824					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissional especializado em Comunicação Social para realização da exposição sobre o tema: “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência”. Ressalte-se que a exposição deve contar com recursos de acessibilidade para o espaço, o conteúdo, a ação educativa e a informação a serem disponibilizados. A exposição sobre a “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência” é fruto da publicação produzida no segundo semestre de 2010. O objetivo da exposição é dar continuidade ao trabalho desenvolvido, promover visibilidade à recuperação da história e conscientizar o público sobre os direitos das pessoas com deficiência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/10/2011	20/02/2013	173.000,00	7.500,00	22.500,00	173.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Projeto de exposição sobre a “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil”, com a definição do conceito, projeção de abordagens e enfoques relativos à deficiência				04/12/2011	50.000,00
Produto 2 – Documento técnico contendo resultado de pesquisa e levantamento do conteúdo de apoio para desenvolvimento e elaboração das abordagens realizadas nas exposições				18/01/2012	30.000,00
Produto 3 – Coleção de textos a serem trabalhados na				08/03/2012	25.000,00

exposição sobre a história do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil		
Produto 4 – Projeto de comunicação para divulgar a exposição	17/04/2012	10.000,00
Produto 5 – Documento técnico contendo concepção, conteúdo e programação de oficina e capacitação dos monitores que acompanharão as exposições	06/06/2012	20.500,00
Produto 6 - Relatório de avaliação da primeira e da segunda exposições realizadas, com vistas a identificar necessidade de ajustes e apresentar informações específicas relativas ao local onde a exposição foi montada	16/07/2012	7.500,00
Produto 7 - Relatório de avaliação da terceira e quarta exposições realizadas, com vistas a identificar necessidade de ajustes e apresentar informações específicas relativas ao local onde a exposição foi montada	04/09/2012	7.500,00
Produto 8 - Relatório de avaliação da quinta e sexta exposições realizadas, com vistas a identificar necessidade de ajustes e apresentar informações específicas relativas ao local onde a exposição foi montada	24/10/2012	7.500,00
Produto 9 - Relatório de avaliação da sétima e oitava exposições realizadas, com vistas a apresentar informações específicas relativas ao local onde a exposição foi montada	03/12/2012	7.500,00
Produto 10 – Relatório de mídia, com levantamento de inserções e repercussões durante o período	22/01/2013	7.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: VERA REGINA ROTTA		CPF: 077.519.578-24
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato finalizado, todos os produtos foram pagos.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização dos Estados Ibero Americanos				OEI	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Fortalecimento da Organização do Movimento Social das Pessoas com Deficiência no Brasil				BRA 08/001	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 07751957824					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissional especializado em Comunicação Social para atualização, adaptação, ajuste de conteúdo e acompanhamento das exposições sobre a “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência”. A exposição sobre a “História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência” é fruto da publicação produzida no segundo semestre de 2010 e teve um primeiro itinerário realizado ao longo do ano de 2012. A finalidade desta contratação é permitir, a partir da análise dos documentos recebidos pela SNPD relativos às exposições realizadas em 2012, a atualização, o ajuste e a adaptação dos conteúdos trabalhados, a fim de melhorar a apreensão por parte do público e ampliar o acesso às informações.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/06/2013	24/08/2014	170.700,00	58.150,00	133.150,00	133.150,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 – Relatório técnico de análise do plano de comunicação utilizado nas edições da Exposição PARA TODOS – itinerário 2012, com foco no alcance e repercussão da mostra				23/08/2013	25.000,00
Produto 2 – Relatório técnico contendo proposta de plano de comunicação das exposições previstas para o período 2013/2014 e levantamento de veículos de comunicação e divulgação nos locais de realização da mostra, considerando				12/09/2013	30.000,00

as observações apresentadas para o itinerário anterior		
Produto 3 – Relatório técnico contendo proposta de ações de articulação e divulgação da Exposição PARA TODOS junto a entidades ligadas à temática da pessoa com deficiência nos locais de realização da mostra	02/10/2013	33.150,00
Produto 4 – Relatório técnico avaliativo sobre as iniciativas de comunicação em relação ao alcance, visibilidade e divulgação da primeira exposição realizada	09/02/2014	10.000,00
Produto 5 – Relatório técnico avaliativo sobre as iniciativas de comunicação em relação ao alcance, visibilidade e divulgação da segunda exposição realizada	11/03/2014	10.000,00
Produto 6 – Relatório técnico avaliativo sobre as iniciativas de comunicação em relação ao alcance, visibilidade e divulgação da terceira exposição realizada	10/04/2014	10.000,00
Produto 7 – Relatório técnico avaliativo sobre as iniciativas de comunicação em relação ao alcance, visibilidade e divulgação da quarta exposição realizada	10/05/2014	10.000,00
Produto 8 – Relatório técnico avaliativo sobre as iniciativas de comunicação em relação ao alcance, visibilidade e divulgação da quinta exposição realizada	09/06/2014	10.000,00
Produto 9 – Relatório técnico avaliativo sobre as iniciativas de comunicação em relação ao alcance, visibilidade e divulgação da sexta exposição realizada	09/07/2014	10.000,00
Produto 10 – Relatório técnico final de balanço da Exposição PARA TODOS – itinerário 2013/2014	18/08/2014	17.550,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: VERA REGINA ROTTA		CPF: 077.519.578-24
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Contrato esta sendo executado no prazo estabelecido. Informo que os		

PROJETOS PNUD

BRA/07/019

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.					BRA/07/019
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000473					
Objetivo da Consultoria: Auxiliar tecnicamente na formação de um processo de instrução e acompanhamento das ações da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e em propostas de trabalho que contemplem a formação da Ouvidorias Estaduais de Direitos Humanos através de estudos de melhores práticas, publicação de manuais, articulação local e desenho de estruturas operacionais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/12/2012	11/03/2013	51.000,00	0,00	24.000,00	24.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Relatório técnico analisando as experiências internacionais, nacional, estaduais e municipais de Ouvidorias Sociais, especialmente, Ouvidorias de Direitos Humanos e temas correlatos.				20/06/2012	13.000,00
2. Manual em linguagem acessível para a população em geral				31/07/2012	16.000,00

sobre o funcionamento da Ouvidoria Nacional.		
3. Matriz metodológica para os órgãos e entidades interessados em instalar Ouvidorias estaduais/municipais de direitos humanos, como presença de recorte regional.	05/10/2012	8.000,00
4. Relatório técnico descritivo do fluxo dos Disque Direitos Humanos (Disque 100) e com proposta de revisão dos formatos de Ofícios, formulários e demais documentos como forma de adequá-los a realidade das demandas.	15/11/2012	14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARIA CRISTINA LIMA		CPF: 064.264.308-38
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Encerrado.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000512					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissional especializado para coletar dados in loco da situação da mobilização nacional para o registro civil de nascimento, dos compromissos Mais Nordeste e Mais Amazônia pela cidadania e das experiências exitosas identificadas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/06/2012	31/12/2012	69.000,00	0,00	35.000,00	35.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Documento com o levantamento da situação da política de RCN e DB nos 26 estados e DF (incluir os estados não comprometidos até o momento nesta análise para identificar os motivos e possibilidades de adesão futura).			02/07/2012	8.000,00	
2. Relatório de coleta de informações sobre o funcionamento dos comitês gestores estaduais e a real funcionabilidade das ações pactuadas, ao longo do último ano (grupo 1- Amazônia Legal).			18/07/2012	9.000,00	
3. Relatório de coleta de informações sobre o funcionamento dos comitês gestores estaduais e a real funcionabilidade das ações pactuadas, ao longo do último ano (grupo 2- Nordeste).			07/08/2012	8.000,00	
4. Relatório de coleta de informações sobre o funcionamento dos comitês gestores estaduais e a real funcionabilidade das ações pactuadas, ao longo do último ano (grupo 3- ES,MG,MS,RJ,RS).			21/08/2012	9.000,00	
5. Documento com o levantamento da situação da implantação das UIs e apontar possíveis estratégias de aceleração (grupo 1- Amazônia Legal).			04/09/2012	9.000,00	
6. Documento com o levantamento da situação da implantação das UIs e apontar possíveis estratégias de aceleração (grupo 2- Nordeste).			25/09/2012	9.000,00	
7. Documento com o levantamento da situação da implantação das UIs e apontar possíveis estratégias de aceleração (grupo 3- ES,MG,MS,RJ,RS).			16/10/2012	8.000,00	
8. Documento com o levantamento das experiências exitosas de promoção do registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica nos 22 Estados pactuados.			13/11/2012	9.000,00	
Consultor Contratado					

Nome do Consultor: ENEIDA VIANNA SÁ BRITO	CPF: 470.301.606-06
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Encerrado.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000464					
Objetivo da Consultoria: Realizar diagnóstico da situação da mobilização nacional para o registro civil de nascimento, avaliar os resultados dos compromissos Mais Nordeste e Mais Amazônia pela cidadania, propor medidas de aceleração para o alcance das metas compromissadas, sistematizar e disseminar experiências exitosas identificadas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/05/2012	31/12/2012	108.000,00	0,00	75.000,00	75.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Documento propositivo para a realização do levantamento da situação da mobilização nacional para o RCN nos estados. Coordenação e acompanhamento de entrevistas estruturadas com coordenadores de comitês gestores estaduais e Órgãos da rede de promoção do RCN, e o cronograma anual para a realização periódica de entrevistas. 10. Documento diagnóstico da situação da mobilização nacional para o RCN e DB em 22 estados, com relato de experiências exitosas.			11/06/2012	11.000,00	
2. Documento com análise da situação da política de RCN e DB nos 26 estados e DF (incluir os estados não comprometidos até o momento nesta análise para identificar os motivos e possibilidades de adesão futura).			03/07/2012	12.000,00	
3. Documento com o levantamento histórico da política nacional de RCN e DB no Brasil para proposta de publicação. Incluir na proposta de publicação sugestão de Capítulo sobre Boas Práticas a serem coletadas.			17/07/2012	11.000,00	
4. Documento propositivo contendo sistemática para a interiorização da ação RCN e DB em municípios de maior incidência de pessoas sem o RCN.			31/07/2012	11.000,00	
5. Relatório com a análise dos resultados parciais do primeiro levantamento da situação da mobilização nacional para o RCN e DB em oito estados (grupo 1 - Amazônia Legal).			07/08/2012	10.000,00	
6. Relatório com a análise dos resultados parciais do primeiro levantamento da situação da mobilização nacional para o RCN e DB em sete estados (grupo 2 - Nordeste).			21/08/2012	10.000,00	
7. Relatório com a análise dos resultados parciais do primeiro levantamento da situação da mobilização nacional para o RCN e DB em cinco estados (grupo 3 - ES, MG, MS, RJ, RS).			04/09/2012	10.000,0	
8. Documento diagnóstico preliminar indicando os entraves identificados para a plena execução das metas compromissadas pelos estados, indicando as medidas cabíveis para alavancar a superação das dificuldades detectadas.			25/09/2012	11.000,00	

9. Documento propositivo indicando estratégias para acelerar a implantação das UI.	30/10/2012	10.000,00
10. Documento diagnóstico da situação da mobilização nacional para o RCN e DB em 22 estados, com relato de experiências exitosas.	20/11/2012	12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARY CELIA GUIRADO		CPF: 135.484.528-50
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Encerrado.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000744					
Objetivo da Consultoria: Identificação dos órgãos e instituições componentes de um sistema de defesa e promoção de direitos humanos da população LGBT em cada estado, articulação desses órgãos e entidades para atuar em rede quando do recebimento de denúncias provenientes do Disque Direitos Humanos. Regiões Norte e Nordeste.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
31/12/2012	28/02/2013	35.000,00	0,00	20.500,00	20.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Documento técnico descritivo dos órgãos e instituições públicas em cada uma das unidades da federação das regiões Norte e Nordeste, responsáveis pela defesa e promoção dos direitos da população LGBT, capazes de compor um Sistema de Garantia de Direitos da População LGBT e serem parte de um Sistema Nacional de Garantia de Direitos Humanos.			15/09/2012	7.000,00	
2. Elaborar relatório com diagnóstico e alternativas para a integração dos órgãos estaduais das regiões norte e nordeste de defesa e promoção dos direitos da população LGBT para que atuem como o Sistema de Garantia de Direitos da População LGBT quando do recebimento de denúncias do disque 100 através da formação de uma rede entre eles.			15/10/2012	11.500,00	
3. Produzir relatório sobre a capacitação dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da População LGBT das regiões Norte e Nordeste.			30/11/2012	7.500,00	
4. Elaborar relatório sobre o Encontro Nacional do Sistema Nacional de Garantia de Direitos Humanos, Disque Direitos Humanos e Disque Cidadania (estaduais e nacional) e mobilizar os estados das regiões norte e nordeste. Produzir um levantamento com microdados de a violência praticada contra a população LGBT nas regiões norte e nordeste.			20/12/2012	9.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LIORCINO MENDES PEREIRA FILHO				CPF: 370.333.441-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Encerrado.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000802					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR na elaboração de um documento em formato de livro contendo a organização das publicações, textos e diretrizes resultantes dos dez anos de atividades do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso. Subsidiar a SDH nas ações de elaboração do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/10/2012	31/07/2013	88.000,00	54.560,00	26.400,00	26.400,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Documento em formato de livro impresso contendo a organização das publicações, textos e diretrizes resultantes dos dez anos de atividades do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso.				12/10/2012	10.560,00
2: Documento contendo proposta gráfica do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (versão impressa).				17/11/2012	13.200,00
3. Documento contendo proposta (modelo) de interface gráfica digital do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, com recursos de acessibilidade.				20/12/2012	9.680,00
4. Documento contendo versão preliminar do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa contendo antecedentes, Marco Conceitual, Desafios, Princípios, Objetivos Gerais, Diretrizes, Objetivos estratégicos.				01/02/2013	14.960,00
5. Documento multimeios com interface de acesso às apresentações e documentos institucionais utilizados para a elaboração do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.				25/03/2013	12.320,00
6. Documento contendo versão final do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (versão impressa) contendo antecedentes, Marco Conceitual, Desafios, Princípios, Objetivos Gerais, Diretrizes, Objetivos estratégicos.				15/05/2013	14.080,00
7. Documento digital contendo versão final do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, (versão digital) com recursos de acessibilidade.				01/07/2013	13.200,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ADRIANA PARADA				CPF: 565.499.461-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Encerrado.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2011/000510					
Objetivo da Consultoria: Formatação do desenho (layouts) dos Conselhos Tutelares, adequando sua arquitetura institucional para a melhor realização de seu desempenho na função de porta de entrada primordial do Sistema de Garantia de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes acessada pela Rede de Ouvidorias de Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no	Total Previsto no	Total pago no	Total pago até o Final do Exercício

		Contrato	Exercício	Exercício	
26/06/2012	31/12/2012	90.000,00	0,00	70.000,00	70.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Relatório analítico da experiência de Ouvidorias no âmbito nacional e internacional, assim, como análise do fluxo interno da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e do Disque Direitos Humanos (Disque 100).			13/07/2012	20.000,00	
2. Relatório Técnico com levantamento das características essenciais para a formação de um desenho arquitetônico dos Conselhos Tutelares que permita-os funcionar como local de acolhimento primordial da Rede de Direitos Humanos para Crianças e Adolescentes conectada a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.			03/09/2012	30.000,00	
3. Manual de Orientação de gestão sustentável e desenvolvimento de projeto de programação visual do CT, contendo, dentre outras informações. A maquete eletrônica de um projeto ideal.			05/11/2012	25.000,00	
4. Manual de Orientação para desenvolvimento de projeto de layout de Conselhos Tutelares, compra de mobiliário e equipamento do Conselho Tutelar.			20/12/2012	15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANA BEATRIZ GOULART DE FARIAS				CPF: 061.967.248-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Encerrado.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.					BRA/07/019
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"					
Código do Contrato: 2011/000784					
Objetivo da Consultoria: Construção de indicadores sociais referentes às violências homofóbicas, à legislação relacionada à população LGBT e ao acesso e acolhimento desta população em instituições e serviços públicos tanto nacionalmente quanto em cada uma das 27 Unidades da Federação.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/09/2012	15/04/2013	45.000,00	18.000,00	19.000,00	19.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	
Produto 1: Relatório contendo : 1. Levantamento de literatura e experiências internacionais na construção de indicadores sociais relacionados a violências, legislação, jurisprudência e acesso a serviços, especialmente aqueles relacionados à população LGBT; 2. Levantamento e análise de dados governamentais existentes acerca das temáticas da violência homofóbica, legislação (nacional, estadual e municipal) e jurisprudência relacionadas à população LGBT e acesso desta população a instituições e serviços		10/10/2012		11.000,00	
Produto 2: Documento contendo metodologia de construção de		10/11/2012		7.000,00	

indicadores sociais relacionados a tais temáticas, de acordo com a seguinte estrutura: a) tema; b) revisão da literatura; c) justificativa; d) formulação do problema; e) determinação de objetivos; f) metodologia; g) coleta de dados ou identificação de fontes de dados existentes; h) construção de indicadores; i) análise e discussão dos resultados		
Produto 3: Relatório contendo: 1. indicadores sociais na esfera nacional e de cada Unidade da Federação acerca de violências homofóbicas.	20/12/2012	9.000,00
Produto 4: Documento conjunto de indicadores de respeito à população LGBT nacionais e para cada Unidade da Federação, bem como a metodologia utilizada para sua construção.	10/02/2013	10.000,00
Produto 5: Relatório contendo análise dos indicadores construídos, bem como a identificação – a partir deles – de experiências estaduais bem-sucedidas no que se refere à promoção e à defesa dos direitos da população LGBT.	30/03/2013	8.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: ROGÉRIO SCHMIDT CAMPOS		CPF: 829.003.451-20
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização					Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento					PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto					Código
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.					BRA/07/019
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/210					
Objetivo da Consultoria: Mapeamento dos equipamentos de políticas públicas LGBT nos estados e Distrito Federal visando a adesão ao Sistema LGBT e implementação dos Comitês de Enfrentamento à Homofobia, bem como, dos Termos de Cooperação Técnica para o Enfrentamento às Homofobias. O consultor também devera propor fluxos de relação entre os Estados, Comitês de Enfrentamento a Homo-Lesbo-Transfobia, Conselhos Estaduais LGBT, Coordenação Geral LGBT e Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNC/D/LGBT).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/07/2013	16/06/2014	78.000,00	58.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Relatório comparativo com o mapeamento de políticas públicas de LGBT no Brasil, bem como, avaliar o cenário político favorável para a instalação de Conselhos LGBT.				15/08/2013	20.000,00
Produto 2 - Relatório comparativo com o levantamento dos Comitês de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no Brasil, apontando dificuldades de instalação onde não tenham sido instalados e identificando, onde tenham sido instalados, o perfil dos integrantes, suas competências e características regionais e atividades realizadas.				10/09/2013	17.000,00
Produto 3 - Relatório comparativo acerca dos trabalhos realizados pelas coordenadorias LGBT, onde existam, identificando semelhanças e diferenças e apontando as dificuldades para a implementação das mesmas nos estados onde não existam coordenadorias. 21.000,00 26,92 30/11/2013.				30/11/2013	21.000,00
Produto 4 - Diagnóstico comparativo acerca da execução dos Termos de Cooperação Técnica de enfrentamento a Homofobia, contendo o andamento e o grau de implementação do Termo de				10/03/2014	20.000,00

Cooperação Técnica. Nos estados que não tenham sido assinados os termos, apontar a avaliação do cenário político para a assinatura do mesmo.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: ANDRÉ MUSSKOPF	CPF: 734.518.860-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/286					
Objetivo da Consultoria: Mapeamento dos equipamentos de políticas públicas LGBT nos estados e Distrito Federal visando a adesão ao Sistema LGBT e implementação dos Comitês de Enfrentamento à Homofobia, bem como, dos Termos de Cooperação Técnica para o Enfrentamento às Homofobias. Os consultores também deverão propor fluxos de relação entre os Estados, Comitês de Enfrentamento a Homo-Lesbo-Transfobia, Conselhos Estaduais LGBT, Coordenação Geral LGBT e Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT). Consultor 5.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/12/2013	13/06/2014	45.000,00	45.000,00	12.000,00	12.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 - Relatório com mapeamento de políticas públicas de LGBT nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, bem como, a avaliação do cenário político para a instalação, onde não haja, das ferramentas que integram a estrutura do Sistema Nacional LGBT: Conselhos LGBT, Coordenadorias LGBT e Comitês de Enfrentamento e suas características regionais.			30/07/2013	20.000,00	
Produto 2 - Relatório acerca dos trabalhos realizados pelas ferramentas que integram a estrutura do Sistema Nacional LGBT: Conselhos LGBT, Coordenadorias LGBT e Comitês de Enfrentamento, que já tenham sido instaladas nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.			30/09/2013	17.000,00	
Produto 3 - Relatório acerca da execução dos Termos de Cooperação Técnica para Enfrentamento da Homofobia nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí. O relatório deverá conter o andamento e o grau de implementação do Termo de Cooperação Técnica. Nos estados que não tenham sido assinados os termos o relatório deve apontar a avaliação do cenário político para a assinatura do mesmo.			30/11/2013	21.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANTONIO LUIZ MARTINS DOS REIS				CPF: 492.722.689-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Vigente.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com	BRA/07/019

Novos Temas.					
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/131					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para a identificação dos órgãos e instituições componentes de um sistema de defesa e promoção de direitos humanos da população LGBT em cada estado, articulação desses órgãos e entidades.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/12/2013	30/01/2014	28.000,00	11.500,00	11.500,00	11.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Elaborar relatório com diagnóstico e alternativas para a integração dos órgãos estaduais das regiões sul, sudeste e centro-oeste de defesa e promoção dos direitos da população LGBT para que atuem como o Sistema de Garantia de Direitos da População LGBT quando do recebimento de denúncias do disque 100 através da formação de uma rede entre eles.			10/08/2013	11.500,00	
2. Produzir relatório sobre a capacitação dos profissionais do Sistema de Garantia de Direitos da População LGBT das regiões sul, sudeste e centro-oeste.			05/10/2013	7.500,00	
3. Elaborar relatório sobre o Encontro Nacional do Sistema Nacional de Garantia de Direitos Humanos, Disque Direitos Humanos e Disque Cidadania (estaduais e nacional) e mobilizar os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.			25/11/2013	9.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: BÁRBARA AMARAL DOS SANTOS				CPF: 011.564.311-74	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/131					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para a identificação dos órgãos e instituições componentes de um sistema de defesa e promoção de direitos humanos da população LGBT em cada estado, articulação desses órgãos e entidades.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/12/2013	30/01/2014	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Relatório com mapeamento de políticas públicas de LGBT nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe e Alagoas, bem como, a avaliação do cenário político para a instalação, onde não haja, das ferramentas que integram a estrutura do Sistema Nacional LGBT: Conselhos LGBT, Coordenadorias LGBT e Comitês de Enfrentamento e suas características				05/09/2013	12.000,00

regionais.		
2. Relatório acerca dos trabalhos realizados pelas ferramentas que integram a estrutura do Sistema Nacional LGBT: Conselhos LGBT, Coordenadorias LGBT e Comitês de Enfrentamento, que já tenham sido instaladas nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe e Alagoas.	15/10/2013	15.000,00
3. Técnica para Enfrentamento da Homofobia nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe e Alagoas. O relatório deverá conter o andamento e o grau de implementação do Termo de Cooperação Técnica. Nos estados que não tenham sido assinados os termos o relatório deve apontar a avaliação do cenário político para a assinatura do mesmo.	30/11/2013	18.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: CARLA SIMARA LUCIANA S. AYRES		CPF: 367.328.708-74
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/94					
Objetivo da Consultoria: Estudos técnicos sobre o perfil da pessoa idosa no Brasil; mapear e avaliar os principais projetos de difusão de conteúdos voltados para processos formativos sobre a pessoa idosa no Brasil.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/04/2013	28/03/2014	75.000,00	75.000,00	38.000,00	38.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1: Documento técnico contendo levantamento e síntese sobre o perfil do idoso no Brasil a partir da década de 1950.			10/06/2013	18.000,00	
Produto 2: Documento técnico contendo mapeamento dos principais projetos de difusão de conteúdos sobre direitos da pessoa idosa voltados para processos formativos.			15/08/2013	20.000,00	
Produto 3: Documento técnico indicadores de avaliação de qualidade dos principais projetos de difusão de conteúdos sobre direitos da pessoa idosa (material didático e paradidático).			08/10/2013	16.000,00	
Produto 4: Documento técnico contendo avaliação de qualidade dos principais projetos de difusão de conteúdos sobre direitos da pessoa idosa (material didático e paradidático).			30/12/2013	21.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: DAIZY VALMORBIDA STEPANSKY				CPF: 078.092.630-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.	BRA/07/019

Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/94					
Objetivo da Consultoria: Análise dos processos de interlocução entre a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos / Disque Direitos Humanos - Disque 100 e a população, na perspectiva de ampliar os canais de comunicação, e com parceiros institucionais presentes nos estados e municípios, visando implementar formas ágeis e seguras, tanto no encaminhamento das demandas, quanto no recebimento de informações acerca das providências adotadas pelos parceiros.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
30/08/2013	22/08/2014	90.000,00	75.000,00	38.000,00	38.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição		Data prevista de entrega		Valor	
Produto 1 contendo os artefatos relacionados à análise dos processos indicando os pontos iniciais de melhorias e à gestão do projeto, impressos e em CD-ROM: relatório de análise inicial acerca das portas de entrada da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos com as indicações de melhorias, cronograma do projeto com detalhamento dos marcos e das atividades; e a declaração de escopo do projeto.		05/09/2013		10.000,00	
Produto 2 contendo os artefatos relacionados à análise dos processos indicando os pontos iniciais de melhorias e à gestão do projeto, impressos e em CD-ROM: relatório de análise inicial acerca das formas de interação tecnológica entre a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e os parceiros institucionais para o recebimento de manifestações de violações de direitos humanos com as indicações de melhorias, cronograma do projeto com detalhamento dos marcos e das atividades; e a declaração de escopo do projeto.		10/11/2013		15.000,00	
Produto 3 contendo os artefatos relacionados à análise detalhada dos Processos de implementação de novas portas de entrada da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos/ Disque 100 com os pontos de melhorias, impressos e em CD-ROM: diagrama do processo revisado com os pontos de melhorias, especificação do processo revisado com os pontos de melhoria e cronograma do projeto atualizado.		20/01/2014		20.000,00	
Produto 4 contendo os artefatos relacionados à padronização de mecanismos para a integração de novas ferramentas e funcionalidades que permitam a interação entre a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e os parceiros institucionais para o recebimento e envio de manifestações de violações de direitos humanos, impressos e em CD-ROM: diagrama do processo revisado com os pontos de melhorias, especificação do processo revisado com os pontos de melhoria, documento de especificação do padrão de integração e cronograma do projeto atualizado.		05/03/2014		20.000,00	
Produto 5 contendo os artefatos relacionados à proposta de indicadores de resultado dos processos relacionados às novas formas de contato da população com a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos/ Disque 100, assim como dos processos de interação tecnológica entre a entre a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e os parceiros institucionais para o recebimento de manifestações de violações de direitos humanos: documento de especificação dos indicadores dos processos, proposta de relatórios de acompanhamento de indicadores e cronograma atualizado do projeto.		30/05/2014		15.000,00	
Produto 6 contendo os artefatos relacionados à elaboração de um manual técnico de uso das funcionalidades implementadas de interação tecnológica entre a entre a Ouvidoria Nacional de		10/07/2014		10.000,00	

Direitos Humanos e os parceiros institucionais para o recebimento de manifestações de violações de direitos humanos, impressos e em CD.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: DIONES ALVES SANTOS	CPF: 997.434.341-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Vigente.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/517					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de documentos técnicos, relatórios descritivos para subsidiar o trabalho da SDH/PR para acompanhamento do processo de implementação e ações de promoção e defesa dos Direitos Humanos dos Centros de Referência em Direitos Humanos nas áreas geográficas definidas pela SDH/PR.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/11/2013	30/04/2014	52.000,00	52.000,00	38.000,00	38.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1 - Produto 01: Relatório informativo com agenda de trabalho dos Centros de Referência.				18/11/2013	13.000,00
2 - Produto 02: Relatório descritivo com avaliação sobre a suficiência de recursos humanos e infraestrutura dos Centros de Referência.				03/12/2013	13.000,00
3 - Produto 03: Relatório de pesquisa contendo diagnóstico qualitativo e quantitativo sobre os projetos implementados pelos Centros de Referência.				18/12/2013	15.000,00
4 - Produto 04: Documento contendo a descrição de 05 casos ou experiências de boas práticas.				05/02/2013	11.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: EDUARDO SHIGUEO FUJIKAWA				CPF: 019.995.135-76	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/206					
Objetivo da Consultoria: Elaboração um mapa para identificar iniciativas e ações relacionadas à diversidade religiosa, como comitês, conselhos, fóruns, grupos de estudo ou similares e movimentos a fim de subsidiar o trabalho da SDH/PR na implementação das ações programáticas do PNDH-3 relativas à diversidade religiosa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/07/2013	30/04/2014	75.000.00	37.000.00	27.000.00	27.000.00

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Produto 1 - Documento técnico com a descrição da metodologia a ser aplicada para a realização do levantamento de dados e informações acerca da situação da mobilização nacional para a diversidade religiosa nos estados divididos por regiões geográficas.	26/07/2013	7.000,00
Produto 2 - Apresentação de documento técnico contendo relatório e análise dos resultados parciais do levantamento de dados acerca da situação da mobilização e de iniciativas e experiências para a garantia e promoção da diversidade religiosa e organizadas em forma de comitês, conselhos, fóruns, grupos de estudo nas estruturas e órgãos de governo e/ou instituições da sociedade civil destinadas ao atendimento de demandas relativas à diversidade religiosa e à intolerância religiosa nas regiões Norte e Nordeste.	09/09/2013	10.000,00
Produto 3 - Apresentação de documento técnico contendo relatório e análise dos resultados parciais do levantamento de dados acerca da situação da mobilização e de iniciativas e experiências para a garantia e promoção da diversidade religiosa e organizadas em forma de comitês, conselhos, fóruns, grupos de estudo nas estruturas e órgãos de governo e/ou instituições da sociedade civil destinadas ao atendimento de demandas relativas à diversidade religiosa e à intolerância religiosa nas regiões Centro-Oeste e Sul.	24/10/2013	10.000,00
Produto 4 - Apresentação de documento técnico contendo relatório e análise dos resultados parciais do levantamento de dados acerca da situação da mobilização e de iniciativas e experiências para a garantia e promoção da diversidade religiosa e organizadas em forma de comitês, conselhos, fóruns, grupos de estudo nas estruturas e órgãos de governo e/ou instituições da sociedade civil destinadas ao atendimento de demandas relativas à diversidade religiosa e à intolerância religiosa na região Sudeste.	09/12/2013	10.000,00
Produto 5 - Documento técnico contendo mapeamento, subsídios, indicadores e análise preliminar das ações ou medidas tomadas nos estados pesquisados (indicando realidades sem quaisquer iniciativas), seja por órgãos públicos, pela sociedade civil ou de ambas as partes, para a garantia da liberdade religiosa e a prevenção ou superação da violência religiosa e as respectivas dificuldades detectadas para implementação destas medidas.	10/01/2014	11.000,00
Produto 6 - Documento técnico contendo mapeamento, subsídios, indicadores e análise preliminar das ações ou medidas tomadas nos estados pesquisados (indicando realidades sem quaisquer iniciativas), seja por órgãos públicos, pela sociedade civil ou de ambas as partes, para a garantia da liberdade religiosa e a prevenção ou superação da violência religiosa e as respectivas dificuldades detectadas para implementação destas medidas.	10/02/2014	7.000,00
Produto 7 - Documento propositivo contendo estratégias para a ampliação de ações de promoção de políticas de diversidade religiosa em regiões e locais de maior incidência de intolerância religiosa, em articulação com as demais políticas da SDH/PR, voltadas à garantia de liberdade religiosa e à prevenção e à superação de conflitos e violência religiosa.	10/03/2014	7.500,00
Produto 8 - Apresentação de dois documentos técnicos contendo os seguintes dados e características.	15/04/2014	12.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: ELIANILDO DA SILVA NASCIMENTO		CPF: 527.664.464-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/149					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de documentos técnicos, relatórios descritivos para subsidiar o trabalho da SDH/PR para acompanhamento do processo de implementação e ações de promoção e defesa dos Direitos Humanos dos Centros de Referência em Direitos Humanos - Área Geográfica 1 - Região Norte/Centro-Oeste.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/11/2013	29/05/2014	60.000,00	48.000,00	28.000,00	28.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento descritivo contendo mapeamento dos atores estratégicos que atuam em parceria com os Centros de Referência em Direitos Humanos conveniados com a SDH/PR. Análise da formação da rede de atuação e raio de ação dos Centros de Referência em Direitos Humanos na área geográfica 1.			28/06/2013	8.000,00	
Produto 02: Relatório informativo com agenda de trabalho dos Centros de Referência em Direitos Humanos, descrição da dinâmica e metodologia das atividades, no âmbito de atuação do consultor regional: Relato de encontros e entrevistas realizados com os atores envolvidos nas ações e com as Coordenações dos Centros de Referência em Direitos Humanos; Relato da interface entre as políticas públicas do Governo Federal com a atuação dos Centros de Referência na área geográfica 1.			10/08/2013	9.000,00	
Produto 03: Documento descritivo contendo relatório preliminar das ações dos Centros de Referência em Direitos Humanos da área de atuação do consultor regional; Projetos, capacitações, formações, encontros e seminários promovidos pelos Centros de Referência. Coleta de materiais informativos e publicações elaboradas pelos Centros de Referência em Direitos Humanos da área geográfica 1.			25/09/2013	11.000,00	
Produto 04: Documento contendo a descrição de 05 (cinco) casos ou experiências de boas práticas relacionadas às ações dos Centros de Referência em Direitos Humanos da área geográfica 1, de acordo com padrão e metodologia definida pela SDH/PR.			05/11/2013	8.000,00	
Produto 05: Relatório descritivo com avaliação sobre a suficiência de recursos humanos e Página: 2infraestrutura dos Centros de Referência em Direitos Humanos, análise prospectiva sobre a continuidade dos projetos implementados bem como proposta de localidades estratégicas para a criação de novos Centros, eventuais parceiros e atores estratégicos.			10/12/2013	12.000,00	
Produto 06: Relatório de pesquisa contendo diagnóstico qualitativo e quantitativo sobre os projetos implementados e serviços prestados pelos Centros de Referência em Direitos Humanos na área geográfica 1, descrição das interfaces com ações e políticas públicas federais relacionadas aos objetivos dos Centros de Referência em Direitos Humanos.			20/01/2014	12.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ELIETE PEREIRA				CPF: 852.248.041-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/24					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de documentos técnicos, relatórios descritivos para subsidiar o trabalho da SDH/PR para acompanhamento do processo de implementação e ações de promoção e defesa dos Direitos Humanos dos Centros de Referência em Direitos Humanos - Área Geográfica 2 - Região Sul/Sudeste.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/11/2013	30/04/2014	60.000,00	60.000,00	28.000,00	28.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento descritivo contendo mapeamento dos atores estratégicos que atuam em parceria com os Centros de Referência em Direitos Humanos conveniados com a SDH/PR. Análise da formação da rede de atuação e raio de ação dos Centros de Referência em Direitos Humanos na área geográfica 2.			08/03/2013	8.000,00	
Produto 02: Relatório informativo com agenda de trabalho dos Centros de Referência em Direitos Humanos, descrição da dinâmica e metodologia das atividades, no âmbito de atuação do consultor regional: Relato de encontros e entrevistas realizados com os atores envolvidos nas ações e com as Coordenações dos Centros de Referência em Direitos Humanos; Relato da interface entre as políticas públicas do Governo Federal com a atuação dos Centros de Referência na respectiva área geográfica 2.			19/04/2013	9.000,00	
Produto 03: Documento descritivo contendo relatório preliminar das ações dos Centros de Referência em Direitos Humanos da área de atuação do consultor regional; Projetos, capacitações, formações, encontros e seminários promovidos pelos Centros de Referência. Coleta de materiais informativos e publicações elaboradas pelos Centros de Referência em Direitos Humanos da área geográfica 2.			10/06/2013	11.000,00	
Produto 04: Documento contendo a descrição de 05 (cinco) casos ou experiências de boas práticas relacionadas às ações dos Centros de Referência em Direitos Humanos da área geográfica 2, de acordo com padrão e metodologia definida pela SDH/PR.			20/07/2013	8.000,00	
Produto 05: Relatório descritivo com avaliação sobre a suficiência de recursos humanos e infraestrutura dos Centros de Referência em Direitos Humanos, análise prospectiva sobre a continuidade dos projetos implementados bem como proposta de localidades estratégicas para a criação de novos Centros, eventuais parceiros e atores estratégicos (área geográfica 2).			05/10/2013	12.000,00	
Produto 06: Relatório de pesquisa contendo diagnóstico qualitativo e quantitativo sobre os projetos implementados e serviços prestados pelos Centros de Referência em Direitos Humanos na área geográfica 2, descrição das interfaces com ações e políticas públicas federais relacionadas aos objetivos dos Centros de Referência em Direitos Humanos.			30/11/2013	12.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: FABIANA RABELO DOS SANTOS				CPF: 013.973.096-60	

Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/517					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de documentos técnicos, relatórios descritivos para subsidiar o trabalho da SDH/PR para acompanhamento do processo de implementação e ações de promoção e defesa dos Direitos Humanos dos Centros de Referência em Direitos Humanos - Área Geográfica 5 - Região Norte/Nordeste.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
29/05/2013	17/03/2014	60.000,00	52.000,00	28.000,00	28.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Documento descritivo contendo mapeamento dos atores estratégicos que atuam em parceria com os Centros de Referência em Direitos Humanos conveniados com a SDH/PR. Análise da formação da rede de atuação e raio de ação dos Centros de Referência em Direitos Humanos na área geográfica 5.			28/06/2013	8.000,00	
Produto 02: Relatório informativo com agenda de trabalho dos Centros de Referência em Direitos Humanos, descrição da dinâmica e metodologia das atividades, no âmbito de atuação do consultor regional: Relato de encontros e entrevistas realizados com os atores envolvidos nas ações e com as Coordenações dos Centros de Referência em Direitos Humanos; Relato da interface entre as políticas públicas do Governo Federal com a atuação dos Centros de Referência na área geográfica 5.			10/08/2013	9.000,00	
Produto 03: Documento descritivo contendo relatório preliminar das ações dos Centros de Referência em Direitos Humanos da área de atuação do consultor regional; Projetos, capacitações, formações, encontros e seminários promovidos pelos Centros de Referência. Coleta de materiais informativos e publicações elaboradas pelos Centros de Referência em Direitos Humanos da área geográfica 5.			25/09/2013	11.000,00	
Produto 04: Documento contendo a descrição de 05 (cinco) casos ou experiências de boas práticas relacionadas às ações dos Centros de Referência em Direitos Humanos da área geográfica 5, de acordo com padrão e metodologia definida pela SDH/PR.			05/11/2013	8.000,00	
Produto 05: Relatório descritivo com avaliação sobre a suficiência de recursos humanos e infraestrutura dos Centros de Referência em Direitos Humanos, análise prospectiva sobre a Página: 2continuidade dos projetos implementados bem como proposta de localidades estratégicas para a criação de novos Centros, eventuais parceiros e atores estratégicos.			10/12/2013	12.000,00	
Produto 06: Relatório de pesquisa contendo diagnóstico qualitativo e quantitativo sobre os projetos implementados e serviços prestados pelos Centros de Referência em Direitos Humanos na área geográfica 5, descrição das interfaces com ações e políticas públicas federais relacionadas aos objetivos dos Centros de Referência em Direitos Humanos.			20/01/2014	12.000,00	

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: FRANCISCO DAS CHAGAS NASCIMENTO ARAÚJO	CPF: 230.809.143-68
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.	BRA/07/019
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	

Código do Contrato: 2013/244

Objetivo da Consultoria: Mapeamento dos equipamentos de políticas públicas LGBT nos estados e Distrito Federal visando a adesão ao Sistema LGBT e implementação dos Comitês de Enfrentamento à Homofobia, bem como, dos Termos de Cooperação Técnica para o Enfrentamento às Homofobias. Os consultores também deverão propor fluxos de relação entre os Estados, Comitês de Enfrentamento a Homo-Lesbo-Transfobia, Conselhos Estaduais LGBT, Coordenação Geral LGBT e Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT). Consultor 1.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/07/2013	14/03/2014	45.000,00	45.000,00	0,00	0,00

Insumos Externos

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Relatório com mapeamento de políticas públicas de LGBT nos estados de Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará e Amapá, bem como, a avaliação do cenário político para a instalação, onde não haja, das ferramentas que integram a estrutura do Sistema Nacional LGBT: Conselhos LGBT, Coordenadorias LGBT e Comitês de Enfrentamento e suas características regionais.	30/07/2013	12.000,00
Relatório acerca dos trabalhos realizados pelas ferramentas que integram a estrutura do Sistema Nacional LGBT: Conselhos LGBT, Coordenadorias LGBT e Comitês de Enfrentamento, que já tenham sido instaladas nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará e Amapá.	30/09/2013	15.000,00
Relatório acerca da execução dos Termos de Cooperação Técnica para Enfrentamento da Homofobia nos estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas, Pará e Amapá. O relatório deverá conter o andamento e o grau de implementação do Termo de Cooperação Técnica. Nos estados que não tenham sido assinados os termos o relatório deve apontar a avaliação do cenário político para a assinatura do mesmo.	30/11/2013	18.000,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: IVON SOUZA CARDOSO	CPF: 278.276.662-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.	BRA/07/019
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	

Código do Contrato: 2013/330					
Objetivo da Consultoria: Realizar levantamento de experiências ou projetos de inclusão de LGBT no mercado de trabalho ou/e enfrentamento da violência e da homofobia praticada contra a população LGBT. Elaboração e sistematização de relatório final do Seminário Nacional Direitos LGBT: o papel do Estado, sindicatos e da iniciativa privada.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/08/2013	30/01/2014	26.000,00	26.000,00	12.000,00	12.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Elaborar questionário, cronograma de entrevistas, e mapeamento de empresas, ONG e sindicatos para entrevistas.			30/08/2013	5.000,00	
2. Elaborar relatório sobre práticas positivas de inclusão da população LGBT no mercado de trabalho por parte de sindicatos, ONG e iniciativa privada.			15/09/2013	7.000,00	
3. Elaborar relatório sobre práticas positivas empresariais de apoio à instituições de promoção dos direitos de LGBT.			30/10/2013	6.000,00	
4. Elaborar relatório com a sistematização do Seminário Nacional Direitos LGBT: o papel do Estado, sindicatos e da iniciativa privada.			30/12/2013	8.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LEYSE CRUZ FERREIRA				CPF: 095.783.777-11	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/74					
Objetivo da Consultoria: Monitoramento e avaliação acadêmica da execução das Cartas de Acordo assinadas com as agencias implementadoras, incluindo a sistematização das informações relativas às equipes de pesquisa e instituições proponentes, sistematização das consultas feitas às equipes, além do plano de institucionalização do Projeto Diálogos em Rede, pela ONDH/SDH/PR.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/08/2013	30/01/2014	70.000,00	70.000,00	6.840,00	6.840,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1.Documento contendo Proposta de Metodologia e Cronograma de Acompanhamento e Avaliação da execução das Cartas-Acordo da Convocação 001/2012 e Modelo descentralizado de acompanhamento das pesquisas pela equipe da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.			24/05/2013	6.840,00	
2.Relatório de acompanhamento e avaliação do primeiro produto parcial das equipes de pesquisa a partir das Cartas de Acordo, incluindo mapeamento das dificuldades enfrentadas pelas agências implementadoras da Convocação 001/2012.			12/07/2013	7.720,00	

3. Relatório de sistematização das demandas feitas pelas agências implementadoras à ONDH e consultas formuladas às agências implementadoras pela ONDH no âmbito da Convocação 01/2012.	09/08/2013	8.200,00
4. Relatório de acompanhamento e avaliação do segundo produto parcial das equipes de pesquisa a partir das Cartas de Acordo, incluindo mapeamento das dificuldades enfrentadas pelas agências implementadoras da Convocação 001/2012.	09/09/2013	8.280,00
5. Relatório de balanço e referências de metodologia em pesquisa empírica e aplicada, como preparação para Seminário de Avaliação do Projeto Diálogos em Rede com a participação das equipes da Convocação 01/2012.	27/09/2013	9.520,00
6. Relatório de acompanhamento e avaliação global do produto final das equipes de pesquisa a partir das Cartas de Acordo, incluindo acompanhamento detalhado dos resultados das pesquisas, seminários e demais meios de promoção e divulgação da Convocação 01/2012.	08/11/2013	12.080,00
7. Material sistematização dos resultados do Seminário de Avaliação do Projeto Projeto Diálogos em Rede e versões para publicação com a participação das equipes da Convocação 01/2012.	22/11/2013	8.400,00
8. Plano de Institucionalização do Projeto Diálogos em Redes, no âmbito da SDH e da Administração Pública Federal.	13/12/2013	8.960,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: RENATA FLORENTINO DE FARIA SANTOS		CPF: 005.603.551-90
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/251					
Objetivo da Consultoria: Mapeamento dos equipamentos de políticas públicas LGBT nos estados e Distrito Federal visando a adesão ao Sistema LGBT e implementação dos Comitês de Enfrentamento à Homofobia, bem como, dos Termos de Cooperação Técnica para o Enfrentamento às Homofobias. Os consultores também deverão propor fluxos de relação entre os Estados, Comitês de Enfrentamento a Homo-Lesbo-Transfobia, Conselhos Estaduais LGBT, Coordenação Geral LGBT e Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD/LGBT). Consultor 3.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/07/2013	31/03/2014	45.000,00	45.000,00	12.000,00	12.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Relatório com mapeamento de políticas públicas de LGBT nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como, a avaliação do cenário político para a instalação, onde não haja, das ferramentas que integram a estrutura do Sistema Nacional LGBT: Conselhos LGBT, Coordenadorias LGBT e Comitês de Enfrentamento e suas características regionais.				30/07/2013	12.000,00
Relatório acerca dos trabalhos realizados pelas ferramentas que integram a estrutura do Sistema Nacional LGBT: Conselhos LGBT, Coordenadorias LGBT e Comitês de Enfrentamento, que já tenham sido instaladas nos estados de Minas Gerais, São Paulo,				30/09/2013	15.000,00

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.		
Relatório acerca da execução dos Termos de Cooperação Técnica para Enfrentamento da Homofobia nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O relatório deverá conter o andamento e o grau de implementação do Termo de Cooperação Técnica. Nos estados que não tenham sido assinados os termos o relatório deve apontar a avaliação do cenário político para a assinatura do mesmo.	30/11/2013	18.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: RICARDO FERREIRA DA SILVA	CPF: 300.225.328-62	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Direitos Humanos para Todos: Reestruturando a SDH para Trabalhar com Novos Temas.				BRA/07/019	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/21					
Objetivo da Consultoria: Elaboração de documentos técnicos, relatórios descritivos para subsidiar o trabalho da SDH/PR para acompanhamento do processo de implementação e ações de promoção e defesa dos Direitos Humanos dos Centros de Referência em Direitos Humanos - Área Geográfica 3 - Região Sul.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/07/2013	31/03/2014	60.000,00	60.000,00	11.000,00	11.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Documento descritivo contendo mapeamento dos atores estratégicos que atuam em parceria com os Centros de Referência em Direitos Humanos conveniados com a SDH/PR. Análise da formação da rede de atuação e raio de ação dos Centros de Referência em Direitos Humanos na área geográfica 3.				08/03/2013	8.000,00
Produto 02: Relatório informativo com agenda de trabalho dos Centros de Referência em Direitos Humanos, descrição da dinâmica e metodologia das atividades, no âmbito de atuação do consultor regional: Relato de encontros e entrevistas realizados com os atores envolvidos nas ações e com as Coordenações dos Centros de Referência em Direitos Humanos; Relato da interface entre as políticas públicas do Governo Federal com a atuação dos Centros de Referência na área geográfica 3.				19/04/2013	9.000,00
Produto 03: Documento descritivo contendo relatório preliminar das ações dos Centros de Referência em Direitos Humanos da área de atuação do consultor regional; Projetos, capacitações, formações, encontros e seminários promovidos pelos Centros de Referência. Coleta de materiais informativos e publicações elaboradas pelos Centros de Referência em Direitos Humanos da área geográfica 3.				10/06/2013	11.000,00
Produto 04: Documento contendo a descrição de 05 (cinco) casos ou experiências de boas práticas relacionadas às ações dos Centros de Referência em Direitos Humanos da área geográfica 3, de acordo com padrão e metodologia definida pela SDH/PR.				20/07/2013	8.000,00

Produto 05: Relatório descritivo com avaliação sobre a suficiência de recursos humanos e infraestrutura dos Centros de Referência em Direitos Humanos, análise prospectiva sobre a continuidade dos projetos implementados bem como proposta de localidades estratégicas para a criação de novos Centros, eventuais parceiros e atores estratégicos (área geográfica 3).	05/10/2013	12.000,00
Produto 06: Relatório de pesquisa contendo diagnóstico qualitativo e quantitativo sobre os projetos implementados e serviços prestados pelos Centros de Referência em Direitos Humanos na área geográfica 3, descrição das interfaces com ações e políticas públicas federais relacionadas aos objetivos dos Centros de Referência em Direitos Humanos.	30/11/2013	12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: RODRIGO CAMPOS DILELIO		CPF: 002.573.100-96
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.		

BRA/10/007

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/938					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR em ações de revisão e planejamento de estratégico de comunicação institucional para a consolidação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/01/2013	18/02/2014	95.000,00	95.000,00	39.000,00	39.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Relatório de avaliação da identidade do SIPIA, contendo proposta de revisão de conceito e abordagem, incluindo prospecção de logotipo e manual de aplicação.			28/01/2013	18.000,00	
Produto 02: Pacote de comunicação institucional do SIPIA CT Web, contendo proposta de campanha de veiculação e divulgação dirigida nas redes alcançadas pelo projeto, acompanhada de arte final e protótipo de 12 peças de comunicação estratégica.			11/03/2013	21.000,00	
Produto 03: Pacote de comunicação institucional do SIPIA CT Web, contendo proposta de campanha de veiculação e divulgação dirigida nas redes alcançadas pelo projeto, acompanhada de arte final e protótipo de 12 peças de comunicação estratégica.			10/07/2013	21.000,00	
Produto 04: Proposta de identidade para diagramação de relatórios de disseminação de dados do SIPIA CT w SINASE Web, contendo arquivos matrizes e tutorial de diagramação de documentos.			10/10/2013	9.000,00	
Produto 05: Pacote de comunicação institucional das ações de mobilização e disseminação de dados do Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, contendo proposta de campanha de veiculação e divulgação dirigida nas redes alcançadas pelo projeto, acompanhada de arte final e protótipo de			16/12/2013	26.000,00	

20 peças de comunicação estratégica.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MARCO ANTONIO RIBEIRO MARTINS	CPF: 941.664.121-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/537					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR em estratégias estaduais de fomento à implantação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA na Região Centro-Oeste do País.					
Período de Vigência			Remuneração		
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
05/12/2013	16/06/2013	32.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento técnico contendo levantamento estrutural dos Conselhos Tutelares dos municípios com população superior a 300.000 habitantes e capitais dos estados da região Centro-Oeste e proposta contendo cronograma e estratégia de implantação descentralizada do SIPIA CT Web nesses Conselhos em 2013/2014.			10/01/2014	11.200,00	
Produto 02: Relatório descritivo sobre a organização e realização de oficina com os consultores locais de formação, que serão responsáveis pela execução da formação de Conselheiros Tutelares e de Direitos para o uso do SIPIA CT Web. A oficina deverá preparar os consultores locais para serem multiplicadores do conhecimento adquirido e será realizada em Brasília ou na região de atuação do consultor.			14/02/2014	6.800,00	
Produto 03: Relatório analítico das ações de implantação descentralizada do SIPIA na região de atuação do consultor compreendendo um período de 45 dias após a realização da oficina de formação prevista no Produto 02.			14/04/2014	6.400,00	
Produto 04: Relatório analítico das ações realizadas para o processo de implantação descentralizada do SIPIA na região de atuação da consultoria. Este documento deverá contemplar análise comparativa em relação ao relatório apresentado no Produto 03 e relato sobre os principais desafios enfrentados para implantação.			29/05/2014	7.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANY PATRÍCIA BORBA				CPF: 812.187.531-53	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Vigente.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/537					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR em ações de análise de dados do Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE) e suas interfaces com o SIPIA SINASE Web.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
31/07/2013	30/09/2014	74.000,00	24.000,00	10.000,00	10.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento técnico contendo proposta de aperfeiçoamento metodológico e operacional do processo de Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, para o meio aberto e meio fechado, contendo manual instrutivo e instrumentos de coleta de dados.			10/01/2014	10.000,00	
Produto 02: Relatório de oficina nacional de preparação de pontos focais nacionais, estaduais e locais de aplicação do Levantamento Nacional sobre o atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, Edição 2012, contendo cópia dos materiais metodológicos, programação do encontro, listas de presença e registro fotográfico das atividades.			14/02/2014	8.000,00	
Produto 03: Relatório de monitoramento dos processos e ações de mobilização de dados nacionais, estaduais e locais, meio aberto e meio fechado, do Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, Edição 2012.			14/04/2014	6.000,00	
Produto 04: Relatório de sistematização e análise dos resultados do Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, Edição 2012, bem como sua comparação com os resultados do Levantamento dos anos de 2010 e 2011.			29/05/2014	12.000,00	
Produto 05: Relatório de realização de workshop nacional de divulgação dos resultados do Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, Edição 2012, contendo cópia dos materiais de disseminação de dados, programação do encontro, listas de presença e registro fotográfico das atividades.				6.000,00	
Produto 06: Relatório de oficina nacional de preparação de pontos focais nacionais, estaduais e locais de aplicação do Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, Edição 2013, contendo cópia dos materiais metodológicos, programação do encontro, listas de presença e registro fotográfico das atividades.				8.000,00	
Produto 07: Relatório de monitoramento dos processos e ações de mobilização de dados nacionais, estaduais e locais, meio aberto e meio fechado, do Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, Edição 2013.				6.000,00	
Produto 08: Relatório de sistematização e análise dos resultados do Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, Edição 2013, bem como sua comparação com os resultados do Levantamento dos anos de				12.000,00	

2011 e 2012.		
Produto 09: Relatório de realização de workshop nacional de divulgação dos resultados do Levantamento Nacional sobre o Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei, Edição 2013, contendo cópia dos materiais de disseminação de dados, programação do encontro, listas de presença e registro fotográfico das atividades.		6.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: DAVI SILVA ALMEIDA		CPF: 788.905.945-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Vigente.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/162					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR em estratégias nacionais de fomento à implantação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência, módulo CT Web.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
07/06/2013	30/05/2014	72.000,00	52.000,00	28.500,00	28.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento técnico contendo proposta de estratégia de implantação descentralizada do Sipia CT Web em 2013 nas regiões e municípios prioritários.			10/06/2013	14.500,00	
Produto 02: Relatório analítico nacional da situação de funcionamento e de implantação descentralizada do Sipia CT Web no período de Setembro 2012 a Abril 2013.			10/08/2013	14.000,00	
Produto 03: Relatório de 06 oficinas (05 regionais e uma em Brasília) de formação em mobilização de redes com consultores descentralizados e pontos focais estaduais de implantação e suporte do Sipia CT Web.			10/10/2013	23.500,00	
Produto 04: Relatório analítico nacional da situação de funcionamento e de implantação descentralizada do Sipia CT Web no período de Maio a Outubro de 2013.			10/02/2014	10.000,00	
Produto 05: Relatório analítico nacional da situação de funcionamento e de implantação descentralizada do Sipia CT Web no período de Novembro de 2013 a Março de 2014.			10/05/2014	10.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: DAYANA FERRAZ				CPF: 036.355.124-78	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Vigente.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	

Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/296					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR em ações de desenvolvimento e aplicação de metodologia de mobilização e sistematização de dados gerenciais do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), como qualificação do Sipiia Sinase Web.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
09/08/2013	18/04/2014	56.000,00	26.000,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento de concepção metodológica para mapeamento descentralizado de dados orçamentários do Sinase, como subsídio à qualificação da base de referência do Sipiia Sinase Web. Produto 04: Relatório de análise qualificada dos resultados de sistematização dos dados orçamentários descentralizados do Sinase, contendo considerações acerca de sua incidência no Orçamento Criança e Adolescente (OCA) e na gestão federativa do Sinase.			10/09/2013	15.000,00	
Produto 02: Matriz de sistematização de dados orçamentários descentralizados do Sinase, como subsídio à qualificação da base de referência do Sipiia Sinase Web e à produção de relatórios especializados.			20/11/2013	11.000,00	
Produto 03: Relatório de 01 oficina nacional de mobilização de gestores descentralizados do Sinase, para articulação de rede e apropriação de resultados da sistematização dos dados orçamentários e de gestão do Sinase, a partir da base de referência do Sipiia Sinase Web, contendo cópia dos materiais metodológicos, programação do encontro, listas de presença e registro fotográfico das atividades.			22/02/2014	10.000,00	
Produto 04: Relatório de análise qualificada dos resultados de sistematização dos dados orçamentários descentralizados do Sinase, contendo considerações acerca de sua incidência no Orçamento Criança e Adolescente (OCA) e na gestão federativa do Sinase.			20/03/2014	20.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: FRANCISCO JOSÉ SADECK FILHO			CPF: 036.355.124-78		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Vigente.					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/427					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR na elaboração de proposta de metodologia para capacitação dos operadores do Sistema Socioeducativo no módulo Sinase Web.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

19/09/2013	15/09/2014	72.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento técnico contendo proposta de agenda de seminário e metodologia de capacitação do módulo Sinase Web do Sistema de Informação para Infância e Adolescência. Produto 06: Relatório técnico com conteúdo, programação e relato de aplicação de 02 oficinas de capacitação regional do módulo Sinase Web do Sistema de Informação para Infância e Adolescência na Região Sudeste.			30/09/2013	14.000,00	
Produto 02: Relatório técnico com conteúdo, programação, e relato de aplicação de 04 oficinas de capacitação regional do módulo Sinase Web do Sistema de Informação para Infância e Adolescência nas Regiões Sul e Nordeste.			30/10/2013	16.000,00	
Produto 03: Documento Técnico de análise situacional da utilização do módulo Sinase Web do Sistema de Informação para Infância e Adolescência no período de Agosto de 2013 à Janeiro de 2014.			02/01/2014	8.000,00	
Produto 04: Relatório técnico com conteúdo, programação e relato de aplicação de 04 oficinas de capacitação regional do módulo Sinase Web do Sistema de Informação para Infância e Adolescência nas Regiões Norte e Centro Oeste.			28/02/2014	16.000,00	
Produto 05: Documento Técnico de análise situacional da utilização do módulo Sinase Web do Sistema de Informação para Infância e Adolescência no período de Fevereiro de 2014 à Julho de 2014.			30/04/2014	8.000,00	
Produto 06: Relatório técnico com conteúdo, programação e relato de aplicação de 02 oficinas de capacitação regional do módulo Sinase Web do Sistema de Informação para Infância e Adolescência na Região Sudeste.			30/06/2014	10.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: LEONARDO PERES TORELLY				CPF: 713.572.541-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Vigente.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/535					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR em estratégias estaduais de fomento à implantação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA na Região Nordeste do País.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
06/12/2013	16/06/2014	32.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega		Valor

Produto 01: Documento técnico contendo levantamento estrutural dos Conselhos Tutelares dos municípios com população superior a 300.000 habitantes e capitais dos estados da região Nordeste e proposta contendo cronograma e estratégia de implantação descentralizada do SIPIA CT Web nesses Conselhos em 2013/2014.	10/01/2014	11.200,00
Produto 02: Relatório descritivo sobre a organização e realização de oficina com os consultores locais de formação, que serão responsáveis pela execução da formação de Conselheiros Tutelares e de Direitos para o uso do SIPIA CT Web. A oficina deverá preparar os consultores locais para serem multiplicadores do conhecimento adquirido e será realizada em Brasília ou na região de atuação do consultor.	14/02/2014	6.800,00
Produto 03: Relatório analítico das ações de implantação descentralizada do SIPIA na região de atuação do consultor compreendendo um período de 45 dias após a realização da oficina de formação prevista no Produto 02.	14/04/2014	6.400,00
Produto 04: Relatório analítico das ações realizadas para o processo de implantação descentralizada do SIPIA na região de atuação da consultoria. Este documento deverá contemplar análise comparativa em relação ao relatório apresentado no Produto 03 e relato sobre os principais desafios enfrentados para implantação.	29/05/2014	7.600,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: MÔNICA SILLAN DE OLIVEIRA		CPF: 525.360.843-53
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Vigente.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/484					
Objetivo da Consultoria: Customização de sistema informatizado para a operacionalização do Serviço Disque Denúncia - Disque 134 do Governo da República de El Salvador.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/10/2013	10/10/2014	90.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 1 contendo os artefatos relacionados ao processo de customização do sistema SIMEC, impressos e em CD-ROM:- Lista de customizações (mudanças e melhorias) solicitadas pelos usuários, relacionadas por complexidade e grau de impacto.- Cronograma de atendimento das customizações.- Lista de riscos e plano de mitigação.- Tradução para o idioma espanhol do menu ATENDIMENTO, considerando as especificações dos casos de uso do módulo temático Criança e Adolescente, considerando a peculiaridades aplicáveis à El Salvador.- Códigos fontes alterados no sistema conforme customizações efetuadas.			07/01/2004	25.000,00	

Produto 2 contendo os artefatos relacionados ao processo de customização do sistema SIMEC, impressos e em CD-ROM:- Lista de customizações (mudanças e melhorias) solicitadas pelos usuários, relacionadas por complexidade e grau de impacto.- Tradução para o idioma espanhol do menu TRATAMENTO, considerando as especificações dos casos de uso Página: 1do módulo temático Criança e Adolescente, considerando a peculiaridades aplicáveis à El Salvador.- Códigos fontes alterados no sistema conforme customizações efetuadas.	08/03/2014	15.000,00
Produto 3 contendo os artefatos relacionados ao processo de customização do sistema SIMEC, impressos e em CD-ROM:- Lista de customizações (mudanças e melhorias) solicitadas pelos usuários, relacionadas por complexidade e grau de impacto.Tradução para o idioma espanhol do menu RELATÓRIOS, considerando as especificações dos casos de uso do módulo temático Criança e Adolescente, considerando a peculiaridades aplicáveis à El Salvador.- Códigos fontes alterados no sistema conforme customizações efetuadas.	09/05/2014	15.000,00
Produto 4 contendo os artefatos relacionados ao processo de customização do sistema SIMEC, impressos e em CD-ROM:- Lista de customizações (mudanças e melhorias) solicitadas pelos usuários, relacionadas por complexidade e grau de impacto.- Tradução para o idioma espanhol do menu BACK OFFICE, considerando as especificações dos casos de uso do módulo temático Criança e Adolescente, considerando a peculiaridades aplicáveis à El Salvador.- Códigos fontes alterados no sistema conforme customizações efetuadas.	23/06/2014	10.000,00
Produto 5 contendo os artefatos relacionados ao processo de customização do sistema SIMEC, impressos e em CD-ROM:- Lista de customizações (mudanças e melhorias) solicitadas pelos usuários, relacionadas por complexidade e grau de impacto.- Tradução para o idioma espanhol do menu SISTEMA, considerando as especificidades inerentes à Organização de Estado da República de El Salvador- Códigos fontes alterados no sistema conforme customizações efetuadas.	05/08/2014	10.000,00
Produto 6 contendo os artefatos relacionados ao processo de customização do sistema SIMEC, impressos e em CD-ROM:- Tradução completa para o idioma espanhol do Sistema (telas, menus e mensagens de apresentação ao usuário) - Entrega completa de todos os Códigos fontes alterados no sistema conforme customizações efetuadas.- Desenho de processo contendo o desenho macro da solução final customizada conforme necessidade dos usuários.- Acompanhamento e Monitoramento da implementação do Sistema.	30/09/2014	15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: RAFAEL MARCONI RAMOS		CPF: 802.701.235-04
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Vigente.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.	BRA/10/007
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2013/02	
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR em ações de planejamento estratégico para capacitação	

de conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente no contexto do Sistema de Informação para Infância e Adolescência e suas interfaces com as Escolas de Conselhos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/01/2013	10/02/2014	80.000,00	80.000,00	52000,00	52.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Produto 01: Relatório de sistematização sobre as características, ações, boas práticas e contextos de atuação das Escolas de Conselhos das regiões sul e sudeste do Brasil.				10/02/2013	8.000,00
Produto 02: Relatório de 01 (um) workshop com as equipes da SDH e Conanda para análise de cenário das expectativas e tendências pedagógicas para capacitação de conselheiros de direitos da criança e do adolescente, contendo subsídios preliminares à composição de currículo e conteúdo nacional de capacitação das Escolas de Conselhos para este público.				29/03/2013	6.000,00
Produto 03: Proposta de composição de currículo nacional integrado das Escolas de Conselhos para capacitação de conselheiros de direitos da criança e do adolescente, contendo ementas dos temas e conteúdos, bem como proposta de organização em módulos de ensino/aprendizagem.				22/04/2014	7.500,00
Produto 04: Documento técnico contendo Kit Pedagógico com conteúdos e exercícios de aprendizagem para cada módulo de formação de conselheiros de direitos da criança e do adolescente, catálogo sistematizado de referências bibliográficas básicas, bem como diretório de documentos, textos e mídias de apoio ao aluno complementares aos conteúdos principais dos módulos de formação presencial e à distância de conselheiros de direitos da criança e do adolescente no âmbito das Escolas de Conselhos.				15/05/2014	15.000,00
Produto 05: Proposta pedagógica e executiva para avaliação de a) conteúdos e metodologia de aprendizagem, b) alunos, e; c) docentes, no âmbito das capacitações para conselheiros de direitos da criança e do adolescente das Escolas de Conselhos.				30/06/2013	6.500,00
Produto 06: Relatório de 01 (uma) reunião de apresentação da proposta e conteúdos pedagógicos de formação de conselheiros de direitos da criança e do adolescente aos pontos focais nacionais e estaduais das Escolas de Conselhos e do SIPIA.				20/07/2013	7.000,00
Produto 07: Relatório de 02 (duas) oficinas de capacitação de pontos focais dos núcleos estaduais das Escolas de Conselhos nas UF das regiões sul e sudeste, sobre a matriz programática e de conteúdos do projeto no âmbito dos conselhos de direitos da criança e do adolescente.				15/09/2013	13.000,00
Produto 08: Relatório de 02 (duas) oficinas de capacitação de pontos focais dos núcleos estaduais das Escolas de Conselhos nas UF da região centro-oeste, sobre a matriz programática e de conteúdos do projeto no âmbito dos conselhos de direitos da criança e do adolescente.				15/11/2013	17.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ROBERTA POMPEU DE CAMARGO CARVALHO				CPF: 713.572.541-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Boas Práticas em Redes na Implantação e Implementação dos Sistemas de Informação para Infância e Adolescência: SIPIA Conselho Tutelar e SIPIA SINASE Web.				BRA/10/007	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/562					
Objetivo da Consultoria: Subsidiar o trabalho da SDH/PR em estratégias estaduais de fomento à implantação do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA na Região Sul do País.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
06/12/2013	16/06/2014	32.000,00	0,00	0,00	0,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Produto 01: Documento técnico contendo levantamento estrutural dos Conselhos Tutelares dos municípios com população superior a 300.000 habitantes e capitais dos estados da região Sul e proposta contendo cronograma e estratégia de implantação descentralizada do SIPIA CT Web nesses Conselhos em 2013/2014.			10/01/2014	11.200,00	
Produto 02: Relatório descritivo sobre a organização e realização de oficina com os consultores locais de formação, que serão responsáveis pela execução da formação de Conselheiros Tutelares e de Direitos para o uso do SIPIA CT Web. A oficina deverá preparar os consultores locais para serem multiplicadores do conhecimento adquirido e será realizada em Brasília ou na região de atuação do consultor.			14/02/2014	6.800,00	
Produto 03: Relatório analítico das ações de implantação descentralizada do SIPIA na região de atuação do consultor compreendendo um período de 45 dias após a realização da oficina de formação prevista no Produto 02.			14/04/2014	6.400,00	
Produto 04: Relatório analítico das ações realizadas para o processo de implantação descentralizada do SIPIA na região de atuação da consultoria. Este documento deverá contemplar análise comparativa em relação ao relatório apresentado no Produto 03 e relato sobre os principais desafios enfrentados para implantação.			29/05/2014	7.600,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: SCHEILA FRAGOSO THOMÉ				CPF: 586.125.309-97	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Aditivado.					

BRA/11/003

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000559					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para construção de proposta de sistema de indicadores em trabalho e geração de renda, com foco em DH, com indicação de metodologia e indicadores.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

23/12/2011	15/02/2013	50.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
5. Proposta de sistema de indicadores em Trabalho e Geração de Renda, com foco em DH, com indicação de metodologia e indicadores, incluindo fichas de metadados e sugestões para coleta e mensuração dos inexistentes.				11/03/2013	20.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: FRANCO MATOS				CPF: 162.405.958-96	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Encerrado.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000552					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para construção de proposta de sistema de indicadores em DH, com indicação de metodologia e indicadores.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/12/2011	15/02/2013	68.000,00	0,00	13.000,00	13.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
5. Documento analítico dos relatórios sobre indicadores temáticos.				11/03/2013	6.500,00
6. Documento analítico dos relatórios sobre indicadores temáticos.				11/03/2013	6.500,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARCELO CAETANO CORREA SIMAS				CPF: 029.707.427-05	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Encerrado.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2012/000538					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada para construção de proposta de sistema de indicadores em Educação, com foco em DH, com indicação de metodologia e indicadores.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/12/2011	15/02/2013	50.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
5. Proposta de sistema de indicadores em Trabalho e Geração de Renda, com foco em DH, com indicação de metodologia e indicadores, incluindo fichas de metadados e sugestões para coleta e mensuração dos inexistentes.	11/03/2013	20.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: SÉRGIO STOCO		CPF: 192.889.368-66
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Encerrado.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000007					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada, a ser desenvolvida em Brasília-DF, para sistematização e mapeamento de todas as bases de dados e outras informações em Direitos Humanos mantidas pela SDH/PR, bem como construção de painel interno de indicadores em Direitos Humanos para os programas da SDH/PR que contemple as ações de responsabilidade da Secretaria no PNDH-3, além de elaboração de metodologia, metadados e informações adicionais.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/01/2013	16/08/2013	45.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Documento técnico mapeando as coordenações-gerais de duas Secretarias Nacionais ou outras áreas da SDH/PR responsáveis por ações do PNDH-3, sistematizando junto a elas bases de dados e indicadores de execução de ações específicas do programa, com informações a respeito de forma de produção, periodicidade de atualização, responsável pela - e forma de - coleta de dados, fluxos organizacionais institucionais; e apresentando outras informações que venham a se mostrar necessárias, inclusive todos os metadados respectivos.				11/03/2013	9.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: PRISCILA ASSIS DE ABREU				CPF: 147.689.678-09	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Encerrado.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.	BRA/11/003
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2013/000068	
Objetivo da Consultoria: Sistematização de dados e informações, análise, avaliação, monitoramento e elaboração de indicadores de programas da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH/PR referentes à	

Assessoria Internacional e ao Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
28/03/2013	28/03/2014	115.000,00	0,00	44.000,00	44.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Proposta conceitual e metodológica com ações, metas, prazos e estratégias para o desenvolvimento dos produtos.				07/05/2013	11.000,00
2. Relatório técnico situacional efetuando diagnóstico, detalhando e analisando os aspectos legais, normativos, operacionais e tático-estratégicos das ações executadas no âmbito da Assessoria Internacional da SDH/PR, e sistematizando os respectivos dados e informações.				26/07/2013	17.000,00
3. Documento técnico contendo levantamento e análise de dados produzidos pela Assessoria Internacional da SDH/PR, a fim de subsidiar a construção de indicadores que serão acompanhados pela Secretaria-Executiva da SDH/PR.				29/11/2013	16.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: NATHALIE ALBIERI LAUREANO				CPF: 345.989.428-86	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Ativo.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000264					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada a ser desenvolvida em Brasília-DF visando a organização e sistematização de informações para a elaboração do relatório do Brasil com indicadores para mensuração do progresso na realização de direitos seguindo, quando possível, diretrizes propostas pelo documento Indicadores de progresso para la medición de derechos contemplados em el Protocolo de San Salvador , que é o documento-base da consultoria. (Área: Educação).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/07/2013	09/05/2014	64.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Estudo técnico de não mais de 25 páginas apresentando e analisando os indicadores.				23/09/2013	7.000,00
5. Estudo técnico contendo tabelas de correspondência entre os indicadores previstos no documento-base da consultoria e 1) indicadores elaborados no âmbito do SNIDH; 2) indicadores que permitam mensurar ações do PPA 2012-2015; 3) indicadores referentes a ações constantes no Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3; e 4) indicadores referentes a recomendações efetuadas ao Brasil no âmbito do Mecanismo de Revisão Periódica Universal - RPU do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU.				29/11/2013	8.000,00

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Tatiana Vasconcelos Brick	CPF: 876.216.651-49
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Ativo.	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000284					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada contratada observando-se as disposições da Portaria MRE nº 717, de 09/12/2006, para apoio técnico e operacional à elaboração de séries históricas de indicadores do SNIDH quanto à elaboração/organização de segmentações transversais vinculadas para cada uma das seguintes áreas:- criança, adolescente, juventude e idoso;- sexo, gênero e orientação sexual;- pessoas com deficiência, raça/cor, populações tradicionais e indígenas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
31/07/2013	22/04/2014	36.000,00	0,00	18.000,00	18.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
4. Relatório técnico de consolidação das discussões ocorridas nas reuniões de Comitê Técnico de Acompanhamento do Sistema Nacional de Indicadores de Direitos Humanos relacionados à respectiva área sob responsabilidade do consultor, dentre as especificadas no item 5 deste Edital, incluindo transcrição de áudio, quando aplicável..			11/11/2013	8.000,00	
5. Relatório técnico de consolidação de discussões referentes às Pesquisas Perfil dos Municípios Brasileiros (MUNIC) e Perfil dos Estados Brasileiros (ESTADIC) relacionados à respectiva área sob responsabilidade do consultor, dentre as especificadas no item 5 deste Edital.			11/11/2013	10.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: THAIS GAWRYSZEWSKI				CPF: 032.683.191-65	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Ativo.					
Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000456					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada contratada observando-se as disposições da Portaria MRE nº 717, de 09/12/2006, para apoio técnico e operacional visando a realizar amplo levantamento de todas as publicações da SDH/PR; mapear, sistematizar e catalogar informações sobre suas publicações; e - por fim - avaliar seu conteúdo, seu grau de acessibilidade, e outros aspectos necessários para gerar uma base de dados unificada sobre elas, com respectivos indicadores.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
09/10/2013	14/07/2014	42.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
1. Plano de trabalho para a consultoria, identificando fontes de publicações institucionais e não institucionais da SDH/PR, bem como de outras publicações vinculadas ao tema de Direitos Humanos de domínio público.	13/11/2013	1.500,00
2. Documento técnico com levantamento de publicações institucionais e não institucionais da SDH/PR, bem como de outras publicações vinculadas ao tema de Direitos Humanos de domínio público	02/12/2013	4.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: ALESSANDRA DOS SANTOS ARAÚJO		CPF: 491.242.692-04
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Ativo.		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000414					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada contratada observando-se as disposições da Portaria MRE nº 717, de 09/12/2006, visando a análise de bases de dados e a elaboração de séries históricas dos indicadores concebidos no âmbito do SNIDH nas áreas do direito à educação, saúde, vida, trabalho decente e meio ambiente.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/09/2013	05/05/2014	60.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Documento técnico contendo documentação de estrutura de dados armazenados, sintaxe dos procedimentos realizados e cálculo de série de dez indicadores específicos elaborados no contexto do Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, incluindo séries históricas, desagregações por características dos titulares do direito e geográficas, e outros procedimentos estatísticos cabíveis.				28/11/2013	15.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: WESLEY DE JESUS SILVA				CPF: 019.691.091-90	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Ativo.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.	BRA/11/003
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: 2013/000368	
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada contratada observando-se as disposições da Portaria MRE nº	

717, de 09/12/2006, visando a análise de bases de dados e a elaboração de séries históricas dos indicadores concebidos no âmbito do SNIDH nas áreas do direito à educação, saúde, vida, trabalho decente e meio ambiente.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/09/2013	05/05/2014	60.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Documento técnico contendo documentação de estrutura de dados armazenados, sintaxe dos procedimentos realizados e cálculo de série de dez indicadores específicos elaborados no contexto do Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, incluindo séries históricas, desagregações por características dos titulares do direito e geográficas, e outros procedimentos estatísticos cabíveis.				28/11/2013	15.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: ANDRÉ LUIZ FERNANDES CANÇADO				CPF: 039.948.026-95	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Ativo.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000366					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada contratada observando-se as disposições da Portaria MRE nº 717, de 09/12/2006, visando a análise de bases de dados e a elaboração de séries históricas dos indicadores concebidos no âmbito do SNIDH nas áreas do direito à educação, saúde, vida, trabalho decente e meio ambiente.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/09/2013	05/05/2014	60.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Documento técnico contendo documentação de estrutura de dados armazenados, sintaxe dos procedimentos realizados e cálculo de série de dez indicadores específicos elaborados no contexto do Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, incluindo séries históricas, desagregações por características dos titulares do direito e geográficas, e outros procedimentos estatísticos cabíveis.			28/11/2013	15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: EDUARDO RIBEIRO DA SILVA				CPF: 090.785.737-08	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Ativo.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento	PNUD

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000375					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada contratada observando-se as disposições da Portaria MRE nº 717, de 09/12/2006, visando a análise de bases de dados e a elaboração de séries históricas dos indicadores concebidos no âmbito do SNIDH nas áreas do direito à educação, saúde, vida, trabalho decente e meio ambiente.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/09/2013	05/05/2014	60.000,00	0,00	15.000,00	15.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Documento técnico contendo documentação de estrutura de dados armazenados, sintaxe dos procedimentos realizados e cálculo de série de dez indicadores específicos elaborados no contexto do Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos, incluindo séries históricas, desagregações por características dos titulares do direito e geográficas, e outros procedimentos estatísticos cabíveis.			28/11/2013	15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: EDUARDO NAKANO				CPF: 277.897.508-01	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Ativo.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000269					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada a ser desenvolvida em Brasília-DF visando a organização e sistematização de informações para a elaboração do relatório do Brasil com indicadores para mensuração do progresso na realização de direitos seguindo, quando possível, diretrizes propostas pelo documento Indicadores de progresso para la medición de derechos contemplados em el Protocolo de San Salvador , que é o documento-base da consultoria. (Área: Saúde).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
26/07/2013	09/05/2014	64.000,00	0,00	7.000,00	7.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Estudo técnico de não mais de 25 páginas apresentando e analisando os indicadores estruturais referidos no documento-base da consultoria em sua aplicabilidade no contexto da realização, no Brasil, do direito específico para o qual for designado(a).				02/12/2013	7.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: MARIA ALEJANDRA SCHULMEYER IRIARTE				CPF: 688.189.201-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Ativo.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000518					
Objetivo da Consultoria: Sistematização de informações e a elaboração de indicadores sobre beneficiários de pensões especiais concedidas a pessoas atingidas pela hanseníase e submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
12/11/2013	30/09/2014	64.000,00	0,00	9.000,00	9.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
1. Estudo técnico 1) contendo matriz de informações necessárias para elaborar base de dados sobre requerentes de pensões especiais por internação compulsória; 2) especificando os indicadores a serem calculados a partir dos dados sistematizados com base nos processos referentes a pensões especiais por internação compulsória, com respectivas metodologias e fichas de metadados; e 3) apresentando proposta de perfil de pesquisadores necessários para levantar tais informações.			02/12/2013	9.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: HELOIZA DE ALMEIDA PRADO BOTELHO EGAS				CPF: 286.305.458-95	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Ativo.					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento				PNUD	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Informações em Direitos Humanos: Identificando potenciais e construindo indicadores.				BRA/11/003	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 2013/000466					
Objetivo da Consultoria: Desenvolvimento de atividades referentes ao levantamento de informações, sistematização de dados, análise, monitoramento e elaboração de indicadores acerca da execução das ações previstas no Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres, instituído pela Portaria Interministerial nº 02, de 06 de dezembro de 2012.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/10/2013	10/10/2014	96.000,00	0,00	9.200,00	9.200,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
1. Estudo técnico contendo metodologia de divulgação do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em				02/12/2013	9.200,00

Situação de Riscos e Desastres e do seu Termo de Adesão junto aos municípios considerados prioritários pela Política Nacional de Redução de Riscos.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: VERENA MARTINS DE CARVALHO	CPF: 839.221.481-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato: Ativo.		

UNESCO

BRA914/3034

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3033/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado na modalidade produto, com Graduação completa em qualquer área de formação com experiência em direitos humanos com ênfase em temas migratórios e de refugiados, para elaboração proposta de atuação institucional da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) no tema de direitos humanos, migrações e refúgio.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/10/2012	15/10/2013	R\$ 83.000,00	R\$ 83.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 47.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10-Documento técnico contendo diagnóstico sobre como a interface entre direitos humanos e migrações é tratada pelas diversas instituições estatais brasileiras.			25/11/2012	R\$ 10.000,00	
Nº20-Documento técnico contendo diagnóstico sobre como a interface entre direitos humanos e refúgio é tratada pelas diversas instituições estatais brasileiras.			07/01/2013	R\$ 10.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo levantamento sobre os arranjos institucionais dos países sul-americanos que tratam o tema de direitos humanos e migrações.			25/02/2013	R\$ 13.000,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo levantamento sobre os arranjos institucionais dos países sul-americanos que tratam o tema de direitos humanos e refúgio.			30/04/2013	R\$ 13.000,00 (pago)	
Nº50-Documento técnico analítico sobre as melhores práticas implementadas pelos países sul-americanos no tratamento da interface entre direitos humanos e migrações.			28/06/2013	R\$ 11.000,00	
Nº60-Documento técnico analítico sobre as melhores práticas implementadas pelos países sul-americanos no tratamento da interface entre direitos humanos e refúgio			15/08/2013	R\$ 11.000,00	
Nº70-Documento técnico contendo Proposta de atuação da SDH/PR nos temas de direitos humanos, migrações e refúgio, detalhando: (i) principais assuntos a serem tratados pela SDH/PR; (ii) institucionalização dos temas na estrutura da SDH/PR; (iii) modalidades de colaboração com as estruturas estatais envolvidas nos temas.			15/10/2013	R\$ 15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Agostinho Medeiros Festa Ribeiro Mendes				CPF: 701.518.461-38	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3293/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para elaborar compilação e mecanismo de monitoramento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil em matéria de Direitos Humanos, conforme consta no 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), Eixo Orientador I, Objetivo Estratégico II, Ações Programáticas “c” , “e” e “f”.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/10/2013	15/04/2014	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo levantamento de todas as recomendações feitas ao Brasil pelos órgãos do Sistema ONU e do Sistema Interamericano, categorizando-as segundo origem, data, tema, órgãos públicos envolvidos e outras variáveis definidas como relevantes			20/11/2013	R\$ 12.000,00	
Nº20- Documento técnico contendo proposta de estratégia e de mecanismo de monitoramento e de avaliação do cumprimento das recomendações internacionais feitas ao Brasil, a ser levada a efeito pela SDH/PR em relação às suas áreas técnicas e aos outros órgãos de governo			25/01/2014	R\$ 8.000,00	
Nº30- Relatório analítico acerca do cumprimento, pelo Estado brasileiro, de todas as recomendações levantadas, que contenha índices de cumprimento desagregados por tema e por órgão responsável, dentre outros critérios considerados relevantes.			15/04/2014	R\$ 16.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Akemi Kamimura				CPF: 270.568.518-94	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-381/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 4 (quatro) consultores/as especializados para elaboração de conteúdo de publicações que deverão abordar, cada um, quatro dos doze direitos previstos no International Humam Rights Instruments das Nações Unidas, tendo como objetivo apresentar material de fácil assimilação que apresente o fundamento histórico, o marco teórico, o aspecto vivencial real e o grau de realização de cada um desses direitos no Brasil atual.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/02/2013	15/08/2013	R\$39.000,00	R\$39.000,00	R\$39.000,00	R\$39.000,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Nº01- Documento técnico contendo a proposta final da primeira publicação do grupo de direitos definido para o/a consultor/a, com a incorporação das informações coletadas, incluindo depoimentos (entrevistas) e todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático e de publicação.	15/04/2013	R\$ 13.000,00 (pago)
Nº02- Documento técnico contendo a proposta final da segunda publicação do grupo de direitos definido para o/a consultor/a, com a incorporação das informações coletadas, incluindo depoimentos (entrevistas) e todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático e de publicação.	20/06/2013	R\$ 13.000,00 (pago)
Nº03- Documento técnico contendo a proposta final da terceira publicação do grupo de direitos definido para o/a consultor/a, com a incorporação das informações coletadas, incluindo depoimentos (entrevistas) e todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático e de publicação.	15/08/2013	R\$ 13.000,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Alessandra Pereira Rezende Teixeira		CPF: 012.753.106-80
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-879/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de Consultor especializado para realização de análises de estatísticas sociais com enfoque voltado para os Direitos Humanos, a partir de dados oriundos das pesquisas para a elaboração de conteúdo de publicações que deverão abordar os doze direitos previstos no International Human Rights Instruments das Nações Unidas, tendo como objetivo apresentar material de fácil assimilação que apresente o fundamento histórico, o marco teórico, o aspecto vivencial real e o grau de realização de cada um desses direitos no Brasil atual.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
22/03/2013	22/09/2013	R\$ 62.000,00	R\$ 62.000,00	R\$ 62.000,00	R\$ 62.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento Técnico contendo Relatório Analítico das Informações contendo tabulações, sistematizações, cruzamentos de informações, dados estatísticos e análises dos dados levantados para o conteúdo da publicação conforme e de acordo com Grupo 1- Direito a uma vida livre de violência. Direito a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos ou degradantes. Direito a um julgamento justo.			20/05/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº20- Documento Técnico contendo Relatório Analítico das Informações contendo tabulações, sistematizações, cruzamentos de informações, dados estatísticos e análises dos dados levantados para o conteúdo da publicação conforme e de acordo com Grupo 2- Direito à liberdade e segurança da pessoa. Direito à moradia adequada. Direito			25/06/2013	R\$ 15.000,00 (pago)	

ao trabalho com dignidade.		
Nº30- Documento Técnico contendo Relatório Analítico das Informações contendo tabulações, sistematizações, cruzamentos de informações, dados estatísticos e análises dos dados levantados para o conteúdo da publicação conforme e de acordo com Grupo 3- Direito à alimentação adequada. Direito ao mais alto patamar de Saúde física e mental. Direito à seguridade social.	18/08/2013	R\$ 18.000,00 (pago)
Nº40- Documento Técnico contendo Relatório Analítico das Informações contendo tabulações, sistematizações, cruzamentos de informações, dados estatísticos e análises dos dados levantados para o conteúdo da publicação conforme e de acordo com Grupo 4- Direito à participação em assuntos públicos. Direito à Educação. Direito à opinião e à expressão.	22/09/2013	R\$ 17.000,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Alexandre Siqueira Mesquita		CPF: 586.950.520-87
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: 3463/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para produzir documentos de fomento à Educação em Direitos Humanos (materiais educativos) no âmbito de atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos bem como da Plataforma de Direitos Humanos (Dhesca Brasil).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/05/2012	15/05/2013	R\$38.000,00	R\$38.000,00	R\$38.000,00	R\$38.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo Guia estratégico sobre Educação e Direitos Humanos para Mídia Digital -internet, redes sociais, cyberativismo-, visando o fortalecimento e a divulgação do projeto das relatorias;			26/11/2012	R\$ 8.800,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo Roteiro de programa de vídeo para promoção dos Dhesca, contendo explicação didática sobre o tema e a atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos como um instrumento inovador de exigibilidade e monitoramento dos direitos humanos no Brasil;			18/01/2013	R\$ 10.100,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo folheto informativo-educativo sobre as principais causas de violações dos direitos humanos no Brasil, a partir de estudos e análises realizados pelas Relatorias Nacionais de Direitos Humanos Elaborado, editado e revisto;			29/03/2013	R\$ 9.200,00 (pago)	
Nº40- Documento contendo texto para Material informativo e educativo sobre Direitos Humanos no Brasil a partir da experiência das Relatorias Nacionais frente às violações por elas investigadas.			15/05/2013	R\$ 9.900,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Anderson Luiz Moreira					

	CPF: 026.460.459-80
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3744/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissional para elaboração de estudo tipológico sobre a natureza do acervo da CDDPH; elaboração de proposta de organização do acervo, sistematização da documentação produzida e acumulada pelo CDDPH e proposta de elaboração de catálogo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$70.000,00	R\$70.000,00	R\$70.000,00	R\$70.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo avaliação situacional do acervo produzido e acumulado pelo CDDPH;				15/02/2013	R\$ 13.000,00
Nº20- Documento técnico contendo o mapeamento das atividades/ funções do CDDPH e os respectivos documentos produzidos				30/03/2013	R\$ 10.000,00 (pago)
Nº30- Proposta de metodologia para subsidiar o processo de padronização, catalogação, e indexação da documentação produzida e acumulada pelo CDDPH;				23/05/2013	R\$ 11.000,00 (pago)
Nº40- Plano de classificação de documentos da área FIM e aplicação da Tabela de Temporalidade Documental (TTD) área Meio de acordo com as tipologias documentais produzidas e acumuladas pelo CDDPH, conforme legislação arquivística vigente				25/07/2013	R\$ 12.000,00 (pago)
Nº50- Catálogo contendo a documentação produzida e acumulada pelo CDDPH desde sua criação				20/09/2013	R\$ 14.000,00 (pago)
Nº60- Artigo para veiculação descrevendo a importância do acervo para a educação em Direitos Humanos.				21/01/2014	R\$ 10.000,00 (pago)
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Andrea Valentim Alves Ferreira				CPF: 935.303.071-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-1905/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços especializados (pessoa jurídica) para o desenvolvimento de software e sistema de busca para indexação e recuperação da informação, atendendo às necessidades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no	Total Previsto no	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

		Contrato	Exercício		
01/08/2012	14/11/2012	R\$27.500,00	R\$27.500,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Projeto executivo e proposta descritiva do sistema e apresentação da Nota Fiscal/Fatura/Recibo atestado pelo responsável pelo projeto e autorizada pela UNESCO			30/08/2012	8.250,00	
Nº20- Sistema de indexação e busca implantado e apresentação da Nota Fiscal Fiscal/Fatura/Recibo atestado pelo responsável pelo projeto e autorizada pela UNESCO			14/11/2012	19.250,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Bertholdo Consultoria e Informatica Ltda				CNPJ: 02.942.289/0001-93	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-621/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de um profissional especializado para organização metodológica do 1º Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
04/03/2013	04/03/2014	R\$85.000,00	R\$85.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo proposta metodológica do 1 Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos.			24/03/2013	R\$ 10.000,00	
Nº20- Documento técnico contendo proposta de organização do espaço do evento no que se refere à ambientação e disposição de materiais e equipamentos.			04/06/2013	R\$ 6.000,00	
Nº30- Documento técnico contendo avaliação diagnóstica feita com os Conselhos Estaduais de Direitos Humanos, a respeito das necessidades a serem tratadas no 1 Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos com definição de pautas comuns e sugestões de capacitação.			01/07/2013	R\$ 13.000,00	
Nº40- Documento técnico contendo proposta de programação e atividades do 1 Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos.			15/08/2013	R\$ R\$ 10.000,00	
Nº50-.Documento técnico contendo subsídios com o objetivo de fomentar a criação de conselhos nos estados onde não existem.			20/09/2013	R\$ 16.000,00	
Nº60- Documento técnico contendo registro do evento, atividades realizadas e experiências exitosas.			01/10/2013	R\$ 10.000,00	
Nº70- Proposta de artigo descrevendo a importância do 1 Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos			10/12/2013	R\$ 8.000,00	
Nº 80- Elaboração de relatório final do evento.			04/03/2014	R\$ 12.000,00	
Consultor Contratado					

Nome do Consultor: Carla Miranda	CPF: 011.755.401-45
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-181/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 6 (seis) consultores (as) especializados (as) para a realização de pesquisa, sistematização de informações e elaboração de documentos técnicos e analíticos sobre a identificação de uma possível repetição ou relação entre as violações contra os direitos humanos de cidadãos perseguidos pelo Regime Militar durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e àquelas praticadas por agentes públicos no exercício de suas atribuições durante a égide do regime democrático, inaugurado pela Constituição de 1988, a fim de subsidiar o projeto “Pelo Direito à Não-Repetição: a reforma institucional no pós-ditadura como pressuposto à formação de uma cultura para a paz e para os direitos humanos”. Especificamente, objetiva-se investigar as práticas, mecanismos, formas e contextos em que se deram e ainda ocorrem a prática da a) tortura, b) execução sumária, c) lavratura de autos de resistência, d) desaparecimento forçado de pessoas, como também e) a violência institucional no campo e f) junto às comunidades indígenas. Ainda, pretende-se analisar práticas ou costumes dos agentes de segurança pública com o fito de identificar eventuais resquícios autoritários ou atentatórios aos direitos humanos. Por fim, o presente projeto também objetiva elaborar estudo sobre a resolutividade de crimes violentos praticados por agentes de segurança pública no exercício de sua função com ênfase no atendimento da ocorrência policial, na atividade pericial e na conclusão do inquérito policial ou procedimento análogo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/02/2013	30/07/2013	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico analítico contendo o resultado da análise de dados, documentos e estudos que revelem a ocorrência do crime de tortura durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985);			15/03/2013	R\$ 15.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico analítico contendo o resultado da análise de dados, documentos e estudos que revelem a ocorrência do crime de tortura praticado por agentes públicos no período compreendido entre 1985-2012;			30/05/2013	R\$ 15.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico analítico que relacione que relacione as práticas de tortura ocorridas à época da ditadura civil-militar às ocorrências ou relatos no período compreendido entre 1985-2012;			30/07/2013	R\$ 20.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Caroline Silveira Bauer				CPF: 001.454.740-62	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: SA-513/2012	
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissional especializado, para sistematização	

das sugestões ao Plano Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública que serão fornecidas por meio de um link na página da Secretaria de Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/02/2012	14/11/2012	R\$70.000,00	R\$70.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento contendo reflexão teórica com foco nos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública de forma a justificar a necessidade de construção/elaboração do Plano nacional de Promoção e defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança pública;			24/04/2012	R\$ 12.000,00	
Nº20- Documento técnico analítico com as contribuições postadas no Link da página da Secretaria de Direitos Humanos referente aos temas: DIREITOS CONSTITUCIONAIS E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ; VALORIZAÇÃO DA VIDA e DIREITO À DIVERSIDADE.			29/06/2012	R\$ 14.000,00	
Nº30- Documento técnico analítico com as contribuições postadas no Link da página da Secretaria de Direitos Humanos referente aos temas: REABILITAÇÃO E REINTEGRAÇÃO, DIGNIDADE E SEGURANÇA NO TRABALHO, SEGUROS E AUXÍLIOS; ASSISTÊNCIA JURÍDICA, HABITAÇÃO, CULTURA E LAZER			15/08/2012	R\$ 14.000,00	
Nº40- Documento técnico analítico com as contribuições postadas no Link da página da Secretaria de Direitos Humanos referente aos temas: EDUCAÇÃO, PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS, ESTRUTURAS E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL			01/10/2012	R\$ 14.000,00	
Nº50- Minuta do Plano Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública.			14/11/2012	R\$ 16.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cassia Maria Rosato				CPF: 257.694.278-41	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-39/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de um consultor especializado, na modalidade produto, para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos e analíticos que sistematizem informações sobre o funcionamento do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e sua relação com graves violações de direitos cometidas no período referido no Artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/03/2013	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Organograma da estrutura do Centro de Informações do Exterior, com o correspondente relatório analítico detalhando hierarquias e participação na estrutura do Serviço Nacional de Informações (SNI).	01/02/2013	R\$ 2.500,00 (pago)
Nº20- Organograma da distribuição de informações a partir do CIEIX, com o correspondente relatório analítico sobre a natureza destas informações e a contribuição dada a outros órgãos da repressão durante a ditadura, dentro e fora do Brasil.	20/02/2013	R\$ 2.500,00
Nº30- Documento técnico com a sistematização das violações registradas nos documentos produzidos pelo CIEIX, contendo considerações sobre a abrangência dessa atuação e possíveis padrões de atuação.	02/03/2013	R\$ 2.500,00
Nº40- Documento técnico com a identificação, grau e natureza do envolvimento de diplomatas que serviram direta ou indiretamente ao CIEIX.	10/03/2013	R\$ 2.500,00
Nº50- Documento indicando linhas de pesquisa, documentos e demais aportes necessários para o aprofundamento da investigação sobre o CIEIX.	15/03/2013	R\$ 2.000,00
Nº60- Agenda com a indicação de pessoas a serem entrevistadas, sugestão de cronograma das entrevistas e tópicos gerais de questionamentos.	21/03/2013	R\$ 2.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Claudio Dantas Sequeira		CPF: 079.911.487-18
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-784/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de um consultor especializado, na modalidade produto, para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos e analíticos que sistematizem informações sobre o funcionamento do Centro de Informações do Exterior (CIEIX) e sua relação com graves violações de direitos cometidas no período referido no Artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim de subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	22/06/2013	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 11.500,00	R\$ 11.500,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Organograma da estrutura do Centro de Informações do Exterior, com o correspondente relatório analítico detalhando hierarquias e participação na estrutura do Serviço Nacional de Informações (SNI).			01/02/2013	R\$ 2.500,00	
Nº20- Organograma da distribuição de informações a partir do CIEIX, com o correspondente relatório analítico sobre a natureza destas informações e a contribuição dada a outros órgãos da repressão durante a ditadura, dentro e fora do Brasil.			20/03/2013	R\$ 2.500,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico com a sistematização das violações registradas nos documentos produzidos pelo CIEIX, contendo considerações sobre a abrangência dessa			15/04/2013	R\$ 2.500,00 (pago)	

atuação e possíveis padrões de atuação.		
Nº40- Documento técnico com a identificação, grau e natureza do envolvimento de diplomatas que serviram direta ou indiretamente ao CIE X.	30/04/2013	R\$ 2.500,00 (pago)
Nº50- Documento indicando linhas de pesquisa, documentos e demais aportes necessários para o aprofundamento da investigação sobre o CIE X.	20/05/2013	R\$ 2.000,00 (pago)
Nº60- Agenda com a indicação de pessoas a serem entrevistadas, sugestão de cronograma das entrevistas e tópicos gerais de questionamentos.	22/06/2013	R\$ 2.000,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Claudio Dantas Sequeira		CPF: 079.911.487-18
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-4011/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação dos serviços impressão e acabamento do livro : O Brasil na Revisão Periódica Universal das Nações Unidas: principais documentos do segundo ciclo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
03/12/2013	03/01/2014	R\$ 25.140,00	R\$ 25.140,00	25.140,00	25.140,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Livro impresso				03/01/2014	25.140,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Comunica Mais Grafica e Editora Ltda				CNPJ: 12.677.758/0001-48	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3713/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes: 1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saúde; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

17/05/2012	17/05/2013	R\$38.000,00	R\$38.000,00	R\$38.000,00	R\$38.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos em cada área da relatoria. Este estudo deverá conter diagnósticos, levantamento de dados de fontes governamentais e não-governamentais, arcabouço normativo do direito em âmbito doméstico e em âmbito internacional, avanços e desafios;			15/12/2012	R\$ 7.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico descritivo da primeira visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			28/12/2012	R\$ 4.500,00 (pago)	
Nº30- Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			31/01/2013	R\$ 6.500,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico descritivo da segunda visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			20/04/2013	R\$ 4.500,00 (pago)	
Nº50- Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			01/05/2013	R\$ 6.500,00 (pago)	
Nº60- Elaboração de documento avaliativo sobre a situação do direito humano em cada área da relatoria, a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.			17/05/2013	R\$ 9.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Cristiano Muller				CPF: 701.760.940-91	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-2791/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado na modalidade produto, para a elaboração de metodologia de formação continuada em mídia para multiplicadores governamentais e não-governamentais, com a finalidade de propor estratégias de comunicação através de campanhas de conscientização e mobilização para a defesa, proteção e promoção dos direitos das pessoas com deficiência no Haiti, além de estratégias de campanhas publicitárias de promoção da imagem positiva da pessoa com deficiência na sociedade haitiana.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/09/2012	17/04/2013	R\$40.000,00	R\$40.000,00	R\$28.000,00	R\$12.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo proposta de currículo e Plano (programa) de Curso de formação continuada para a formulação de campanhas publicitárias de promoção da imagem positiva da pessoa com deficiência na sociedade haitiana.	17/10/2012	R\$ 15.000,00 (pago)
Nº20- Documento técnico com o conteúdo das cartilhas da formação continuada para a formulação de campanhas publicitárias que promovam uma imagem positiva da pessoa com deficiência na sociedade haitiana em formato acessível (doc, txt e PDF).	17/02/2013	R\$ 13.000,00 (pago)
Nº30- Documento técnico contendo relatório sobre as atividades desenvolvidas e materiais produzidos durante a formação continuada realizada no Haiti. O relatório deve conter: número de participantes; informações sobre cada participante, principalmente no que se refere à sua atuação profissional; atividades realizadas durante a formação; relato sobre o andamento da formação, com destaque para as intervenções feitas pelos participantes, dificuldades apresentadas por eles, discussões desenvolvidas e documentos produzidos pelo grupo.	17/04/2013	R\$ 12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Daniela Lobo D Avila		CPF: 969.057.000-53
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-382/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 4 (quatro) consultores/as especializados para elaboração de conteúdo de publicações que deverão abordar, cada um, quatro dos doze direitos previstos no International Humam Rights Instruments das Nações Unidas, tendo como objetivo apresentar material de fácil assimilação que apresente o fundamento histórico, o marco teórico, o aspecto vivencial real e o grau de realização de cada um desses direitos no Brasil atual.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/02/2013	15/08/2013	R\$39.000,00	R\$39.000,00	R\$39.000,00	R\$39.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo a proposta final da primeira publicação do grupo de direitos definido para o/a consultor/a(grupo 4), com a incorporação das informações coletadas, incluindo depoimentos (entrevistas) e todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático e de publicação.			15/04/2013	R\$ 13.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo a proposta final da segunda publicação do grupo de direitos definido para o/a consultor/a (grupo 4), com a incorporação das informações coletadas, incluindo depoimentos (entrevistas) e todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático e de publicação.			20/06/2013	R\$ 13.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo a proposta final da terceira publicação do Grupo 4- Direito à participação em			15/08/2013	R\$ 13.000,00 (pago)	

assuntos públicos; Direito à Educação; Direito à opinião e à expressão, com a incorporação das informações coletadas, incluindo depoimentos -entrevistas- e todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático e de publicação.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Edcler Tadeu dos Santos Pereira	CPF: 080.108.718-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-681/2013					
Objetivo da Consultoria: contratação de profissional especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência. Os doze profissionais serão selecionados observando os locais de trabalho constantes neste edital.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/03/2013	14/09/2013	R\$50.000,00	R\$50.000,00	R\$50.000,00	R\$50.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico analítico contendo o estudo acerca do modo como a segurança pública lidou com os conflitos em terras indígenas no período 1961 a 1988, com destaque para o período da ditadura militar e da transição (1964-1988) especialmente os casos de tortura, mortes e desaparecimentos forçados a eles relacionados, inclusive aqueles em que estiveram envolvidos agentes privados;			30/04/2013	R\$ 15.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico analítico contendo o estudo acerca do modo como a segurança pública lidou com os conflitos em terras indígenas no período democrático (1988-2012), relacionando sempre que possível os casos de prisões ilegais, torturas, sequestros, mortes e desaparecimento forçados. Análise da atuação tanto das Policiais Militares e Civis como de polícias privadas, guardas de segurança, jagunços, pistoleiros e outros agentes privados envolvidos, apontando sempre que possível, pessoas físicas e jurídicas associadas aos casos			20/07/2013	R\$ 15.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico analítico que relacione os estudos e documentos acerca do modo como a segurança pública lidou com os conflitos em terras indígenas à época da ditadura militar e da transição (1964-1988) e os relatados entre 1988-2012.			14/09/2013	R\$ 20.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Egon Dionisio Heck				CPF: 346.969.039-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO

Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3715/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes: 1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saude; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/05/2012	16/05/2013	R\$38.000,00	R\$38.000,00	R\$38.000,00	R\$38.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos em cada área da relatoria. Este estudo deverá conter diagnósticos, levantamento de dados de fontes governamentais e não-governamentais, arcabouço normativo do direito em âmbito doméstico e em âmbito internacional, avanços e desafios;			15/06/2012	R\$ 7.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico descritivo da primeira visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			20/12/2012	R\$ 4.500,00 (pago)	
Nº30- Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			28/12/2012	R\$ 6.500,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico descritivo da segunda visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			10/04/2013	R\$ 4.500,00 (pago)	
Nº50- Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			17/04/2013	R\$ 6.500,00 (pago)	
Nº60- Elaboração de documento avaliativo sobre a situação do direito humano em cada área da relatoria, a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.			16/05/2013	R\$ 9.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Erica Lobato de Oliveira				CPF: 477.744.101-63	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código

Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-383/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 4 (quatro) consultores/as especializados para elaboração de conteúdo de publicações que deverão abordar, cada um, quatro dos doze direitos previstos no International Humam Rights Instruments das Nações Unidas, tendo como objetivo apresentar material de fácil assimilação que apresente o fundamento histórico, o marco teórico, o aspecto vivencial real e o grau de realização de cada um desses direitos no Brasil atual.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/02/2013	15/08/2013	R\$39.000,00	R\$39.000,00	R\$39.000,00	R\$39.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo a proposta final da primeira publicação do grupo de direitos definido para o/a consultor/a (grupo 3 -Direito à alimentação adequada; Direito ao mais alto patamar de Saúde física e mental; Direito à seguridade social), com a incorporação das informações coletadas, incluindo depoimentos (entrevistas) e todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático e de publicação.				15/04/2013	R\$ 13.000,00 (pago)
Nº20- Documento técnico contendo a proposta final da segunda publicação do grupo (grupo 3-Direito à alimentação adequada; Direito ao mais alto patamar de Saúde física e mental; Direito à seguridade social)) de direitos definido para o/a consultor/a, com a incorporação das informações coletadas, incluindo depoimentos (entrevistas) e todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático e de publicação.				20/06/2013	R\$ 13.000,00 (pago)
Nº30- Documento técnico contendo a proposta final da terceira publicação do grupo (grupo 3 -Direito à alimentação adequada; Direito ao mais alto patamar de Saúde física e mental; Direito à seguridade social) de direitos definido para o/a consultor/a, com a incorporação das informações coletadas, incluindo depoimentos (entrevistas) e todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático e de publicação.				15/08/2013	R\$ 13.000,00 (pago)
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fabio Henrique Araujo Martins				CPF: 255.942.338-30	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: SA-1588/2012	
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes: 1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saúde; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/05/2012	14/11/2012	R\$38.000,00	R\$38.000,00	R\$38.000,00	R\$38.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos em cada área da relatoria. Este estudo deverá conter diagnósticos, levantamento de dados de fontes governamentais e não-governamentais, arcabouço normativo do direito em âmbito doméstico e em âmbito internacional, avanços e desafios;			15/06/2012	R\$ 7.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico descritivo da primeira visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			25/07/2012	R\$ 4.500,00 (pago)	
Nº30- Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			10/08/2012	R\$ 6.500,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico descritivo da segunda visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			30/08/2012	R\$ 4.500,00 (pago)	
Nº50- Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			17/10/2012	R\$ 6.500,00 (pago)	
Nº60- Elaboração de documento avaliativo sobre a situação do direito humano em cada área da relatoria, a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.			14/11/2012	R\$ 9.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fabrina Pontes Furtado				CPF: 777.861.733-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3467/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes: 1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saude; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício

16/05/2012	15/05/2013	R\$38.000,00	R\$38.000,00	R\$38.000,00	R\$38.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos em cada área da relatoria. Este estudo deverá conter diagnósticos, levantamento de dados de fontes governamentais e não-governamentais, arcabouço normativo do direito em âmbito doméstico e em âmbito internacional, avanços e desafios;			15/06/2012	R\$ 7.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico descritivo da primeira visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			28/11/2012	R\$ 4.500,00 (pago)	
Nº30- Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			04/02/2013	R\$ 6.500,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico descritivo da segunda visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.			25/02/2013	R\$ 4.500,00 (pago)	
Nº50- Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.			05/04/2013	R\$ 6.500,00 (pago)	
Nº60- Elaboração de documento avaliativo sobre a situação do direito humano em cada área da relatoria, a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.			15/05/2013	R\$ 9.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fabrina Pontes Furtado				CPF: 777.861.733-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-664/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissionais especializados, para a realização de pesquisa nos Estados da Região Nordeste (consultor 2). As pesquisas tratarão da incidência e da prevalência de adoecimentos físicos e psíquicos no efetivo das instituições de Segurança Pública dos entes federados – polícia civil, polícia técnico-científica, polícia militar e corpo de bombeiros militar.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	14/11/2012	R\$60.000,00	R\$60.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo informações sobre programas de atendimento biopsicossocial específico para os Profissionais de Segurança Pública nas instituições policiais nos Estados da Região Nordeste, destacando suas			17/04/2012	R\$ 15.000,00	

estruturas de funcionamento e eventual atendimento a seus familiares ou se esses profissionais e familiares tem atendimento previsto em programas gerais do Estado.		
Nº20- Documento técnico contendo análise sistemática dos programas de atendimento biopsicossocial descritos no produto 1, acentuando sua adequação às normas de criação do Serviço e às Normas Federais de Saúde.	30/06/2012	R\$ 13.000,00
Nº30- Documento técnico identificando, nos Estados pesquisados, o número de profissionais de Segurança Pública que necessitaram de atendimento nos últimos dois anos, as principais demandas e os encaminhamentos;	01/09/2012	R\$ 18.000,00
Nº40- Documento técnico analítico do quantitativo de profissionais que possuem seqüelas resultantes de sua profissão e como são assistidos por suas instituições e nelas reinseridos.	14/11/2012	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Fernanda Meira de Souza		CPF: 039.272.064-74
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3448/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissionais especializados, para a realização de pesquisa nos Estados da Região Nordeste (consultor 2). As pesquisas tratarão da incidência e da prevalência de adoecimentos físicos e psíquicos no efetivo das instituições de Segurança Pública dos entes federados – polícia civil, polícia técnico-científica, polícia militar e corpo de bombeiros militar.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	01/03/2013	R\$60.000,00	R\$60.000,00	R\$60.000,00	R\$60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo informações sobre programas de atendimento biopsicossocial específico para os Profissionais de Segurança Pública nas instituições policiais nos Estados da Região Nordeste, destacando suas estruturas de funcionamento e eventual atendimento a seus familiares ou se esses profissionais e familiares tem atendimento previsto em programas gerais do Estado.			17/04/2012	R\$ 15.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo análise sistemática dos programas de atendimento biopsicossocial descritos no produto 1, acentuando sua adequação às normas de criação do Serviço e às Normas Federais de Saúde.			28/12/2012	R\$ 13.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico identificando, nos Estados pesquisados, o número de profissionais de Segurança Pública que necessitaram de atendimento nos últimos dois anos, as principais demandas e os encaminhamentos;			20/01/2013	R\$ 18.000,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico analítico do quantitativo de profissionais que possuem seqüelas resultantes de sua profissão e como são assistidos por suas instituições e nelas reinseridos.			01/03/2013	R\$ 14.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fernanda Meira de Souza				CPF: 039.272.064-74	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-182/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 6 (seis) consultores (as) especializados (as) para a realização de pesquisa, sistematização de informações e elaboração de documentos técnicos e analíticos sobre a identificação de uma possível repetição ou relação entre as violações contra os direitos humanos de cidadãos perseguidos pelo Regime Militar durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e àquelas praticadas por agentes públicos no exercício de suas atribuições durante a égide do regime democrático, inaugurado pela Constituição de 1988, a fim de subsidiar o projeto “Pelo Direito à Não-Repetição: a reforma institucional no pós-ditadura como pressuposto à formação de uma cultura para a paz e para os direitos humanos”. Especificamente, objetiva-se investigar as práticas, mecanismos, formas e contextos em que se deram e ainda ocorrem a prática da a) tortura, b) execução sumária, c) lavratura de autos de resistência, d) desaparecimento forçado de pessoas, como também e) a violência institucional no campo e f) junto às comunidades indígenas. Ainda, pretende-se analisar práticas ou costumes dos agentes de segurança pública com o fito de identificar eventuais resquícios autoritários ou atentatórios aos direitos humanos. Por fim, o presente projeto também objetiva elaborar estudo sobre a resolutividade de crimes violentos praticados por agentes de segurança pública no exercício de sua função com ênfase no atendimento da ocorrência policial, na atividade pericial e na conclusão do inquérito policial ou procedimento análogo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/02/2013	30/07/2013	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico analítico contendo o resultado da análise de dados, documentos e estudos que revelem a ocorrência das práticas denominadas execução sumária e desaparecimento forçado durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985);			15/03/2013	R\$ 15.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico analítico contendo o resultado da análise de que revelem a ocorrência das práticas denominadas execução sumária e desaparecimento forçado por agentes públicos no período compreendido entre 1985-2012;			30/07/2013	R\$ 15.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico analítico que relacione as práticas de execução sumária e desaparecimento forçado durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985) aos mesmos atos, praticados por agentes públicos, durante o período compreendido entre 1985-2012;			30/07/2013	R\$ 20.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Fernando Luis Coelho Antunes				CPF: 924.268.591-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: SA-3630/2013	
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializado para elaborar Campanha permanente e nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra crianças e adolescentes.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/11/2013	11/11/2014	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 76.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento contendo Plano de Comunicação da Campanha Nacional Permanente de Enfrentamento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes 2014 - 2017;				10/12/2013	R\$ 20.000,00 (pago)
Nº20- Proposta gráfica de identidade visual da Campanha, incluindo manual de aplicação.				31/12/2013	R\$ 10.000,00
Nº30- Roteiro e arte-final das peças publicitárias da Campanha de Carnaval 2014.				20/02/2014	R\$ 12.000,00
Nº40- Roteiro e arte-final das peças publicitárias da campanha permanente em datas comemorativas em 2014 em específico: Dia 18 de maio. Dia Nacional de Enfrentamento ao Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, São João, Festa do Peão Boiadeiro, Parintins, Sítio de Nazaré.				30/03/2014	R\$ 25.000,00
Nº50- Roteiro e peças virtuais para as redes sociais em				28/06/2014	R\$ 12.000,00
Nº60- CD com 20 fotografias selecionadas das principais atividades da campanha em 2014.				15/08/2014	R\$ 9.000,00
Nº70- Documento técnico avaliativo sobre alcance da Campanha Nacional Permanente de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes				11/11/2014	R\$ 8.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Flavia Adriane Araujo de Azevedo				CPF: 919.323.601-82	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3292/2013					
Objetivo da Consultoria: Consultoria especializada, na modalidade produto, para elaboração de material didático e conteúdo para Curso de Ensino à Distância (EAD), com carga horária de 40h, destinado à capacitação de profissionais de segurança pública na prevenção e combate à tortura. O curso será desenvolvido na plataforma da Rede Nacional de Educação à Distância do Ministério da Justiça, nos termos da cooperação técnica celebrada entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria Nacional de Segurança Pública.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/10/2013	15/03/2014	R\$ 36.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 24.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo proposta de ementa dividida em 4 módulos do Curso EAD em Prevenção e Combate à Tortura, com indicações de material didático e bibliografia de referência a serem disponibilizados no Curso em questão.			20/11/2013	R\$ 4.000,00 (pago)	

Nº20- Documento técnico contendo proposta de conteúdo para o Módulo 1- Normas no Combate à Tortura, Legislação Nacional e Internacional e Módulo 2- A Tortura como Crime de Oportunidade: Violência Institucional no Sistema de Justiça Criminal, Segurança Pública e Sistema Socioeducacional do Curso EAD em Prevenção e Combate à Tortura	30/12/2013	R\$ 8.000,00 (pago)
Nº30- Documento técnico contendo proposta de conteúdo para Módulo 3- Grupos Vulneráveis à Tortura: Aspectos Sociológicos, Econômicos e Experiências e Módulo 4- Análise de Casos e Estratégias Institucionais para o Enfrentamento da Tortura do Curso EAD em Prevenção e Combate à Tortura;	15/02/2014	R\$ 8.000,00
Nº40- Documento técnico com a proposta final de conteúdo para o Curso EAD em Prevenção à Tortura, contendo (i) as propostas de conteúdo dos 4 módulos, (ii) material de apoio com propostas de situações práticas para exemplificar o combate e a prevenção à tortura e com referências aos 4 módulos para os agentes públicos e (iii) esquema didático referente aos 4 módulos do curso.	15/03/2014	R\$ 16.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Francisco Carlos da Silva Dias		CPF: 693.259.288-68
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-944/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para a elaboração do 3º Relatório Periódico de avaliação do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e para a elaboração do Documento Comum Principal.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/04/2013	01/04/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00	R\$ 53.000,00	R\$ 32.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo Proposta de Relatório de cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos			01/06/2013	R\$ 16.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo Informações Gerais sobre o Estado: Características demográficas, econômicas, sociais e culturais do Estado; e, Estrutura Constitucional, política e jurídica do Estado.			05/07/2013	R\$ 11.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo a incorporação das informações fornecidas pela sociedade civil no ato da consulta e da audiência pública sobre o Relatório do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.			25/08/2013	R\$ 10.000,00	
Nº40- Documento técnico abordando a Estrutura Geral para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos- Processo de Informe e Elaboração de Relatórios em Nível Nacional, e, Outras Informações de Direitos Humanos Relevantes. Documento técnico contendo Informação sobre Não-Discriminação e Igualdade e Medidas de Proteção - Effective remedies.			04/09/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	

Nº50- Documento Principal Comum consolidado e revisado.	25/10/2013	R\$ 14.000,00 (pago)
Nº60- Documento técnico contendo proposta de atuação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para a cooperação na área de prevenção de desastres e situação de emergência.	20/01/2014	R\$ 9.000,00
Nº70- Documento técnico contendo proposta de atuação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República para o tema de voluntariado nacional e internacional.	01/04/2014	R\$ 13.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Gabriela Geraldos Bastos		CPF: 002.087.341-71
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3400/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para a elaboração do relatório de cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos e do Documento Principal Comum.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/11/2012	19/11/2013	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 63.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento de sistematização e análise dos dados recebidos dos órgãos do poder executivo, do Ministério Público Federal, da OAB, das universidades e dos Conselhos Nacionais setoriais; e das informações recebidas dos poderes Legislativo e Judiciário acerca do Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos.			20/01/2013	R\$ 13.000,00 (pago)	
Nº20- Documento Técnico contendo Proposta de Relatório de cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos.			22/02/2013	R\$ 16.000,00	
Nº30- Documento técnico contendo Informações Gerais sobre o Estado: Características demográficas, econômicas, sociais e culturais do Estado; e, Estrutura Constitucional, política e jurídica do Estado.			30/03/2013	R\$ 11.000,00	
Nº40- Documento técnico contendo a incorporação das informações fornecidas pela sociedade civil no ato da consulta e da audiência pública sobre o Relatório do Pacto Internacional sobre Direitos Cíveis e Políticos			15/04/2013	R\$ 10.000,00	
Nº50- Documento técnico abordando a Estrutura Geral para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos: Aceitação das Normas Internacionais de Direitos Humanos; e, Estrutura Legal para a Proteção dos Direitos Humanos em Nível Nacional.			18/04/2013	R\$ 9.000,00 (pago)	
Nº60- Documento técnico abordando a Estrutura Geral para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos Processo de Informe e Elaboração de Relatórios em Nível Nacional; e, Outras Informações de Direitos Humanos Relevantes.Documento técnico contendo Informação sobre Não Discriminação e Igualdade e Medidas de Proteção (Effective remedies			30/08/2013	R\$ 12.000,00	

Nº70- Documento Principal Comum consolidado e revisado.	19/11/2013	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Giovanna Maria Frisso	CPF: 708.007.401-06	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3296/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria nacional para revisão de linguagem, alinhamento conceitual e formal de 12 cadernos produzidos baseados nos direitos previsto no International Humam Righths Instruments das Nações Unidas. A consultoria também fará a elaboração de proposta final desses cadernos para publicação de série “Por uma cultura em Direitos Humanos” visando o fomento da cultura de educação em direitos humanos por todo o país.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/10/2013	15/01/2014	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo a proposta final das publicações do primeiro grupo de 6 direitos definido para o/a consultor/a, com conteúdo do cadernos revisado, alinhado conceitual e formalmente, apresentados em formato didático e de publicação.			20/11/2013	R\$ 17.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo a proposta final das publicações do segundo grupo de 6 direitos definido para o/a consultor/a, com conteúdo do cadernos revisado, alinhado conceitual e formalmente, apresentados em formato didático e de publicação.			15/01/2014	R\$ 13.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Graciete Santa Anna do Nascimento				CPF: 028.533.597-94	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-1585/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para a formulação de diretrizes, estratégias e metodologias a fim de orientar a atuação da Plataforma de Direitos Humanos (Dhesca Brasil) e das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos bem como produzir documentos de análise acerca de temas como o PNDH 3, Modelo de Desenvolvimento e Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/05/2012	14/11/2012	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00		

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico sistematizando as diretrizes de atuação das relatorias nacionais de direitos humanos, incluindo a metodologia de trabalho dos relatores/as e assessores/as da Relatoria;	27/06/2012	R\$ 8.400,00
Nº20- Documento técnico de análise sobre a situação dos defensores de direitos humanos e a criminalização dos movimentos sociais, a partir das missões realizadas pelas Relatorias de Direitos Humanos;	25/08/2012	R\$ 10.000,00
Nº30- Estudo sobre o impacto de mecanismos financeiros ao desenvolvimento na efetivação dos Direitos Humanos no Brasil;	27/09/2012	R\$ 10.300,00
Nº40- Documento técnico de sistematização e unificação das tipologias de violações de direitos humanos verificadas pelas Relatorias de Direitos Humanos.	14/11/2012	R\$ 9.300,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Helena de Souza Rocha		CPF: 006.605.709-47
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3465/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para a formulação de diretrizes, estratégias e metodologias a fim de orientar a atuação da Plataforma de Direitos Humanos (Dhesca Brasil) e das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos bem como produzir documentos de análise acerca de temas como o PNDH 3, Modelo de Desenvolvimento e Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/05/2012	21/05/2013	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico sistematizando as diretrizes de atuação das relatorias nacionais de direitos humanos, incluindo a metodologia de trabalho dos relatores/as e assessores/as da Relatoria;				26/11/2012	R\$ 8.400,00 (pago)
Nº20- Documento técnico de análise sobre a situação dos defensores de direitos humanos e a criminalização dos movimentos sociais, a partir das missões realizadas pelas Relatorias de Direitos Humanos;				01/02/2013	R\$ 10.000,00 (pago)
Nº30- Estudo sobre o impacto de mecanismos financeiros ao desenvolvimento na efetivação dos Direitos Humanos no Brasil;				30/03/2013	R\$ 10.300,00 (pago)
Nº40- Documento técnico de sistematização e unificação das tipologias de violações de direitos humanos verificadas pelas Relatorias de Direitos Humanos.				21/05/2013	R\$ 9.300,00 (pago)
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Helena de Souza Rocha				CPF: 006.605.709-47	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-966/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada na área da antropologia para realização de estudo para resgatar, preservar e divulgar a história, relacionada ao período da Guerrilha do Araguaia, do “Povo Indígena Suruí da Etnia Aikewara”, da terra indígena Sororó, localizada no município de São João do Araguaia, Estado do Pará, a fim de subsidiar o trabalho da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/04/2013	01/10/2013	R\$30.000,00	R\$30.000,00	R\$30.000,00	R\$30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo proposta metodológica para pesquisa e sistematização de informações contidas em livros, dissertações, teses, artigos, documentos, arquivos públicos, matérias jornalísticas e demais fontes, versando sobre a vinculação do Povo Indígena Suruí da Etnia Aikewara, da terra indígena Sororó, localizada no município de São João do Araguaia, Estado do Pará, com a Guerrilha do Araguaia.			11/04/2013	R\$ 3.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico analítico contendo contextualização histórica sobre o grupo do Povo Indígena Suruí da Etnia Aikewara, da terra indígena Sororó, localizada no município de São João do Araguaia, Estado do Pará, com ênfase no período compreendido entre as décadas de 1950 e 1990.			01/07/2013	R\$ 15.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico analítico contendo relatório do estudo sobre a vinculação do Povo Indígena Suruí da Etnia Aikewara, da terra indígena Sororó, localizada no município de São João do Araguaia, Estado do Pará, com a Guerrilha do Araguaia, identificando eventuais atos de violação ou de perseguição e mapeamento das áreas utilizadas.			01/10/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Iara Ferraz				CPF: 563.597.488-00	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: SA-1587/2012	
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes: 1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saúde; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4)	

Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/05/2012	14/11/2012	R\$38.000,00	R\$38.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos em cada área da relatoria. Este estudo deverá conter diagnósticos, levantamento de dados de fontes governamentais e não-governamentais, arcabouço normativo do direito em âmbito doméstico e em âmbito internacional, avanços e desafios;				15/06/2012	R\$ 7.000,00
Nº20- Documento técnico descritivo da primeira visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.				25/07/2012	R\$ 4.500,00
Nº30- Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.				10/08/2012	R\$ 6.500,00
Nº40- Documento técnico descritivo da segunda visita in loco -missões- para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.				30/08/2012	R\$ 4.500,00
Nº50- Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.				17/10/2012	R\$ 6.500,00
Nº60- Elaboração de documento avaliativo sobre a situação do direito humano em cada área da relatoria, a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.				14/11/2012	R\$ 9.000,00
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Jandira Queiroz e Cavalcanti				CPF: 778.719.101-59	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade "Produto"	
Código do Contrato: SA-3461/2012	
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes: 1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saúde; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/05/2012	16/05/2013	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos em cada área da relatoria. Este estudo deverá conter diagnósticos, levantamento de dados de fontes governamentais e não-governamentais, arcabouço normativo do direito em âmbito doméstico e em âmbito internacional, avanços e desafios;				15/06/2012	R\$ 7.000,00 (pago)
Nº20- Documento técnico descritivo da primeira visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.				20/12/2012	R\$ 4.500,00 (pago)
Nº30- Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.				05/01/2013	R\$ 6.500,00 (pago)
Nº40- Documento técnico descritivo da segunda visita in loco -missões- para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.				01/03/2013	R\$ 4.500,00 (pago)
Nº50- Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.				15/03/2013	R\$ 6.500,00 (pago)
Nº60- Elaboração de documento avaliativo sobre a situação do direito humano em cada área da relatoria, a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementas pelo Poder Público.				16/05/2013	R\$ 9.000,00 (pago)
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Jandira Queiroz e Cavalcanti				CPF: 778.719.101-59	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-1578/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para: i) Elaboração de matriz de conteúdos mínimos em atendimento socioeducativo de adolescentes em conflito com a lei para a formação dos operadores do sistema de justiça (promotores, defensores públicos, juízes); ii) Elaboração de um estudo de cenário para o SINASE para os próximos 5 anos no campo de atuação do Sistema de Justiça e Órgãos de Execução, com foco na aplicação e execução das medidas socioeducativas ao adolescente em conflito com a lei. O estudo deverá trazer basicamente a análise SWOT, principais virtudes, fraquezas, oportunidades e ameaças do sistema socioeducativo. Para além dessa análise, espera-se um relatório propositivo com recomendações.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/06/2013	01/06/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00		

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo descrição das visitas às 53 unidades socioeducativas e das entrevistas com autoridades do Sistema de Justiça (01 promotor público, 01 juiz da vara da infância e juventude e 01 defensor público) e com autoridades dos órgãos de execução das medidas socioeducativas de 06 (seis) UFs	10/10/2013	R\$ 12.000,00
Nº20- Documento técnico contendo descrição das visitas às 53 unidades socioeducativas e das entrevistas com autoridades do Sistema de Justiça (01 promotor público, 01 juiz da vara da infância e juventude e 01 defensor público) e com autoridades dos órgãos de execução das medidas socioeducativas de 06 (seis) UFs	01/11/2013	R\$ 13.000,00
Nº30- Documento técnico contendo descrição das visitas às 53 unidades socioeducativas e das entrevistas com autoridades do Sistema de Justiça (01 promotor público, 01 juiz da vara da infância e juventude e 01 defensor público) e com autoridades dos órgãos de execução das medidas socioeducativas de 06(seis) UFs	20/12/2013	R\$ 13.000,00
Nº40- Documento técnico contendo descrição das visitas às 53 unidades socioeducativas e das entrevistas com autoridades do Sistema de Justiça (01 promotor público, 01 juiz da vara da infância e juventude e 01 defensor público) e com autoridades dos órgãos de execução das medidas socioeducativas de 06 (seis) UFs	10/01/2014	R\$ 13.000,00
Nº50- Documento contendo Matriz de Formação em atendimento socioeducativo para operadores do Sistema de Justiça;	25/04/2014	R\$ 14.000,00
Nº60- Documento técnico contendo análise de Cenário para o SINASE para os próximos 5 anos no campo de atuação do Sistema de Justiça e dos órgãos de execução das medidas socioeducativas.	01/06/2014	R\$ 15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: João Batista Costa Saraiva		CPF: 286.215.570-53
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-842/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para o registro de imagens das experiências exitosas em direitos humanos, em diferentes regiões do país.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/03/2013	20/09/2013	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- CD contendo no mínimo 90 imagens digitalizadas em			20/05/2013	R\$ 10.000,00 (pago)	

resolução compatível para ser publicada em livro e conforme Grupo 1: Direito a uma vida livre de violência (30 imagens). Direito a não ser submetido a castigos cruéis, desumanos ou degradantes (30 imagens). Direito a um julgamento justo. Entregue à Coordenação do Projeto (30 imagens).		
Nº20- CD contendo no mínimo 180 imagens digitalizadas em resolução compatível para ser publicada em livro e conforme Grupo 2: Direito à liberdade e segurança da pessoa (30 imagens). Direito à moradia adequada (30 imagens). Direito ao trabalho com dignidade (30 imagens).	25/06/2013	R\$ 10.000,00 (pago)
Nº30- CD contendo no mínimo 180 imagens digitalizadas em resolução compatível para ser publicada em livro e conforme Grupo 3: Direito à alimentação adequada (30 imagens). Direito ao mais alto patamar de Saúde física e mental (30 imagens). Direito à seguridade social. Entregue à Coordenação do Projeto (30 imagens).	15/08/2013	R\$ 10.000,00 (pago)
Nº40- CD contendo no mínimo 90 imagens digitalizadas em resolução compatível para ser publicada em livro e conforme Grupo 4: Direito à participação em assuntos públicos (30 imagens). Direito à Educação (30 imagens). Direito à opinião e à expressão. Entregue a coordenação do projeto (30 imagens).	20/09/2013	R\$ 10.000,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Joao Mendes Neto		CPF: 066.760.198-84
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-1732/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de um profissional especializado para organização metodológica do 1º Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/06/2013	01/06/2014	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00	R\$ 29.000,00	R\$ 56.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo proposta metodológica do 1 Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos;			26/06/2013	R\$ 10.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo proposta de organização do espaço do evento no que se refere à ambientação e disposição de materiais e equipamentos			01/09/2013	R\$ 6.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo avaliação diagnóstica feita com os Conselhos Estaduais de Direitos Humanos, a respeito das necessidades a serem tratadas no 1 Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos com definição de pautas comuns e sugestões de capacitação;			10/10/2013	R\$ 13.000,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo proposta de programação e atividades do 1 Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos.			20/11/2013	R\$ 10.000,00	
Nº50- Documento técnico contendo subsídios com o objetivo de fomentar a criação de conselhos nos estados			01/12/2013	R\$ 16.000,00	

onde não existem.		
Nº60- Documento técnico contendo registro do evento, atividades realizadas e experiências exitosas.	15/01/2014	R\$ 10.000,00
Nº70- Proposta de artigo descrevendo a importância do 1 Encontro Nacional de Conselhos Estaduais de Direitos Humanos.	01/03/2014	R\$ 8.000,00
Nº80- Elaboração de relatório final do evento.	01/06/2014	R\$ 12.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Jorge Alberto Fernandes de Oliveira		CPF: 056.677.727-44
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3426/2011					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultoria especializada para análise e proposição de uma nova presença digital em Direitos Humanos, refletindo a integração das informações sobre as ações e programas da SDH, possibilitando a ampliação da produção e difusão de informações em Direitos Humanos e viabilizando uma experiência de acesso eficiente e amigável para seus usuários.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
14/12/2011	14/11/2012	R\$ 96.000,00	R\$ 96.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo o mapeamento, organograma e hierarquia dos canais digitais internos e externos de comunicação e informação, utilizados pelos Departamentos, Conselhos, Comitês e Ouvidorias ligadas à SDH.			15/01/2012	R\$ 15.000,00	
Nº20- Documento técnico contendo as métricas e mensuração de relevância e interação dos canais digitais atuais e o workflow (fluxo de trabalho) enfatizando a gestão dos mesmos;			28/02/2012	R\$ 16.000,00	
Nº30- Documento técnico contendo a avaliação da arquitetura da informação dos canais digitais			21/03/2012	R\$ 14.000,00	
Nº40- Documento técnico contendo a avaliação da comunicação visual dos canais digitais, enfatizando a identidade, padrão, recursos visuais e interface gráfica			10/05/2012	R\$ 12.000,00	
Nº50- Documento técnico contendo avaliação da forma da informação (padrões de consistência física e semântica) dos canais digitais			25/06/2012	R\$ 11.500,00	
Nº60- Documento técnico contendo prognóstico da presença digital da SDH que subsidie as ações de integração das informações e a elaboração do novo organograma dos canais digitais internos e externos de comunicação e informação, utilizados pelos Departamentos, Conselhos, Comitês e Ouvidorias ligadas à SDH;			15/08/2012	R\$ 17.000,00	
Nº70- Documento técnico contendo proposta de novo fluxo de gestão da informação e comunicação digital e de nova arquitetura da informação e recursos visuais possibilitando a multiplicação e memória das ações realizadas; dos programas e ações de competência da SDH.			14/11/2012	R\$ 10.500,00	

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Leticia Tagliassuchi	CPF: 900.155.250-15
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-1581/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para produzir documentos de análise acerca de temas como a dimensão de raça e gênero nas violações de Direitos Humanos, o PNDH-3 e Educação em Direitos Humanos a partir da experiência das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/05/2012	14/11/2012	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo a Sistematização das principais ações, diretrizes e metas contidas no III Programa Nacional de Direitos Humanos, relacionadas com o direito humano: à terra, território e alimentação; educação; cidade, meio ambiente e saúde -direitos sexuais e reprodutivos.			16/06/2012	R\$ 8.000,00	
Nº20- Documento técnico de formação e educação em direitos humanos contendo os principais órgãos e instituições estatais para a proteção e defesa dos direitos humanos			30/08/2012	R\$ 9.100,00	
Nº30- Documento técnico que sistematize, organize e analise as discriminações de raça e gênero presentes nas violações de Direitos Humanos detectadas pelas Relatorias;			10/10/2012	R\$ 9.900,00	
Nº40- Documento técnico contendo a análise da implementação por meio de políticas publicas das principais ações, diretrizes e metas contidas no III Programa Nacional de Direitos Humanos e Recomendações do Comitê Desc, relacionadas preferencialmente com o direito humano: à terra, território e alimentação; educação; cidade, meio ambiente e saúde -direitos sexuais e reprodutivos.			14/11/2012	R\$ 11.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Lucas Alves Amaral				CPF: 069.698.116-54	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: SA-3459/2012	
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para produzir documentos de análise acerca de temas como a dimensão de raça e gênero nas violações de Direitos Humanos, o PNDH-3 e Educação em Direitos Humanos a partir da experiência das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/05/2012	15/05/2013	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo a Sistematização das principais ações, diretrizes e metas contidas no III Programa Nacional de Direitos Humanos, relacionadas com o direito humano: à terra, território e alimentação; educação; cidade, meio ambiente e saúde -direitos sexuais e reprodutivos.			16/06/2012	R\$ 8.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico de formação e educação em direitos humanos contendo os principais órgãos e instituições estatais para a proteção e defesa dos direitos humanos			31/01/2013	R\$ 9.100,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico que sistematize, organize e analise as discriminações de raça e gênero presentes nas violações de Direitos Humanos detectadas pelas Relatorias;			22/03/2013	R\$ 9.900,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo a análise da implementação por meio de políticas publicas das principais ações, diretrizes e metas contidas no III Programa Nacional de Direitos Humanos e Recomendações do Comitê Desc, relacionadas preferencialmente com o direito humano: à terra, território e alimentação; educação; cidade, meio ambiente e saúde -direitos sexuais e reprodutivos.			15/05/2013	R\$ 11.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Lucas Alves Amaral				CPF: 069.698.116-54	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-1589/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultores especializados para a elaboração de pesquisas, relatórios descritivos, analíticos e propositivos que sistematizem violações de direitos a partir das missões investigativas e da atuação das Relatorias Nacionais de Direitos Humanos, e para a elaboração de documentos técnicos que proponham recomendações aos órgãos públicos e auxiliem no estabelecimento de uma nova cultura de Direitos Humanos no Brasil. Obs.: Os/as 05 (cinco) consultores/as realizarão os produtos contratados com base nas ações das Relatorias (missões e outras), dentro da integralidade dos Direitos Humanos, preferencialmente nas 05 (cinco) áreas seguintes: 1) Direito Humano à Terra e Território; 2) Direito Humano à Saúde; 3) Direito Humano ao Meio Ambiente; 4) Direito Humano à Educação e 5) Direito Humano à Cidade.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/05/2012	14/11/2012	R\$ 38.000,00	R\$ 38.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo estudo e análise do panorama geral sobre a situação dos direitos humanos em cada área da relatoria. Este estudo deverá conter			15/06/2012	R\$ 7.000,00	

diagnósticos, levantamento de dados de fontes governamentais e não-governamentais, arcabouço normativo do direito em âmbito doméstico e em âmbito internacional, avanços e desafios;		
Nº20- Documento técnico descritivo da primeira visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.	25/07/2012	R\$ 4.500,00
Nº30- Primeiro documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.	10/08/2012	R\$ 6.500,00
Nº40- Documento técnico descritivo da segunda visita in loco (missões) para verificação de fatos e denúncias recebidas por meio de informes obtidos por diversas fontes para análise da situação dos direitos humanos em determinada localidade.	30/08/2012	R\$ 4.500,00
Nº50- Segundo documento analítico e propositivo contendo recomendações de aprimoramento de políticas públicas e medidas de proteção às violações de direitos humanos identificadas pela atuação da relatoria.	17/10/2012	R\$ 6.500,00
Nº60- Elaboração de documento avaliativo sobre a situação do direito humano em cada área da relatoria, a partir das ações desenvolvidas pelas Relatorias, contendo resultado do monitoramento das violações identificadas e das medidas implementadas pelo Poder Público.	14/11/2012	R\$ 9.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Marcio Alan Menezes Moreira		CPF: 898.878.083-34
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-184/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 6 (seis) consultores (as) especializados (as) para a realização de pesquisa, sistematização de informações e elaboração de documentos técnicos e analíticos sobre a identificação de uma possível repetição ou relação entre as violações contra os direitos humanos de cidadãos perseguidos pelo Regime Militar durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e àquelas praticadas por agentes públicos no exercício de suas atribuições durante a égide do regime democrático, inaugurado pela Constituição de 1988, a fim de subsidiar o projeto “Pelo Direito à Não-Repetição: a reforma institucional no pós-ditadura como pressuposto à formação de uma cultura para a paz e para os direitos humanos”. Especificamente, objetiva-se investigar as práticas, mecanismos, formas e contextos em que se deram e ainda ocorrem a prática da a) tortura, b) execução sumária, c) lavratura de autos de resistência, d) desaparecimento forçado de pessoas, como também e) a violência institucional no campo e f) junto às comunidades indígenas. Ainda, pretende-se analisar práticas ou costumes dos agentes de segurança pública com o fito de identificar eventuais resquícios autoritários ou atentatórios aos direitos humanos. Por fim, o presente projeto também objetiva elaborar estudo sobre a resolutividade de crimes violentos praticados por agentes de segurança pública no exercício de sua função com ênfase no atendimento da ocorrência policial, na atividade pericial e na conclusão do inquérito policial ou procedimento análogo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/02/2013	30/07/2013	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico analítico contendo o estudo sobre a ocorrência de crimes violentos praticados por agentes de segurança pública no exercício de sua função, durante a ditadura civil-militar (1964-1985), com ênfase no atendimento da ocorrência policial, na atividade pericial e na conclusão do inquérito policial ou procedimento análogo;	15/03/2013	R\$ 15.000,00 (pago)
Nº20- Documento técnico analítico contendo o estudo sobre a ocorrência de crimes violentos praticados por agentes de segurança pública no exercício de sua função, durante o período compreendido entre 1985-2012, com ênfase no atendimento da ocorrência policial, na atividade pericial e na conclusão do inquérito policial ou procedimento análogo;	30/05/2013	R\$ 15.000,00 (pago)
Nº30- Documento técnico analítico que relacione os estudos sobre a resolutividade dos crimes violentos praticados por agentes de segurança pública no exercício de sua função, durante a ditadura civil-militar (1964-1985), àqueles realizados sobre o período compreendido entre 1985-2012;	30/07/2013	R\$ 20.000,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Marcio Medeiros Felix		CPF: 929.968.920-20
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-384/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 4 (quatro) consultores/as especializados para elaboração de conteúdo de publicações que deverão abordar, cada um, quatro dos doze direitos previstos no International Humam Rights Instruments das Nações Unidas, tendo como objetivo apresentar material de fácil assimilação que apresente o fundamento histórico, o marco teórico, o aspecto vivencial real e o grau de realização de cada um desses direitos no Brasil atual.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/02/2013	15/08/2013	R\$ 39.000,00	R\$ 39.000,00	R\$ 39.000,00	R\$ 39.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo a proposta final da primeira publicação do grupo de direitos definido para o/a consultor/a, com a incorporação das informações coletadas, incluindo depoimentos (entrevistas) e todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático e de publicação.				15/04/2013	R\$ 13.000,00 (pago)
Nº20- Documento técnico contendo a proposta final da segunda publicação do grupo de direitos definido para o/a consultor/a, com a incorporação das informações coletadas, incluindo depoimentos (entrevistas) e todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em formato didático e de publicação.				20/06/2013	R\$ 13.000,00 (pago)
Nº30- Documento técnico contendo a proposta final da terceira publicação do grupo de direitos definido para o/a consultor/a, com a incorporação das informações coletadas, incluindo depoimentos (entrevistas) e todas as contribuições pactuadas nas reuniões com a CGEDH, apresentado em				15/08/2013	R\$ 13.000,00 (pago)

formato didático e de publicação.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Marcos Vinicius Moura Silva	CPF: 056.677.587-50	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-1865/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade produto, de consultoria especializado para elaborar a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil, tendo em vista a interação entre governo e sociedade civil no processo de construção de políticas públicas de direitos humanos para crianças e adolescentes, com foco no desenvolvimento de mecanismos efetivos para sua implementação, avaliação e monitoramento					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/06/2012	14/11/2012	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo sistematização do marco regulatório internacional e nacional com base no Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes			11/07/2012	R\$ 6.000,00	
Nº20- Relatório contendo sistematização e análise das ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no orçamento previsto no PPA 2012-2015;			20/07/2012	R\$ 6.500,00	
Nº30- Documento final contendo proposta do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual incorporada as contribuições da consulta pública			20/09/2012	R\$ 10.500,00	
Nº40- Documento técnico com os indicadores de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.			14/11/2012	R\$ 7.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria das Gracas Sa Gadelha				CPF: 023.105.703-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: SA-3377/2012	
Objetivo da Consultoria: Contratação na modalidade produto, de consultoria especializado para elaborar a revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil, tendo em vista a interação entre governo e sociedade civil no processo de construção de políticas públicas de direitos humanos para crianças e adolescentes, com foco no desenvolvimento de mecanismos efetivos para sua implementação, avaliação e monitoramento	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/06/2012	10/01/2013	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo sistematização do marco regulatório internacional e nacional com base no Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes			11/07/2012	R\$ 6.000,00 (pago)	
Nº20- Relatório contendo sistematização e análise das ações de enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes no orçamento previsto no PPA 2012-2015;			20/07/2012	R\$ 6.500,00 (pago)	
Nº30- Documento final contendo proposta do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual incorporada as contribuições da consulta pública			30/11/2012	R\$ 10.500,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico com os indicadores de monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.			10/01/2013	R\$ 7.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria das Gracas Sa Gadelha				CPF: 023.105.703-20	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-663/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissionais especializados, para a realização de pesquisa nos Estados da Região Sul, no Estado de Goiás e no Distrito Federal (consultor 1). As pesquisas tratarão da incidência e da prevalência de adoecimentos físicos e psíquicos no efetivo das instituições de Segurança Pública dos entes federados – polícia civil, polícia técnico-científica, polícia militar e corpo de bombeiros militar – estruturas de atendimento, identificação das diferentes jornadas de trabalho de acordo com as diferentes atividades policiais, condições de trabalho, número e tipos de licenças para tratamento de saúde, óbitos e demais ocorrências.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	14/11/2012	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- documento técnico contendo informações sobre programas de atendimento biopsicossocial específico para os Profissionais de Segurança Pública nas instituições policiais nos Estados da Região Sul, o Estado de Goiás e o Distrito Federal, destacando suas estruturas de funcionamento e eventual atendimento a seus familiares ou se esses profissionais e familiares tem atendimento previsto em programas gerais do Estado.			17/04/2012	R\$ 15.000,00	
Nº20- documento técnico contendo análise sistemática dos programas de atendimento biopsicossocial descritos no produto 1, acentuando sua adequação às normas de criação			30/06/2012	R\$ 13.000,00	

do Serviço e às Normas Federais de Saúde.		
Nº30- Documento técnico identificando, nos Estados pesquisados, o número de profissionais de Segurança Pública que necessitaram de atendimento nos últimos dois anos, as principais demandas e os encaminhamentos;	01/09/2012	R\$ 18.000,00
Nº40- documento técnico analítico do quantitativo de profissionais que possuem seqüelas resultantes de sua profissão e como são assistidos por suas instituições e nelas reinseridos.	14/11/2012	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Maria das Neves Rodrigues de Araujo		CPF: 141.788.424-04
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3439/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissionais especializados, para a realização de pesquisa nos Estados da Região Sul, no Estado de Goiás e no Distrito Federal (consultor 1). As pesquisas tratarão da incidência e da prevalência de adoecimentos físicos e psíquicos no efetivo das instituições de Segurança Pública dos entes federados – polícia civil, polícia técnico-científica, polícia militar e corpo de bombeiros militar – estruturas de atendimento, identificação das diferentes jornadas de trabalho de acordo com as diferentes atividades policiais, condições de trabalho, número e tipos de licenças para tratamento de saúde, óbitos e demais ocorrências.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	01/03/2013	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- documento técnico contendo informações sobre programas de atendimento biopsicossocial específico para os Profissionais de Segurança Pública nas instituições policiais nos Estados da Região Sul, o Estado de Goiás e o Distrito Federal, destacando suas estruturas de funcionamento e eventual atendimento a seus familiares ou se esses profissionais e familiares tem atendimento previsto em programas gerais do Estado.			17/04/2012	R\$ 15.000,00	
Nº20- documento técnico contendo análise sistemática dos programas de atendimento biopsicossocial descritos no produto 1, acentuando sua adequação às normas de criação do Serviço e às Normas Federais de Saúde.			28/12/2012	R\$ 13.000,00	
Nº30- Documento técnico identificando, nos Estados pesquisados, o número de profissionais de Segurança Pública que necessitaram de atendimento nos últimos dois anos, as principais demandas e os encaminhamentos;			20/01/2013	R\$ 18.000,00	
Nº40- documento técnico analítico do quantitativo de profissionais que possuem seqüelas resultantes de sua profissão e como são assistidos por suas instituições e nelas reinseridos.			01/03/2013	R\$ 14.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria das Neves Rodrigues de Araujo				CPF: 141.788.424-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3696/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de empresa especializada para realização do registro audiovisual de todo o processo relativo à Exumação do Ex-Presidente João Goulart, a ser realizada em 13 de novembro de 2013, em São Borja/RS. A equipe contratada será responsável por todas as etapas da realização de três vídeos documentários, desde a concepção até a finalização e entrega.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
11/11/2013	11/02/2014	R\$ 104.575,00	R\$ 104.575,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Video sobre à exumação do corpo do ex-presidente João Goulart. O vídeo deverá esclarecer os propósitos e a relevância do processo, desde a mobilização da sociedade em torno do tema (partidos, ativistas, instituições, familiares) até questões técnicas sobre os procedimentos da exumação e as datas em que essa acontecerá.			30/11/2013	20.915,00	
Nº20- Registro documental do processo de exumação do corpo do ex-presidente João Goulart. Documentar a atmosfera na cidade de São Borja nos dias que antecedem e no dia da exumação; captar a comoção que se imagina existir entre os envolvidos no ato do dia 13 de novembro de 2013, em São Borja; acompanhar o traslado do corpo do Rio Grande do Sul até a chegada desse a Brasília, no dia 14, com honras de chefe de Estado.			11/12/2013	31.372,50	
Nº30- Narrativa documentária do processo de exumação do corpo do ex-presidente João Goulart, desde a luta dos familiares pelo conhecimento da verdade sobre as circunstâncias da morte do ex-presidente, até as possíveis repercussões dos atos que comporão todo o processo que envolve a exumação. O documentário abordará a importância de recontar a história do Jango, para a garantia do Direito à Memória e à Verdade no Brasil.			11/02/2014	52.287,50	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Me Gusta Filmes Ltda-Me			CNPJ: 09.218.658/0001-49		
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRA3034
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: SA-185/2013	
Objetivo da Consultoria: Contratação de 6 (seis) consultores (as) especializados (as) para a realização de pesquisa, sistematização de informações e elaboração de documentos técnicos e analíticos sobre a identificação de uma possível repetição ou relação entre as violações contra os direitos humanos de cidadãos perseguidos pelo Regime Militar durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e àquelas praticadas por agentes públicos no exercício de suas atribuições durante a égide do regime democrático, inaugurado pela Constituição de 1988, a fim de subsidiar o	

projeto “Pelo Direito à Não-Repetição: a reforma institucional no pós-ditadura como pressuposto à formação de uma cultura para a paz e para os direitos humanos”. Especificamente, objetiva-se investigar as práticas, mecanismos, formas e contextos em que se deram e ainda ocorrem a prática da a) tortura, b) execução sumária, c) lavratura de autos de resistência, d) desaparecimento forçado de pessoas, como também e) a violência institucional no campo e f) junto às comunidades indígenas. Ainda, pretende-se analisar práticas ou costumes dos agentes de segurança pública com o fito de identificar eventuais resquícios autoritários ou atentatórios aos direitos humanos. Por fim, o presente projeto também objetiva elaborar estudo sobre a resolutividade de crimes violentos praticados por agentes de segurança pública no exercício de sua função com ênfase no atendimento da ocorrência policial, na atividade pericial e na conclusão do inquérito policial ou procedimento análogo.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/02/2013	30/07/2013	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico analítico contendo o estudo acerca do modo como a segurança pública lidou com os conflitos no campo no período 1961 a 1988, com destaque para o período da ditadura militar e da transição(1964-1988) especialmente os casos de tortura, mortes e desaparecimentos forçados a eles relacionados, inclusive aqueles em que estiveram envolvidos agentes privados;			15/03/2013	R\$ 15.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico analítico contendo o estudo acerca do modo como a segurança pública lidou com os conflitos no campo no período democrático (1988-2012), relacionando sempre que possível os casos de prisões ilegais, torturas, sequestros, mortes e desaparecimento forçados. Análise da atuação tanto das Policiais Militares e Cíveis como de polícias privadas, guardas de segurança, jagunços, pistoleiros e outros agentes privados envolvidos, apontando sempre que possível, pessoas físicas e jurídicas associadas aos casos;			30/05/2013	R\$ 15.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico analítico que relacione os estudos e documentos acerca do modo como a segurança pública lidou com os conflitos no campo à época da ditadura militar e da transição (1964-1988) e os relatados entre 1988-2012.			30/07/2013	R\$ 20.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Paola Masiero Pereira				CPF: 958.892.480-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-669/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissionais especializados, para a realização de pesquisa nos Estados da Região Norte e nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (consultor 3). As pesquisas tratarão da incidência e da prevalência de adoecimentos físicos e psíquicos no efetivo das instituições de Segurança Pública dos entes federados – polícia civil, polícia técnico-científica, polícia militar e corpo de bombeiros militar – estruturas de atendimento, identificação das diferentes jornadas de trabalho de acordo com as diferentes atividades policiais, condições de trabalho, número e tipos de licenças para tratamento de saúde, óbitos e demais ocorrências.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	14/11/2012	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00		

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Nº10- documento técnico contendo informações sobre programas de atendimento biopsicossocial específico para os Profissionais de Segurança Pública nas instituições policiais nos Estados da Região Norte e os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, destacando suas estruturas de funcionamento e eventual atendimento a seus familiares ou se esses profissionais e familiares tem atendimento previsto em programas gerais do Estado	17/04/2012	R\$ 15.000,00
Nº20- documento técnico contendo análise sistemática dos programas de atendimento biopsicossocial descritos no produto 1, acentuando sua adequação às normas de criação do Serviço e às Normas Federais de Saúde.	30/06/2012	R\$ 13.000,00
Nº30- Documento técnico identificando, nos Estados pesquisados, o número de profissionais de Segurança Pública que necessitaram de atendimento nos últimos dois anos, as principais demandas e os encaminhamentos;	01/09/2012	R\$ 18.000,00
Nº40- documento técnico analítico do quantitativo de profissionais que possuem seqüelas resultantes de sua profissão e como são assistidos por suas instituições e nelas reinseridos.	14/11/2012	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Paulo Cesar da Silva Goettems		CPF: 384.597.870-87
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3437/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação, na modalidade produto, de profissionais especializados, para a realização de pesquisa nos Estados da Região Norte e nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (consultor 3). As pesquisas tratarão da incidência e da prevalência de adoecimentos físicos e psíquicos no efetivo das instituições de Segurança Pública dos entes federados – polícia civil, polícia técnico-científica, polícia militar e corpo de bombeiros militar – estruturas de atendimento, identificação das diferentes jornadas de trabalho de acordo com as diferentes atividades policiais, condições de trabalho, número e tipos de licenças para tratamento de saúde, óbitos e demais ocorrências.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	01/03/2013	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- documento técnico contendo informações sobre programas de atendimento biopsicossocial específico para os Profissionais de Segurança Pública nas instituições policiais nos Estados da Região Norte e os Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, destacando suas estruturas de funcionamento e eventual atendimento a seus familiares ou se esses profissionais e familiares tem atendimento previsto em programas gerais do Estado			17/04/2012	R\$ 15.000,00 (pago)	

Nº20- documento técnico contendo análise sistemática dos programas de atendimento biopsicossocial descritos no produto 1, acentuando sua adequação às normas de criação do Serviço e às Normas Federais de Saúde	28/12/2012	R\$ 13.000,00 (pago)
Nº30- Documento técnico identificando, nos Estados pesquisados, o número de profissionais de Segurança Pública que necessitaram de atendimento nos últimos dois anos, as principais demandas e os encaminhamentos;	20/01/2013	R\$ 18.000,00 (pago)
Nº40- documento técnico analítico do quantitativo de profissionais que possuem seqüelas resultantes de sua profissão e como são assistidos por suas instituições e nelas reinseridos.	01/03/2013	R\$ 14.000,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Paulo Cesar da Silva Goettems		CPF: 384.597.870-87
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-183/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 6 (seis) consultores (as) especializados (as) para a realização de pesquisa, sistematização de informações e elaboração de documentos técnicos e analíticos sobre a identificação de uma possível repetição ou relação entre as violações contra os direitos humanos de cidadãos perseguidos pelo Regime Militar durante a ditadura civil-militar (1964-1985) e àquelas praticadas por agentes públicos no exercício de suas atribuições durante a égide do regime democrático, inaugurado pela Constituição de 1988, a fim de subsidiar o projeto “Pelo Direito à Não-Repetição: a reforma institucional no pós-ditadura como pressuposto à formação de uma cultura para a paz e para os direitos humanos”. Especificamente, objetiva-se investigar as práticas, mecanismos, formas e contextos em que se deram e ainda ocorrem a prática da a) tortura, b) execução sumária, c) lavratura de autos de resistência, d) desaparecimento forçado de pessoas, como também e) a violência institucional no campo e f) junto às comunidades indígenas. Ainda, pretende-se analisar práticas ou costumes dos agentes de segurança pública com o fito de identificar eventuais resquícios autoritários ou atentatórios aos direitos humanos. Por fim, o presente projeto também objetiva elaborar estudo sobre a resolutividade de crimes violentos praticados por agentes de segurança pública no exercício de sua função com ênfase no atendimento da ocorrência policial, na atividade pericial e na conclusão do inquérito policial ou procedimento análogo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/02/2013	30/07/2013	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico analítico contendo o resultado da análise de dados, documentos e estudos que revelem as práticas ou costumes dos agentes de segurança pública durante a ditadura civil-militar (1964-1985);			15/03/2013	R\$ 15.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico analítico contendo o resultado dos estudos sobre as práticas ou costumes dos agentes de segurança pública no período compreendido entre 1985-2012, com o fito de identificar eventuais resquícios autoritários ou atentatórios aos direitos humanos;			30/05/2013	R\$ 15.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico analítico que relacione as práticas ou costumes dos agentes de segurança pública durante a ditadura civil-militar (1964-1985) às práticas ou costumes dos agentes de segurança pública no período compreendido entre 1985-2012;			30/07/2013	R\$ 20.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					

Nome do Consultor: Pedro Rolo Benetti	CPF: 122.205.117-66
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-864/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado para a realização de pesquisa, sistematização de informações e elaboração de documentos técnicos e analíticos sobre a importância de se criar, implementar e consolidar políticas públicas sobre lugares de memória.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
20/03/2013	20/06/2013	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 14.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico analítico contendo o resultado da análise e sistematização das informações constantes no documento Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre sítios de memória.			05/05/2013	R\$ 7.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico analítico contendo o resultado da triagem, análise e sistematização de dados, documentos e estudos apresentados durante Seminário Latino-americano sobre lugares de memória.			20/06/2013	R\$ 7.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Rafael Coelho Rodrigues				CPF: 078.246.077-12	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3065/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação dos serviços impressão e acabamento do livro : O Brasil na Revisão Periódica Universal das Nações Unidas: principais documentos do segundo ciclo.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/10/2012	10/12/2012	R\$ 22.800,00	R\$ 22.800,00	R\$ 22.800,00	R\$ 22.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- impressão e acabamento de 600 exemplares do livro : O Brasil na Revisão Periódica Universal das Nações Unidas: principais documentos do segundo ciclo.			10/12/2012	22.800,00 (pago)	

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Sudoeste Servicos Graficos Ltda Me	CPF: 13.663.061/0001-80
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-2626/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação dos serviços criação de projeto gráfico identidade visual, revisão de normas ABNT, elaboração de ficha catalográfica e aquisição de ISBN, diagramação impressão e acabamento do livro : Pelo direito à não repetição : A reforma institucional no pós-ditadura como pressuposto à formação de uma cultura para a paz e para os direitos humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
16/08/2013	30/09/2013	R\$ 31.800,00	R\$ 31.800,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Impressão e acabamento do Livro : Pelo direito à não repetição : A reforma institucional no pós-ditadura como pressuposto à formação de uma cultura para a paz e para os direitos humanos.			30/09/2013	31.800,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Unique Brasil Grafica Editora e Turismo Ltda-Me				CNPJ: 08.839.695/0001-01	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

UNESCO

BRZ914/3046

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-1026/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 01 (um) consultor para realizar busca ativa e prospecção de perfis profissionais, estruturação, organização e preenchimento de banco de dados de profissionais capacitados na área de acessibilidade e políticas de promoção dos direitos da pessoa com deficiência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/03/2012	30/08/2012	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					

Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico e arquivo digital contendo proposta de estrutura de um banco de dados de profissionais atuantes na área da política para pessoas com deficiência, em especial na área de acessibilidade. Questionário a ser utilizado na busca ativa de profissionais.	01/05/2012	R\$ 5.000,00
Nº20- Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 20 profissionais identificados para trabalhos relacionados à acessibilidade na sinalização e comunicação urbana; Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 30 profissionais identificados para trabalhos relacionados à acessibilidade arquitetônica e urbanística; Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 20 profissionais identificados para trabalhos relacionados à acessibilidade nos serviços de transporte público e coletivo, em todos os seus modais - terrestre -rodoviário, metroferroviário, ferroviário e circulação de pedestre, aquaviário e aéreo, Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 20 profissionais identificados para trabalhos relacionados à acessibilidade nos serviços oferecidos à população -serviços de saúde, educação, cultura, turismo, trabalho, assistência social, desporto e lazer- e; Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 20 profissionais identificados para trabalhos relacionados à acessibilidade na comunicação e informação. Documento técnico com a análise sobre os perfis, localização e disponibilidade desses profissionais.	10/07/2012	R\$ 10.000,00
Nº30- Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 20 profissionais identificados para trabalhos relacionados à gestão de informações e modelos de sistemas informatizados acessíveis, arquivo eletrônico com os dados dos profissionais identificados para trabalhos relacionados a processos artísticos e culturais com recursos de acessibilidade; Documento técnico em meio eletrônico contendo os dados de no mínimo 30 pesquisadores que trabalhem com a temática da pessoa com deficiência e arquivo eletrônico com os dados dos profissionais identificados para trabalhos relacionados à Tecnologia Assistiva -Ajudas Técnicas. Documento técnico com a análise sobre o perfil, localização e disponibilidade desses profissionais.	01/07/2012	R\$ 8.000,00
Nº40- Documento técnico, em meio magnético, contendo todas as informações sistematizadas em base de dados, em formato claro, de fácil manuseio, com possibilidade de ser alimentado com novas informações sempre que necessário, e com acessibilidade.	30/08/2012	R\$ 7.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Alex Wagner Dias		CPF: 223.550.358-65
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRZ3046
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: SA-122/2013	
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência. Os doze profissionais serão selecionados observando os locais de trabalho	

constantes neste edital.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico descritivo contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de visitas técnicas na região sob sua responsabilidade, construído após participação na capacitação organizada pela SNPD, bem como levantamento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas na região 6 MT, DF GO.			28/02/2013	R\$ 6.400,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de seis cidades-polo e pelo menos 10 cidades do entorno, acompanhadas por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			15/04/2013	R\$ 8.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;			29/05/2013	R\$ 9.600,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados (região 6 MT-DF-GO) no território nacional.			20/06/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº50- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			25/08/2013	R\$ 11.200,00 (pago)	
Nº60- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região 6 MT-DF-GO.			01/10/2013	R\$ 12.800,00 (pago)	
Nº70- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultaria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.			21/01/2014	R\$ 20.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ana Carolina Nascimento Fernandes				CPF: 739.917.593-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-1927/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 01 (um) profissional de nível superior, com graduação devidamente reconhecida pelo MEC, preferencialmente em Ciências Sociais Humanas, para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde, e inclusão social, direcionadas às pessoas com deficiência. O profissional será selecionado observando os locais de trabalho constantes neste edital.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/06/2013	17/02/2014	R\$ 56.000,00	R\$ 56.000,00	R\$ 56.000,00	R\$ 56.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos dois estados delimitados no território nacional;			17/07/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite			22/09/2013	R\$ 11.200,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região			14/11/2013	R\$ 12.800,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultaria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília			17/02/2014	R\$ 20.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ana Regina Rosa				CPF: 054.716.478-58	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRZ3046
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: SA-28/2013	
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência. Os doze profissionais serão selecionados observando os locais de trabalho constantes neste edital.	

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico descritivo contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de visitas técnicas na região sob sua responsabilidade, construído após participação na capacitação organizada pela SNPD, bem como levantamento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas na região 11 SE-AL-PE.			28/02/2013	R\$ 6.400,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de seis cidades-polo e pelo menos 10 cidades do entorno, acompanhadas por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			15/04/2013	R\$ 8.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;			29/05/2013	R\$ 9.600,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados (região 11 SE-AL-PE) no território nacional.			20/06/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº50- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			25/08/2013	R\$ 11.200,00 (pago)	
Nº60- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região 11 SE-AL-PE.			01/10/2013	R\$ 12.800,00 (pago)	
Nº70- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultaria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.			21/01/2014	R\$ 20.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Anderson Tavares Correia da Silva				CPF: 313.004.798-09	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-29/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência. Os doze profissionais serão selecionados observando os locais de trabalho constantes neste edital.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico descritivo contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de visitas técnicas na região sob sua responsabilidade, construído após participação na capacitação organizada pela SNPD, bem como levantamento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas na região 08 RR-PA E AP.			28/02/2013	R\$ 6.400,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de seis cidades-polo e pelo menos 10 cidades do entorno, acompanhadas por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			15/04/2013	R\$ 8.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;			29/05/2013	R\$ 9.600,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados (região 08-RR-PA E AP) no território nacional.			20/06/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº50- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			25/08/2013	R\$ 11.200,00 (pago)	
Nº60- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região 08-RR-PA E AP			01/10/2013	R\$ 12.800,00 (pago)	
Nº70- Documento técnico com relatório final com dados e			21/01/2014	R\$ 20.000,00 (pago)	

avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultaria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Carlos Alberto Pereira Marques	CPF: 631.473.942-04	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-42/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência. Os doze profissionais serão selecionados observando os locais de trabalho constantes neste edital.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 36.000,00	R\$ 44.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico descritivo contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de visitas técnicas na região sob sua responsabilidade, construído após participação na capacitação organizada pela SNPDP, bem como levantamento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas na região 2 PR e MS.			28/02/2013	R\$ 6.400,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de seis cidades-polo e pelo menos 10 cidades do entorno, acompanhadas por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			15/04/2013	R\$ 8.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;			29/05/2013	R\$ 9.600,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados (região 2 PR MS) no território nacional.			20/06/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº50- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do			20/06/2013	R\$ 11.200,00	

entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.		
Nº60- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região 2 PR - MS.	01/10/2013	R\$ 12.800,00
Nº70- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultaria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.	21/01/2014	R\$ 20.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Celia Maria Flores Santos		CPF: 233.794.482-49
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-37/2013					
Objetivo da Consultoria:					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de sistematização e avaliação das informações fornecidas pela SDH sobre monitoramento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas em cada um dos três territórios delimitados.			28/02/2013	R\$ 7.200,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo sistematização e avaliação das informações fornecidas pela SDH acerca do acompanhamento de cidades-polo em cada um dos três territórios delimitados, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			08/05/2013	R\$ 9.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo sistematização e avaliação das informações fornecidas pela SDH acerca do acompanhamento de cada um dos três territórios delimitados, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite			01/07/2013	R\$ 10.800,00 (pago)	

Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados no território nacional.	25/07/2013	R\$ 13.500,00 (pago)
Nº50- Documento técnico contendo sistematização e avaliação das informações acerca do acompanhamento dos territórios delimitados, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.	24/09/2013	R\$ 12.600,00 (pago)
Nº60- Documento técnico contendo informações de cada um dos três territórios delimitados sobre resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite no país.	20/11/2013	R\$ 14.400,00 (pago)
Nº70- Documento técnico contendo avaliação final, de abrangência nacional, com dados sobre a implementação do Plano Viver sem Limite, a ser apresentado após a realização de Seminário; Documento técnico em formato de artigo científico com as informações contidas no produto 07.	21/01/2014	R\$ 22.500,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Cleonice Machado de Pellegrini		CPF: 399.008.430-53
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-541/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de serviços especializados para realizar estudo da demanda com grupos focais de turistas com deficiência (turistas reais e potenciais), para orientação da cadeia produtiva do turismo acerca da estruturação e promoção do turismo acessível. FINALIDADE DA CONTRATAÇÃO: O objetivo é, por meio da realização da pesquisa, identificar as características, comportamentos de consumo e necessidades deste público, conhecendo suas percepções em relação à infraestrutura e ao atendimento nas cidades, as barreiras e empecilhos para a realização de viagens, suas expectativas e seus relatos de experiências positivas e negativas. A partir de tais informações, o que se propõe é disseminar este conhecimento para a cadeia produtiva do turismo como forma de sensibilização dos gestores públicos e privados para a adequação dos serviços oferecidos, considerando as necessidades das pessoas com deficiência, e para a adoção de medidas para o cumprimento da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, no que tange a participação dessa população na vida cultural e em atividades recreativas, de lazer e esportivas. A proposta constitui-se em construir e formatar instrumento de verificação da atual situação de acessibilidade da atividade turística, bem como contribuir para o planejamento e elaboração de políticas públicas, planos e projetos de acessibilidade e direitos humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/02/2013	21/06/2013	R\$ 47.450,00	R\$ 47.450,00	R\$ 47.450,00	R\$ 47.450,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Contratação de serviços especializados para realizar estudo da demanda com grupos focais de turistas com deficiência (turistas reais e potenciais), para orientação da cadeia produtiva do turismo acerca da estruturação e			21/06/2013	47.450,00 (pago)	

promoção do turismo acessível. Os pagamentos serão efetuados em 03 (parcelas) parcelas, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura correspondente aos serviços efetivamente executados e produtos entregues, após a validação, o aceite e o ateste do Projeto.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Cp2 - Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda	CNPJ: 22.642.565/0001-05	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-106/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de três profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de sistematização e avaliação das informações fornecidas pela SDH sobre monitoramento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas em cada um dos três territórios delimitados.			28/02/2013	R\$ 7.200,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo sistematização e avaliação das informações fornecidas pela SDH acerca do acompanhamento de cidades-polo em cada um dos três territórios delimitados, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			08/05/2013	R\$ 9.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo sistematização e avaliação das informações fornecidas pela SDH acerca do acompanhamento de cada um dos três territórios delimitados, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite			01/07/2013	R\$ 10.800,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados no território nacional.			25/07/2013	R\$ 13.500,00 (pago)	
Nº50- Documento técnico contendo sistematização e avaliação das informações acerca do acompanhamento dos territórios delimitados, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas			24/09/2013	R\$ 12.600,00 (pago)	

públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite		
Nº60- Documento técnico contendo informações de cada um dos três territórios delimitados sobre resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite no país.	20/11/2013	R\$ 14.400,00 (pago)
Nº70- Documento técnico contendo avaliação final, de abrangência nacional, com dados sobre a implementação do Plano Viver sem Limite, a ser apresentado após a realização de Seminário; Documento técnico em formato de artigo científico com as informações contidas no produto 07.	21/01/2014	R\$ 22.500,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Daniela Corte Real		CPF: 792.607.059-91
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-38/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de três profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de sistematização e avaliação das informações fornecidas pela SDH sobre monitoramento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas em cada um dos três territórios delimitados.				28/02/2013	R\$ 7.200,00 (pago)
Nº20- Documento técnico contendo sistematização e avaliação das informações fornecidas pela SDH acerca do acompanhamento de cidades-polo em cada um dos três territórios delimitados, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.				08/05/2013	R\$ 9.000,00 (pago)
Nº30- Documento técnico contendo sistematização e avaliação das informações fornecidas pela SDH acerca do acompanhamento de cada um dos três territórios delimitados, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite				01/07/2013	R\$ 10.800,00 (pago)

Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados no território nacional.	25/07/2013	R\$ 13.500,00 (pago)
Nº50- Documento técnico contendo sistematização e avaliação das informações acerca do acompanhamento dos territórios delimitados, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.	24/09/2013	R\$ 12.600,00 (pago)
Nº60- Documento técnico contendo informações de cada um dos três territórios delimitados sobre resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite no país.	20/11/2013	R\$ 14.400,00 (pago)
Nº70- Documento técnico contendo avaliação final, de abrangência nacional, com dados sobre a implementação do Plano Viver sem Limite, a ser apresentado após a realização de Seminário; Documento técnico em formato de artigo científico com as informações contidas no produto 07.	21/01/2014	R\$ 22.500,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Fabiane Elias Pagy		CPF: 890.589.171-34
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-124/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência. Os doze profissionais serão selecionados observando os locais de trabalho constantes neste edital.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 14.400,00	R\$ 65.600,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico descritivo contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de visitas técnicas na região sob sua responsabilidade, construído após participação na capacitação organizada pela SNPD, bem como levantamento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas na região 12 CE-PB RN.			28/02/2013	R\$ 6.400,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de seis cidades-polo e pelo menos 10 cidades do entorno, acompanhadas por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para			15/04/2013	R\$ 8.000,00 (pago)	

efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.		
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.	29/06/2013	R\$ 9.600,00
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados (região 12 CE-PB RN) no território nacional.	20/06/2013	R\$ 12.000,00
Nº50- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.	25/08/2013	R\$ 11.200,00
Nº60- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região 12 CE-PB RN.	01/10/2013	R\$ 12.800,00
Nº70- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultoria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.	21/01/2014	R\$ 20.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Garibaldi de Souza Pessoa		CPF: 302.672.184-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-2307/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 01 (um) profissional de nível superior, com graduação devidamente reconhecida pelo MEC, preferencialmente em Ciências Sociais Humanas, para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde, e inclusão social, direcionadas às pessoas com deficiência. O profissional será selecionado observando os locais de trabalho constantes neste edital.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/08/2013	01/02/2014	R\$ 44.000,00	R\$ 44.000,00	R\$ 44.000,00	R\$ 44.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo relatório de cinco				15/09/2013	R\$ 11.200,00 (pago)

locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;		
Nº20- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região	01/11/2013	R\$ 12.800,00 (pago)
Nº30- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultaria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.	01/02/2014	R\$ 20.000,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Isabel Cristina Diniz		CPF: 940.090.749-49
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-30/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência. Os doze profissionais serão selecionados observando os locais de trabalho constantes neste edital.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 6.400,00	
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico descritivo contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de visitas técnicas na região sob sua responsabilidade, construído após participação na capacitação organizada pela SNPD, bem como levantamento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas na região 05 RJ e ES.			28/02/2013	R\$ 6.400,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de seis cidades-polo e pelo menos 10 cidades do entorno, acompanhadas por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			15/04/2013	R\$ 8.000,00	
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações			29/05/2013	R\$ 9.600,00	

de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;		
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados (região 05 RJ e ES) no território nacional.	20/06/2013	R\$ 12.000,00
Nº50- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.	25/08/2013	R\$ 11.200,00
Nº60- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região 11 SE-AL-PE.	01/10/2013	R\$ 12.800,00
Nº70- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultoria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.	21/01/2014	R\$ 20.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Ivonilze Ferreira Adelin Mertens		CPF: 916.712.135-72
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-123/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência. Os doze profissionais serão selecionados observando os locais de trabalho constantes neste edital.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
24/01/2013	24/01/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 67.200,00	R\$ 12.800,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico descritivo contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de visitas técnicas na região sob sua responsabilidade, construído após participação na capacitação organizada pela SNPD, bem como levantamento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas na região 1 RS SC.				28/02/2013	R\$ 6.400,00 (pago)
Nº20- Documento técnico contendo relatório de seis cidades-polo e pelo menos 10 cidades do entorno.				15/04/2013	R\$ 8.000,00 (pago)

acompanhadas por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.		
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;	29/05/2013	R\$ 9.600,00 (pago)
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados (região 1 RS-SC) no território nacional.	20/06/2013	R\$ 12.000,00 (pago)
Nº50- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.	25/08/2013	R\$ 11.200,00 (pago)
Nº60- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região 1 RS-SC.	01/10/2013	R\$ 12.800,00
Nº70- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultaria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.	24/01/2014	R\$ 20.000,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Luciane Barcellos de Almeida		CPF: 620.913.520-04
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-36/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência. Os doze profissionais serão selecionados observando os locais de trabalho constantes neste edital.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 47.200,00	R\$ 32.800,00
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico descritivo contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de visitas técnicas na região sob sua responsabilidade, construído após participação na capacitação organizada pela SNPD, bem como levantamento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas na região 7 AC-RO e AM	28/02/2013	R\$ 6.400,00 (pago)
Nº20- Documento técnico contendo relatório de seis cidades-polo e pelo menos 10 cidades do entorno, acompanhadas por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.	15/04/2013	R\$ 8.000,00 (pago)
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;	29/05/2013	R\$ 9.600,00 (pago)
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados (região 7 AC-RO-AM) no território nacional.	20/06/2013	R\$ 12.000,00 (pago)
Nº50- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.	25/08/2013	R\$ 11.200,00 (pago)
Nº60- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região 7 AC-RO-AM.	01/10/2013	R\$ 12.800,00
Nº70- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultoria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.	21/01/2014	R\$ 20.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Luiz de Souza Borges Neto		CPF: 308.884.332-04
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRZ3046
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: SA-31/2013	
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento	

e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência.

Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico descritivo contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de visitas técnicas na região sob sua responsabilidade, construído após participação na capacitação organizada pela SNPD, bem como levantamento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas na região 03 SP.			28/02/2013	R\$ 6.400,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de seis cidades-polo e pelo menos 10 cidades do entorno, acompanhadas por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			15/04/2013	R\$ 8.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;			29/05/2013	R\$ 9.600,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados (região 3 SP) no território nacional.			20/06/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº50- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			25/08/2013	R\$ 11.200,00 (pago)	
Nº60- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região 3 SP.			01/10/2013	R\$ 12.800,00 (pago)	
Nº70- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultaria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.			21/01/2014	R\$ 20.000,00 (pago)	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Maria Vilma Roberto				CPF: 131.623.838-54	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-32/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico descritivo contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de visitas técnicas na região sob sua responsabilidade, construído após participação na capacitação organizada pela SNPD, bem como levantamento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas na região - 10 BA.			28/02/2013	R\$ 6.400,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de seis cidades-polo e pelo menos 10 cidades do entorno, acompanhadas por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			15/04/2013	R\$ 8.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;			29/05/2013	R\$ 9.600,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados (região 10 BA) no território nacional.			20/06/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº50- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			25/08/2013	R\$ 11.200,00 (pago)	
Nº60- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região 10 BA.			01/10/2013	R\$ 12.800,00 (pago)	
Nº70- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o			21/01/2014	R\$ 20.000,00 (pago)	

trabalho desenvolvido pela consultoria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Moyses de Oliveira Leal	CPF: 582.823.275-49	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-33/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 56.000,00	R\$ 24.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico descritivo contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de visitas técnicas na região sob sua responsabilidade, construído após participação na capacitação organizada pela SNPD, bem como levantamento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas na região 4 MG.			28/02/2013	R\$ 6.400,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de seis cidades-polo e pelo menos 10 cidades do entorno, acompanhadas por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			15/04/2013	R\$ 8.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;			29/05/2013	R\$ 9.600,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados (região 4 MG) no território nacional.			20/06/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº50- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com			25/08/2013	R\$ 11.200,00	

deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.		
Nº60- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região 4 MG.	01/10/2013	R\$ 12.800,00
Nº70- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultaria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.	21/01/2014	R\$ 20.000,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Ronaldo Peres do Amaral		CPF: 754.137.796-15
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3198/2012					
Objetivo da Consultoria: Contratação de instituição especializada para o desenvolvimento de estudo de viabilidade para criação e normatização do Selo Nacional de Acessibilidade. 2. ANTECEDENTES A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - SDH-PR é um órgão essencial da Presidência da República que tem como missão garantir que políticas públicas para a defesa e a promoção dos direitos humanos sejam formuladas e implementadas na sociedade brasileira. Seu principal escopo de atuação é na articulação de políticas públicas em âmbito federal, estadual e municipal, buscando assegurar a transversalidade dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes. As principais competências da SDH-PR são: a) formular diretrizes que orientem as políticas públicas em direitos humanos para as crianças e adolescentes, as pessoas com deficiência, as lésbicas, os gays, bissexuais, transexuais e travestis, idosos e para outros grupos específicos em situação de vulnerabilidade; b) articular parcerias com órgãos governamentais dos três poderes, com estados e municípios, com a sociedade civil e com organizações internacionais para a formulação e o cumprimento de políticas públicas para promoção e defesa dos direitos humanos; c) receber e encaminhar informações; d) implementar serviços de proteção a pessoas ameaçadas; e coordenar o Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas. Órgão integrante da SDH-PR, a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPD atua na articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência. 3. CONTEXTUALIZAÇÃO A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência foi ratificada pelo Governo Brasileiro como norma constitucional e a Acessibilidade é tratada nesse documento normativo em seu Artigo 9º. A Convenção determina a adoção de medidas para a melhoria do acesso das pessoas com deficiência ao meio físico, ao transporte, à comunicação e à informação, serviços e instalações abertos ao público ou de uso público. O Decreto nº 5.296/2004 já estabelecera em seu art. 68, VII, que a SDH-PR deve desenvolver “estudos e proposição da criação e normatização do Selo Nacional de Acessibilidade”, no âmbito do Programa Nacional de Acessibilidade. Regimentalmente, cabe à SNPD coordenar esse Programa e “apoiar e promover estudos e pesquisas sobre temas relativos à pessoa com deficiência, para a formulação e implementação de políticas a ela destinadas” (Decreto nº 7.256/2010, art. 14, VI e XIX). Quanto à inclusão da Acessibilidade como requisito necessário às ações sociais e governamentais, é importante ressaltar que os benefícios decorrentes não são exclusivos das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Toda a sociedade é beneficiada, pois, em cada fase da vida, o ser humano requer uma perspectiva específica do uso dos espaços, seja no âmbito coletivo, seja no privado. Faz-se necessário, portanto, que sejam estabelecidos mecanismos que viabilizem o cumprimento da Convenção, permitindo que a sociedade tenha conhecimento sobre as melhores práticas em Acessibilidade e sobre as condições de acesso dos espaços, edificações, equipamentos, entre outros, sejam eles públicos ou privados. Esse conhecimento proporciona escolhas bem informadas e potencializa a autonomia das pessoas com deficiência. Dada a importância do tema e a necessidade de subsídios técnicos que orientem a SNPD acerca da criação e normatização do Selo Nacional de Acessibilidade, faz-se indispensável a contratação de serviços especializados para desenvolver estudo que indique qual o instrumento mais adequado à realidade nacional, considerando a viabilidade de sua criação e utilização pelo setor público em diversos cenários.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/11/2012	10/05/2013	R\$123.650,00	R\$123.650,00	R\$123.650,00	R\$123.650,00

Insumos Externos		
Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo plano de trabalho e proposta da metodologia do estudo, contemplando os seguintes itens Apresentação Conceitos iniciais Sugestão de estrutura do documento (com metodologia e referências bibliográficas) Recursos humanos e materiais necessários	30/11/2012	R\$ 12.500,00 (pago)
Nº20- Documento técnico contendo Contextualização da temática da Acessibilidade, abordando a legislação concernente, o arcabouço normativo, as estruturas responsáveis nos três níveis da Federação e as interfaces com a temática da Sustentabilidade. Levantamento da tipologia de selos aplicável ao caso: certificações, modelos baseados em adesão, concursos, premiações de melhores práticas ou de inovações, etc. Identificação das experiências nacionais e das melhores práticas internacionais assemelhadas a um selo de Acessibilidade, em todas as áreas (tais como Selo Internacional de Acesso, premiações de direitos humanos em geral ou de direitos da pessoa com deficiência, certificações ou premiações de boas práticas relacionadas ao acesso ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações). Análise SWOT (forças e fraquezas, oportunidades e ameaças) de cada tipo de selo identificado, que considere seus custos e benefícios, a complexidade de sua implementação (necessidade de inovação legal, normativa ou institucional e de coordenação federativa) e a sobreposição ou concorrência com iniciativas nacionais já estabelecidas. Obs Compõe o produto uma apresentação sintética do documento técnico em slides, para orientar as seções de deliberação interna sobre as alternativas apresentadas.	20/02/2013	R\$ 49.400,00 (pago)
Nº30- Documento técnico que, baseado nas deliberações da SNPD, contenha: Indicação do(s) tipo(s) de selo mais adequado(s) à realidade brasileira e das áreas temáticas aplicáveis, com destaque para as vantagens desse(s) tipo(s) em relação aos demais e para suas exigências de monitoramento e atualização, se for o caso. Contextualização aprofundada da temática da Acessibilidade, abordando a atuação da sociedade civil na promoção e no controle da Acessibilidade e a demografia dos grupos imediatamente beneficiados (pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, crianças, idosos, etc.). Projeto de implementação do Selo Nacional de Acessibilidade, conforme o(s) tipo(s) indicado(s), que demonstre detalhadamente as fases de sua implementação, em diversos cenários, e os procedimentos de monitoramento e avaliação. OBSERVAÇÕES IMPORTANTES Local de Trabalho A empresa contratada poderá ter sede em qualquer localidade do território nacional e seus consultores deverão ter disponibilidade para viagens. Todos os custos de preparação, deslocamento de(a) consultor(a), e apresentação da proposta deverão ser custeados pela empresa contratada. Os documentos técnicos devem ser entregues em formato de documento portátil (PDF) para publicação, em formato MS Word e TXT, e devem ser apresentados em uma cópia impressa. O contratado deve estar preparado para responder na íntegra a qualquer pedido relativo à metodologia utilizada na elaboração deste conjunto de dados. A SDH/PR e terceiros devem ser capazes de replicar os resultados com base na descrição metodológica e no conjunto de dados subjacente. A precisão dos dados produzidos será de inteira responsabilidade do contratante.	10/05/2013	R\$ 61.750,00 (pago)

Consultor Contratado	
Nome do Consultor: Sextante Ltda - Epp	CNPJ: 03.572.174/0001-17
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:	

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-1928/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 01 (um) profissional de nível superior, com graduação devidamente reconhecida pelo MEC, preferencialmente em Ciências Sociais Humanas, para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde, e inclusão social, direcionadas às pessoas com deficiência. O profissional será selecionado observando os locais de trabalho constantes neste edital.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
17/06/2013	17/02/2014	R\$ 65.600,00	R\$ 65.600,00	R\$ 21.600,00	R\$ 44.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três estados delimitados no território nacional			19/07/2013	R\$ 9.600,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;			25/08/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;			12/11/2013	R\$ 11.200,00	
Nº40- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região			30/12/2013	R\$ 12.800,00	
Nº50- Documento técnico com relatório final com dados e avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultoria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília			17/02/2014	R\$ 20.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Stenio Jose Paulino Soares				CPF: 007.522.534-41	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3953/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de 01 (um) profissional de nível superior, com graduação devidamente reconhecida pelo MEC, para analisar, propor formas de monitoramento e sistematizar ações de promoção e garantia da acessibilidade no Fórum Mundial de Direitos Humanos (FMDH), que será sediado em Brasília - DF nos dias 10 a 13 de dezembro.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/11/2013	24/02/2014	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo Análise do planejamento do FMDH quanto a observância dos requisitos de acessibilidade, consideradas as dimensões do evento, suas especificidades e as experiências de sucesso anteriores no país, Estimativa da demanda por produtos-serviços de acessibilidade e das possibilidades de atendimento por meio das ações já previstas, Avaliação das providências já tomadas, apontando as atividades críticas, Proposição de ações complementares, caso necessárias, para garantir a equiparação de oportunidades no evento, Proposta de estratégia de recrutamento e capacitação de voluntários e, eventualmente, prestadores de serviço e servidores públicos designados para atuarem no apoio a pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, Proposta de estratégia de avaliação do fornecimento de produtos e serviços, incluído o desenho de instrumentos de coleta da percepção do usuário.			10/01/2014	R\$ 10.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo Recomendações para o dimensionamento e operação do estande da acessibilidade no FMDH, esse estande deverá ficar na entrada do centro de convenções e atenderá a todas as demandas de participantes ou da organização relacionadas à acessibilidade, servindo de concentrador de todos os serviços-produtos assistivos a serem disponibilizados no Fórum intérpretes de libras, assistentes pessoais, cadeiras de rodas etc.			21/01/2014	R\$ 10.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo Relatório avaliativo quanto à operação do estande e ao fornecimento de produtos/serviços assistivos, indicando, o número de colaboradores voluntários, contratados, etc; as ações que foram desenvolvidas para o atendimento/assistência às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida; comparação do previsto x realizado, incluídas considerações sobre qualidade baseadas na percepção do usuário. Análise da conformidade dos produtos/serviços assistidos entregues em relação aos quantitativos e especificações previstos; Análise crítica da qualidade e abrangência da acessibilidade no evento, que incorpore, na maior medida possível, também as discussões e encaminhamentos das atividades do Fórum relacionadas à acessibilidade atividades oficiais e autogestionadas.			24/02/2014	R\$ 20.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Suzana Dalet Lopes				CPF: 308.600.241-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3046	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-34/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para realização de estudos de monitoramento e avaliação sobre a efetivação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – Plano Viver sem Limite, que incorpora políticas públicas de acessibilidade, educação, saúde e inclusão social, no território nacional, direcionadas às pessoas com deficiência.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/01/2013	21/01/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico descritivo contendo plano de trabalho com proposta metodológica e instrumento de coleta dos dados para a realização de visitas técnicas na região sob sua responsabilidade, construído após participação na capacitação organizada pela SNPD, bem como levantamento de ações do Plano Viver sem Limite a serem implementadas na região 9 MA-TO e PI.			28/02/2013	R\$ 6.400,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de seis cidades-polo e pelo menos 10 cidades do entorno, acompanhadas por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes do poder público local, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			15/04/2013	R\$ 8.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com a identificação de participantes de conselhos e entidades representativas das pessoas com deficiência, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite;			29/05/2013	R\$ 9.600,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo relatório parcial reunindo informações sobre monitoramento e avaliação da implementação do Viver sem Limite em cada um dos três territórios delimitados (região 9 MA -TO- PI) no território nacional.			20/06/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº50- Documento técnico contendo relatório de outros cinco locais acompanhados e pelo menos 10 cidades do entorno, por meio das visitas técnicas e reuniões locais, com mapeamento de instituições da sociedade civil no território, especificidades da região e estratégias utilizadas para efetivação das ações de políticas públicas para pessoas com deficiência por meio do Plano Viver sem Limite.			25/08/2013	R\$ 11.200,00 (pago)	
Nº60- Documento técnico contendo resultados, desafios e soluções para articulação com a sociedade civil, abrangendo a criação de novos conselhos, a organização em entidades e a participação no plano, bem como monitoramento do Viver sem Limite na região 9 MA-TO - PI.			01/10/2013	R\$ 12.800,00 (pago)	
Nº70- Documento técnico com relatório final com dados e			21/01/2014	R\$ 20.000,00 (pago)	

avaliação sobre a implementação do Plano Viver sem Limite na região sob sua responsabilidade e de todo o trabalho desenvolvido pela consultaria ao longo do ano, bem como apresentação dos resultados por meio de seminário a ser realizado em Brasília.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Talita Sellene Carvalho de Sousa	CPF: 888.778.923-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

UNESCO

BRZ914/3010

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3010	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3807/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado, pessoa física, na modalidade produto, para elaborar e sistematizar estratégias de Comunicação para o Fórum Mundial de Direitos Humanos, com realização prevista para o período de 10 a 13 de dezembro, em Brasília, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, com o objetivo de divulgar o evento para o público brasileiro e estrangeiro, colaborando assim com efetiva ação de fortalecer a participação e o controle social das políticas públicas de direitos humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
02/12/2013	02/04/2014	R\$ 45.500,00	R\$ 45.500,00	13.500,00	
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento Técnico contendo levantamento e mapeamento das instituições da área de comunicação que potencialmente podem aderir ao Comitê Organizador do Fórum, como multiplicadores, parceiros e integrantes da Comissão de Comunicação do FMDH.			05/12/2013	R\$ 13.500,00 (pago)	
Nº20- Documento Técnico contendo proposta de Plano de Comunicação para a realização do Fórum Mundial de Direitos Humanos.			20/01/2014	R\$ 17.000,00	
Nº30- Documento técnico contendo relatório final e avaliação da execução do Plano de Comunicação do primeiro ano do Fórum Mundial de Direitos Humanos, com vistas a posterior edição.			02/04/2014	R\$ 15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Adriano de Angelis Moura Andrade				CPF: 693.664.031-15	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRZ3010
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	

Código do Contrato: SA-1521/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para sistematizar as principais informações e documentos dos órgãos colegiados sob a coordenação ou supervisão da Secretaria de Direitos Humanos, visando construir um plano de ações bianual para cada órgão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/05/2013	15/08/2013	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo proposta metodológica para a elaboração, monitoramento e avaliação do plano de ações do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos;				31/05/2013	R\$ 2.500,00 (pago)
Nº20- Documento técnico contendo sistematização de informações levantadas sobre o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos;				25/06/2013	R\$ 5.500,00 (pago)
Nº30- Documento técnico contendo avaliação das três oficinas para construção coletiva do planejamento, para o biênio 2013-2014, do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos;				15/07/2013	R\$ 2.000,00 (pago)
Nº40- Documento técnico contendo os planos de ações, para o biênio 2013-2014, referentes ao Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, e ao Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos.				15/08/2013	R\$ 9.000,00 (pago)
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Ana Lucia Marino Valente				CPF: 508.255.267-87	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3010	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-4031/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado, pessoa física, na modalidade produto, para elaboração e execução de uma Oficina de Planejamento Estratégico e uma Oficina de Construção de Agenda Propositiva durante o IX Encontro Nacional de Conselhos de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa que acontecerá nos dias 11 e 12 de dezembro de 2013, durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos, assim como para auxiliar o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
10/12/2013	10/04/2014	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00		
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo uma proposta metodológica para Oficina de Planejamento Estratégico voltada aos conselheiros estaduais, distritais e municipais dos direitos da pessoa idosa a ser realizada no IX Encontro Nacional de Conselhos de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa	30/12/2013	R\$ 4.500,00
Nº20- Documento técnico contendo uma proposta metodológica para Oficina de Construção de Agenda Propositiva voltada aos participantes do IX Encontro Nacional de Conselhos de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa composta por conselheiros/as e gestores/as da temática da pessoa idosa	03/01/2014	R\$ 7.000,00
Nº30- Documento técnico contendo relatório final sobre realização do IX Encontro Nacional de Conselhos de Defesa de Direitos da Pessoa Idosa, incluindo avaliação geral crítica sobre as atividades realizadas e sobre a participação do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso no Fórum Mundial de Direitos Humanos, bem como propostas de aperfeiçoamento para os próximos eventos	10/04/2014	R\$ 8.500,00
Consultor Contratado		
Nome do consultor: Ana Lucia Marino Valente		CPF: 508.255.267-87
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3010	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-2093/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado, pessoa física, na modalidade produto, para elaborar proposta de planejamento estratégico e logístico para o Fórum Mundial de Direitos Humanos, com realização prevista para o período de 10 a 13 de dezembro, em Brasília, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, com o objetivo de fortalecer a participação e o controle social das políticas públicas de direitos humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/07/2013	01/05/2014	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 54.000,00	
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo uma proposta de planejamento das ações para a organização, acompanhamento e desenvolvimento do Fórum			20/07/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo estratégia de mobilização e levantamento das atividades dos atores envolvidos nas ações de organização do Fórum.			25/08/2013	R\$ 9.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo o plano de trabalho (projeto final) para a organização, acompanhamento e desenvolvimento do Fórum, incluindo o planejamento das atividades de comunicação, das atividades autogestionadas e da logística geral para a realização do Fórum, a partir das orientações detalhadas da SDH e das reuniões preparatórias			20/09/2013	R\$ 19.000,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo relatório sobre a			15/10/2013	R\$ 14.000,00 (pago)	

definição e elaboração dos materiais de comunicação e divulgação e dos elementos de planejamento visual do Fórum.		
Nº50- Documento técnico contendo relatório de sistematização das atividades preparatórias para realização do Fórum.	02/01/2014	R\$ 11.000,00
Nº60- Documento técnico contendo relatório com registro de informações detalhadas sobre a realização do Fórum, tais como: roteiro do cerimonial de abertura do evento, lista dos palestrantes confirmados e presentes, listas de atividades programadas e desenvolvidas, programação oficial e suas alterações, cópias das apresentações feitas pelos palestrantes, fotos, imagens e documentos oficiais utilizados, tais como modelos de ofícios, memorandos, comunicações internas, convites e relatórios de viagens.	29/03/2014	R\$ 10.000,00
Nº70- Documento técnico contendo relatório final sobre a realização do Fórum, incluindo avaliação geral crítica e propostas de aperfeiçoamento do planejamento estratégico e relações públicas para os próximos eventos	01/05/2014	R\$ 15.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Claudia Rodrigues da Silva		CPF: 634.139.140-49
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

+Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRA3034	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-2092/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissionais especializados para sistematizar as principais informações e documentos dos órgãos colegiados sob a coordenação ou supervisão da Secretaria de Direitos Humanos, visando construir um plano de ações bianual para cada órgão.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/07/2013	01/10/2013	R\$ 19.000,00	R\$ 19.000,00	R\$ 13.500,00	
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo proposta metodológica para a elaboração, monitoramento e avaliação do plano de ações do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua e do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia;			25/07/2013	R\$ 2.500,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo sistematização de informações levantadas sobre Forum Nacional de Ouvidores de Polícia o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua;			10/08/2013	R\$ 5.500,00	
Nº30- Documento técnico contendo avaliação das três oficinas para construção coletiva do planejamento, para o biênio 2013-2014, do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional			01/09/2013	R\$ 2.000,00 (pago)	

para a População em Situação de Rua e do Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia;		
Nº40- Documento técnico contendo os planos de ações, para o biênio 2013-2014, referentes ao Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, ao Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua e ao Fórum Nacional de Ouvidores de Polícia.	01/10/2013	R\$ 9.000,00 (pago)
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Julio Cesar Magalhaes de Almeida	CPF: 394.563.311-72	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3010	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3730/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado, pessoa física, na modalidade produto, para elaborar proposta de planejamento estratégico e logístico para realização de feiras, stands e sistema de alimentação no Fórum Mundial de Direitos Humanos, com realização prevista para o período de 10 a 13 de dezembro, em Brasília, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, com o objetivo de fortalecer a participação e o controle social das políticas públicas de direitos humanos.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
18/11/2013	18/11/2014	R\$ 99.000,00	R\$ 99.000,00	R\$ 17.000,00	
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Proposta metodológica contendo etapas fundamentais na organização de feira, exposição e sistema de alimentação do Fórum Mundial de Direitos Humanos FMDH, compreendendo a descrição dos passos necessários ao desenvolvimento de cada uma delas.			28/11/2013	R\$ 17.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo estratégias e requisitos logísticos para a realização das atividades da Feira de Economia Solidária, exposições e sistema de alimentação, a partir de resultado de coleta de dados com levantamento de perfil de parceiros e público do FMDH			18/12/2013	R\$ 13.000,00	
Nº30- Documento técnico contendo avaliação dos resultados e impactos sobre a realização das feiras, exposições e sistema de alimentação no Fórum a partir de relatório com registro de informações detalhadas, tais como: fotos, documentos oficiais utilizados, programações e mapas			20/02/2014	R\$ 12.000,00	
Nº40- Documento Técnico contendo instrumento de coleta de dados para levantamento de informações para auxiliar na sistematização da infraestrutura da 11 Conferência Nacional de Direitos Humanos CNDH e desenvolvimento da metodologia de organização da 12 CNDH produtos 5 e 7, incluindo forma de aplicação e objetivos			15/04/2014	R\$ 11.000,00	
Nº50- Documento técnico contendo sistematização da infraestrutura da 11 Conferência Nacional de Direitos Humanos.			25/06/2014	R\$ 14.000,00	
Nº60- Documento técnico contendo diagnóstico sobre a infraestrutura utilizada para a realização das Conferências			24/08/2014	R\$ 15.000,00	

Municipais de Direitos Humanos realizadas em 2014, nos 5 maiores Municípios participantes.		
Nº70- Proposta metodológica de organização de infraestrutura para realização de conferências estaduais de direitos humanos a ser disponibilizada para os Estados envolvidos.	18/11/2014	R\$ 17.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Pablo Vieira Viana		CPF: 026.589.894-31
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3010	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-4080/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissional especializado para elaborar banco de textos referenciais sobre as atividades do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda e os direitos e as principais violações por ele discutidas.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/12/2013	15/12/2014	R\$ 66.000,00	R\$ 66.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo sistematização dos documentos, resoluções, moções e deliberações da 9 Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como dos encaminhamentos realizados pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República;			15/01/2014	R\$ 8.000,00	
Nº20- Documento técnico contendo relatório com o levantamento das políticas setoriais do governo federal que incluam a temática dos direitos da criança e do adolescente e proposta metodológica para o seu acompanhamento pelo Conanda;			25/02/2014	R\$ 9.000,00	
Nº30- Documento técnico contendo diagnóstico sobre a necessidade de formação temática específica dos conselheiros do Conanda			20/04/2014	R\$ 10.000,00	
Nº40- Documento técnico com a metodologia de organização e as referências do banco de textos criado sobre as temáticas relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes			20/06/2014	R\$ 13.000,00	
Nº50- Documento técnico contendo sistematização e resumo das memórias das reuniões ordinárias do Conanda realizadas a partir de janeiro de 2012 e proposta de modelo de ata para registro das reuniões			25/09/2014	R\$ 14.000,00	
Nº60- Documento técnico contendo sistematização e resumo das discussões e decisões tomadas no âmbito das quatro comissões temáticas do Conanda e relatório com as atas das reuniões ordinárias, extraordinárias e da Mesa Diretora do Conanda, referentes ao período de execução da consultoria.			15/12/2014	R\$ 12.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Patricia Quevedo Kay				CPF: 056.908.408-31	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3010	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3388/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissional especializado para realizar análise de legislação e de marcos normativos relacionados ao tema “direito à memória e à verdade”, a fim de subsidiar as atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no município de São Paulo, SP.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
25/10/2013	25/07/2014	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 9.000,00	
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo relatório de pesquisa sobre a legislação e os marcos normativos relacionados ao tema direito à memória e à verdade no Brasil, com ênfase processo de evolução histórica e de construção normativa das Comissões da Verdade no âmbito do Poder Executivo no Brasil, em suas três esferas federativas;			10/12/2013	R\$ 9.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo estudo comparativo entre os instrumentos jurídicos que instituíram as Comissões da Verdade constituídas no âmbito do Poder Executivo no Brasil, em suas três esferas federativas.			28/03/2014	R\$ 15.000,00	
Nº30- Documento técnico contendo o levantamento e análise da legislação relacionada a nomeações de logradouros públicos, monumentos e equipamentos públicos no município de São Paulo, SP.			20/05/2014	R\$ 11.000,00	
Nº40- Documento técnico contendo proposta de diretrizes normativas para possibilitar a substituição de nomeações de logradouros, monumentos e equipamentos públicos no município de São Paulo, SP, que veiculem homenagens, menção ou citação a pessoas supostamente envolvidas na prática de crimes de lesa-humanidade ou violações a direitos humanos durante a ditadura civil-militar.			25/07/2014	R\$ 20.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Rafael Luiz Feliciano da Costa Schincariol				CPF: 039.229.619-59	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante	
Nome da Organização	Sigla
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	UNESCO
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica	
Título do Projeto	Código
Educação em Direitos Humanos	914BRZ3010
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”	
Código do Contrato: SA-2095/2013	
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado, pessoa física, na modalidade produto, para elaborar proposta de planejamento da gestão cultural para o Fórum Mundial de Direitos Humanos, com realização prevista para o período de 10 a 13 de dezembro, em Brasília, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, com o objetivo de fortalecer a participação e o controle social das políticas públicas de direitos humanos.	
Período de Vigência	Remuneração

Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/07/2013	01/05/2014	R\$ 90.000,00	R\$ 90.000,00	R\$ 54.000,00	
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo uma proposta de planejamento das ações da área cultural e das reuniões, eventos e atividades referentes ao Fórum			02/08/2013	R\$ 12.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo proposta de metodologia de mobilização de atores para a participação em atividades culturais a serem realizadas no Fórum			05/08/2013	R\$ 14.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo o plano de trabalho (projeto final) para a organização, acompanhamento e desenvolvimento das atividades culturais do Fórum, a partir das orientações detalhadas da SDH e das reuniões preparatórias			01/09/2013	R\$ 9.000,00 (pago)	
Nº40- Documento técnico contendo relatório sobre definição dos materiais e infraestrutura necessários para as atividades culturais a serem realizadas no Fórum;			10/10/2013	R\$ 19.000,00 (pago)	
Nº50- Documento técnico contendo relatório de sistematização das atividades preparatórias para realização do Fórum			03/01/2014	R\$ 11.000,00	
Nº60- Documento contendo relatório com o registro de informações detalhadas sobre a realização do Fórum, tais como: evento cultural de abertura e de encerramento do evento, listas de atividades desenvolvidas, programação oficial e suas alterações, fotos, imagens, documentos oficiais utilizados, tais como modelos de ofícios, memorandos, comunicados internos, convite e relatórios de viagens			10/03/2014	R\$ 10.000,00	
Nº70- Documento técnico contendo relatório final sobre a realização do Fórum, incluindo avaliação geral crítica sobre as atividades culturais realizadas e propostas de aperfeiçoamento para os próximos eventos			01/05/2014	R\$ 15.000,00	
Consultor Contratado					
Nome do Consultor: Raimundo Jerusalem Marques Mota				CPF: 456.538.103-63	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:					

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3010	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3071/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de consultor especializado, pessoa física, na modalidade produto, para desenvolver estudo sobre gestão de recursos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e do Fundo Nacional do Idoso, respectivamente, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e pelo Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, órgãos colegiados vinculados à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
23/09/2013	23/03/2014	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00		
Insumos Externos					

Produtos Contratados		
Descrição	Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo diagnóstico e proposta de aprimoramento do marco normativo, da distribuição de competências e dos fluxos referentes aos fundos, entre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, nas atividades envolvidas na gestão dos respectivos fundos.	28/10/2013	R\$ 9.000,00
Nº20- Documento técnico com relatório dos estudos realizados, contendo: proposta de estratégia de captação de recursos e divulgação da missão e dos projetos financiados pelos fundos nacionais e proposta de estratégia de comunicação e relacionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso com os grandes doadores aos fundos	06/01/2014	R\$ 10.000,00
Nº30- Documento técnico com relatório dos estudos realizados, contendo: proposta de modelos referenciais para a construção de editais de seleção de projetos e proposta de metodologia de acompanhamento e monitoramento das ações e projetos financiados com recursos dos fundos	13/02/2014	R\$ 12.000,00
Nº40- Documento técnico contendo proposta de material formativo, a partir dos produtos e resultados da consultoria, para ser utilizado em seminários e cartilhas para os membros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso e dos respectivos conselhos locais, incluindo noções de orçamento público, orientações sobre a captação, mobilização e gestão de recursos dos fundos, bem como sobre a criação de fundos locais.	23/03/2014	R\$ 14.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Sandra Regina Morato Martins		CPF: 761.467.238-00
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3010	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-2567/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de um consultor especializado para sistematizar o conteúdo dos relatórios finais e das recomendações aprovadas nas Comissões Especiais, Subcomissões e Grupos de Trabalho criados no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH, entre os anos 2000 e 2012.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
19/08/2013	19/08/2014	R\$ 75.000,00	R\$ 75.000,00	R\$ 33.500,00	
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Documento técnico contendo o levantamento quantitativo das Comissões Especiais, Subcomissões e				19/09/2013	R\$ 10.000,00 (pago)

Grupos de Trabalho do CDDPH e seus respectivos relatórios entre 2000 e 2012, tendo como base o acervo físico e virtual do CDDPH		
Nº20- Documento técnico contendo metodologia para recuperação e sistematização das informações contidas nos relatórios finais das Comissões Especiais, Subcomissões e Grupos de Trabalho do CDDPH, e para o monitoramento de suas recomendações	29/10/2013	R\$ 13.000,00
Nº30- Documento técnico contendo metodologia de organização e categorização do acervo virtual das Comissões Especiais, Subcomissões e Grupos de Trabalho do CDDPH, vinculando-os às Câmaras Temáticas correspondentes	29/01/2014	R\$ 12.500,00 (pago)
Nº40- Organização do acervo virtual das Comissões Especiais, Subcomissões e Grupos de Trabalho do CDDPH entre 2000 e 2012 com base na metodologia apresentada no Produto 3, e produção de uma Guia do Acervo Digital do CDDPH	20/02/2014	R\$ 11.000,00 (pago)
Nº50- Documento técnico contendo as recomendações aprovadas nos relatórios finais das Comissões Especiais, Subcomissões e Grupos de Trabalho do CDDPH, os encaminhamentos dados e os resultados obtidos;	30/05/2014	R\$ 12.000,00
Nº60- Avaliação diagnóstica dos relatórios das Comissões Especiais, Subcomissões e Grupos de Trabalho do CDDPH, das pendências localizadas no Produto 5, das necessidades existentes e das melhorias necessárias para aperfeiçoar o cumprimento de suas finalidades institucionais	19/08/2014	R\$ 16.500,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Sindia Cristina de Carvalho Sousa		CPF: 011.761.501-38
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3010	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-4131/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissional especializado para elaboração de proposta metodológica de manutenção e potencialização do Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente como ferramenta estratégica de comunicação do Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e do Adolescente (Conanda).					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
15/12/2013	15/12/2014	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição				Data prevista de entrega	Valor
Nº10- Relatório técnico contendo mapeamento e sistematização de boas práticas de comunicação que tenham por foco portais na rede mundial de computadores e aplicáveis a órgãos colegiados de controle social.				25/02/2014	R\$ 21.000,00
Nº20- Proposta de instrumentos de comunicação estratégica para disseminação das ações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da temática de crianças e adolescentes;				15/07/2014	R\$ 19.000,00
Nº30- Proposta de manual de manutenção e atualização do Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente com				15/12/2014	R\$ 20.000,00

detalhamento passo a passo de procedimentos e proposta de quadro de pessoal, com especificação de quantitativos e perfis profissionais necessários para a manutenção do Portal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Vanessa Campos da Silva	CPF: 030.491.094-59	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3010	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3548/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissional especializado para realizar pesquisas biográficas sobre pessoas que tenham sofrido ou supostamente cometido violações aos direitos humanos durante a ditadura militar no município de São Paulo, a fim de subsidiar as atividades da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República no município de São Paulo, SP.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
01/11/2013	01/10/2014	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00		
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo textos analítico-descritivos elaborados a partir da pesquisa biográfica dos mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura civil-militar no município de São Paulo, SP;			25/11/2013	R\$ 8.000,00	
Nº20- Documento técnico contendo relatório de pesquisa e levantamento de informações sobre pessoas supostamente envolvidas na prática de crimes de lesa-humanidade ou violações contra os direitos humanos durante a ditadura civil-militar no município de São Paulo;			01/02/2014	R\$ 15.000,00	
Nº30- Documento técnico contendo relatório do georreferenciamento de logradouros, monumentos e equipamentos públicos tais como escolas, hospitais, centros de atendimento e assistência social, entre outros, que contenham ou veiculem o nome de pessoas que tenham sofrido ou supostamente cometido crimes de lesa-humanidade ou violações aos direitos humanos durante a ditadura civil-militar no município de São Paulo, SP;			05/04/2014	R\$ 13.000,00	
Nº40- Documento analítico contendo fotos e dados quantitativos e qualitativos de ruas que levam o nome de pessoas que tenham sofrido ou supostamente cometido crimes de lesa-humanidade ou violações aos direitos humanos durante a ditadura civil-militar em São Paulo, incluindo entrevistas com amostragem de seus respectivos moradores e dados como extensão, bairro, total de moradores, listagem de moradores e endereços e data de nomeação do logradouro;			20/05/2014	R\$ 14.000,00	
Nº50- Documento analítico contendo pesquisa biográfica dos artistas paulistanos que tenham sofrido algum tipo de violação contra os direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira, incluindo sua produção artística			15/07/2014	R\$ 9.000,00	
Nº60- Documento técnico contendo levantamento de obras literárias e de cinema referentes ao período da ditadura			01/10/2014	R\$ 11.000,00	

civil-militar brasileira, sobretudo no município de São Paulo, SP.		
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Vera Alves Crispim Capucho	CPF: 122.793.278-21	
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

Identificação da Organização Internacional Cooperante					
Nome da Organização				Sigla	
Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura				UNESCO	
Identificação do(s) Projeto(s) de Cooperação Técnica					
Título do Projeto				Código	
Educação em Direitos Humanos				914BRZ3010	
Informações sobre os Contratos de Consultoria na Modalidade “Produto”					
Código do Contrato: SA-3295/2013					
Objetivo da Consultoria: Contratação de profissional para realizar levantamento e sistematização de normas, procedimentos e regimentos dos seguintes órgãos colegiados que compõem a estrutura regimental da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana; Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Conselho Nacional dos Direitos do Idoso; Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo; Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos; Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos; Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para População em Situação de Rua; e Comitê Nacional de Diversidade Religiosa.					
Período de Vigência		Remuneração			
Início	Término	Total Previsto no Contrato	Total Previsto no Exercício	Total pago no Exercício	Total pago até o Final do Exercício
21/10/2013	21/10/2014	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 21.000,00	
Insumos Externos					
Produtos Contratados					
Descrição			Data prevista de entrega	Valor	
Nº10- Documento técnico contendo levantamento do marco normativo dos órgãos colegiados que compõem a estrutura regimental da SDH/PR e sistematização de seu conteúdo, incluindo os atos relacionados à sua criação, atribuições e funcionamento, tais como leis, decretos e regimentos internos;			20/11/2013	R\$ 10.000,00 (pago)	
Nº20- Documento técnico contendo diagnóstico sobre a compatibilidade dos conteúdos dos regimentos internos com os demais atos normativos relacionados à criação, atribuições e funcionamento dos órgãos colegiados, bem como proposta de modelos referenciais de regimento interno, considerando as especificidades de cada órgão;			15/12/2013	R\$ 11.000,00 (pago)	
Nº30- Documento técnico contendo proposta de parâmetros para a atuação normativa dos órgãos colegiados, considerando suas finalidades, especificidades e atribuições legalmente estabelecidos;			25/01/2014	R\$ 9.000,00	
Nº40- Documento técnico contendo diagnóstico e análise sobre a composição formal dos órgãos colegiados, prevista nas normativas correlatas, e a composição efetiva, correlacionando-a com a representação e participação da sociedade civil;			10/03/2014	R\$ 12.000,00	
Nº50- Documento técnico contendo análise dos processos eleitorais atuais dos órgãos colegiados e proposta de modelos referenciais, considerando as especificidades			18/05/2014	R\$ 13.000,00	
Nº60- Documento técnico contendo análise e proposta de padronização das atuais instâncias constituintes dos órgãos colegiados, tais como comitês, comissões e grupos de trabalho, bem como proposta de modelos referenciais de atos produzidos pelos órgãos colegiados e suas instâncias,			22/07/2014	R\$ 8.000,00	

considerando as especificidades		
Nº70- Relatório técnico contendo proposta de material formativo para os membros dos órgãos colegiados, incluindo os parâmetros legais de sua atuação e os modelos referenciais propostos.	21/10/2014	R\$ 17.000,00
Consultor Contratado		
Nome do Consultor: Vitor Silva Alencar		CPF: 033.970.484-51
Observações sobre a Execução Físico/Financeira do Contrato:		

14.2 ANÁLISE CRÍTICA

Ao longo de 2012 a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República obteve um melhor desempenho na execução de seus projetos de cooperação com organismos internacionais, conseguindo executar atividades de vários projetos que estavam com sua implementação atrasada.

Contribuiu para tanto a constituição de um Comitê de Acompanhamento de Projetos de Cooperação Internacional, presidido pela Secretária Executiva e composto por representantes de todas as unidades da SDH. O comitê foi constituído com a atribuição de monitorar a execução de todo o portfólio de projetos de cooperação internacional, cobrando as áreas técnicas responsáveis nos casos em que seus respectivos projetos estivessem com baixa execução. Essa medida decorreu de algumas reuniões tripartites e outras reuniões em que a Agência Brasileira de Cooperação demandou maior celeridade na execução de alguns projetos da SDH.

Outra importante medida foi a continuidade das capacitações oferecidas para todas as Coordenações-Gerais, em que coordenadores e suas equipes receberam instruções quanto aos fluxos estabelecidos para a implementação dos projetos de cooperação, os documentos exigidos em cada ato administrativo, a responsabilidade de coordenação e cobrança dos trabalhos realizados pelos consultores na modalidade produto, etc. Ao fim de 2012 já se podia contar com uma implementação mais qualificada dos projetos, em que os processos administrativos eram realizados de modo eficiente e com clareza sobre os procedimentos necessários.

15 INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA, CONTEMPLANDO, ENTRE OUTROS, A FORMA DE ESCOLHA DO PARCEIRO, A EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E OS RESULTADOS DA PARCERIA.

15.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA SDH/PR

QUADRO LXIV – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Informações da Entidade Parceira	CNPJ	04863094000183
	Nome	INSTITUTO ALIANCA COM O ADOLESCENTE
	Âmbito de Atuação (art. 3º da Lei nº 9.790/99)	Promoção da assistência social
	Regulamento da Contratação de Obras e Serviços (art. 14 da Lei nº 9.790/99)	
do Termo de	Número	750584
	Data Celebração	2010
	Registrado no SICONV?	sim

	Forma de Escolha da Entidade Parceira	Edital de Chamada Pública nº 01/2010 - SDH/CONANDA	
	Objeto	Disseminação da Metodologia Pair	
	UJ Parceira	Nome	FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE
		UG SIAFI	
	Período Vigência	Início	15/12/2010
		Fim	26/5/2013
	Valor Global (em R\$ 1,00)	Da UJ	1.346.000,00
		Da Entidade	-

15.2 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCEIRA FIRMADOS

QUADRO LXV – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA

EXERCÍCIO EM FAVOR DE TERMO DE PARCEIRA			
Identificação da Entidade Parceira			
Nome		N/A	
CNPJ		N/A	
Valores Repassados no Exercício (R\$ 1,00)			
No Primeiro Semestre		No Segundo Semestre	
Janeiro	0,00	Julho	0,00
Fevereiro	0,00	Agosto	0,00
Março	0,00	Setembro	0,00
Abril	0,00	Outubro	0,00
Maio	0,00	Novembro	0,00
Junho	0,00	Dezembro	0,00
Total	0,00	Total	0,00

Fonte:

Obs.: A SDH/PR não firma Termos de Parceria desde 2011.

QUADRO LXVI – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA

UG: 200016 (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS – SDH)

Exercícios	Quantidade de Termos Vigentes	Montante Repassado no Exercício (em R\$ 1,00)
2012	3	0,00
2011	2	852.693,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL E PORTAL DE CONVÊNIOS SICONV

UG: 110244 (FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE – FNCA)

Exercícios	Quantidade de Termos Vigentes	Montante Repassado no Exercício (em R\$ 1,00)
2012	3	411.250,00
2011	3	1.841.000,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL E PORTAL DE CONVÊNIOS SICONV

15.3 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS

QUADRO LXVII – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA
(ART. 11, § 1º DA LEI Nº 9.790/99)

Membros da Comissão				Ato de Designação
Nº do Termo	Nome	Nome	Órgão que Representa	
708025/2009	Leila Regina Paiva de Souza	SIAPE nº 2448737	SNPDCA/SEDH/PR	Portaria SDH/PR nº 975, 19 maio de 2010
	Deysiane Farias Pontes	SIAPE nº 1747756	SNPDCA/SEDH/PR	
	Djalma Costa	205.810.685-72	CONANDA/SDH	
	Deysiane Farias Pontes	358.468.875-20	OSCIP	
717524/2009	Denille da Silva Melo	SIAPE nº. 2685852	SNPDCA	Portaria SDH/PR nº 907, 7 de maio de 2010
	Jaime Argentina do Vale	SIAPE nº. 1766967	SNPDCA	
	Maria Luiza Machado Lacerda	091.207.186-91	OSCIP	
	Carlos Eduardo Nery Paes	400.259.000-30	CONANDA	
708840/2008	Gícia de Cássia Martinichen Falcão	SIAPE nº 1640820	SNPDCA/SDH/PR	Portaria SDH/PR nº 796, 26 de abril de 2010
	Marina Tisako Kumon	SIAPE nº 1550259	SNPDCA/SDH/PR	
	Sólon Eduardo Annes Viola	204.749.380-34	CNEDH/SDH	
	Alexandre de Oliveira Munck	178.235.238-41	OSCIP	
717598/2009	Carolina de Oliveira Brandão	SIAPE nº 2310576	SNPDCA/SDH/PR	Portaria SDH/PR nº 692 de abril de 2010 e Portaria SDH/PR nº 663 de abril de 2011
	Lúcia Helena Santos Junqueira Rodrigues	SIAPE nº 1589642	SNPDCA/SDH/PR	
	Silva Maria de Mattos Arruda	153.458.231-20	OSCIP	
	Fábio Feitosa da Silva	904.908.617-34	CONANDA	
	Simone Haddad Melo Costa	SIAPE nº 1776145	SDH	
654259 005/2009	Jaílson Tenório dos Reis	SIAPE nº 1779798	SPDCA/SDH/PR	Portaria SDH/PR nº 1486 de julho de 2011 e Portaria SDH/PR nº 1343 de outubro de 2012
	Higor Cataldo Antônio	SIAPE nº 1800455	SPDCA/SDH/PR	
	Flora Luciana Texeira de Oliveira	606.995.660-53	OSCIP	
	Iralda Cassol Pereira	505.040.100-34	CONANDA	
	Helena Alves Pereira	SIAPE nº 0744961	SDH	
	Leia Tatiana Fascarini	823.216.470-00	OSCIP	
	Beatriz Hobold	303.210.009-78	CONANDA	
700164/2008	Maria do Socorro Fernandes Tabosa Mota	SIAPE nº 2467192	SPDDH/SDH/PR	Portaria SDH/PR nº 302, de março de 2009
	Carlos Inácio Prates	SIAFE nº 221365	SPDDH/SDH/PR	
	Irma Rosseto Passoni	638.928.988-04	OSCIP	
	Fatima Rodrigues	39.021.191-87	CNDI	

	Gimaraes			
635310	Rosário Maria da Costa Ferreira	SIAPE nº 1635106	SPDCA/SDH/PR	Portaria SDH/PR nº 1.121 de dezembro de 2008 , Portaria SDH/PR nº 662 de abril de 2011 e Portaria SDH/PR nº 1.122 de agosto de 2012
	Leila Regina Paiva de Souza	SIAPE nº 2448737	SPDCA/SDH/PR	
	Marcio DJames da Costa Furtado	436.245.702-00	OSCIP	
	Janainna Pinto Souto Maioe de Albuquerque	516.899.602-72	CEDCA	
	Deysiane Farias Pontes	SIAPE nº 1747756	SPDCA/SDH/PR	
	Lúcia Souza da Chagas	284.050.562-20	OSCIP	
	Joacy de Deus Pinheiro	SIAPE nº 1765126	SDH	
	Helena Alves Pereira	SIAPE nº 0744961	SDH	
001/2008	Rosário Maria Da Costa Ferreira	SIAPE nº 1635106	SPDCA/SDH/PR	Portaria SDH/PR nº 1.123 de dezembro de 2008, Portaria SDH/PR nº 1.121 de agosto de 2012 e Portaria SDH/PR nº 495 de maio de 2013
	Leila Regina Paiva De Souza	SIAPE nº 2448737	SPDCA/SDH/PR	
	Maria Adenil Falcão Vieira	566.239.175-00	OSCIP	
	Silvia Barros Neves	148.120.025-91	CECA/BA	
	Joselino Vieira dos Santos	SIAPE nº 1378310	SDH	
	Luciene Pereira Evangelista	SIAPE nº 1535058	SDH	
	Auristela Leal da Anunciação	444.013.025-91	CMDCA	
	Helena Alves Pereira	SIAPE nº 0744961	SDH	
750585/2010	Niusarete Margarida de Lima	SIAPE nº 3152346	SDH	Portaria SDH/PR nº 534, 29 de março de 2011
	Ana Paula Crosara de Resende	SIAPE nº 1748078	SDH	
	Mirela de Carvalho	044.449.397-51	OSCIP	
			CONSELHO DE POLITICA PÚBLICA DA ÁREA DO PROJETO	
	Rosângela da Silva Santos	966.390.247-72		
750578/2010	Leila Regina Paiva Souza	SIAPE nº 2448737	SDH	Portaria SDH/PR nº 1.429, 13 de julho de 2011
	Deysiane Farias Pontes	SIAPE nº 1747756	SDH	
	Leila Adesse	337.709.487-34	OSCIP	
	Glícia Thais Salmeron De Miranda	171.220.075-53	CONANDA	
718640/2009	Gícia de Cássia Martinichen Falcão	SIAPE nº 1640820	SNPDDH	Portaria SDH/PR nº 1.665, 24 de junho de 2010 e Portaria SDH/PR nº 1.519, 08 de agosto de 2011
	Marina Tisako Kumon	SIAPE nº 1550259	SNPDDH	
	Jesus Carlos Delgado Garcia	111.562.258-76	OSCIP	
	Aida Maria Monteiro Silva	127.223.084-87	CNEDH	
	Fernanda Reis Brito	SIAPE nº 1666729	SDH	
	Valéria Sperandio Rangel	SIAPE nº 1475770	SDH	

718643/2009	Gícia de Cássia Martinichen Falcão	SIAPE nº. 1640820	SNPDH	Portaria SDH/PR nº 1.080, 28 de maio de 2010
	Marina Tisako Kumon	SIAPE nº. 1550259	SNPDH;	
	Aida Maria Monteiro Silva	127.223.084-87	CNEDH/SDH	
	Jesus Carlos Delgado Garcia	111.562.258-76	OSCIP	
749670/2010	Sinara Pollom Zardo	SIAPE nº 1673303	SDH	Portaria SDH/PR nº 1.163, 6 de junho de 2011
	Janine Poggiali Gasparoni e Oliveira	SIAPE nº 1708165	SDH	
	Marcia Cavalcante Alves Paixão	013.724.067-86	OSCIP	
750088/2010	Kátia Grans De Lima	SIAPE nº 1897679	SDH	Portaria SDH/PR nº 3.173, 7 de dezembro de 2011
	José Rafael Miranda	SIAPE nº 1324595	SDH	
	Danielle Dutra	016.337.769-30	OSCIP	
750863/2010	Marcelo Nascimento	SIAPE nº 1863587	SDH	Portaria SDH/PR nº 1.499, 28 de julho de 2011
	Flávia Renata Lemos de Souza	SIAPE nº 1467406	SDH	
	Hércules Soares	270.550.861-91	OSCIP	
	Carlos Nicodemos	923.579.897-34	CONANDA	
717364/2010	Rubens Oliveira Serafim	SIAPE nº. 0145460	SNPDH	Portaria SDH/PR nº 691, 20 de abril de 2010
	Rose Mary Leite de Araújo	SIAPE nº. 0220052	SNPDH	
	Cláudia Maia Tavares	070.063.477-00	OSCIP	
	Flávio Fontes da Silva	053.533.917-80	CEPDE	
713014/2009	Jaílson Tenório dos Reis	SIAPE nº 1779798	SPDCA/SDH/PR	Portaria SDH/PR nº 1421 de julho de 2011
	Higor Cataldo Antônio	SIAPE nº 1800455	SPDCA/SDH/PR	
	Kim de Souza Fortunado	032.095.301.73	OSCIP	
	Francisco Rodrigues Correa	635.685.781-15	CONANDA	
750584/2010	Leila Regina Paiva De Souza	SIAPE nº 2448737	SDH	Portaria SDH/PR nº 1.428, 13 de julho de 2011
	Deysiane Farias Pontes	SIAPE nº 1747756	SDH	
	Ilma Maria Costa Da Silva Oliveira	358.468.875-20	OSCIP	
	Raimunda Núbia Lopes Da Silva	273.986.173-72	CONANDA	
750595/2010	Edna Teresinha Neves	SIAPE nº 0718066	SDH	Portaria nº 2.550, 22 de setembro de 2011
	João Alves De Souza Júnior	SIAPE nº 1847979	SDH	
	Irene Piera Saggin	584.647.358-04	OSCIP	
750508/2010	Marcelo Nascimento	SIAPE nº 1863587	SNPDCA	Portaria nº 1.374, 11 de julho de 2011
	Maria Bernadete Olivo	SIAPE nº 749957	SNPDCA	
	Glícia Thaís Salmeron de Miranda	171.220.075-53	CONANDA	
	Danielle Rodrigues Dutra	016.337.769-30	Sociedade Semear	

**QUADRO LXVIII – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS
APRESENTADAS NO EXERCÍCIO**

CNPJ da Entidade Parceira	Data da Apresentação das Contas	Período de Referência		Situação da Análise*	Decisão*
		Data Início	Data Fim		
05940601000106	29/12/2009	17/11/2008	31/10/2009	Em andamento	
04863094000183	25/02/2011	30/10/2009	30/01/2011	Em andamento	
04863094000183	14/05/2012	01/12/2009	61/10/2011	Em andamento	
00501070000123	03/05/2012	28/12/2009	28/12/2011	Em andamento	
69270486000184	09/03/2012	01/12/2009	30/09/2011	Em andamento	
05305331000153	14/10/2010	28/12/2009	16/10/2010	Em andamento	
05493004000172	06/05/2013	10/12/2009	10/12/2012	Em andamento	
04782112000100	25/08/2009	22/12/2008	31/05/2009	Em andamento	
03947908000103	29/06/2012	27/12/2010	30/04/2012	Em andamento	
04782112000100	10/08/2011	28/12/2009	12/05/2011	Em andamento	
04782112000100	24/06/2013	28/12/2009	30/04/2011	Em andamento	
07234526000185	28/03/2012	01/12/2010	30/12/2011	Em andamento	
04816878000150	09/07/2012	30/12/2010	30/12/2011	Em andamento	
04999034000192	30/09/2012	20/12/2010	20/12/2011	Em andamento	
04.999034000192	20/06/2012	28/12/2009	07/06/2011	Em andamento	
05834872000179	13/06/2011	28/12/2009	27/05/2011	Em andamento	
04863094000183	26/07/2013	15/12/2010	26/05/2013	Em andamento	
73405532000182	04/04/2012	31/12/2010	31/01/2012	Em andamento	
04816878000150	15/05/2013	17/12/2010	20/12/2012	Em andamento	
*Situação da Análise: ▪ Concluída ▪ Em andamento ▪ Não iniciada			**Decisão: ▪ Aprovada ▪ Reprovada ▪ Em exigência		

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

15.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA

QUADRO LXIX – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA

ENTIDADE PARCEIRA			
Identificação da Entidade Parceira			
Nome			CNPJ
Caracterização do Indicador 1			
Nome			
Fórmula de Cálculo			
Unidade de Medida			
Periodicidade de Medição			
Aferição dos Resultados do Indicador 1			
Meta do Exercício	Pactuada		
	Realizada		
	% Realização		
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2012	
		2011	
Análise do Indicador 1			
Caracterização do Indicador 2			

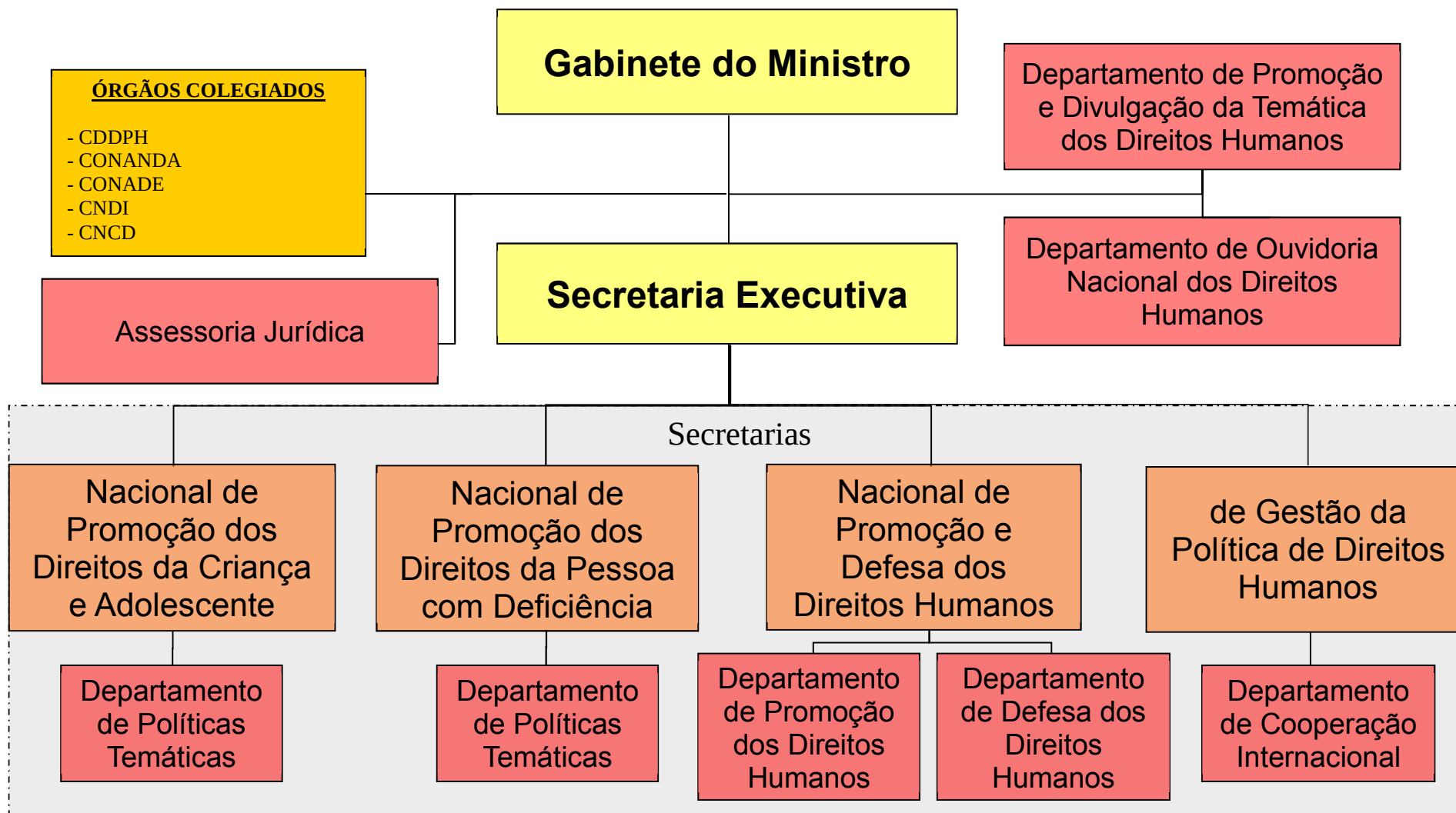
Nome			
Fórmula de Cálculo			
Unidade de Medida			
Periodicidade de Medição			
Aferição dos Resultados do Indicador 2			
Meta do Exercício	Pactuada		
	Realizada		
	% Realização		
% de Realização da Meta de Exercícios Anteriores	Exercícios	2012	
		2011	
Análise do Indicador 2			

Fonte:

OBS.: Não existiam “Termos de Parceria” vigentes nos exercícios de 2011 a 2013.

ANEXOS

ORGANOGRAMA FUNCIONAL



QUADRO XVII – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Nome: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS									
CNPJ: 05.478.625/0001-87				UG/GESTÃO: 200016/0001					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	756400	05145844000144	R\$ 514.281,38	R\$ 24.902,38	R\$ 120.000,00	R\$ 489.379,00	26/12/2011	26/03/2014	1
1	756408	13106211000155	R\$ 154.420,00	R\$ 30.884,00	R\$ 38.636,00	R\$ 123.536,00	14/12/2011	14/06/2013	4
1	756476	52802295000113	R\$ 100.290,00	R\$ 2.620,00	R\$ 7.670,00	R\$ 97.670,00	30/12/2011	30/12/2013	1
1	756499	13069489000108	R\$ 456.503,50	R\$ 47.766,00	R\$ 100.000,00	R\$ 408.737,50	14/12/2011	14/12/2013	1
1	756619	27219757000127	R\$ 998.803,35	R\$ 68.800,00	R\$ 300.000,00	R\$ 930.003,35	26/12/2011	27/03/2014	1
1	758341	34716746000118	R\$ 200.000,00	R\$ 7.200,00	R\$ 126.307,56	R\$ 192.800,00	26/12/2011	26/06/2013	1
1	759254	63606479000124	R\$ 937.658,79	R\$ 93.964,54	R\$ 100.000,00	R\$ 843.694,25	16/12/2011	28/02/2014	1
1	759289	00134362000175	R\$ 243.000,00	R\$ 43.000,00	R\$ 115.866,00	R\$ 200.000,00	26/12/2011	26/03/2013	1
1	759490	02755157000152	R\$ 871.042,40	R\$ 20.000,40	R\$ 185.842,00	R\$ 851.042,00	26/12/2011	26/03/2014	1
1	759836	07651302000179	R\$ 201.626,90	R\$ 21.000,00	R\$ 83.660,00	R\$ 180.626,90	30/12/2011	30/12/2013	1
1	761373	07837984000109	R\$ 671.445,10	R\$ 92.280,00	R\$ 41.150,17	R\$ 579.165,10	26/12/2011	26/12/2013	1
1	773674	17211202001319	R\$ 364.580,32	R\$ 23.005,20	R\$ 341.575,12	R\$ 341.575,12	28/12/2012	14/04/2014	1
1	773763	95423000000100	R\$ 315.628,76	R\$ 30.000,00	R\$ 285.628,76	R\$ 285.628,76	28/12/2012	14/04/2014	1
1	774197	73660391000144	R\$ 137.830,20	R\$ 5.513,20	R\$ 132.317,00	R\$ 132.317,00	28/12/2012	28/06/2013	1
1	774213	13128798003895	R\$ 350.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 315.000,00	R\$ 315.000,00	28/12/2012	09/02/2014	1
1	774373	05857379000174	R\$ 389.600,00	R\$ 39.600,00	R\$ 200.000,00	R\$ 350.000,00	28/12/2012	28/03/2014	1
1	774634	04034450000156	R\$ 169.491,00	R\$ 16.949,10	R\$ 152.541,90	R\$ 152.541,90	28/12/2012	03/06/2014	1
1	774635	88185020000125	R\$ 550.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	28/12/2012	05/05/2014	1
1	775104	00312051000159	R\$ 531.913,88	R\$ 82.274,20	R\$ 449.639,68	R\$ 449.639,68	28/12/2012	01/12/2014	1
1	775106	06040910000184	R\$ 165.000,00	R\$ 14.000,00	R\$ 151.000,00	R\$ 151.000,00	28/12/2012	03/06/2014	1
1	775110	04150335000147	R\$ 1.112.500,00	R\$ 112.500,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	20/12/2012	26/06/2014	1
1	775112	34639526000138	R\$ 910.979,00	R\$ 91.097,90	R\$ 337.500,00	R\$ 819.881,10	28/12/2012	28/03/2015	1
1	775113	06303357000125	R\$ 171.360,40	R\$ 13.726,00	R\$ 157.634,40	R\$ 157.634,40	28/12/2012	28/12/2013	1
1	775114	09579079000121	R\$ 218.900,00	R\$ 27.000,00	R\$ 191.900,00	R\$ 191.900,00	28/12/2012	03/06/2014	1
1	775143	09055291000190	R\$ 503.413,71	R\$ 51.248,08	R\$ 452.165,63	R\$ 452.165,63	28/12/2012	05/05/2014	1
1	775297	08761124000100	R\$ 149.182,90	R\$ 15.200,00	R\$ 133.982,90	R\$ 133.982,90	28/12/2012	18/06/2014	1
1	775425	24507865000107	R\$ 106.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 100.000,00	28/12/2012	08/02/2014	1

1	775541	05735244000136	R\$ 555.560,00	R\$ 55.560,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	28/12/2012	05/07/2014	1
1	775550	37261450000148	R\$ 499.674,00	R\$ 50.880,00	R\$ 61.335,00	R\$ 448.794,00	28/12/2012	21/07/2014	1
1	775697	72359862000116	R\$ 168.736,00	R\$ 68.736,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	28/12/2012	26/05/2014	1
1	775969	03225652000112	R\$ 159.840,00	R\$ 12.840,00	R\$ 147.000,00	R\$ 147.000,00	28/12/2012	03/06/2014	1
1	775970	08685528000153	R\$ 230.524,49	R\$ 23.616,80	R\$ 68.057,90	R\$ 206.907,69	28/12/2012	28/03/2014	1
1	775972	68314830000127	R\$ 177.360,00	R\$ 27.360,00	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	775973	73662520000133	R\$ 368.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	28/12/2012	07/06/2014	1
1	776105	03155926000144	R\$ 136.192,78	R\$ 5.447,71	R\$ 130.745,07	R\$ 130.745,07	28/12/2012	28/12/2013	1
1	776447	01367770000130	R\$ 350.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 315.000,00	R\$ 315.000,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	776505	08778276000107	R\$ 539.798,60	R\$ 99.422,60	R\$ 160.493,62	R\$ 440.376,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	776683	03507415002007	R\$ 337.579,70	R\$ 37.579,70	R\$ 81.400,00	R\$ 300.000,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	777044	07778585000114	R\$ 180.615,00	R\$ 18.061,50	R\$ 162.553,50	R\$ 162.553,50	28/12/2012	28/12/2013	1
1	777183	83169623000110	R\$ 217.440,00	R\$ 17.440,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	28/12/2012	23/04/2014	1
1	777186	01752227000156	R\$ 104.166,67	R\$ 4.166,67	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	28/12/2012	07/02/2014	1
1	777196	08642138000104	R\$ 238.843,48	R\$ 24.000,00	R\$ 214.843,48	R\$ 214.843,48	28/12/2012	03/06/2014	1
1	777585	07258970000130	R\$ 777.778,00	R\$ 77.778,00	R\$ 700.000,00	R\$ 700.000,00	28/12/2012	14/07/2014	1
1	777869	94235330000100	R\$ 1.200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 420.000,00	R\$ 420.000,00	28/12/2012	29/06/2014	1
1	778382	07258970000130	R\$ 104.168,00	R\$ 4.168,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	28/12/2012	14/02/2014	1
1	778469	13329579000182	R\$ 378.500,00	R\$ 78.500,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	28/12/2012	28/06/2014	1
1	778677	89270656000138	R\$ 20.303.100,01	R\$ 203.031,00	R\$ 700.000,00	R\$ 7.200.000,00	28/12/2012	28/12/2014	1
1	778710	00990956000188	R\$ 272.050,00	R\$ 22.050,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	28/12/2012	03/06/2014	1
1	778780	05077102000129	R\$ 235.328,00	R\$ 35.328,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	28/12/2012	05/01/2014	1
1	779435	05857379000174	R\$ 127.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	28/12/2012	28/12/2013	1
1	779780	46381000000180	R\$ 1.111.111,11	R\$ 111.111,11	R\$ 500.000,00	R\$ 1.000.000,00	28/12/2012	04/05/2014	1
1	779782	32987711000198	R\$ 289.611,00	R\$ 39.611,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	28/12/2012	03/05/2014	1
1	780096	06059051000175	R\$ 208.500,00	R\$ 8.500,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	28/12/2012	09/05/2014	1
1	780343	13095667000167	R\$ 312.500,00	R\$ 62.500,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	28/12/2012	28/11/2013	1
1	780599	13763132000117	R\$ 632.000,00	R\$ 32.000,00	R\$ 600.000,00	R\$ 600.000,00	28/12/2012	05/05/2015	1
1	780914	63606479000124	R\$ 139.347,21	R\$ 15.350,00	R\$ 123.997,21	R\$ 123.997,21	28/12/2012	15/03/2014	1
1	781206	01633663000106	R\$ 364.559,34	R\$ 14.582,44	R\$ 149.976,90	R\$ 314.600,00	28/12/2012	28/03/2014	1
1	781238	63606479000124	R\$ 206.094,68	R\$ 22.824,00	R\$ 183.270,68	R\$ 183.270,68	28/12/2012	05/02/2014	1
1	781290	40245920000194	R\$ 125.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	28/12/2012	18/06/2014	1
1	781358	92100155000118	R\$ 600.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 500.000,00	28/12/2012	05/05/2014	1
1	783288	08082743000160	R\$ 111.111,11	R\$ 11.111,11	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	10/09/2013	10/09/2014	1

1	783289	13128798003895	R\$ 111.149,00	R\$ 11.149,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	25/11/2013	25/11/2014	1
1	783290	09556140000115	R\$ 111.922,37	R\$ 11.922,37	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	25/09/2013	25/09/2014	1
1	783310	08995816000104	R\$ 105.316,76	R\$ 5.316,76	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	16/09/2013	16/09/2014	1
1	784786	63606479000124	R\$ 422.250,00	R\$ 22.250,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/12/2014	1
1	785110	05735244000136	R\$ 111.111,11	R\$ 11.111,11	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	12/09/2013	12/09/2014	1
1	785123	92100155000118	R\$ 111.111,11	R\$ 11.111,11	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	03/10/2013	03/10/2014	1
1	785196	14504377000192	R\$ 125.000,00	R\$ 25.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	22/11/2013	22/11/2014	1
1	785198	11303906000100	R\$ 111.162,50	R\$ 11.162,50	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	13/09/2013	13/06/2014	1
1	785200	03533064000146	R\$ 116.245,89	R\$ 16.245,89	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	10/09/2013	10/09/2014	1
1	785440	10377679000196	R\$ 113.791,60	R\$ 13.791,60	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	13/09/2013	13/09/2014	1
1	786503	37261450000148	R\$ 177.225,00	R\$ 17.085,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20/12/2013	20/12/2014	1
1	786517	07651302000179	R\$ 205.670,00	R\$ 10.540,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/12/2014	1
1	786519	08778276000107	R\$ 210.623,30	R\$ 10.623,30	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20/12/2013	20/12/2014	1
1	786523	10936575000174	R\$ 203.773,87	R\$ 8.190,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/12/2014	1
1	786525	08082743000160	R\$ 212.280,00	R\$ 17.391,00	R\$ 194.889,00	R\$ 194.889,00	06/12/2013	06/09/2014	1
1	786668	59940080000108	R\$ 459.064,13	R\$ 23.410,00	R\$ 435.654,13	R\$ 435.654,13	31/10/2013	31/10/2014	1
1	787070	04791997000104	R\$ 521.650,27	R\$ 26.349,95	R\$ 495.300,32	R\$ 495.300,32	11/11/2013	11/11/2014	1
1	787128	32360422000164	R\$ 197.360,00	R\$ 5.000,00	R\$ 192.360,00	R\$ 192.360,00	14/11/2013	14/11/2014	1
1	787138	08961997000158	R\$ 1.063.325,45	R\$ 55.530,00	R\$ 1.007.795,45	R\$ 1.007.795,45	05/11/2013	05/05/2015	1
1	787245	05577250000102	R\$ 313.061,20	R\$ 13.068,40	R\$ 299.992,80	R\$ 299.992,80	19/11/2013	19/05/2015	1
1	787326	27219757000127	R\$ 1.333.948,80	R\$ 34.400,00	R\$ 500.000,00	R\$ 330.000,00	22/11/2013	22/05/2015	1
1	787549	06033134000195	R\$ 200.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 196.000,00	R\$ 172.500,00	21/11/2013	21/11/2014	1
1	787556	07420613000127	R\$ 440.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	19/12/2013	19/02/2015	1
1	787640	21296249000166	R\$ 216.129,08	R\$ 33.600,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	19/11/2013	19/11/2014	1
1	788153	01086981000102	R\$ 367.350,35	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20/12/2013	20/12/2014	1
1	788161	02082462000120	R\$ 162.103,14	R\$ 3.242,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/12/2014	1
1	788163	03906058000197	R\$ 375.500,00	R\$ 22.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20/12/2013	20/12/2014	1
1	788177	09642390000178	R\$ 199.956,40	R\$ 5.498,40	R\$ 194.458,00	R\$ 194.458,00	29/11/2013	29/11/2014	1
1	788189	02477269000199	R\$ 350.000,00	R\$ 0,00	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	05/12/2013	05/06/2015	1
1	788273	10718071000188	R\$ 420.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	03/12/2013	03/06/2015	1
1	789138	00371537000168	R\$ 350.000,00	R\$ 0,00	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	22/11/2013	22/05/2015	1
1	790299	61580080000196	R\$ 397.937,60	R\$ 18.989,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18/12/2013	18/06/2015	1
1	790963	05338795000166	R\$ 554.011,00	R\$ 30.483,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	19/12/2013	19/12/2014	1
1	791032	33654419000116	R\$ 390.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20/12/2013	20/12/2014	1
1	791295	07454627000161	R\$ 196.980,00	R\$ 3.940,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18/12/2013	18/12/2014	1

1	791490	27219757000127	R\$ 343.258,66	R\$ 36.995,26	R\$ 129.093,39	R\$ 129.093,39	27/12/2013	27/12/2014	1
1	791588	33654419000116	R\$ 591.950,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/12/2014	1
1	791890	51885242000140	R\$ 217.400,00	R\$ 17.400,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	16/12/2013	16/12/2014	1
1	791933	07420613000127	R\$ 218.000,00	R\$ 18.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	26/12/2013	26/12/2014	1
1	792116	33654419000116	R\$ 439.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/12/2014	1
1	792206	24479149000163	R\$ 205.000,80	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/12/2014	1
1	792210	07420613000127	R\$ 217.900,00	R\$ 17.900,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/12/2014	1
1	792218	06055395000106	R\$ 307.800,00	R\$ 9.440,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	19/12/2013	19/12/2014	1
1	792261	07526912000140	R\$ 527.000,00	R\$ 27.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	19/12/2013	19/06/2015	1
1	792262	05857379000174	R\$ 200.000,00	R\$ 4.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/12/2014	1
1	792559	08941567000174	R\$ 527.500,00	R\$ 27.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	18/12/2013	18/06/2015	1
1	793183	74704636000150	R\$ 224.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	26/12/2013	26/12/2014	1
1	793236	04791997000104	R\$ 562.255,99	R\$ 59.579,52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/12/2014	1
1	793306	05553216000106	R\$ 157.938,60	R\$ 7.977,90	R\$ 149.960,70	R\$ 71.780,76	27/12/2013	27/12/2014	1
1	793308	07651302000179	R\$ 174.505,37	R\$ 9.180,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/12/2014	1
1	793501	60507100000130	R\$ 179.830,42	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/12/2014	1
1	793920	04897438000175	R\$ 103.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	26/12/2013	26/12/2014	1
1	793927	08642138000104	R\$ 172.178,40	R\$ 22.269,20	R\$ 149.909,20	R\$ 74.909,20	27/12/2013	27/12/2014	1
1	794988	37261450000148	R\$ 6.988.737,41	R\$ 698.873,75	R\$ 0,00	R\$ 0,00	27/12/2013	27/04/2015	1
1	798475	02932524000146	R\$ 600.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	31/12/2013	31/12/2014	1
1	633919	06055395000106	R\$ 2.490.200,24	R\$ 120.240,00	R\$ 0,00	R\$ 2.369.960,24	01/10/2008	30/05/2013	4
1	635905	11722741000100	R\$ 2.045.454,00	R\$ 545.454,00	R\$ 0,00	R\$ 1.500.000,00	04/12/2008	04/09/2014	1
1	636908	09186982000122	R\$ 7.551.052,00	R\$ 2.151.052,00	R\$ 0,00	R\$ 5.400.000,00	17/11/2008	20/12/2013	1
1	637513	42498659000160	R\$ 7.229.580,00	R\$ 1.649.580,00	R\$ 0,00	R\$ 5.580.000,00	22/12/2008	30/09/2013	1
1	638246	05054895000160	R\$ 2.346.303,15	R\$ 240.630,35	R\$ 0,00	R\$ 2.105.672,80	01/12/2008	30/11/2013	1
1	638544	05553216000106	R\$ 1.488.679,37	R\$ 188.627,38	R\$ 0,00	R\$ 1.300.051,99	29/12/2008	30/06/2013	1
1	638819	00989587000103	R\$ 8.295.739,30	R\$ 2.895.739,30	R\$ 0,00	R\$ 5.400.000,00	17/12/2008	17/12/2013	1
1	653153	03612569000104	R\$ 682.364,00	R\$ 33.600,00	R\$ 0,00	R\$ 648.764,00	25/08/2009	31/03/2013	1
1	654257	03612569000104	R\$ 4.215.578,27	R\$ 128.743,68	R\$ 0,00	R\$ 4.086.834,59	10/12/2009	10/04/2013	1
1	657384	05465167000141	R\$ 1.683.326,82	R\$ 410.062,62	R\$ 0,00	R\$ 1.170.536,63	28/12/2009	30/04/2013	1
1	662785	02932524000146	R\$ 3.900.510,41	R\$ 398.624,40	R\$ 400.000,00	R\$ 2.401.886,01	01/10/2010	30/10/2014	1
1	662856	08642138000104	R\$ 3.900.150,00	R\$ 390.150,00	R\$ 0,00	R\$ 3.510.000,00	22/10/2010	22/10/2013	1
1	664866	05465167000141	R\$ 8.129.124,87	R\$ 2.708.959,89	R\$ 0,00	R\$ 3.920.164,98	24/12/2010	24/12/2014	1
1	666148	07954530000118	R\$ 657.337,14	R\$ 66.939,21	R\$ 0,00	R\$ 590.397,93	31/12/2010	31/12/2013	1
1	667326	05054895000160	R\$ 4.298.238,42	R\$ 1.605.158,53	R\$ 0,00	R\$ 2.338.114,06	29/04/2011	29/04/2014	1

1	667405	05054895000160	R\$ 6.226.963,29	R\$ 3.035.965,87	R\$ 0,00	R\$ 3.190.997,42	28/06/2011	30/03/2014	1
1	667668	04153748000185	R\$ 2.431.155,46	R\$ 931.155,46	R\$ 0,00	R\$ 1.500.000,00	09/08/2011	08/08/2013	1
1	667669	08642138000104	R\$ 3.771.394,25	R\$ 2.000.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 1.771.394,25	30/06/2011	31/08/2013	1
1	667675	09055291000190	R\$ 2.647.000,00	R\$ 510.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.137.000,00	29/07/2011	31/05/2014	1
1	667713	06304873000174	R\$ 3.000.047,40	R\$ 274.440,00	R\$ 0,00	R\$ 2.725.607,40	23/08/2011	11/10/2013	1
1	667762	04150335000147	R\$ 2.176.145,11	R\$ 366.145,11	R\$ 0,00	R\$ 1.810.000,00	22/08/2011	19/09/2014	1
1	667785	40245920000194	R\$ 3.368.718,57	R\$ 1.277.322,48	R\$ 0,00	R\$ 2.091.396,09	05/08/2011	31/07/2014	1
1	667786	05465167000141	R\$ 5.883.063,69	R\$ 3.059.970,24	R\$ 0,00	R\$ 2.823.093,45	09/09/2011	31/07/2014	1
1	667808	07954530000118	R\$ 3.776.762,93	R\$ 2.900.000,00	R\$ 0,00	R\$ 876.762,93	06/09/2011	06/09/2013	1
1	667817	14504377000192	R\$ 3.825.417,80	R\$ 486.478,00	R\$ 0,00	R\$ 2.788.939,80	12/09/2011	12/09/2014	1
1	667880	14504377000192	R\$ 4.884.314,48	R\$ 1.685.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.624.485,86	30/09/2011	30/11/2014	1
1	667918	06064264000195	R\$ 2.135.234,70	R\$ 378.899,10	R\$ 0,00	R\$ 1.756.335,60	18/10/2011	31/07/2014	1
1	667933	82951294000100	R\$ 3.270.340,21	R\$ 1.463.261,68	R\$ 0,00	R\$ 1.807.078,53	21/10/2011	31/07/2014	1
1	667944	03252312000180	R\$ 5.823.350,03	R\$ 3.500.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.690.016,68	03/10/2011	31/10/2014	1
1	668053	05761069000151	R\$ 8.237.317,11	R\$ 187.632,72	R\$ 1.092.387,33	R\$ 5.763.687,47	31/10/2011	30/10/2014	1
1	668062	40799652000152	R\$ 1.313.000,00	R\$ 297.000,00	R\$ 258.000,00	R\$ 1.016.000,00	09/11/2011	10/12/2013	1
1	668153	40245920000194	R\$ 2.487.934,30	R\$ 385.586,86	R\$ 0,00	R\$ 1.402.347,44	28/11/2011	28/11/2014	1
1	668476	03612569000104	R\$ 5.793.471,68	R\$ 173.789,84	R\$ 0,00	R\$ 3.619.681,84	13/12/2011	30/03/2015	1
1	668488	46381000000180	R\$ 3.786.592,64	R\$ 600.000,00	R\$ 0,00	R\$ 2.203.189,15	30/11/2011	31/10/2014	1
1	670568	14504377000192	R\$ 1.659.807,72	R\$ 152.196,74	R\$ 250.705,43	R\$ 1.507.610,98	23/12/2011	23/12/2013	1
1	670601	09556140000115	R\$ 4.154.991,47	R\$ 2.546.741,47	R\$ 0,00	R\$ 1.608.250,00	30/12/2011	26/08/2014	1
1	670604	08685528000153	R\$ 2.479.166,00	R\$ 770.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.709.166,00	30/12/2011	31/05/2014	1
1	670605	13095667000167	R\$ 631.173,82	R\$ 128.000,00	R\$ 0,00	R\$ 503.173,82	09/12/2011	09/10/2014	1
1	670608	03252312000180	R\$ 3.119.888,64	R\$ 1.350.046,07	R\$ 283.088,33	R\$ 1.150.883,31	30/12/2011	30/12/2014	1
1	670618	87958583000146	R\$ 756.000,00	R\$ 126.000,00	R\$ 390.000,00	R\$ 630.000,00	30/12/2011	23/12/2013	1
1	670619	02932524000146	R\$ 2.577.500,00	R\$ 800.000,00	R\$ 549.805,67	R\$ 1.777.500,00	30/12/2011	09/10/2013	1
1	670637	08642138000104	R\$ 3.096.382,02	R\$ 791.808,54	R\$ 361.024,48	R\$ 1.317.194,48	30/12/2011	30/12/2014	1
1	671361	04312401000138	R\$ 609.200,00	R\$ 109.200,00	R\$ 0,00	R\$ 500.000,00	13/12/2011	13/12/2013	1
1	672392	06064264000195	R\$ 1.980.000,00	R\$ 180.000,00	R\$ 0,00	R\$ 1.350.000,00	30/04/2012	30/04/2014	1
1	673109	03252312000180	R\$ 2.169.275,19	R\$ 1.199.275,19	R\$ 0,00	R\$ 970.000,00	05/11/2012	05/11/2013	1
1	673935	13095667000167	R\$ 2.599.995,48	R\$ 400.000,07	R\$ 550.000,00	R\$ 550.000,00	28/12/2012	28/12/2014	1
1	673937	08778276000107	R\$ 1.571.000,00	R\$ 221.000,00	R\$ 1.012.218,85	R\$ 650.000,00	28/12/2012	28/12/2014	1
1	673940	07954530000118	R\$ 2.612.125,98	R\$ 1.209.778,54	R\$ 602.347,44	R\$ 602.347,44	28/12/2012	28/12/2014	1
1	673953	03612569000104	R\$ 2.341.012,71	R\$ 69.888,08	R\$ 826.032,36	R\$ 1.652.064,71	28/12/2012	28/06/2014	1
1	674306	46381000000180	R\$ 3.881.000,00	R\$ 1.421.000,00	R\$ 0,00	R\$ 660.000,00	21/12/2012	21/12/2014	1

1	674633	03612569000104	R\$ 1.867.200,00	R\$ 55.200,00	R\$ 0,00	R\$ 1.359.000,00	23/04/2013	23/06/2014	1
1	675149	05465167000141	R\$ 858.043,83	R\$ 209.863,78	R\$ 0,00	R\$ 648.180,05	28/06/2013	28/06/2014	1
1	676022	13439069000168	R\$ 1.800.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 0,00	R\$ 700.000,00	20/09/2013	20/09/2014	1
1	676752	27219757000127	R\$ 949.966,78	R\$ 42.993,96	R\$ 0,00	R\$ 905.089,39	31/10/2013	30/04/2014	1
1	677141	08642138000104	R\$ 1.722.958,03	R\$ 850.000,00	R\$ 0,00	R\$ 447.958,02	20/11/2013	20/11/2014	1
1	677504	04153748000185	R\$ 1.322.260,01	R\$ 472.260,01	R\$ 0,00	R\$ 330.565,00	17/12/2013	17/12/2014	1
1	677663	07954530000118	R\$ 1.841.762,93	R\$ 1.450.000,00	R\$ 0,00	R\$ 391.762,93	29/11/2013	29/11/2014	1
1	677910	07954530000118	R\$ 1.025.829,48	R\$ 125.829,48	R\$ 0,00	R\$ 0,00	20/12/2013	20/12/2014	1
1	677943	28732246000177	R\$ 1.283.309,47	R\$ 31.461,18	R\$ 0,00	R\$ 370.000,00	30/12/2013	27/07/2014	1
3	674859	11216929000179	R\$ 24.060,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.280,00	18/06/2013	18/06/2014	1
3	674971	11216929000179	R\$ 17.280,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	28/06/2013	28/12/2013	1
3	675575	94728821000192	R\$ 899.491,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 523.757,82	30/08/2013	30/08/2014	1
3	675756	00394536006501	R\$ 60.520,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 60.520,00	09/09/2013	09/12/2013	1
3	675776	05149726000104	R\$ 200.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 200.000,00	20/08/2013	20/08/2014	1
3	676139	24098477000110	R\$ 119.803,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 119.803,00	10/09/2013	10/03/2014	1
3	676554	34621748000123	R\$ 1.042.346,55	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 400.000,00	24/10/2013	24/04/2015	1
3	676864	21195755000169	R\$ 156.582,80	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 145.263,26	08/11/2013	08/05/2015	1
3	677041	11234780000150	R\$ 301.692,22	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 49.913,05	22/11/2013	22/11/2014	1
3	677078	00394536006501	R\$ 248.750,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 145.480,00	18/11/2013	18/01/2014	1
3	677229	00394536006501	R\$ 686.851,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 686.851,00	11/12/2013	11/06/2014	1
3	677750	33787094000140	R\$ 1.100.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	30/12/2013	31/12/2014	1
LEGENDA Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado									

Fonte: SIAFI GERENCIAL e PORTAL DE CONVÊNIOS/SICONV

QUADRO XLII - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis								Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais despesas Variáveis	Despesas Exercícios Anteriores	Decisões Judicias	
Membros de poder e agentes políticos										
2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	6.449,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.752,31	0,00	0,00	22.201,36
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em Comissão										
2013	590.416,83	225.832,05	626.231,53	27.393,76	104.024,67	47.810,67	12.820,98	3.855,26	0,00	1.638.385,75
2012	511.773,31	191.947,88	445.311,59	24.041,04	91.671,93	44.211,92	828,76	30.181,93	0,00	1.339.968,36
2011	747.776,13	179.851,60	723.386,27	46.218,48	119.814,00	52.980,43	28.509,07	0,00	0,00	1.898.535,98
Servidores com Contrato Temporário										
2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2013	0,00	158.341,68	12.314,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2.038,83	0,00	172.695,13
2012	0,00	149.410,69	14.289,85	7.621,24	12.343,88	0,00	10.669,76	0,00	0,00	194.335,42
2011	0,00	75.450,40	13.146,66	26.699,75	2.128,00	0,00	17.940,51	0,00	0,00	135.365,32
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2013	194.263,66	8.784.348,33	894.270,01	199.970,93	664.567,84	72.699,48	246.156,56	38.642,52	0,00	11.094.919,33
2012	184.525,34	8.504.168,16	837.096,15	209.123,55	776.272,14	78.136,00	253.369,21	25.772,56	0,00	10.868.463,11

2011	157.996,04	8.265.066,30	791.397,07	212.001,52	1.092.113,36	77.738,00	380.160,10	0,00	0,00	10.976.472,39
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas (*)										
2013	112.784,79	451.137,64	196.042,01	18.027,70	37.185,23	8.296,12	4.575,11	9.219,01	0,00	837.267,61
2012	244.963,60	505.750,18	285.183,17	23.225,21	62.832,47	14.263,00	13.796,73	26.786,33	0,00	1.176.800,69
2011	246.939,97	447.333,52	213.801,88	21.451,45	39.464,71	18.110,74	18.954,91	0,00	0,00	1.006.057,18

Fonte: Sistema de Administração de Recursos Humanos - SIAPE

(*) Foram considerados os ocupantes da Gratificação de Representação da Presidência da República – GR.

O custo de pessoal da Secretaria de Direitos Humanos – SDH, está demonstrado no Quadro acima no qual estão distribuídas as despesas por natureza e por tipologia de servidores e de cargos. A composição dos grupos de despesa do quadro para formação do custo está detalhada nas informações apresentadas a seguir:

Para a composição dos custos dos “Vencimentos e vantagens fixas”, foram incluídos os valores das seguintes despesas: Vencimento Básico; Vantagem Pecuniária Individual – VPI; Vantagem Pecuniária Nominalmente Identificada – VPNI; Incorporação de DAS; Anuênios; Décimos; Serviço Eventual de Pessoal Técnico - Lei nº 8.745/93; Subsídio ativos; Diferença de vencimento - art. 22 Lei nº 8.216/91 e Diferença de vencimento - art. 7º Lei nº 8.270/91.

As despesas que integram o grupo de “Retribuições” são decorrentes de DAS; FG; GR; Opção de DAS - Pessoal Permanente; Acerto das Retribuições no Processo de Exoneração; Retribuição de Cargo em Comissão; Substituição/Interinidade. Ressalta-se que no mês de janeiro de 2013 houve aumento nos valores de DAS e GR em conformidade com a Lei nº 11.526/2007, cuja implementação se dá de forma progressiva, distribuída no período compreendido entre 2012 e 2015.

As alterações percebidas na coluna das “Gratificações” refletem os aumentos dos valores da Gratificação GDPGPE, estabelecidos na Lei nº 12.778/2012. A implementação progressiva desses aumentos foi distribuída no período compreendido entre 2012 e 2015. Além dessas gratificações, foram incluídas neste item as despesas com: Gratificação Natalina; Gratificação Natalina Proporcional; GDAPS e 13º Salário.

As despesas consideradas no grupo “Adicionais” são aquelas pagas a título de Adicional de Férias; Adicional de Tempo de Serviço e Remuneração de 1/3 de Férias.

Com relação à parcela “Indenizações”, os valores são flutuantes, uma vez que foram computados eventos esporádicos, que não se incorporam ao vencimento para qualquer efeito como: Ajuda de Custo; Auxílio Moradia e Auxílio-Alimentação.

Nas despesas de “Benefícios Assistenciais e Previdenciários” foram considerados os valores pagos a título de Abono de Permanência (devido ao servidor de cargo efetivo no momento que preenche os requisitos para aposentadoria, mas opta por continuar em atividade); Per Capita Patronal para Custeio da Saúde Suplementar; Ressarcimento de Assistência à Saúde; Assistência Médica; Salário-Família; Auxílio Natalidade e Despesas com Auxílio Funeral para os servidores que, por ocasião do óbito, encontravam-se na situação “ativo”. Destaca-se que, a partir de 1º de janeiro de 2013, houve aumento no valor do auxílio natalidade que passou de R\$ 492,77 para R\$ 523, 65.

No que se refere ao grupo “Demais Despesas Variáveis”, foram consideradas todas as outras rubricas que não se enquadram nas demais situações, como por exemplo: Férias Indenizadas Vencidas e Proporcionais; Indenização de 1/3 de Férias; Auxílio Transporte; Abate Teto.

E sobre a parcela “Despesas Exercícios Anteriores” registre-se que os valores computados referem-se ao Ressarcimento de Assistência à Saúde; Progressão Funcional; Reposicionamento/Enquadramento; GDPGPE; Vantagens Pessoais: VPNI; Concessão e Revisão de Anuênios; Passivos Administrativos; Substituição; Nomeação; Designação e Auxílios (Pré-Escolar, Transporte, Alimentação e Natalidade).

QUADRO LX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

QUADRO LX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV DECLARAÇÃO

Eu, **Gleisson Cardoso Rubin**, CPF nº **605.814.921-53**, **Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos**, exercido na **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

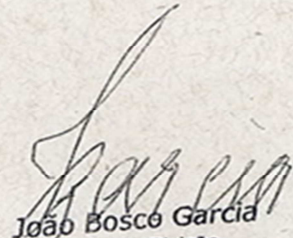
Brasília, 28 de maio de 2014.



Gleisson Cardoso Rubin
605.814.921-53
Secretário de Gestão da Política de Direitos Humanos

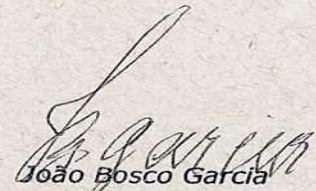
QUADRO LXI - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
FUNDO NACIONAL DO IDOSO		207001	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.,	Data	20.02.2014
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF


 João Bosco Garcia
 Chefe de Divisão
 DICON-COAVA-CISET-SG-PR

QUADRO LXII - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

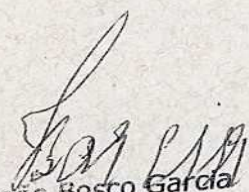
DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS/PR		200016	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: 1) 642 - - FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ. 2) 643 - - FALTA/EVOL.INCOMPATIVEL AMORTIZ.AT.INTANGÍVEL 3) 680 - - DIVERG. VALORES LIQUIDADOS X PASSIVO FINANC. 4) 657 - - CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA 5) 666 - - TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIG EXPIRADA 6) 656 - - CONVENIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA 7) 659 - - CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS 8) 674 - - SLDS ALONG./INDEVI CONTAS TRANSIT.PAS. CIRCUL 9) 709 - - CONC. TERCEIRO SUPRIM. SEM COMPR. UM DOS ANT. 10) 700 - - FALTA DE RECLASSIFICACAO DESPESA SUPRIM.FUNDO 11) 738 - - SALDO INVERTIDO CONTAS-CORRENTES Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.,	Data	20.02.2014
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF


 João Bosco Garcia
 Chefe de Divisão
 DICON-COAVA-CISET-SG-PR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
FUNDO NACIONAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE		110244	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: 1) 657 - - CONVENIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA 2) 666 - - TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIG EXPIRADA 3) 659 - - CONVÊNIOS A LIBERAR EXPIRADOS 4) 642 - - FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.,	Data	2007-2014
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF

João Bosco Garcia
JOÃO BOSCO Garcia
Chefe de Divisão
FAC/CAVA-CISET-SG-PR

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação Completa (UJ)		Código da UG	
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS/RECURSOS EXTERNOS		110198	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) regidos pela Lei 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: 1) 642 - - FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília-DF.,	Data	20.07.2014
Contador Responsável	JOÃO BOSCO GARCIA	CRC nº	3.109-DF


 João Bosco Garcia
 Chefe de Divisão
 CON-CAVA-CISET-SG-PR